

PANDEMIA, ESPAÇO E TEMPO

REFLEXÕES GEOGRÁFICAS



Ricardo Luiz Töws
Sandra Terezinha Malysz
Angela Maria Endlich
(Organizadores)



Ricardo Luiz Töws
Sandra Terezinha Malysz
Angela Maria Endlich
(Organizadores)

PANDEMIA, ESPAÇO E TEMPO: REFLEXÕES GEOGRÁFICAS



2020



Capa

Margarete Frasson e Ricardo Luiz Töws

Diagramação

Ricardo Luiz Töws

Revisão do Texto

Ronald Ferreira da Costa

Conselho Editorial

Edson Yokoo - Unespar - Campo Mourão (PR)

Vinícius Polzin Druciaki - UEG - Goiânia (GO)

Beatriz Ribeiro Soares – UFU – Uberlândia (MG)

William Borges – UEM – Maringá (PR)

Maria Cleide Baldo – UTFPR – Campo Mourão (PR)

Dados de impressão

2020/ 1ª Edição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pandemia, espaço e tempo : reflexões geográficas [livro eletrônico] /
Ricardo Luiz Töws, Sandra Terezinha Malysz, Angela Maria Endlich
(organizadores). -- 1. ed. -- Maringá, PR : PGE - Programa de Pós
Graduação em Geografia, 2020.

PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-88495-01-8

1. Coronavírus (COVID-19) 2. Coronavírus (COVID-19) - Obras
de divulgação 3. Coronavírus
(COVID-19) - Pandemia 4. Geografia 5. Reflexões
6. Urbanização 7. Urbanização - Aspectos sociais
I. Töws, Ricardo Luiz. II. Malysz, Sandra Terezinha.
III. Endlich, Angela Maria.

20-44904

CDD-918.161

Índices para catálogo sistemático:

2. Coronavírus : COVID-19 : Pandemia : Reflexões geográficas
918.161

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

O conteúdo desta obra, inclusive sua revisão bem como os dados apresentados, é de responsabilidade de seus participantes.

**PANDEMIA, ESPAÇO E TEMPO:
REFLEXÕES GEOGRÁFICAS**

SUMÁRIO

Prefácio	9
Apresentação	15
1 Neoliberalismo, urbanização e reflexões sobre a pandemia <i>Ricardo Luiz Töws</i>	21
2 Repensando as escalas geográficas em tempos de pandemia <i>Angela Maria Endlich</i>	45
3 A disseminação da Covid-19, rede urbana e metropolização <i>Jaqueline Telma Vercezi e Taynara Marcondes de Liz</i>	63
4 Política social e urbana em tempos de mutação: revisando contornos <i>Lisandro Pezzi Schmidt</i>	87
5 Ações de estado, serviços públicos de saúde e o avanço da Covid-19 no norte do estado do Paraná <i>Pedro Henrique Carnevalli Fernandes</i>	103
6 Retratos da urbanização nas fronteiras <i>Margarete Frasson</i>	127
7 Sobre espaços e tempos da infância: a urgência dos direitos das crianças no mundo em tempos de Covid-19 <i>Viviane Martins de Souza</i>	159
8 Mobilidade urbana em tempos de Covid-19: a bicicleta como opção <i>Laís Barbiero</i>	185
Sobre os Autores	199

Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas da nossa vida: medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro

(Milton Santos).

PREFÁCIO

Há apenas alguns meses eu não me imaginava, e penso que ninguém no mundo também se imaginasse, estar vivendo uma situação de crise sanitária como estamos vivendo hoje com a chegada, em todos os lugares da Terra, de uma pandemia que, em tempo incrivelmente curto, contagiou praticamente todo o globo terrestre com o coronavírus Covid-19. O desconhecimento da patologia contagiante, a velocidade do contágio e o despreparo dos sistemas de saúde de praticamente todos os países do mundo deram ao problema sanitário a característica de extrema urgência.

Na maioria dos países tem-se a visão e a sensação de estarmos enfrentando uma verdadeira guerra contra um inimigo invisível, impiedoso, sorrateiro e veloz no contágio de toda a sociedade, mas também observamos orgulhosos os “soldados”, os profissionais de saúde entrincheirados em hospitais, endossando uniformes brancos, máscaras de alta performance, luvas e todos os aparatos necessários para garantir as barreiras entre o inimigo invisível e os soldados, na luta para garantir a vida da sociedade e as suas próprias.

A impressão que se tem é de que, independentemente de ser uma sociedade rica ou pobre, todos haveremos de dar em sacrifício uma cota da nossa população, em geral os mais idosos e os portadores de alguma debilidade de saúde, mas na verdade todos somos vulneráveis ao patógenos, dado o parco conhecimento que ainda temos deles, ainda que invariavelmente os mais suscetíveis são sempre os mais pobres e periféricos e por isto mais vulneráveis a todas as patologias. É tão verdadeiro que a pandemia age neste sentido, digamos, democraticamente acometendo ricos e pobres,

que é assim que vemos hoje o país mais rico do mundo, os EUA, com o maior número de contagiados e de mortos causados pela referida pandemia.

Como estamos em meio ao problema e ele é tão recente, ainda são poucas as coisas sobre as que já se tem certeza, além do fato de a Covid-19 ser altamente contagiosa e de que o contágio se dá pelo contato ou proximidade entre os indivíduos desprotegidos de máscaras e luvas, e também a certeza de que a situação só será dirimida quando uma vacina estiver disponível, o que pode demorar meses ou quiçá anos para ocorrer.

Assim, não faltam teorias conspiratórias que se disseminam velozmente pelas redes sociais e é até normal que assim seja, dado o tamanho e seriedade do problema e o pouco conhecimento científico que ainda se tem do inimigo invisível a se combater.

Tais teorias conspiratórias vão desde um patógeno criado em laboratório das grandes potências (as prediletas são os EUA e a China, dependendo do gosto do conspiracionista) à existência de um microchip que seria implantado em cada sujeito como forma de vacina em cada indivíduo para livrar-se do mal, mas que, como consequência, deixaria no corpo do “vacinado” um verdadeiro contrabando de um *nano-chip* para que as potências possam rastrear cada indivíduo no mundo levando à perda da liberdade e da autonomia de cada cidadão, o que a humanidade duramente conquistou no arco de milênios.

Outros conspiracionistas argumentam, sempre com o mais radical convencimento, que seria a tecnologia 5G a responsável pelo problema, em razão da incidência das ondas eletromagnéticas sobre os corpos dos cidadãos desprotegidos e aptos a se contaminarem. Estes últimos não tiveram nenhuma dúvida em empreender ações para derrubarem e incendiarem torres de transmissão telefônicas na Inglaterra, Holanda e outros países. Isto apenas para citar três teorias da conspiração tão em voga nestes tempos de redes sociais e *fake news*.

Por outro lado, e concomitantemente, observamos a ignorância a contribuir para minar as únicas ações verdadeiramente eficazes para se proteger do contágio que é o distanciamento social e evitar tocar superfícies contagiadas. Ou ainda a ignorância a notória daquele que, por se achar atleta, está certo da imunidade, mas, se acontecer de contagiar-se, está também seguro de não passar de mais uma “gripezinha” facilmente superada, como sugeriu o presidente brasileiro Bolsonaro. Ou ainda a ignorância daquele que, também acometido da mais profunda demência ou hipocrisia, sugere tomar água sanitária, como foi prescrito pelo presidente norte-americano Donald Trump. Como se vê, cabe muito bem aqui o popular ditado italiano que diz *lamamma dei cretiniè sempre incinta* (a mãe dos cretinos está

sempre grávida), ou seja, os negacionistas, conspiracionistas, admiradores de mitos de todo gênero, oportunistas e ignorantes estão "democraticamente" distribuídos por todas as partes do planeta a se esforçarem a arrastar a todos para o pré-medieval. Estes exemplos de ignorância são apenas uma amostra de quão longe pode o ser humano nos dias atuais, pelo desprezo da ciência, levar a massa ignara em sua fuga para a cega fé em crenças aparentemente impossível entre humanos.

Afora estes aspectos, que certamente farão parte do anedotário das gerações futuras, há dimensões centrais que tentam explicar as razões e consequências das sequelas que esta inesperada pandemia está trazendo para o conjunto da população mundial, não apenas no quesito saúde, mas na economia, no comportamento e nas relações humanas, nos investimentos em políticas públicas, nas ciências, nas relações com o meio ambiente e tantos outros aspectos. Os autores, que aqui se debruçaram nas suas análises, nos brindam com primorosas pesquisas realizadas e pensadas enquanto se protegiam sabiamente em quarentena em suas casas, mas mesmo assim, não se furtaram em tentar trazer luzes aos problemas sanitários vivenciados pela sociedade brasileira, na busca das razões, seja do surgimento, da evolução e do comportamento, seja das possíveis consequências desta pandemia para a sociedade brasileira e mundial.

O aspecto que fica claro e que une todos os autores desta belíssima obra é a sensibilidade de um olhar geográfico de matriz forjada em Milton Santos, David Harvey e tantos outros geógrafos, economistas, sociólogos, filósofos. Independentemente de onde tenha surgido a Covid-19, se numa caverna da China ou onde quer que seja, ela nos chega no lugar, na casa, no bairro, desde o distrito, a cidade, o país, o continente e o mundo, pois, o coronavírus é do mundo e do lugar, e o mundo está no lugar, como o lugar contém o próprio mundo, pois é parte dele e o forma. Eis a beleza característica das análises dos geógrafos, tão conectas às análises filosóficas.

Assim, para os autores, os problemas enfrentados em Wuhan podem nos trazer ensinamentos preciosos para enfrentarmos o mesmo problema no nosso bairro, nos nossos hospitais em Londrina ou Maringá. Por outro lado, a inépcia e irresponsabilidade de um Boris Johnson em desperdiçar um precioso tempo com a hipótese da "imunização de rebanho" nas primeiras semanas de contágio na Inglaterra fez com que seja hoje a Inglaterra o país com o maior número de mortes na Europa, mesmo o vírus tendo chegado àquele país com semanas de atraso em relação aos primeiros países a acusarem o aparecimento do coronavírus. Deste modo, a leitura atenta do geógrafo acerca do que aconteceu no território, seja de Wuhan, Londres, Nova York, São Paulo ou Maringá, traz-nos informações precisas

do que podemos ou não fazer para termos sucesso no combate da pandemia que nos assola.

Não só os acertos nos ensinam, como os equívocos de políticas públicas ou a falta delas também podem nos trazer ensinamentos se soubermos ler as informações e compará-las com as ações que funcionaram nos outros lugares, evitando-se reinvenção a roda. Neste sentido, a resistência dos empresários do Norte da Itália em decretar o *lockdown* logo nos primeiros dias dos primeiros contágios levou milhares de pessoas a perderem a vida.

No entanto, para a maioria dos empresários, o entendimento elementar é de que o Estado, a natureza, a sociedade e o humano existem para eles acumularem riquezas e, portanto, parados, nada ganhariam. Seria, assim, “natural” que as cidades não pudessem parar, pois, isso significaria deixar de continuar a ganhar e acumular riquezas, o que, para a burguesia, é a única razão de tudo existir. Com este entendimento, no arco de algumas semanas no norte da Itália, as autoridades tiveram que chamar dezenas de caminhões do exército para, na calada da noite (para não colocar em desespero a sociedade assistindo o macabro espetáculo), serem retirados da cidade milhares de mortos e enterrá-los em valas comuns nas cidades da região.

Foi assim que também nos EUA o governo de Donald Trump negou-se, desde o princípio, a implementar qualquer ação que pudesse diminuir o ritmo do giro da “máquina” do mercado, que, até aqui, fez daquele país a maior potência do mundo; mesmo os contagiados sendo contados já aos milhões e os mortos em mais de uma centena de milhares.

Mas o pior cenário é o que se vê no Brasil de hoje, onde um governo que abdicou de fazer suas próprias políticas públicas de saúde se limita a copiar os piores exemplos e erros de Donald Trump nos EUA – o país neoliberal e única referência válida para seus “pensadores” e estrategistas fantasiados de verde-oliva. Assim vemos o Brasil, um país possuidor de um robusto sistema de saúde pública universal, o SUS – mesmo na condição de sucateamento nos últimos anos pela insana política de superávit primário, viabilizada pela emenda constitucional número 95 que congela os gastos em saúde, educação e entre outros setores por duas décadas – despontar nas estatísticas mundiais como o país que tem o maior número de contágios diários e que, seguindo as estatísticas, em poucos dias teremos também o maior número de óbitos diários consequentes do coronavírus.

Por último, mas não menos importante, é certo que os leitores encontrarão nas próximas páginas o olhar certo e acurado dos autores acerca da necessidade urgente de tornar prioritário esse profundo debate acadêmico sobre como nós humanos devemos pensar o espaço onde vivemos, a região, a cidade, o bairro e a

rua, por onde escorrem nossas vidas. Fica assim patente nas páginas seguintes que não devemos ser meramente objetos passivos a buscar um canto onde descansar o nosso cadáver, para no dia seguinte continuar a mover a máquina dos proprietários dos meios de produção e para, no final da tarde, retornarmos à casa e repetir a dose todos os dias por toda as nossas vidas. Assim como a cidade é parte da natureza, nós humanos somos também natureza e ela deve ser o espaço para sermos felizes, fazermos arte, reproduzirmo-nos, relacionarmos-nos, divertirmo-nos, pensarmos-nos... A cidade não é propriedade dos agentes imobiliários e nem dos definidores das políticas públicas e da burguesia, ela é a nossa casa e nossa morada; pode ser também nosso jardim, o nosso parque, o nosso teatro! Do contrário, poderíamos ser morcegos, baratas ou ratazanas, que buscam uma caverna ou um buraco para se esconder dos predadores enquanto descansam seus corpos.

A natureza e o outro não são nossos predadores e não precisamos nos esconder enjaulados enquanto descansamos daquilo que nos escraviza em nome de não sei que liberdade de escolha. Se todos tivéssemos claro que nossos espaços, cidades e empregos só existem para nos trazer vida, mas não só vida, para nos trazer vida boa, nós não estaríamos envoltos num falso dilema de continuar produzindo, mesmo que ao custo de nos contagiarmos e, no limite, morrermos para salvarmos a mítica economia (dos burgueses), mas permaneceríamos em quarentena protegendo o maior de todos os bens: a nossa vida e, a partir dela, nestes dias de reclusão, pensar que podemos fazer uma cidade diferente, pois ela nos pertence e podemos cuidar dela nos cuidando, permanecendo vivos para poder dizer para todos que a cidade é nossa e nós somos todos a sociedade e tudo só terá sentido se todos pudermos viver sem uns poucos escravizando tantos. Precisamos nos pensar pensando nossas cidades, pensando a natureza e o meio ambiente para continuarmos sonhando, fazendo arte, poesia e sentindo o perfume das flores que a natureza produz gratuitamente para todos os que quiserem se locupletar com a primavera.

Roma, junho de 2020

Amir Limana

APRESENTAÇÃO

Estamos vivendo em um momento ímpar para nossa geração, que é o evento-crise da Covid-19. O espectro de análises do momento é infinitamente variável e, destaca-se o termo "espectro" justamente pelas poucas bandas visíveis do processo e das muitas bandas invisíveis, ora escondidas na insanidade de estrategistas das relações internacionais e da geopolítica, ora não explicitadas nas inúmeras tentativas de interpretação da crise e de suas consequências no mundo atual. Mas as tentativas e as arrojadas interpretações cunhadas por grandes pensadores vivos e pesquisadores do tema, em sua multiplicidade e polifonia, demonstram um acorde palatável: de que o capitalismo neoliberal fracassou e de que, a despeito das negações *ad nauseam* do personagem "mercado" e de todos que o representam, a saída é pelo Estado e por políticas de bem estar.

Nesse contexto, David Harvey já anunciava, antes das últimas crises (2008 e atual), que a sobrevivência da China frente ao fracasso já anunciado era resultante da produção do espaço urbano capitalista. Os números de produção de cidades, espaços urbanos singulares, mimetização de espaços para atração de setores como o turismo, criação de áreas para grandes projetos urbanos, incentivos ao setor da construção civil, dentre outras estratégias, mantiveram a China como protagonista na perseguição do fetiche do crescimento do PIB. Por outro lado, economias cujo processo de urbanização estava estagnado ou tinha diminuído o ritmo, como os EUA, por exemplo, demonstravam amplas dificuldades de sustentação do modelo, cuja recuperação jamais ocorreu após o *subprime* de 2008. O Brasil, por exemplo,

desenvolveu programas como Minha Casa, Minha Vida (MCMV) para, dentre os motivos, atenuar a crise. Nesse contexto, o capital financeiro cria novas formas de reprodução e ampliação a partir de novos nichos e territórios, buscando reciclagem inclusive, no âmago do capitalismo fossilista, como dizia Porto-Gonçalves (vide combustíveis fósseis na nossa Amazônia e Venezuela, por exemplo).

Os novos nichos e territórios significou, nas últimas décadas, o convencimento de governos ou a retirada de governos que não pudessem ser convencidos, de que o necessário para manutenção do modelo era usar a estrutura do Estado para sua reprodução. Por isso, a fórmula mágica era atrair empresas e investidores por meio de austeridade fiscal, venda de ativos do Estado (inclusive os solos) e criação de estrutura maciça de papéis e títulos para manter o rentismo. O resultado disso foi a "destruição" forçada das capacidades estatais de gerir empresas públicas (operação mãos limpas na Itália e lava-jato no Brasil, por exemplo), sabotagem operacional dos serviços à população (Cedae-RJ, por exemplo), destruição dos marcos legais de proteção dos direitos fundamentais (Reformas do Estado) e operação dos fundos públicos para reversão para o "mercado" (Previdência, Fundo de Participação dos Municípios - proposta de redução, dentre outras). Enfim, aquilo que Schumpeter conceituava como "destruição criativa". O mercado, por intermédio dos agentes públicos de direita e extrema direita, destrói a capacidade estatal de viabilizar a vida.

Itália, Espanha, EUA e, agora o Brasil, estão experimentando o resultado dessa fórmula que pode ser interpretada como fracasso neoliberal frente ao Covid-19, o que permite, aos estudiosos - e, no nosso caso, aos estudiosos da Geografia -, contribuir com o debate sobre o papel do processo de urbanização na manutenção desse modelo como crítica e, eventualmente, com propostas e demonstrações, a partir de nossas pesquisas, daquilo que Milton Santos já anunciava, de uma outra globalização. Acrescenta-se, com resultados de pesquisa e reflexões que demonstrem a importância do Estado e das políticas públicas como condicionantes essenciais da vida e de sua reprodução.

Como possibilidades de debate, geógrafos de diferentes universidades paranaenses, participantes do Grupo de Estudos Urbanos (Geur) vinculado à Universidade Estadual de Maringá (UEM) trouxeram reflexões demonstrando os desdobramentos da crise que impactam nas múltiplas geografias possíveis e têm rebatimento no território e na vida das pessoas. Esta obra, constitui-se portanto, por uma coletânea de textos produzidos a partir de pesquisas temáticas, que visam contribuir com o debate sobre esse momento de crise, na qual a pandemia e a luta pela vida se tornam o centro da discussão em contraponto com o capital, o que a

Geografia e a produção do conhecimento geográfico podem contribuir com reflexões e proposições.

Desse modo, o Capítulo 1, intitulado "Neoliberalismo, urbanização e reflexões sobre a pandemia", de autoria de Ricardo Luiz Töws, destaca a crise neoliberal e o papel do processo de urbanização na crise. O autor debruça, na primeira parte do texto, sobre as contradições que já eram evidentes, mas que emergiram de forma avassaladora com a omissão do Estado, ente imprescindível para atender as demandas que envolvem a vida das pessoas, denunciando a incapacidade do capitalismo neoliberal em suplantar a crise. Na segunda parte, o autor demonstra como o processo de urbanização capitalista é causa e consequência da crise, apontando para o fracasso neoliberal e apresentando alternativas.

O Capítulo 2, de autoria de Angela Maria Endlich, é intitulado "Repensando as escalas geográficas em tempos de pandemia". Para a autora, vivemos, certamente, uma situação inusitada. Uma pandemia, apesar de remeter a questões sanitárias, traz muitas implicações. Cabe repensar as escalas geográficas mediante essa nova realidade: a escala do corpo, doméstica e outras tantas, até a escala global. É certo que a pandemia revelou as fragilidades de um mundo globalizado, como escreve Endlich no respectivo capítulo, em que os agentes produtores de uma escala mundial não assumem as implicações negativas por eles geradas. Na realidade, isso estava posto em outras questões, mas ficou bastante evidenciada nesse período. As escalas que são demandadas para assumir tais implicações são aquelas de âmbito nacional e subnacional. No caso brasileiro, pelo peculiar momento político, as escalas subnacionais ganharam um peso ainda maior. São muitos os desafios para compreendermos o período atual, e as reflexões acerca das escalas geográficas são pertinentes e contribuem para esse debate.

O Capítulo 3, "A disseminação da Covid-19, rede urbana e metropolização", escrito por Jaqueline Telma Vercezi e Taynara Marcondes de Liz, tem como objetivo demonstrar a questão das redes e regiões metropolitanas abordando elementos na realidade de Nova York (EUA) e da grande São Paulo. E, em um recorte mais afunilado, busca atrelar elementos caracterizadores da realidade do Estado do Paraná. As autoras delinearam a realidade da Covid-19 na região Norte do Paraná, envolvendo Londrina e Maringá, o que propiciou uma reflexão vinculada ao processo de hierarquia urbana. Ao estudarem a rede urbana de Londrina, demonstram que os casos de coronavírus se concentram no município londrinense e nos centros sub-regionais. No que tange à região de Maringá, os casos estão concentrados principalmente nos municípios inseridos na classificação de ACP (Área de Concentração Populacional).

No Capítulo 4, intitulado "Política social e urbana em tempos de mutação: revisando contornos", Lisandro Pezzi Schmidt aborda a necessária reformulação de alternativas para políticas urbanas e sociais e alguns pontos para discussão acerca da cooperação em nível local, na qual a agenda do Estado deverá priorizar questões espaciais e sociais, indicadores e articulações que deverão participar de uma leitura mais ampla para a construção e efeitos em uma ou mais cidades, a partir da facilitação e acesso de informações que agregam dados de famílias, indivíduos, grupos e comunidades que sofreram impactos ainda mais negativos em decorrência da pandemia iniciada no primeiro semestre de 2020. Destaca a importância quanto à aproximação de objetivos e estratégias no território urbanizado e que levem em consideração amplos aspectos de ordem material e imaterial, como a realização de novas experiências, incentivo para projetos econômicos e sociais, ampliação da capacidade de atendimento da saúde e compartilhamento das experiências locais.

O Capítulo 5, de autoria de Pedro Henrique Carnevalli Fernandes, traz o título "Ações de Estado, serviços públicos de saúde e o avanço da Covid-19 no Norte do Estado do Paraná" e tem como objetivo central refletir acerca desses elementos enunciados no título. Para efeito de compreensão da escala regional, o autor agrupa as três mesorregiões do Norte do Estado e estrutura a pesquisa a partir de: contextualização fundamental acerca da pandemia de Covid-19; debate teórico relevante sobre a Geografia da Saúde; e, reflexões sobre as ações do Estado, os serviços públicos de saúde e o avanço da Covid-19.

Retratos da urbanização nas fronteiras é Capítulo 6 da coletânea, escrito por Margarete Frasson. Trata-se de um texto que busca refletir as relações e inter-relações na área urbana internacional da Tríplice Fronteira entre Foz do Iguazu - Brasil, Ciudad del Este - Paraguai e Puerto Iguazú - Argentina. Nesta discussão, a autora considera a dinâmica global/local, a partir do papel do Estado e do Mercado e as suas consequências ao cidadão fronteiriço. O trabalho compreende uma análise desse espaço fronteiriço, elencando desde a conexão urbana na região de fronteira até a análise sobre o espaço urbano internacional e a Covid-19. Para a autora, a região foi surpreendida pela Covid-19 e elenca algumas ações possíveis para enfrentar esse momento, afirmando que a parcela dos sem parcela, que já vem a gerações com seus direitos sociais negados, neste momento serão os primeiros a perder o direito fundamental (a vida) em torno do qual giram todos os demais direitos sociais. Conclui que, por mais uma vez, "o local terá de se reorganizar em função do mundial".

Viviane Martins de Souza é autora do Capítulo 7, intitulado "Sobre espaços e tempos da infância: a urgência dos direitos das crianças no mundo em tempos de

Covid-19". A autora traz às reflexões geográficas a infância enquanto categoria social, cujos problemas relacionados à exclusão, à pobreza e à violência agravam-se durante a pandemia. Pelo fato de as crianças não fazerem parte oficialmente do grupo de risco da doença, pesquisadores dos estudos da criança apontam um aumento da invisibilidade da infância enquanto grupo social e sujeito de direitos, recebendo em seus cotidianos as dificuldades e consequências das ações da política, da economia e da esfera social comunitária, a sobrecarga de estresse e violação de direitos de vários tipos, desde o direito a participação no espaço da casa, na escala do cotidiano familiar, até as decisões sobre os rumos de sua escola e sua vida em sociedade.

Por fim, no Capítulo 8, fechando essa coletânea, Laís Carla Barbiero trouxe sua pesquisa intitulada "Mobilidade urbana em tempos de Covid-19: a bicicleta como opção". Neste capítulo é apresentada uma discussão sobre mobilidade, abordando a perspectiva de que este cenário de pandemia pode servir como base para as mudanças de paradigmas que tanto se debate, onde o transporte deixa de ser o centro da discussão e as pessoas são levadas em consideração, por entender que são elas que possuem as motivações para se deslocar. É sabido que a poluição causada pela queima de combustíveis fósseis é também um agravante dos sintomas da Covid-19 e, diante de uma doença que afeta os pulmões e que não possui vacinas ou tratamentos disponíveis até o presente momento, não seria sensato deixar prevalecer um meio de transporte com características majoritariamente de um poluidor urbano. A bicicleta tem se mostrado como a forma mais eficiente, democrática e saudável de se deslocar, sobretudo em contextos de crises, tanto no sentido de evitar aglomerações, quanto no sentido econômico, num momento de restrições financeiras tão severas que atingem, como sempre, os mais vulneráveis. Em alguns países que estão gradativamente voltando às atividades dentro da "nova normalidade", o incentivo para que o uso da bicicleta seja reforçado, gerando um movimento pelo compartilhamento das vias e melhor distribuição do espaço urbano.

Desse modo, o agrupamento de textos com proposições teóricas e de interpretação do nosso tempo em simbiose com estudos de caso que abrangem temáticas fundamentais na compreensão dessa Geografia em tempos de pandemia foi proposital, no sentido de ampliar esse debate, denunciar a perversidade do capitalismo neoliberal e evidenciar propostas e reflexões para superação da crise.

Os organizadores

CAPÍTULO 1

NEOLIBERALISMO, URBANIZAÇÃO E REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA

Ricardo Luiz Töws

A pandemia da Covid-19 demanda, em nosso tempo, inúmeros estudos com propostas e ações para sua superação. No entanto, ao fazer uma leitura sobre como o mundo, em suas diferentes escalas, está lidando com essa novidade, problematizamos sobre as diferentes atuações e possibilidades de saída. Verificamos nas últimas décadas que alguns países, ao seguirem o receituário neoliberal, estão com sérias dificuldades na provisão de infraestrutura, tanto de atendimento como de conhecimento para sua rápida superação, ao passo que países menos vinculados ao mesmo receituário conseguiram sair ou, ao menos, buscar alternativas para sair mais rápido da crise.

Por isso, debruçamos em buscar interpretações sobre esse processo, cujas matérias e entrevistas, tanto dos meios de comunicação, quanto dos organismos internacionais, dos governos e do campo intelectual, canalizavam para uma resposta uníssona: de que a saída passa por mais intervenção do Estado, tanto na promoção

de infraestrutura de combate à pandemia, como para "salvar" a economia. Esse debate, evidentemente, é contrário a tudo, ou quase tudo, o que o capitalismo neoliberal disseminou, com ou sem o uso da força, como cartilha aos países para, eventualmente, saírem de suas crises passadas.

Tal conjuntura, portanto, foi incentivo para pensarmos em algumas características desses Estados e suas consequências anteriores à crise da pandemia, bem como ilustrar como ocorreu o rebatimento desse receituário no processo de urbanização.

Advertimos que os exemplos trazidos não esgotam a multiplicidade e a complexidade que envolvem tais processos no mundo. Por isso, foram colocados apenas como exemplos para o desenvolvimento das ideias. Além disso, exemplos específicos do processo de urbanização, se aportados com dados e características estatísticas, poderiam viabilizar outros textos com outras teses, o que não é nossa pretensão.

Dividimos o texto em duas partes: a primeira, com escala geográfica mais ampla, demonstramos a necessidade de políticas de bem-estar. Na segunda, fizemos alguns apontamentos sobre o processo de urbanização neoliberal e refletimos sobre alguns aportes e ideias anticapitalistas para superação dessa e de outras eventuais crises.

A NECESSIDADE DO BEM-ESTAR

Emmanuel Macron, Presidente da França, é conhecido por sua trajetória com estreita relação com o *establishment*, por ter sido nomeado vice-relator da Comissão para a Libertação do Crescimento Francês em 2007¹ por Nicolás Sarkozy. A partir de sua influência e relacionamento com agentes de grandes empresas europeias, foi contratado em 2008 pelo banco de investimentos Rothschild (CONESA, 2010), tornando-se um banqueiro.

Em 2012, com a eleição do presidente François Hollande, sua carreira tomou outra mudança inesperada de direção: ele deixou Rothschild para se tornar secretário geral adjunto no Palais de l'Élysée – sede do governo. Quando Manuel Valls se tornou o segundo Primeiro-Ministro de Hollande em 2014, com instruções para desregular a economia francesa, Macron foi catapultado para o Ministério da Economia (MARNHAM, 2017)².

A preocupação dos socialistas era evidente, pois, em cinco anos, Macron, o banqueiro com fortes vínculos ao capital financeiro, tornou-se o Presidente da França, não representando, mas substituindo os socialistas (MARNHAM, 2017).

¹Mais informações disponíveis em <https://url.gratis/NddOs>

²Mais informações em <https://www.spectator.co.uk/article/the-man-from-nowhere>

Confirmando esse histórico, as aparições de Macron chamaram atenção pela sua defesa à reforma do Estado de bem-estar francês, inclusive alegando que bem-estar social é desperdício de dinheiro. Em 13 de junho de 2018, o gabinete de Macron divulgou um vídeo em que o Presidente defendeu reembolsos totais para planos de saúde que focarem na prevenção de doenças. Segundo ele, essa medida economizaria custos no futuro³.

A postura e o pensamento de Macron não é exclusivo. Governos de diversos países, tanto aqueles alinhados ao capitalismo central, quanto os governos de economias em desenvolvimento reiteram o discurso de que é preciso adequar as agendas para viabilizar o mercado, ou seja, agendas pró-mercado. A inspiração parece um alinhamento absoluto às ideias de John Williamson, o criador da expressão "Consenso de Washington". Suas ideias (direito à propriedade intelectual, disciplina fiscal, redução de gastos públicos, reforma tributária, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, privatização das estatais, juros e câmbio de mercado e desregulamentação) eram modestas perto do resultado que elas provocaram, uma vez que, para além da América Latina, essa prática enraizou na política internacional como o receituário para todas as crises.

Importante situar, apesar de não ser a pretensão do texto de avançar na história do neoliberalismo, que as aplicações das ideias formuladas em Mont Pèlerin, de Friedrich Hayek e Milton Friedman, debatidas e aprofundadas com quatro dezenas de filósofos, historiadores e economistas na ocasião, tinham o objetivo de "triturar a obra de seu arquirrival, o economista John Maynard Keynes" (BREGNAM, 2018, p. 210). O evento de 1947 influenciou, pouco mais de duas décadas depois, o advento do neoliberalismo econômico.

Harvey (2005, 2008) explicita a história e as principais características do neoliberalismo, cuja indicação isenta parcialmente a responsabilidade desse texto de rediscutir todo o conjunto de particularidades. Porém, o que não podemos deixar de destacar é como essa dualidade entre capitalismo neoliberal e o conjunto de medidas aderentes ao Consenso de Washington colide com as propostas de Keynes, de um Estado de bem-estar social, presente na Europa do pós-guerra.

Parece que líderes de diversos países optaram por uma ou outra agenda, polarizando os interesses da direita, pró-mercado (RIBEIRO, 2020), e da esquerda, pró-bem-estar. Se visualizarmos a partir do Chile, por exemplo, no período de Pinochet, verificamos a aplicação das ideias neoliberalizantes sob a performance dos

³Vídeo divulgado por Veja (2018): <https://veja.abril.com.br/mundo/macron-diz-que-sistema-de-bem-estar-frances-e-desperdicio-e-pede-reformas/>

Chicago Boys, cujo processo inspirou e foi inspirado por diversos governos, entre eles Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

O Chile passou a fazer parte dos blocos internacionais de poder vinculados ao Pacífico (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico-Apec e Aliança do Pacífico) e aplicou parte significativa do receituário que mais tarde faria parte do chamado Consenso de Washington (1989), com abertura econômica, privatizações e viabilização do livre mercado. O resultado social desse processo está, nos últimos anos, sendo evidenciado por revoltas e mobilizações populares clamando por direitos e bem-estar. Esta é a fórmula que consubstanciou, além de políticas de negação e demonização do Estado, também sentimentos, afetos e debates em torno da moral de que a liberdade econômica significava também outras liberdades e tudo o que fosse diferente disso era reduzido a exemplos do que havia acontecido na antiga União Soviética e China.

Conforme Bregnam (2018), "a ascensão do neoliberalismo se desenrolou como uma corrida de revezamento, com os economistas dos *think tanks* passando o bastão para os jornalistas, que então o passavam para os políticos" (BREGNAM, 2018, p. 212). Para o mesmo autor, na corrida pela posição final estavam dois dos mais poderosos líderes do mundo ocidental, Ronald Reagan e Margaret Thatcher. "Quando lhe perguntaram o que ela considerava ser sua maior vitória, Thatcher respondeu que era o "Novo Trabalhismo" (p.212), ou seja, "até seus rivais social-democratas no Partido Trabalhista britânico haviam começado a aceitar suas ideias" (BREGNAM, 2018, p. 212). O que se viu, após isso, foram expressivas tentativas e performances de destruição de direitos dos trabalhadores pelo mundo.

Para Bregnam (2018), uma teoria que antes era menosprezada como radical e marginal passou a dominar o mundo. E essa dominação ocorreu pela simbiose com os demais processos que emergiram como causa e consequência, tais como a globalização e o aprimoramento tecnológico.

Se havia uma forma de incorporar às ideias o sentimento das populações, que passam a seguir o dinheiro em estado puro, como dizia Milton Santos (2003), então a fé no dinheiro e a busca da felicidade pelo dinheiro passou a ser mote para satisfazer o senso comum, com discurso de liberdade. Não que em outros tempos a lógica não fosse a mesma ou semelhante, mas o neoliberalismo trouxe um aprofundamento, pois agregou novas formas e velocidades de convencimento e operacionalização, ou como dizia Milton Santos, a "tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado" (SANTOS, 2003, p. 17). Para o autor, "sem o controle dos espíritos seria impossível a regulação pelas finanças. Daí o papel avassalador do sistema financeiro e a

permissividade do comportamento dos atores hegemônicos, que agem sem contrapartida, levando ao aprofundamento da situação, isto é, da crise" (SANTOS, 2003, p. 17).

Portanto, desde sua gênese, o que estava em pauta era a aniquilação do Estado de bem-estar para prover políticas pró-mercado. O conjunto de organismos envolvidos com essa lógica contribuíram para sua consolidação, tais como a organização e reorganização dos blocos internacionais de poder, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), dentre outros organismos internacionais.

Ainda que esse debate tenha permeado as mobilizações da década de 1960 e 1970 e possua diferentes abordagens e leituras de inúmeros cientistas e pesquisadores, problematizamos nessa reflexão justamente por vê-lo vir à tona em períodos de crise, o que demonstra o não esgotamento, desde os gabinetes de discussão política até a assimilação pelo pesado cotidiano, de parte significativa da população.

Se, de um lado, como causa e efeito do processo de globalização, conforme intitulado por Milton Santos (2003), as práticas econômicas começaram a ser mimetizadas por muitos países, principalmente no Ocidente, de outro lado tivemos algumas economias que resistiram ou praticaram outras formas de desenvolvimento, como por exemplo, a China. O que significa que o processo de globalização ocorreu de forma desigual entre os países, demonstrando o sentido da teoria do desenvolvimento geográfico desigual.

Para essa compreensão, partimos da lei do desenvolvimento desigual e combinado, formulada por Trótski após a Revolução de 1905 na Rússia e seu desdobramento, a teoria do desenvolvimento geográfico desigual (SMITH, 1988; HARVEY, 2004, 2006), mais especificamente na análise do capitalismo mundializado.

Entendemos, a partir dos autores, que o desenvolvimento geográfico do capitalismo, na busca de espaços para sua reprodução, desenvolve alguns espaços em detrimento de outros, como Smith (1988) observou nas cidades estadunidenses. Em que pesem análises sobre Estados Nacionais e, intrinsecamente, a seu processo de urbanização, é importante atentar-se às múltiplas escalas em que se dá esse processo, no âmbito da divisão internacional do trabalho, mas também da divisão inter-regional do trabalho (THEIS, 2009), o que permite demonstrar as especificidades e desigualdades dentro do território.

Nos Estados Unidos, o grande "exemplo"⁴ da globalização neoliberal, um Estado que investe grande parte do PIB em equipamentos bélicos e com grande viabilização do capital financeiro e especulativo, demonstraram-se as fragilidades do processo com a crise de 2008, conhecida como *subprime* (HARVEY, 2011). "Na primavera de 2009, o Fundo Monetário Internacional estimava que mais de 50 trilhões de dólares de valores em ativos (quase o mesmo valor da produção total de um ano de bens e serviços no mundo) haviam sido destruídos" (HARVEY, 2011, p.13). Para o autor, "a Federal Reserve estimou em 11 trilhões de dólares a perda de valores de ativos das famílias dos EUA apenas em 2008. Naquele período, o Banco Mundial previa o primeiro ano de crescimento negativo da economia mundial desde 1945" (HARVEY, 2011, p. 13).

Na crise da pandemia que estamos vivendo, outros números negativos como esses começam a fazer parte dos relatórios de diagnósticos e consultorias econômicas.

Na crise financeira, a Europa que se adaptava aos ditames do capitalismo neoliberal demonstrava suas diferenças internas e reproduzia a receita aos países menos desenvolvidos para a permanência no bloco: austeridade fiscal, privatizações e controle dos gastos públicos.

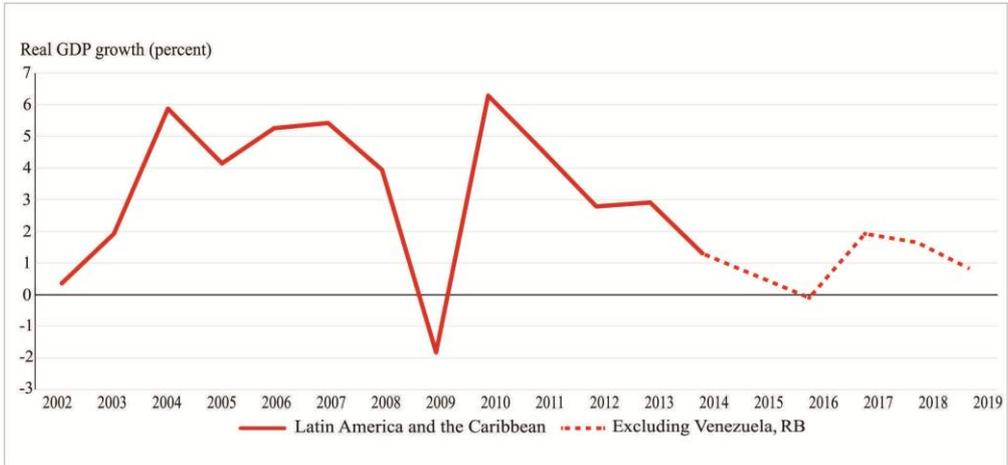
Na América Latina, com diversos descompassos em relação ao calendário neoliberal, países em tempos diferentes, todos após o Chile, foram paulatinamente aderindo à fórmula neoliberal, encabeçada pela austeridade fiscal e destruição das empresas nacionais justificadas pela livre competição. A Argentina, sob o governo de Macri, não demorou muito para acionar o FMI, como fizera em outros tempos, para cobrir os rombos justificados pela crise.

Países desalinhados aos preceitos descritos tiveram intervenções significativas, ora de fora para dentro, ora de dentro para fora, na destruição de democracias para a implementação do receituário neoliberal. Enfim, o resultado, apenas em termos econômicos⁵, demonstrado pelo próprio Banco Mundial, está expresso no Gráfico 1.

⁴Situado entre aspas por ser referência para os capitalistas e parte da elite nacional em termos de desenvolvimento capitalista, mas que também tomamos como referência para ilustrar as contradições.

⁵ Situamos apenas os números econômicos, incorporando os PIBs dos países, mesmo sabendo que outras variáveis fundamentais à reprodução da vida também são destruídas.

Gráfico 1- Crescimento econômico lento ao final da década de ouro



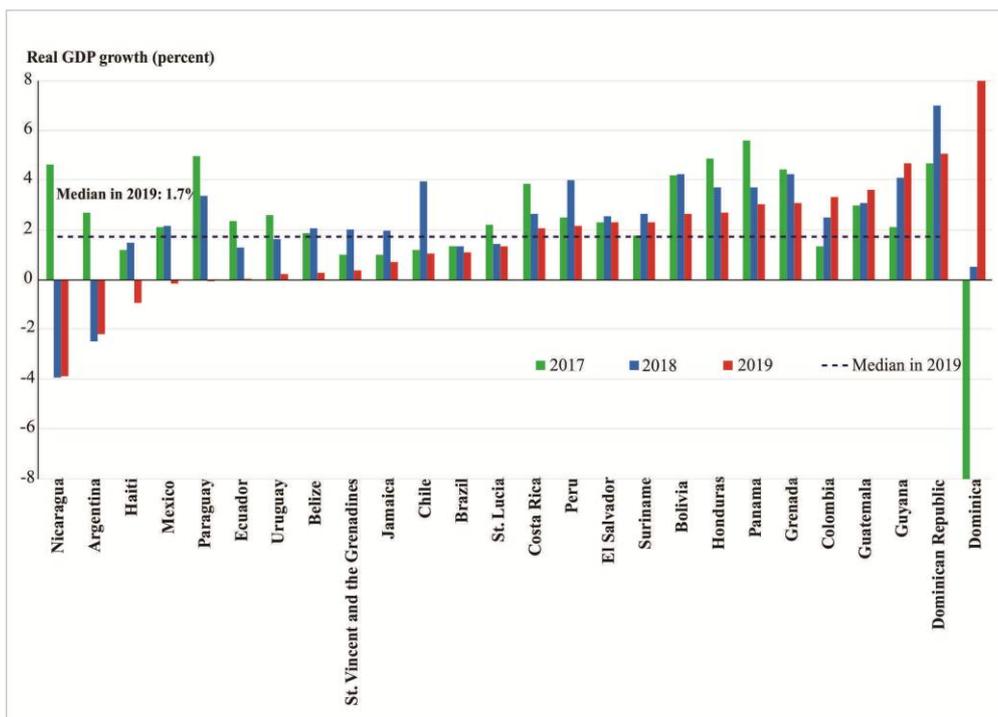
Fonte: Banco Mundial, 2020

Conforme relatório do Banco Mundial, a taxa de crescimento da América Latina é fortemente influenciada por suas três maiores economias: Brasil, México e Argentina. "Nos últimos anos, os três passaram por recessões ou desacelerações. A partir dessa perspectiva, pode ser mais significativo considerar mediana de crescimento (ou seja, o valor que divide o grupo de países em dois), em vez da taxa média de crescimento" (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 11). Ainda no relatório (Gráfico 2), o Banco Mundial declara: "todavia, mesmo com essa métrica, o crescimento da América Latina e do Caribe deixou muito a desejar: somente 1,7% em 2019" (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 11).

Os países que buscaram políticas de desenvolvimento diferenciadas, como Brasil, Bolívia e Venezuela, por exemplo, ou passaram por um processo de destruição das democracias, substituindo agendas de bem-estar por agendas pró-mercado, como no caso dos dois primeiros, ou estão passando por diversas sanções internacionais, como é o caso da Venezuela. No Brasil, houve uma ruptura democrática em 2016 para assimilação de uma agenda flagrantemente neoliberal, senão ultraliberal⁶.

⁶O conceito de inflexão ultraliberal foi cunhado por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro no âmbito do Projeto do Observatório das Metrôpoles intitulado "As Metrôpoles e o Direito à Cidade na Inflexão Ultraliberal da Ordem Urbana Brasileira", disponível em encurtador.com.br/xBIV5

Gráfico 2 - Crescimento do PIB real em porcentagem dos países da América Latina



Fonte: Banco Mundial, 2020

Poderíamos ampliar a análise para os países da África e da Ásia Meridional, mas esses exemplos acima já demonstram que a similaridade no contexto dos Estados é a força desse receituário que, dentre todas as possíveis mazelas, destruiu as capacidades de viabilização da infraestrutura e serviços para a população, sobretudo em setores fundamentais, como educação, saúde, moradia e segurança. Os setores que, de algum modo, foram formulados pelo Estado, em alguns casos, acabaram sendo colonizados, não apenas pelas vontades dos governos em viabilizar o mercado, mas também pela velocidade do capital financeiro internacional e nacional em apropriá-los para que passem de políticas de Estado a ativos nas mãos grandes empresas e fundos de investimento.

É um processo que contribui ainda mais para a ampliação da crise e o aprofundamento das desigualdades sociais. Faz sentido a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual para sua compreensão, pois no interior dos países há desigualdades sociais e territoriais que são afetadas por tais políticas.

Nas telas dos computadores e nos ambientes tecnológicos das bolsas de valores, as necessidades da população são invisíveis, pois o que está em jogo é analisar os *candlestick* (ou outras técnicas de análise) e ganhar com a subida dos gráficos de ativos, seja dos preços das grandes empresas, seja na especulação de mercados futuros, opções e derivativos. O que se vê são fundos de investimentos ganhando vultuosos valores de aplicações para aumentarem seus poderes de escolha sobre qual setor ou espaço será o próximo a ser colonizado.

Não bastasse o descolamento dos números do capital financeiro frente ao capital produtivo, podemos afirmar que o primeiro tomou o protagonismo nas tomadas de decisão; as tecnologias e inovações para desenvolvimento e reprodução desse capital são inúmeras, conforme descreveu Harvey (2010). Como exemplo, o capital financeiro tem seu lastro no sistema produtivo e na base material, mas a inovação no processo especulativo tem se desdobrado também no advento das criptomoedas⁷, cujos lastros estão situados em *white papers* ainda baseados no sistema de segurança e nas criptografias. A inovação do processo é grande, incentivando a criação de fazendas⁸ de computadores registrando códigos, também conhecidos como mineração, que se tornam universais e garantem a segurança de transações desvinculadas, por ora, do sistema produtivo. O que interessa, de fato, são os ganhos oriundos da especulação e do aumento do valor das moedas, cada vez maiores e sem conexão com a vida cotidiana.

Já a China, despontado como um dos exemplos que caminham de forma diferenciada ao anteriormente exposto, montou estratégias de desenvolvimento em grande escala que possibilitou um Estado gigante. Ancorado no sistema produtivo, com a maior massa de trabalhadores em manufatura do mundo, a China consegue manter o crescimento a partir do desenvolvimento do socialismo de mercado ou, como define Elias Jabbour (2019), a partir da Nova Economia de Projeto Centralizado (JABBOUR, 2019). Em alguns casos com aberturas importantes ao desenvolvimento de empresas que figuram como principais no cenário

⁷ Importante destacar que as criptomoedas vieram para romper o domínio do dólar após o Acordo de Bretton Woods em 1944 (que facilitou aos EUA exportarem para o mundo sua inflação, colocando a impressora de dólares para produzir mais papel moeda sem lastro algum). Para muitos investidores em criptomoedas, sua criação é uma reação a isso e é por isso que a China criou sua própria. Uma das atrações é a volatilidade, que permite ganhos aos especuladores, mas aqui foram trazidas como exemplo para demonstrar a inovação do processo financeiro.

⁸ Uma das formas de geração de códigos criptografados, ou seja, a mineração de criptomoedas, é por meio de grande concentração de computadores, conhecidos como "Fazendas de Mineração".

internacional⁹. A China, portanto, mantém sua grandiosa demanda de matérias - primas e sua capacidade de produção, alimentando um sistema capitalista mundial esgotado e sem perspectivas. Suas estratégias atuais são compatíveis ao mercado, mas, com esse Estado gigante, os meios de comunicação e as pesquisas preliminares sobre a pandemia já demonstram que tais estratégias configurou um fator importante para que a China se sobressaísse na intervenção à crise da pandemia.

Elias Jabbour (2020, s/p.) afirmou que "a cada vez maior capacidade de se gestar de forma consciente um Estado e uma sociedade é o verdadeiro legado chinês ao mundo pós-pandemia". Por outro lado, o mesmo autor faz um manifesto sobre a forma que os pesquisadores enxergam aquela realidade, pois "incrivelmente nove em cada dez analistas do campo progressista mundial simplesmente ignoram a construção dessa capacidade" (JABBOUR, 2020, s/p.).

Em um caminho muito diferente daquele seguido por EUA, Europa e América Latina, por exemplo, a China demonstrou, a partir de suas estratégias de desenvolvimento e de sua planificação e seus planos quinquenais (JABBOUR, 2020), que está mais preparada para suplantar a crise, por possuir mais Estado e mais capacidade de investimento no território. Portanto, se a Europa, os EUA e a América Latina estão passando por inúmeras dificuldades para superação da crise sanitária e econômica resultante desse processo, em parte essas dificuldades estão balizadas pelo fracasso neoliberal¹⁰ que, agora, não encontra no mercado possibilidades de superação, uma vez que o próprio mercado precisa de Estado.

Ao trazermos esta reflexão para o caso brasileiro, epicentro da pandemia¹¹ nos últimos meses, verificamos que as contradições do capitalismo neoliberal são ainda maiores. No Brasil, as desigualdades são expressas em inúmeras pesquisas que tratam de segregação, segmentação e diferenciação, no âmbito da urbanização (RIBEIRO & RIBEIRO, 2013), mas também das múltiplas relações entre o processo de urbanização e sua relação campo-cidade. O espectro desigual é acentuado pelo comportamento da elite brasileira, de manutenção da subordinação frente à lógica do liberalismo econômico, em um primeiro momento, com o entendimento de que,

[a] evidente desigualdade de que se reveste que [para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual, mas combinada] é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 30, que da existência de setores "atrasado" e "moderno" (OLIVEIRA, 1987, p. 36).

⁹ No último *Ranking* da Revista Fortune, o volume de empresas chinesas (129) superou o número de empresas estadunidenses (121), na lista das maiores do mundo. Mais informações em: <https://fortune.com/global500/>.

¹⁰ Termo utilizado por Joseph Stiglitz, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596860-joseph-stiglitz-em-todas-as-dimensoes-o-neoliberalismo-foi-um-fracasso>.

¹¹ Definição disseminada por diversas mídias, entre elas, a Folha de São Paulo, disponível em: <http://encurtador.com.br/auxBW>.

E que, num segundo momento, acata os ditames do capitalismo neoliberal, da abertura irrestrita ao capital financeiro internacional na exploração de setores econômicos da sociedade brasileira. Essa abertura e inflexão (RIBEIRO, 2020)¹² consubstanciaram os elementos, oriundos do Consenso de Washington, como austeridade fiscal, privatizações das empresas nacionais e alocação do orçamento para o rentismo por meio da ampliação da dívida pública.

Desse modo, no Brasil também faltou Estado para a viabilização de políticas públicas de manutenção da vida e de investimentos em bens de consumo coletivo. A despeito das lutas e conflitos por direitos nas décadas de 1970 e 1980, que culminaram na aprovação da Constituição Cidadã de 1988, a década seguinte foi uma década de contradições, uma vez que a prática política de viabilizar a agenda neoliberal era oposta à necessidade aclamada e aprovada na Constituição de 1988. Enquanto a sociedade brasileira ansiava por um Estado de bem-estar social, iluminada por experiências que aconteceram na Europa do Pós-Guerra, a agenda neoliberal conquistava seu espaço, o que significou o aprofundamento das desigualdades sociais.

Ainda que na primeira década desse milênio governos desenvolvimentistas propuseram diversas políticas inclusivas e de ampliação da agenda de bem-estar, tais políticas foram interrompidas por um golpe jurídico-midiático-parlamentar em 2016, o que colocou em evidência o neoliberalismo, aprofundando sua perversidade. Por isso, é importante refletir e deixar em debate a hipótese do retumbante fracasso neoliberal, que fez até Macron mudar seu discurso.

Na fase de epidemia que estamos vivendo, o mesmo Macron que dizia que o Estado de bem-estar não funcionava e que estava disposto a transferir renda para sistemas privados de saúde, nesse período mudou de posição e alegou que a pandemia revelou que "a saúde gratuita sem condições de renda, de história pessoal ou profissão, e nosso estado de bem-estar social (*état-providence*) não são custos ou encargos mas bens preciosos, vantagens indispensáveis diante das vicissitudes do destino"¹³.

A frase atual, agora como polifonia, é proferida por diversos líderes de Estado e de entidades, agências e partidos, como um clamor por um Estado de direitos, com

¹²O conceito de inflexão ultraliberal foi cunhado por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro no âmbito do Projeto do Observatório das Metrópoles intitulado "As Metrópoles e o Direito à Cidade na Inflexão Ultraliberal da Ordem Urbana Brasileira", disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/as-metropoles-e-o-direito-a-cidade-na-inflexao-ultraliberal-da-ordem-urbana-brasileira-texto-para-discussao/>

¹³Tradução de Carta Maior, disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Virus-revolucionario-mexe-com-Emmanuel/6/46831>.

infraestrutura de bens de consumo para a população. Um exemplo é o próprio relatório do Banco Mundial para a América Latina sobre a Covid-19, que, no título sobre "as políticas públicas em respostas à crise", destaca que "os pacotes geralmente incluem medidas fiscais e monetárias, tais como aumentar os gastos públicos, permitir diferimentos de impostos ou diminuir as taxas básicas de juros" (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 42), demonstrando que é necessário o oposto ao que exigiam as políticas neoliberais. Isso evidencia que alguns serviços não podem ser inseridos dentro da lógica de acumulação, pois, como já destacado, o mercado faz suas operações nas telas em que valores e preços são apenas números; e demonstra que países não podem fazer suas políticas apenas pensando nos investidores e nas agências de classificação de riscos de investimentos.

Como afirmou Harvey,

quarenta anos de neoliberalismo em toda América do Norte e do Sul e na Europa deixaram a população totalmente exposta e mal preparada para enfrentar uma crise de saúde pública, apesar das epidemias anteriores - causadas pela SARS e o ebola - terem proporcionado abundantes advertências e lições sobre o que deveríamos fazer (HARVEY, 2020, s/p).

A partir da crise sanitária, é cada vez mais proclamada, inclusive por pesquisadores que pensam a vida e sua reprodução, a necessidade de desvinculação de alguns serviços essenciais da ordem econômica e do fetiche do dinheiro e do lucro. Mas, para além da garantia de todos esses serviços, é preciso pensar em políticas que atinjam a capilaridade dos territórios sem retorno em forma de lucro financeiro, ou seja, políticas anticapitalistas.

Desse modo, uma das formas de pensarmos políticas de capilaridade, é refletirmos sobre as políticas urbanas, pois, conforme previa Lefebvre (1999), vivemos em uma sociedade cada vez mais urbana e é na cidade que a maioria dos processos sociais ocorrem. Por isso, discorreremos, no próximo tópico, sobre o papel do processo de urbanização na disseminação da crise e, também, como possibilidade de sua superação.

A URBANIZAÇÃO NEOLIBERAL: ALGUNS APONTAMENTOS

A urbanização neoliberal, assim como o urbanismo neoliberal, conforme destacou Brenner (2018), não se trata de uma forma unificada e homogênea de governança urbana, mas representa uma síndrome ampla de instituições, políticas e estratégias regulatórias de mercado (BRENNER; PECK, THEODORE, 2010, 2012; PECK, THEODORE, BRENNER, 2012; BRENNER, 2018).

Essa síndrome, destacada pelos autores, tem íntima relação com os processos destacados no tópico anterior sobre o capitalismo neoliberal, pois uma de suas características foi justamente inundar as instituições com suas ideias e práticas, sejam elas políticas, econômicas, educacionais ou de governo. No âmbito do

crescimento demográfico dos diversos países, naqueles em que o capitalismo neoliberal, em algum momento, capturou a agenda política e econômica, o processo de urbanização passou a ser pensado dentro dessa lógica, a partir de práticas que foram posteriormente definidas como empreendedorismo urbano (VAINER, 2000; SÁNCHEZ, 2003; HARVEY, 2006; OLIVEIRA, 2015), constituindo-se da utilização do *marketing* urbano para mercantilização do solo e de grandes projetos urbanos (GPUs).

Para Brenner,

embora certamente ligada à ideologia do capitalismo de livre mercado, essa síndrome assumiu formas políticas, organizacionais e espaciais profundamente variadas em diferentes lugares e territórios e suas expressões político-institucionais têm evoluído consideravelmente desde as crises econômicas globais e os choques geopolíticos da década de 1970. Porém, diante de toda a diversidade contextual e mutação evolutiva, o denominador comum dos urbanismos neoliberais é o projeto fundamentalista do mercado de ativação das instituições públicas locais e capacitação dos atores privados para estender a mercantilização do tecido social urbano, coordenando a vida coletiva da cidade através de relações de mercado e promovendo, assim, o desmantelamento de espaços urbanos não mercantilizados e autogestionatários (BRENNER, 2018, p. 211).

Essas estratégias foram possíveis pois o capitalismo encontrou, no urbano, a possibilidade de aumentar sua circulação e, conseqüentemente, sua reprodução. A explosão demográfica de muitas cidades que se tornaram grandes cidades e metrópoles no mundo, ocasionada pela inversão do local de moradia da população, impulsionou as estratégias de acumulação para o urbano.

Evidentemente que espaços não urbanos são responsáveis pelo extrativismo, suscitando Brenner (2018) a propor o reescalonamento da interpretação desse urbano, pois as conexões entre as práticas extrativistas e o urbano foram cada vez mais se intensificando, bem como a espacialidade e as formas de intervenção do Estado nessa espacialidade não são estáticas, pois se alteram, em termos de escalas, em função das mudanças do regime de acumulação. Antes, a base produtiva sustentava o capitalismo, por isso, as cidades europeias e asiáticas se expandiram nos séculos XIX e XX pelo processo de industrialização. Em diferentes partes do mundo essa lógica permanece, mas em outras, a reestruturação produtiva mudou o foco, concentrando-se, dentre as possibilidades, no empreendedorismo urbano como prática para as relações de troca no mercado, que viabiliza a acumulação de alguns em detrimento da ampliação das desigualdades intra e interurbanas.

O capitalismo fossilista (PORTO-GONÇALVES, 2018) concentra os esforços em manter economias como extrativistas, como é o caso de países da América Latina, por meio da extração dos combustíveis fósseis, das riquezas do subsolo e do agronegócio. Outras economias especializaram-se nos serviços e no

desenvolvimento de parques tecnológicos como forma de desenvolvimento, dentro e fora das cidades, como por exemplo, Coreia do Sul e China. Já outras, buscaram formas de atração vinculadas ao turismo internacional. "As visitas internacionais aumentaram de 800 milhões para 1,4 bilhão, entre 2010 e 2018 (HARVEY, 2020). Para o autor, "essa forma de consumismo instantâneo exigiu investimentos massivos em infraestrutura em aeroportos e companhias aéreas, hotéis e restaurantes, parques temáticos e eventos culturais, etc" (HARVEY, 2020, s/p).

A partir do turismo, ocorreu o processo de mimetização de cidades (ROLNIK, 2015) em que a proposição do planejamento estratégico de cidades incluía grandes projetos urbanos para atração de investimentos e, conseqüentemente, de aquecimento do turismo como atividade econômica protagonista, como ocorreu com Barcelona, Berlim, Buenos Aires, Dubai, Tóquio, Santiago, etc., e, essa última, que explora o turismo como uma das principais atividades, ademais de outras, viabilizando-o como parte do processo de reprodução do capital.

Como exemplificado com outras cidades latino-americanas, São Paulo e Rio de Janeiro também experimentaram intervenções nesse sentido. São Paulo, com forte ênfase para destacá-la como global (FERREIRA, 2003; FIX, 2007) a partir dos projetos da Marginal Pinheiros, e Rio de Janeiro, com a proposição do Porto Maravilha e de diversos outros projetos para viabilização dos megaeventos esportivos (SANTOS JUNIOR, GAFFNEY E RIBEIRO, 2015; SANTOS JUNIOR, 2016¹⁴).

O que destacamos, em torno desse debate, é que, em algumas realidades, como a urbanização europeia e estadunidense, o próprio urbano passou a fazer parte do complexo imobiliário financeiro (AALBERS, 2008), transformando estruturalmente as empresas e suas formas de governança, com forte inflexão para o sistema financeiro. Em maior ou menor grau, esse complexo também passou a fazer parte da urbanização em países periféricos, por isso, vimos ocorrer um processo de desindustrialização e concentração nos serviços, com forte dependência do Estado e da extração de renda do setor extrativista.

Como caso diferenciado, a China consolidou sua força industrial e tecnológica com forte apoio e subsídio do Estado chinês, possibilitando o conhecido crescimento dos últimos anos. Uma das características destacadas por David Harvey (2015)¹⁵ é que a China passou por um processo de urbanização mais recente, necessitando fortes investimentos em infraestrutura, transportes e urbanização, com números

¹⁴ Entrevista disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/550815-megaeventos-e-a-mercantilizacao-das-metropoles-brasileiras-entrevista-especial-com-orlando-alves-dos-santos-junior>.

¹⁵ Em palestra sobre a Economia Política da Urbanização, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6wWUdFXVXrw&feature=youtu.be>.

gigantes em termos de dados, se comparado temporalmente com a urbanização ocidental em termos de gastos com concreto, ferro e transportes, etc.

Para o autor, os investimentos em urbanização e sua infraestrutura demandaram o setor produtivo chinês de forma significativa, mantendo o crescimento. O mesmo vale para pensarmos sobre o que ocorreu com a urbanização produzida em países como Emirados Árabes Unidos, por exemplo, com a drenagem da renda fossilista para produção de cidades turísticas com empreendimentos arrojados.

Em países cujo processo de urbanização já estava consolidado, com a maioria da população residindo em cidades e com baixo crescimento demográfico, como na Europa, por exemplo, as novas formas de produção de cidades estiveram mais vinculadas ao complexo imobiliário - financeiro, por meio da produção de grandes projetos urbanos como forma de criar vantagens comparativas, por um lado e, por outro, por meio da colonização de setores pelo próprio capital financeiro, como o setor da moradia (ROLNIK, 2015), por exemplo.

Na América Latina, com suas características de uma urbanização desigual, a criação de vantagens comparativas em áreas metropolitanas ampliou as desigualdades no sentido de canalização dos recursos públicos para a viabilização de projetos para a elite econômica e financeira. A maior parte da população, portanto, continuou com as dificuldades de acesso aos serviços básicos e ao trabalho, mas agora, com aprofundamento dessas dificuldades na lógica do empreendedorismo urbano.

O caso específico do Brasil demonstra que o fracasso neoliberal no processo de urbanização é ainda mais significativo, pois, diferentemente dos países centrais, políticas pró-bem-estar restringiram-se a programas e políticas específicos e setoriais e apenas foram implementados na primeira e no início da segunda década do presente milênio. Apesar de sua importância, a urbanização brasileira traz, em sua origem, uma abissal desigualdade social e territorial.

O processo de desindustrialização e a dependência econômica maior, nos últimos anos, do agronegócio e do capitalismo fossilista, de modo geral, têm levado os trabalhadores cada vez mais à informalidade e a buscar atividades vinculadas aos serviços. Juntamente a isso, a ruptura democrática em 2016 levou ao poder governos com agendas restritas ao mercado, mas com estratégias de destruição de quaisquer bases de organização do trabalho, levando os trabalhadores para uma condição ainda mais complexa de superexploração do trabalho (MARINI, 1973; MARTINS, 2009).

Sindicatos desregulamentados, plantas industriais esvaziadas, condições de trabalho precarizadas e escassez de oportunidades levaram os trabalhadores para o cenário do desemprego e da informalidade, formando um conjunto significativo de

populações sem renda e de populações envoltas pelas novas terminologias como uberização, pejotização, meização¹⁶, entre outras denominações.

A despeito da expansão das vagas em universidades públicas e privadas, mesmo que muito longe do necessário, o quadro é de trabalhadores formados mas sem trabalho ou com condições tão precárias que caem em mais uma das armadilhas do capitalismo, propagadas como empreendedorismo individual. Dessa lógica, surge a frase que ficou conhecida entre propagandas e notícias, de que “o engenheiro virou Uber”.

Apesar de concentrarmos a análise em processos de urbanização metropolitanos e com características similares nas cidades médias brasileiras, esse processo também faz parte das pequenas cidades, cuja receita, em muitos casos, dependem dos repasses de recursos da União e dos Estados, além da arrecadação própria dos municípios.

Uma das formas de geração de receitas dessas realidades é via transferência de renda por meio de programas sociais que, dada a inflexão dos últimos anos, também passaram a ser atacados para sua supressão, acelerando ainda mais o processo de precariedade dessas realidades.

Como forma de resolver o problema, as propostas do governo ultraliberal no poder são: i] a extinção de municípios por meio do plano denominado "Plano Mais Brasil"¹⁷ com o objetivo de extinguir municípios com menos de 5 mil habitantes; e ii] a privatização de municípios¹⁸. No primeiro caso, municípios que dependem dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), inclusive para realização dos serviços mínimos, passariam a depender do município maior que (re)integrariam, ou seja, diminuindo ainda mais os repasses e a possibilidade de realização dos serviços que já são precários e insuficientes e, de quebra, permitiria com que o governo central fizesse a gestão desse recurso que deixaria de ser repassado via fundo. No segundo caso, a ideia é amparada em alguns exemplos internacionais e buscaria a retirada de todas as possibilidades de capacidade estatal, revertendo a governança para a iniciativa privada, aguçando o projeto neoliberal e retirando direitos.

Portanto, a compreensão dos processos urbanos e metropolitanos no Brasil passam por todas essas nuances e particularidades, evidenciadas de forma abissal

¹⁶Discussão que utiliza a terminologia pode ser acessada em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/574556-a-eliminacao-dos-custos-associados-ao-direito-e-a-protecao-do-trabalhador-constitui-a-espina-dorsal-da-reforma-trabalhista-entrevista-especial-com-ludmila-abilio>

¹⁷ Mais informações em: <https://www.politize.com.br/extincao-de-municipios/>.

¹⁸ Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/privatizar-cidades-esta-na-mira-do-governo-federal/>.

pelo desenvolvimento geográfico desigual que o capitalismo viabilizou e o capitalismo neoliberal aprofundou.

Tanto nos casos da urbanização dos EUA, Europa, América Latina e Brasil, utilizados como exemplos, a crise da pandemia viabilizada pela Covid-19 evidenciou a crise econômica e social desse processo, em diferentes intensidades e particularidades. Por um lado, esses casos ilustrados demonstraram incapacidade de resolver os problemas de infraestrutura de saúde para a população, pois, na maioria dos casos, a lógica é a da saúde como negócio: os recursos, os respiradores, os medicamentos e os demais equipamentos são produzidos dentro da lógica da demanda e não como prevenção. Por outro lado, com a reduzida capacidade dos Estados e com os serviços privatizados, houve demora na produção de equipamentos, investimentos em saúde pública e promoção de infraestrutura para suporte rápido às necessidades criadas pela pandemia.

Embebidos da lógica do fetiche do PIB e de que a economia não poderia parar, governos urbanos e de Estado demoraram para assimilar a velocidade do contágio e das consequências do aumento da curva de contágio, mantendo a economia e as pessoas no ritmo frenético de circulação que, inicialmente, perpassavam pelas grandes cidades, chegando rapidamente às demais cidades conectadas às redes urbanas.

A partir do momento em que a circulação de mercadorias e pessoas é atingida, deflagra-se o aprofundamento da crise econômica, no entanto, nos países mais adeptos ao capitalismo neoliberal, os trabalhos estão desregulamentados, parte da população encontra-se desempregada e os Estados com capacidades restritas de viabilizar renda mínima para sobrevivência à pandemia, o que incentiva as pessoas à busca pelo mínimo de sobrevivência, de modo que continuam circulando, comercializando e buscando recursos.

Alguns governos, mais do que outros, amplificam a preocupação, como fez Macron, e busca políticas voltadas para a renda básica e para o bem-estar. Outros, como no caso do Brasil, ainda reluta contra quaisquer possibilidades de seguir a Organização Mundial da Saúde (OMS), cabendo aos municípios e aos estados, políticas de isolamento social e de atendimento da população. Em alguns casos, governos regionais rebelando-se contra o governo central.

No seio da busca por alternativas, o capitalismo neoliberal ainda encontra brechas para sua reprodução ampliada via governo urbano. É o caso de São Paulo, cuja publicação recente de Ströer *et al* (2020) faz a seguinte indagação: "Recursos adicionais para combater a Covid ou mais edifícios corporativos na OUC Faria

Lima?" questionando o Projeto de Lei nº. 203/2020¹⁹, que prevê a etapa de encerramento da OUC Faria Lima, cuja apreensão está na possibilidade de aumentar ainda mais o potencial construtivo, aproveitando, para isso, a retórica sobre a possibilidade de viabilizar recursos para combate à pandemia.

Ou ainda, casos de cidades que possuem planos diretores em revisão, cujas estratégias dos governos vinculados ao empreendedorismo urbano estão postas para tentar viabilizar as conferências e audiências via videoconferências, tirando a essência básica da participação popular na luta pelo direito à cidade²⁰.

Portanto, demonstradas apenas algumas faces dessa profunda crise, o que precisamos pensar é em retomar o debate sobre o papel da globalização, denunciada por Milton Santos como perversidade (SANTOS, 2003). No âmbito da nossa realidade, pensarmos em estratégias e políticas anticapitalistas para superação das crises, o que significa para o Brasil, especificamente: i] Estados mais fortes e com atuação específica em alguns setores fundamentais para a manutenção da vida; ii] retomada do crescimento via políticas de distribuição de renda e políticas fiscais que isentem os mais pobres da carga tributária; iii] valorização das organizações sociais como fortes articuladoras das comunidades e de suas necessidades; iv] ressignificação do trabalho para inibição da superexploração, com condições de reestruturação produtiva; v] políticas de renda mínima para o desenvolvimento de economias urbanas e condições dignas de vida; vi] taxaço de grandes fortunas (PIKETTY, 2014); vii] aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade viabilizadores de direitos e forte controle social sobre os grandes projetos urbanos segregadores; viii] ampliação da capacidade estatal dos municípios para a oferta dos bens de consumo essenciais para toda a população; e ix] estatizaço de setores essenciais e descolonizaço de setores financeirizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de produzir esse texto partiu de declarações de diversos governos sobre a pandemia, no sentido de seus fracassos frente às respostas necessárias para contenção dos problemas desencadeados. Ainda que longe de esgotar as possibilidades analíticas bem como de dados reunidos em torno dessa questão, o

¹⁹Disponível em: <https://url.gratis/bptLY>

²⁰ Um dos exemplos em tela é o caso de Maringá (PR), cujo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (Ipplam), responsável pela revisão do Plano Diretor, busca estratégias para realização de conferências e audiências públicas de forma virtual, gerando impasses com os órgãos de controle, como o Ministério Público e movimentos populares.

objetivo foi trazer um pouco do debate sobre a complexidade do momento e sua implicação nas cidades.

Evidentemente, não foi possível trabalhar com as consequências da pandemia, pois o foco ficou restrito a demonstrar o despreparo dos países no seu enfrentamento, para exemplificar características e práticas no processo de urbanização. A partir de vários exemplos que iluminaram essa reflexão, o desfecho foi para o caso brasileiro, considerado um dos mais críticos e com mais dificuldades de sair da crise.

O pano de fundo dessas dificuldades evidencia a questão política do desenvolvimento geográfico desigual – é fruto da negação do Estado de bem-estar social com abertura desenfreada para atuação do capitalismo neoliberal no processo de urbanização.

Sem serviços mínimos para a população, fruto das agendas pró-mercado e reunindo mazelas como o desemprego, a informalidade, a falta de renda e a colonização da governança pelos agentes do capital produziram a fórmula do fracasso neoliberal antes mesmo que a pandemia pudesse ampliar a catástrofe.

No caso brasileiro, a situação não é pior por conta do legado de governos progressistas que tivemos nesse milênio, que buscaram ampliar as estruturas de bem-estar, com a ampliação nos investimentos ao Sistema Único de Saúde, via prevenção e a criação do Sistema Único de Assistência Social. Após a ruptura democrática, o que vimos foram Ministros da Saúde com o discurso de privatização do sistema de saúde, inclusive com a finalização do Programa Mais Médicos. A pandemia está demonstrando que só é possível salvar vidas com mais infraestrutura pública de saúde, o que significa mais hospitais, mais unidades de atendimentos, mais médicos, mais medicamentos, mais laboratórios e mais pesquisas, cuja capacidade de oferta só pode ser pública.

As desigualdades e as fragilidades do Estado, portanto, são resultados do pensamento e ação dos governos e da elite econômica que acusam o tamanho do Estado pela crise (e convencem parte da população com esse discurso) e não a concentração de renda, o rentismo e a financeirização da economia, esses sim, fatores causadores e amplificadores de todas as crises.

A saída para remediar e recuperar as possibilidades de sobrevivência passa por políticas anticapitalistas, de viabilização de direitos, distribuição de renda, formulação de renda mínima e fortalecimento do Estado em todos os seus níveis.

REFERÊNCIAS

AALBERS, M. B.. *The financialization of home and the mortgage market crisis*. **Competition & Change**, v. 12, n. 2, 2008, pp.148-166.

BANCO MUNDIAL. A Economia nos tempos de COVID-19. **Relatório semestral sobre a região da América Latina e Caribe**. Banco Mundial, 12 de abril de 2020.

BARRANCO, Justo. Joseph Stiglitz: “**Em todas as dimensões, o neoliberalismo foi um fracasso**”. Entrevista. Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596860-joseph-stiglitz-em-todas-as-dimensoes-o-neoliberalismo-foi-um-fracasso>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BREGNAM, Rutger. **Utopia para realistas: como construir um mundo melhor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. *The After lives of Neoliberalism*. **Civic City Cahies**. London: Bedford Press/Architectural Association, 2012.

BRENNER, Neil. **Espaços da Urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2018.

CONESA, Elsa. *Rothschild & Cie coopte trois nouveaux associés*. In: **Les Echos**, *Publié le 16 déc. 2010 à 20:29*. Disponível em <<https://www.lesechos.fr/2010/12/rothschild-cie-coopte-trois-nouveaux-associes-445205>> Acesso em: 20 jun. 2020.

DUARTE-PLON, Leneide. **Vírus revolucionário mexe com Emmanuel**. In: Carta Maior, Edição 18/03/2020. Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Virus-revolucionario-mexe-com-Emmanuel/6/46831>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

FERREIRA, João Sette Whitacker. **São Paulo: o mito da cidade global**. (2003). Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

FIX, Mariana. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2007.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford Univesity Press, 2005.

HARVEY, David. **A política anticapitalista em tempos de COVID-19**. Blog da Boitempo Editorial. Publicado em 24/03/2020. Disponível em

<https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>Acesso em: 20 jun. 2020.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Trad.: A. U. Sobral; M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. London; New York: Verso, 2006.

HARVEY, David. **Uma breve história do neoliberalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

JABBOUR, Elias. **A China (muito) além da “Sopa de Wuhan”**. In: Le Monde Diplomatique Brasil. Edição Abril de 2020, publicada em 17 de Abril de 2020. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/a-china-muito-alem-da-sopa-de-wuhan/>>Acesso em: 20 jun. 2020.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

MARNHAM, Patrick. O homem do nada. In: *The Spectator*. Disponível em <https://www.spectator.co.uk/article/the-man-from-nowhere>, 04 de fevereiro de 2017.

OLIVEIRA, Clarice Misoczky. Entrepreneurialism: empresariamento ou empreendedorismo urbano- duas traduções, dois significados. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR)**, 16, 2015, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ANPUR, 2015, p. 1-16.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica a razão dualista**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. *Neoliberalism resurgent? Market rule after the great recession*. In: *South Atlantic Quarterly*, 111, n. 2, p. 2650288, 2012.

PIKKETY, Thomas. **O capital no Século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira**, Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2020. Disponível em <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/01/TD-012-2020_Luiz-Cesar-Ribeiro_Final.pdf> Acesso em: 20 jun. 2020.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Análise Social do território: fundamentos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. Os sentidos da cidade - espetáculo. In: SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003. p. 489-546.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Orgs.). **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-Papers/Observatório das Metrópoles, 2015.

SANTOS JUNIOR. Orlando Alves dos. **Megaeventos e a mercantilização das metrópoles brasileiras**. Entrevista especial com Orlando Alves dos Santos Junior. Instituto Humanitas Unisinos, 2016. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/550815-megaeventos-e-a-mercantilizacao-das-metrolopes-brasileiras-entrevista-especial-com-orlando-alves-dos-santos-junior> Acesso em: 20 maio 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Trad.: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STRÖER, Laisa; SANTORO, Paula Freire; RUFINO, Beatriz; OLIVEIRA, Isadora de; SAVIOLI, Camila. Recursos adicionais para combater o Covid ou mais edifícios corporativos na OUC Faria Lima? In: **LABCIDADE**, São Paulo: FAU-USP, 26 de

maio de 2020. Disponível em< <http://www.labcidade.fau.usp.br/recursos-adicionais-para-combater-o-covid-ou-mais-edificios-corporativos-na-ouc-faria-lima/>>Acesso em: 20 junho 2020.

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. In: **Novos Cadernos NAEA**, V. 12, n. 2 p. 241-252, dez. 2009.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (org). **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

VEJA. Macron diz que sistema de bem-estar francês é inadequado e pede reformas.Da redação.**Veja Online**, 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/macron-diz-que-sistema-de-bem-estar-frances-e-desperdicio-e-pede-reformas/> Acesso em: 20 jun.2020

CAPÍTULO 2

REPENSANDO AS ESCALAS GEOGRÁFICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Angela Maria Endlich

(...) as porteiras do mundo

varas têm?

— Têm conformes.

Manoel de Barros

A vida pode modificar-se de modo extremamente rápido e intenso. Este é um dos pensamentos que perpassa nossas mentes no início de 2020. Tudo que é sólido desmancha no ar - esta frase, que é originariamente do Manifesto Comunista e, posteriormente, título de livro de Berman (1986), vem adquirindo cada vez mais sentido. Se, em fevereiro de 2020, ainda durante o carnaval, era possível estar aglomerado em clubes, avenidas e praias festejando, a situação de isolamento social que se apresenta logo depois, provocou inúmeras

reflexões. Neste sentido, compartilharemos por meio deste texto algumas dessas inquietações que emergiram nestes dias conturbados, embora aparentemente pacatos face às restrições de mobilidade e de encontros.

As contribuições demandadas para refletir sobre esse momento perpassam as diversas áreas acadêmicas. No campo da Geografia temos observado aportes diversos, em especial quanto ao mapeamento das ocorrências que podem direcionar cuidados e políticas públicas mais efetivas. Entretanto, outras tantas problematizações são pertinentes e ampliarão o leque de pesquisa a ser desenvolvido para repensar as questões espaciais a partir desse momento. Dentre algumas possibilidades de trabalho que esse período nos apresenta, escolhemos repensar a temática das escalas geográficas, apresentada como o início do que esperamos ser uma sequência de reflexões. É tempo de repensar as dimensões do poder, da espacialidade da vida e dos seus rearranjos frente aos desafios apresentados.

Estruturamos o texto em três partes: uma primeira que aborda de modo mais genérico as reflexões acerca da escala geográfica. Na segunda, destacamos algumas escalas que pensamos merecer ênfase no período de isolamento social, que certamente transformou os vínculos e relações espaciais. Na terceira e última parte nos dedicamos a expor perguntas e compartilhar alguns desassossegos.

ESCALAS GEOGRÁFICAS: REFLEXÕES INICIAIS

O termo escala remete quase que de maneira automática, à cartografia. Isto porque, o debate sobre a escala geográfica pode ser considerado relativamente recente, ainda que muito profícuo nas últimas décadas. Conforme afirmara Lacoste (1989), os geógrafos usam a escala cartográfica porque não possuem uma escala geográfica. Se quanto à escala cartográfica é preciso pensar na sua adequação em relação ao que será analisado, isto é primordial em relação às escalas geográficas. Que elementos podem ser identificados e/ou representados a partir de uma determinada escala cartográfica? São esses elementos suficientes para a elucidação desejada no trabalho¹? São perguntas corriqueiras, que também devem perpassar quando incluimos a perspectiva escalar geográfica.

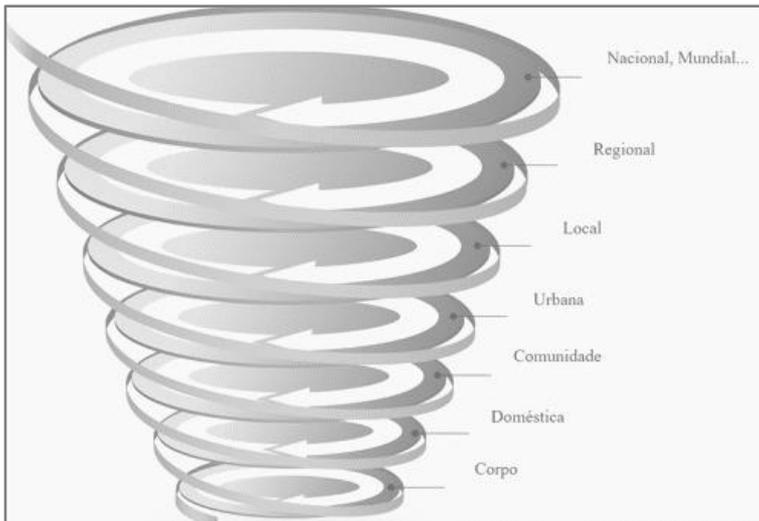
É certo que a pesquisa na Geografia tem exigido mais do que a escala cartográfica, bem como é igualmente certo que a análise de um determinado recorte espacial não pode voltar-se apenas a ele mesmo. Qualquer que seja a dimensão espacial abrangida por um trabalho, é premente que a análise contemple mais que uma escala geográfica, pois os fatores elencados em uma análise não podem mais

1 Alerta Lacoste (1982) sobre a escolha da escala cartográfica que é corriqueiro que ela seja realizada sem critérios adequados ou de modo pouco consciente dos motivos de referida escolha.

ser apenas endógenos. A compreensão das dinâmicas relevantes para o espaço em pauta deverá perpassar diversas escalas geográficas. Estas são reflexões fundamentais para reiterar a relevância desse tema.

Vivemos um mundo de intensas relações. E este mundo – ou a parte dele que se recorta para fins analíticos - para ser apreendido, exige a articulação de diversas dimensões espaciais. Ou seja, a análise deve transitar por escalas de diversas amplitudes e continentes de múltiplas determinações. Por isso o espaço geográfico não pode ser compreendido como um mosaico, tampouco como conjunto de círculos concêntricos. Se há uma imagem que pode expressar graficamente as interações escalares contemporâneas, seria a de espiral (Figura 1).

Figura 1- Escalas Geográficas representadas em uma espiral



Fonte: Smith, 1992 e Smith, 2002/*Design Power Point*.

Além dos nexos e limites que se diluem por meio de ampliação gráfica paulatina, a espiral como representação das escalas geográficas também é bastante adequada nestes dias pela lembrança de um tufão que nos atinge e retira a normalidade, como algo que vem da escala mundial e ameaça nosso corpo, transformando radicalmente o cotidiano.

O desenvolvimento tecnológico criou diversos instrumentos que possibilitam a articulação dos espaços. Esta materialidade é que torna premente pensar não só a produção do espaço, mas a produção das escalas geográficas. Portanto, assim como

outras teorias, a abordagem escalar decorre não só de um avanço acadêmico, mas resulta de um movimento da realidade.

Alguns autores destacam-se no tratamento teórico da escala geográfica, dentre os quais sublinhamos as publicações de Neil Smith. A análise escalar no trabalho do referido autor justifica-se pela problematização que se faz no sentido de gerar uma compreensão dialética da diferenciação e igualização geográficas que geram o padrão de desenvolvimento desigual. Assim, ele se pergunta: “*Em quais escalas opera esta dialética e como tais dialéticas são originadas?*” (SMITH, 1988, p. 191).

As escalas geográficas compiladas com base em parte da obra do referido autor (SMITH, 1988; 1992; 2000) são as representadas na Figura 1 e em seguida arroladas:

A escala do corpo – local da identidade pessoal.

A escala doméstica / casa – lugar da reprodução pessoal e familiar, a casa é uma localização física e talvez uma estrutura, permanente ou temporária.

A escala da comunidade – lugar da reprodução social, além de um grupo de casas, a comunidade incorpora uma miríade de instituições sociais e culturais inter-relacionadas – educacionais, religiosas e recreativas.

A escala urbana / espaço urbano – esfera diária do mercado de trabalho.

A escala local – formas e extensões espaciais muito diferentes.

A escala regional – a região: lugar da produção econômica.

A escala nacional – ou do Estado-nação: construção política, o lugar do poder estatal.

A escala mundial: espaço da circulação do capital.

Smith (1988,1992 e 2000) lembra que as escalas são socialmente produzidas, as quais não cabe, portanto, nenhuma naturalização. As escalas geográficas consistem em dimensões de poder e indicam o avanço do capital, que tem como primeiro espaço de produção e reprodução algumas cidades, portanto, o que seria algo entre a dimensão urbana e local. Posteriormente, a busca de mercados forjou os estados nacionais e, por fim, o espaço mundial quando passa a se falar em mundialização ou globalização. Portanto, a produção das escalas acompanha a ampliação do poder de agentes no âmbito do modo de produção capitalista.

Em nosso percurso acadêmico, a motivação principal em analisar as escalas geográficas esteve na realidade da escala local e como a produção das escalas mais amplas representou a subtração dos alcances das sociedades locais. Compreendemos como isso representa a não apropriação do espaço em um sentido mais amplo, que implica poder agir sobre sua realidade política e econômica. É diferente estar ou

apenas viver no espaço e apropriar-se dele. As localidades de modo geral tornaram-se reféns da ordem distante (LEFEBVRE, 2001) e convertem-se em espaços derivados, nas palavras de Santos (1996).

Neste momento aproximamo-nos do tema, portanto, com questionamentos diferentes e marcados pelos desafios que o enfrentamento de uma pandemia traz, ainda que o percurso e o aprendizados anteriores sejam fundamentais para subsidiar novas interpretações. É esta a tarefa a que nos propomos seguir.

AS ESCALAS GEOGRÁFICAS E AS REFLEXÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Em poucos dias passamos de um mundo com ampla circulação de pessoas por diferentes países para um mundo com fechamento de fronteiras, interrupção de fluxos aéreos, hidroviários e rodoviários. Não apenas a locomoção entre países foi interrompida ou diminuída, como no interior dos próprios países e até mesmo entre cidades barreiras foram construídas. O fluxo de comunicação, ao contrário, prossegue amplo² por todo o mundo, via redes, especialmente via *Internet*, que ganhou ainda mais relevância. A *live*, transmissão ao vivo por diversos canais e com diferentes conteúdos, é a palavra do momento. As reuniões em plataformas digitais, mais do que nunca, tornaram-se comuns. A *Internet* tem sido o canal pelo qual as pessoas tentam realizar o que antes faziam presencialmente: sessões de trabalho, bancas acadêmicas, aulas, compras, contatos com parentes e amigos, etc. Na realidade, as possibilidades estavam potencialmente presentes, mas a necessidade surgida nesse período intensificou muito o emprego de saídas virtuais para concretizar as ações corriqueiras, tanto relativas ao trabalho como as de cunho pessoal.

Um pouco do contexto

Qual é o contexto em que realizamos estas reflexões? Faremos breves registros para prosseguir com nossa análise. Não parece correto afirmarmos simplesmente que a pandemia provocada pelo denominado Novo Coronavírus, responsável pela doença Covid-19, seria a globalização da doença. Isso porque situações anteriores igualmente expressavam tal condição, como na H1N1 em 2009 e, retornando ainda mais, com a gripe espanhola, há mais de cem anos. Embora, ainda não se falasse em

2 Ampla no sentido quantitativo, pois entre o que circula tem notícias falsas o que compromete uma referência a amplitude qualitativa da informação.

globalização havia um mundo com interações suficientes para difundir a doença por diversos países. Os dados são variáveis de acordo com as fontes, mas a gripe espanhola³ também afetou milhões de pessoas no mundo todo. Contudo, em convergência com Santos (2020) concordamos que a pandemia atual é uma manifestação, entre muitas, do modelo de sociedade que se começou a impor globalmente a partir do século XVII.

Talvez a peculiaridade desse momento esteja em uma interação ainda mais vasta, promovendo maior rapidez na difusão do vírus. A economia e a política com grande integração espacial na escala mundial também ficam mais vulneráveis. Não deixam de ser relevantes nestes dias as interpretações do mundo que se faz no âmbito da geopolítica, polarizando de maneira clara o imperialismo americano em contraposição a contundente projeção da China.

Mostra-se singular a preocupação trazida pela alta transmissibilidade da enfermidade, associada à demanda por equipamentos médicos. Agrava-se o cenário quando eles não se encontram disponíveis de modo suficiente, mediante as previsões quanto à população a ser infectada e que desenvolverá Covid -19 de modo mais grave. Por isso, as medidas para conter a pandemia incluíram ações, do mesmo modo, inéditas como o isolamento social de aproximadamente um terço da população mundial por algumas semanas, com fechamento do comércio de modo geral, além das diversas atividades culturais e esportivas.

De acordo com Barifouse (2020), quando comparado o vírus desconhecido que começou a circular de modo efetivo em 2020, com o H1N1, a condição atual nos depara com maior transmissibilidade, pelo menos o dobro da até então conhecida. Contudo, outras especificidades se apresentam como o grau de letalidade a princípio subestimado, mas que alcançou mais de 10% em algumas áreas atingidas mais fortemente. Alguns dados da OMS apresentados pelo mesmo autor chamam a atenção: Enquanto o H1N1, em 16 meses tinha aproximadamente 493 mil casos confirmados e 18,6 mil óbitos; o Sars-CoV-2, em três meses já eram 571,6 mil casos confirmados e 26,4 mil óbitos. No final de maio, atualizando os dados mundiais confirmamos a rapidez do avanço da pandemia, pois eram mais de cinco milhões de infectados e quase 350 mil óbitos. Em início de agosto já passavam dos 18 milhões.

São números assustadores, de uma condição igualmente temerosa, ao que tudo indica distante do fim, pois somam-se a esses dados, a inexistência de um medicamento com comprovações suficientes para a cura e a perspectiva de uma

³ Não é demais lembrar que embora o nome remeta a Espanha, a origem do vírus é controversa, mas não é espanhola. Na Espanha emergiram as providências para combatê-lo tendo em vista a rápida difusão naquele território.

vacina apenas a longo prazo, o que faz com que essa seja uma crise temporalmente duradoura. Na realidade, trata-se de uma enfermidade da qual ainda não se conhece todos os sintomas. Ainda que estudos mostrem que 80% dos infectados tenham um quadro leve da doença ou mesmo sejam assintomáticos, dentre os 20% restantes, 15% apresentam gravidade e 5% tem estado crítico. Com alta transmissibilidade, ausência de medicamentos que possa acelerar a cura, a infraestrutura hospitalar tende a ficar sobrecarregada e tem se mostrado em várias áreas do mundo insuficiente para o atendimento dos afetados, tornando a situação dramática.

Tais especificidades criam uma condição marcada por instabilidade, medo e insegurança. O ambiente é similar a uma guerra, contudo, diferente de qualquer outra. A morte e o medo não chegam pelas ameaças com armas de fogo, mas vem por um vírus que nenhum dos nossos sentidos permite perceber a aproximação do perigo: não é perceptível a visão, ao olfato e nem a audição... trata-se de um inimigo que chega sorrateiro, não permitindo defesa nenhuma a não ser aquelas das recomendações das medidas de higiene e cuidados: lavar as mãos ou usar álcool gel, isolar-se e usar máscara quando precisar sair de casa. O vírus, invisível aos olhos, aparece, contudo, em imagens imensas nas telas da TV, de modo que todos conhecem o formato dele, mas isso em nada ajuda a batalha. Diferente do *Aedes aegypti*, conhecido como o mosquito transmissor da dengue que, ao divulgar as suas particularidades por imagens, contribuem pelo menos na identificação e, a partir daí, no seu combate. Com o novo vírus, conhecer a imagem é como se a mensagem fosse de que reconhecemos o inimigo, mas isso não se realiza no cotidiano. Ele continua invisível. Como o corpo humano é o vetor da transmissão, a desconfiança se instalou no dia a dia, quando o outro passa a ser a ameaça, não pelo seu caráter, mas porque ele pode ser portador do vírus.

Se o corpo alheio pode conter a ameaça, a dimensão afetiva também está afetada, pois as manifestações de afeto podem ser involuntariamente traiçoeiras. Esboça-se um mundo de muitas inseguranças e poucos abraços. Tendo em vista esse contexto tão incerto, em que significativa parte do mundo conhecido se dilui, buscamos repensar as escalas geográficas e seus significados, tendo em vista as diversas modificações em curso.

Que escalas geográficas sobressaem nas reflexões acerca da realidade criada pelo isolamento social e a difusão de uma pandemia? Certamente, todas merecem análise e releitura, mas algumas ganham proeminência. Com esse intuito, destacamos a escala do corpo, a doméstica e a mundial. As demais escalas comparecem em nossos questionamentos na terceira parte. Assim, procuramos refletir nos tópicos seguintes sobre as escalas mais relevantes para nossa vida nas últimas semanas – o corpo e a

doméstica, além de contemplar a escala geográfica mais ampla, produzida pelo capital e, agora, a escala alcançada por uma enfermidade, a mundial.

Escala do corpo

É a dimensão espacial mínima que um ser humano exige, tenha ou não posses financeiras. Pessoas em situação de rua, ou como mostrou Davis (2006), vivendo em locais inusitados como cemitérios e telhados, mostram essa realidade que é tão incômoda para o *establishment*⁴. Por meio desse espaço mínimo necessário para um ser humano, que precisa estar em algum local, escancara-se a contradição social, pois a forma como as pessoas são tratadas revelam que mesmo esse espaço mínimo demandado é negado.

Como assinalara Smith (1988) lembramos que as escalas geográficas são produzidas. Por isso, embora o corpo seja natural, ele como escala deve ser compreendido a partir das relações que se estabelecem, permeadas por atributos definidos na escala do corpo, como o gênero e outros, por exemplo, os derivados da etnia. Estes são predicados que podem ganhar conotação política e de poder a partir de mobilizações que os tenham em pauta, inclusive alcançando escalas mais amplas. Assim, pode-se trazer relevância para algumas costumeiras invisibilidades, como para os indígenas, negros e mulheres. Sinteticamente, as problematizações oriundas da escala do corpo em relação a escalas mais amplas vinham nessa perspectiva em âmbito acadêmico e também político.

As implicações provenientes do sentido inverso - para a escala do corpo desde as escalas mais amplas, em especial da escala mundial - na realidade, estavam colocadas tendo em vista diversos aspectos como a qualidade da alimentação que temos disponível e os nexos com as poucas corporações que dominam a indústria deste segmento. Portanto, a questão da saúde igualmente estava posta, mas estas implicações negativas se apresentavam em médio e longo prazo, como a obesidade, diabetes, colesterol, etc.

Neste período, a ameaça à saúde e à vida vem de um vírus que tem como vetor de sua transmissão o corpo humano e tem afetado países no mundo inteiro. Portanto, vivenciamos as implicações negativas da interação escalar mundo-corpo. Como assinala Harvey (2020), uma das desvantagens da crescente globalização consiste no fato de ser impossível deter uma rápida difusão internacional de novas doenças. Vivemos em um mundo altamente conectado.

⁴*Establishment* – termo proposto por Lefebvre para designar parte ativa da classe dominante (hegemônica, mas não homogênea) (KOSMINSKY; ANDRADE, 1996)

A escala mundial emerge nesse período não como oportunidade, como pode ter sido considerada em etapas anteriores, mas como ameaça. A fronteira a ser protegida é a do nosso corpo e a insegurança perpassa, então, nossas escalas geográficas mais próximas.

Impossível não lembrar nas reflexões sobre o corpo como dimensão política da obra de Foucault (2013). Percorrer com detalhes os aportes deste autor, implicaria em estender demasiadamente o texto, por isso, destacamos somente fragmentos que nos pareceram mais pertinentes, quando ele trata da peste, da ordem e disciplina:

Prescreve a cada um o seu lugar, a cada um o seu corpo, a cada um a sua doença e a sua morte (...). Mas houve também um sonho político da peste (...). A peste como forma simultaneamente real e imaginária da desordem tem como correlativo médico e político a disciplina. Por detrás dos dispositivos disciplinares, lê-se o terror dos “contágios”, da peste, das revoltas, dos crimes, da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, que vivem e morrem na desordem. (...) A cidade pestilenta, totalmente atravessada de hierarquia, de vigilância, de olhar, de escrita, a cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que incide de forma distinta sobre todos os corpos individuais – é a utopia da cidade perfeitamente governada. (...) os governantes sonhavam com o estado de peste (FOUCAULT, 2013, p.155).

Parece que Foucault será amplamente revisitado, ao lado de outros tantos que de alguma forma realizaram algum prenúncio da atual condição. A biopolítica oriunda do mesmo autor, designa práticas disciplinares para a população. A ameaça ao corpo consiste em forma perfeita de controle, tendo em vista a punição na forma de doença ou morte. A disciplina para o corpo aparece em destaque, embora outras escalas geográficas compareçam nestes excertos.

Nesta trilha, Mbembe (2019), contemporaneamente, explica que a necropolítica permeia o estado de exceção, inclusive com campos de concentração. Força alguns corpos a permanecerem em diferentes estados entre a vida e a morte. A concatenação de várias poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico possibilita dominação absoluta sobre os habitantes de um território. Na realidade, ele não se refere a uma situação de epidemia ou pandemia, mas a conflitos relacionados ao colonialismo contemporâneo, por exemplo. Apesar disso, as reflexões contribuem para pensar o período da pandemia, bem como possivelmente seus desdobramentos posteriores, quando, de modo geral, somos reduzidos a corpos biológicos, que tanto podem ser afetados pela transmissão como podem ser instrumentos ou vetores de circulação de vírus.

Com tudo isso, de modo insólito, a escala do corpo ganhou notoriedade. Santos (2020) aborda quanto a desigualdade entre os mais valorizados, aptos e necessários

para a economia, e a negligência, quanto aos demais. Como se vê, é amplo o debate e precisa ser continuado. A escala do corpo associa-se para a proteção, mais do que nunca, a outra dimensão espacial relevante, a doméstica.

Escala doméstica

Como escala de reprodução social, as relações mais comuns nela são as familiares. Ainda que considerando a diversidade de arranjos de família, é nessa dimensão espacial que tais relações tendem a realizar-se. Embora, existam em relações familiares, de modo geral, relações biológicas como as entre pais e filhos, tampouco devem ser naturalizadas. Isso, porque a forma como ela se organiza decorre de relações constituídas ao longo da história como mostrou Engels (2003), em publicação original de 1884. A família como conhecemos atualmente é a que convém ao acúmulo de capital. Obra bem mais recente (PIKETTY, 2014), mostra o peso das heranças familiares para a concentração social de capital, de algum modo reiterando as contribuições de Engels. É assim que ele assinala que o passado tende a devorar o presente.

Contudo, para além das relações assinaladas, a escala doméstica tornou-se notável no período da pandemia, pois se converteu no espaço refúgio da ameaça, mas, para além da reprodução social, ganhou outros significados. A frase *#Fique em casa*, foi das mais pronunciadas, digitadas e compartilhadas nessas últimas semanas. Diante de uma doença muito transmissível e letal, sem cura definida e que deverá sobrecarregar toda infraestrutura de saúde, o isolamento social tem sido a estratégia possível para a contenção do avanço das contaminações.

Em decorrência disso, a casa valorizada como espaço do refúgio e proteção, passou a ser também o ambiente de muitas outras atividades: estudo, trabalho, exercício físico, atividades culturais e lúdicas, tudo isso confundindo-se com as atividades domésticas costumeiras⁵.

A escala doméstica passa a abrigar muitas atividades e ter, portanto, múltiplas funções. O *mundo* e outras escalas geograficamente maiores estão de forma ainda mais efetiva em cada casa. Pode ser que esta condição seja passageira, mas a

⁵ Observamos que há um debate necessário e pertinente que já se apresentava vinculado ao *home office*, mas que ganha maior relevância com a sua difusão atual: para além do trabalho cotidiano e usual na escala doméstica, enquanto âmbito de reprodução social da vida, espaço de descanso e convívio cotidiano com a família, a casa passa a abrigar o trabalho profissional. Os custos do *home office* para o empregador, são muito menores, pois as instalações e energia necessária para o cumprimento dessa atividade passam a ser do trabalhador, além da supressão de outros custos conquistados ao longo da história pelos trabalhadores, como o de transporte.

ressignificação e o preparo da casa nesse sentido possivelmente serão mantidos posteriormente.

Foi bastante expressivo o título de *show online* promovido pela OMS e *Global Citizen: One world together at home* (Figura 2). Está contido no título um diálogo direto entre o mundo e a casa como dimensões espaciais, permeado pela motivação de uma ameaça ao corpo humano. De alguma maneira estamos na condição de prisão domiciliar mundial, com corpos docilizados pelo amedrontamento. Iniciativas como o referido *show* procuram suavizar tão dura realidade.

Figura 2 - Título de *show/live* – OMS e *Global Citizen*, 18.04.2020



Fonte: Global Citizen

Assim, a escala doméstica é uma dimensão bastante ressignificada nesse período. Nela, embora alguns vejam igualdade de condição, estamos todos em casa; ao contrário revelam-se, mais do que nunca, as contradições sociais, pois sob o rótulo comum de casa, existem realidades abissalmente desiguais.

Alguns diriam que passamos agora no texto a um salto mortal, passando dessa para a mais ampla escala geográfica – a escala mundial. Lembramos que tratamos nesta parte do texto das escalas geográficas que consideramos diretamente mais relacionadas à pandemia. As demais estarão contempladas no terceiro item, em meio a diversas indagações, conforme anunciado antes.

Escala mundial

É a escala geográfica mais vasta, expressão da amplitude espacial do poder econômico e político. Se podemos falar de mundialização ou de globalização é

porque existem agentes que possuem esse alcance. Portanto, uma vez mais lembramos que estamos diante de uma escala produzida. E com a produção dessa escala, passou a se difundir a ideia de aldeia global e de outras metáforas ou representações que propagam a concepção de um mundo menor. Imagens que trazem essa noção difundiram-se, sobretudo figura presente em Harvey (1992), inspirada em propaganda da Alcatel. Trata-se de um mundo que pelos fluxos possíveis nos diferentes períodos (dos barcos a vapor à aviação) apresenta uma distância horária cada vez menor. Por isso, difunde-se a imagem de um mundo que vai diminuindo de tamanho, já que ele poderá ser percorrido cada vez mais rápido. É impressionante que Júlio Verne já expressava isso em 1873, no conhecido “Volta ao mundo em 80 dias”, no qual ele afirmara que a terra diminuiu, pois a percorremos agora dez vezes mais depressa do que há cem anos. Mostramos na sequência uma imagem que não teve a mesma circulação, mas que contém a mesma mensagem, também extraída de propaganda de um segmento que contribuiu para o encurtamento das distâncias – a aviação (Figura 3).

Figura 3- Propaganda Motores *Wright*, década de 1950



Fonte: Revista Seleções Reader'sDigest, 1959.

Nela observamos um globo grande suportado por Atlas⁶ como fundo e, em primeiro plano, uma mão maior passa para uma mão pequena um globo bem menor.

⁶ Figura mitológica grega, condenado por *Zeus* a sustentar o mundo para sempre.

Ela expressa a transmissão intergeracional da possibilidade de um mundo mais facilmente apreendido por meio da circulação aérea.

Não se trata, concretamente, de distância real diminuída, pois o mundo em seus aspectos naturais permanece basicamente o mesmo, com as mesmas dimensões. O que se modificou foi a capacidade humana de percorrê-lo e apropriar-se dele. Ressalvamos que tal capacidade humana não pode ser de modo nenhum generalizada. Novamente é preciso considerar as desigualdades que marcam a realidade e os alcances diferenciados de poder.

Desde essa apreensão alguns contributos teóricos são valiosos, como Santos (1996), ao sinalizar que a força de um evento está relacionada com a sua escala de origem. Poderes que operam em escala ampla chegam com uma capacidade de imposição que, de modo geral, tem encontrado pouca resistência. Por conseguinte, reiteramos que estar ou viver em um espaço não significa apropriar-se dele em sentido amplo, que implica em poder decidir acerca da sua gestão e perspectivas futuras, de maneira efetiva.

Com a realidade atual, fronteiras fechadas e expressiva diminuição da circulação, é certo que a escala mundial precisará ser repensada. A difusão de um vírus no ritmo e amplitude que observamos, obviamente, tem relações com a interação mundial. Emergem incógnitas quanto a como será daqui para diante quanto a essas interações e quanto aos certames do poder.

Santos (2020) sinaliza preocupações com ações advindas de instituições financeiras internacionais como o FMI e bancos que incitam os países a endividarem-se face aos gastos de emergência. Isto poderá trazer para o pós-crise mais políticas de austeridade e maior degradação dos serviços públicos onde isso ainda for possível (SANTOS, 2020).

Neste momento, pensamos nas implicações sofridas nas mais diferentes escalas, vindas dessa realidade que se tornou mundial, afetando a escala corpo, restringindo o cotidiano à escala doméstica e a outras decorrências.

INQUIETAÇÕES SOBRE AS PERSPECTIVAS DAS ESCALAS GEOGRÁFICAS

Em que a condição atual altera e em que reitera as relações escalares até agora conhecidas? As transformações que vivenciaremos nos próximos anos só poderão ser apreendidas no transcurso do tempo. Escrever sobre algo que está acontecendo é complexo, mas a perplexidade é grande, o que impulsiona a tentativa. Ao mesmo tempo que podemos acertar, muitos equívocos podem ser cometidos. Precisamos

considerar que nossos aportes são datados e construídos a partir dos elementos momentâneos com os quais se pode contar. É assim que compreendemos as reflexões expostas. Tendo em vista, o abalo que a realidade da pandemia Covid-19 trouxe, somos desafiados a refletir concomitantemente ao curso da turbulência, com o intuito de possibilitar compreender um pouco mais do que significa os eventos desencadeados no princípio de 2020.

Procuramos em páginas anteriores apresentar algumas contribuições no âmbito das escalas geográficas e os desafios que percebemos acerca da escala do corpo, da doméstica e da mundial. Nessa terceira parte assinalamos questionamentos com o objetivo de ampliar o debate e a troca de ideias, contemplando também escalas geográficas ainda não abordadas. Embora separemos em pontos, os itens a seguir não são estanques, ao contrário, complementam-se.

- ❖ A existência de uma escala mundial é fator primordial para compreender a condição em que nos encontramos. O mundo fecundo em interações é o que faculta do mesmo modo a expansão espacial de enfermidades. Ele não só produz a condição, como representa a dimensão do problema. Contudo, prosseguirá a globalização nos mesmos termos que a conhecemos? Dessa pergunta mais ampla, outras secundárias vão se esboçando. A interrupção momentânea dos fluxos afetará a globalização? Serão mantidas as fronteiras abertas para o turismo e relações comerciais? A perspectiva é de um recuo quanto ao processo de globalização, ou após um período de recuperação, tal processo tende a ser acentuado? Quais são os referenciais para se pensar um novo mundo? Se as interações serão mantidas, os circuitos que as promovem levarão que ordens e conteúdo? Em relação a agentes com alcances globais e produtores da escala mundial, como estarão posicionados com a crise? O volume de investimentos de alguns estados para corporações e bancos são altíssimos. Sairão eles ainda mais fortalecidos? Se é assim, a correlação de forças será ainda mais acentuada? Alguns já sinalizam uma previsão de mundo que se aproxima muito das distopias. Seria prudente não apenas esperar para ver o que acontece, pois é fundamental a sociedade ponderar a adequação disso tudo a partir de outras lógicas e interesses que não a do poder político e econômico. A crise que vivemos sinaliza ainda mais a premência de um planejamento e gestão para o ser humano, a necessidade de hospitais, de redes de auxílio, assentamentos urbanos mais adequados, entre tantas outras questões sociais.

- ❖ Um mundo baseado em uma divisão internacional do trabalho, que baseia amplo abastecimento cotidiano no mercado mundial, no qual as fronteiras nacionais foram atenuadas ou eliminadas, esbarrou em dificuldades de obter itens médicos necessários: cargas de equipamentos médicos foram interceptadas no trajeto internacional; empresa proibida de exportação a partir de governo nacional para priorizar abastecimento interno e fatos similares. Isso faz repensar: o que seria estratégico e o que, portanto, deveria ter produção no âmbito da escala nacional ou regional? Não seria pertinente retornar a ideia de substituição de importações e protecionismo de pelo menos alguns setores produtivos? As demandas e dificuldades vivenciadas nesse período deverão promover uma nova reflexão acerca da sustentabilidade e da viabilidade, distanciando os critérios apenas financeiros e valorizando aqueles relativos à sobrevivência e, portanto, mais adequados no prisma humano e social.
- ❖ O estado nacional ressurgiu como uma escala fundamental? Escala de poder responsável nesse momento por ampliar a rede hospitalar necessária tanto em equipamentos quanto em pessoal, além de suporte econômico aos que ficam sem renda e a empresas mais vulneráveis. Ainda que no Brasil a crise da saúde tenha sido acompanhada por instabilidades econômicas e políticas, é possível perceber o relevante papel dessa escala geográfica, inclusive redirecionando em um primeiro momento as tendências políticas de desmantelamento de sistemas de serviços e equipamentos públicos que estavam em curso. Rapidamente o SUS precisou ser reforçado, bem como outros setores. Com a crise política brasileira em escala nacional, governadores de Estado e prefeitos assumiram a saúde pública, tendo em vista a falta de coordenação. Contudo, essa foi uma especificidade do Brasil pelo difícil contexto político concomitante à crise da pandemia. Ainda assim, é preciso entrever em meio a esses fatos a relevância que tem ou deveria ter a escala nacional. Conforme assinalou Harvey (2020), a condição da saúde pública em diversos países expressara a mazela de quarenta anos de neoliberalismo na América do Norte e do Sul e na Europa, que evidenciaram o despreparo para enfrentar a atual crise de saúde pública. Não deverá a escala nacional alterar o curso da política que vinha seguindo em diversos países?

- ❖ A escala regional, local e urbana figuraram nesse momento como relevantes dimensões normativas. Tendo em vista, no caso brasileiro especialmente, a falta de uma coordenação política coerente e constante, as escalas geográficas menores cumpriram o papel normativo quanto ao isolamento social e funcionamento de estabelecimentos comerciais, prestação de serviços e outros.

A pandemia revelou as fragilidades de um mundo globalizado. Os agentes produtores de uma escala mundial não assumem as implicações negativas por eles geradas. Na realidade, isso estava posto em outras questões, mas ficou bastante evidenciada nesse período. As escalas que são demandadas para assumir tais implicações são aquelas de âmbito nacional e subnacional. No caso brasileiro, como mencionamos antes, pelo peculiar momento político, as escalas subnacionais ganharam um peso ainda maior. A imagem das ruas vazias que perdurou por semanas revelou a incidência da normatização imposta por agentes à frente das prefeituras e governos estaduais, tentando administrar as circunscrições a eles correspondentes.

A realidade de 2020, nos faz perceber como a não apropriação do espaço pode estar afetando a escala do corpo, ao vivenciar a escala mundial como portadora de uma ameaça a essa dimensão humana mínima e essencial para a vida. Se havíamos constatado isso no âmbito da escala local e urbana, estar no mundo atualmente, corresponde a vivenciar a ampliação das inseguranças para a dimensão escalar do corpo.

Enfim, longe de ter elencado todas questões pertinentes bem como as mais relevantes, é certo que as escalas e seus significados a partir desse momento precisam ser repensadas em seus alcances e significados. O planejamento e a gestão deverão considerar as tendências mostradas por esse momento histórico para agir de modo a melhorar a condição para situações similares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perplexidade pode ser fonte de equívocos, mas pode também ser berço inspirador de reflexões. Ainda não temos certeza dos acertos ou erros acerca das interpretações que construímos. São ensaios para expor ao debate. A única possibilidade de avançar será na construção coletiva a qual nos propomos ao trazer alguns poucos aportes.

Ao se manter perspectivas esboçadas pelas distopias, uma assimetria de poder ainda mais ampla marcará a escala mundial, ao passo que serão cada vez mais

estreitas as possibilidades de dissenso. A vida ficou ainda mais imprevisível, com o cotidiano alterado em suas diversas dimensões: políticas, econômicas, sociais e culturais. Sim, tudo que é sólido tem se desmanchado no ar. Mais do que nunca, a referência à vida líquida de Bauman (2009) faz sentido.

As transformações serão bastante profundas, isso é indubitável, embora seja impossível qualquer segurança no sentido de que natureza serão. A normalidade se desvaneceu e o *novo* normal que começa a ser esperado, é um completo desconhecido. Por outro lado, é hora de socialmente assegurarmos-nos dos rumos que desejamos, pois precisamos ser agentes ativos nesse processo e não apenas traçar cenários e aguardar implicações.

Neste sentido, no âmbito das escalas geográficas, cabe pleitear a apropriação social delas como parte da apropriação do espaço de modo mais amplo. Mais que estar nos espaços, precisaremos contribuir para a condução econômica, política e social deles. Que a instabilidade trazida motive superar a passividade e a delegação acrítica de poder a determinados agentes. Essa é a única via para que o mundo a ser forjado daqui para a frente não seja ainda mais desigual e desprovido de valores humanistas do que o até agora conhecido.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BARIFOUSE, R. **Por que o H1N1 não parou economias como a pandemia de Coronavírus?** SP: BBC News Brasil, 30.03.2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52078906>. Acesso: 20 Abr. 2020

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro (Original publicado em 1884), 2003.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Lisboa: Edições 70, 2013.

GLOBAL CITIZEN. Disponível em: <https://www.globalcitizen.org/en/connect/togetherathome/>. Acesso em: 01jun.2020

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1992, 349 p.
Título original: *The Condition of Postmodernith*.

KOSMINSKY, E.; ANDRADE, M. M. de. O Estado e as classes sociais. *In*:
MARTINS, J. de S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec,
1996, p.51-70.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. Título original: *Le droit à laville*.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, soberania, estado de exceção, política da morte**. *Temática*, p. 123-151. São Paulo: n-1 Edições, 2019. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em: 16.mai.2020.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Editora Intrínseca, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SELEÇÕES DO READER'S DIGEST. Rio de Janeiro, abril, 1959.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, N. Geography, difference and the politics of scale. *In*: DOHERTY, J.G.E.; MALEK, M. (Eds.). *Postmodernism and the social science*. London: Macmillan, 1992, p.57-79.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. *In*: ARANTES, A. (Org). **O espaço da diferença**. Campinas: São Paulo: Papirus, 2000, p.133-159.

CAPÍTULO 3

A DISSEMINAÇÃO DA COVID-19, REDE URBANA E METROPOLIZAÇÃO

Jaqueline Telma Vercezi
Taynara Marcondes de Liz

E escrever sobre dinâmicas vinculadas à realidade das regiões metropolitanas, redes e a disseminação da Covid-19 é a proposta deste trabalho, e não é uma empreitada muito simples. Tão menos quando atrelados à questão que envolve um processo pandêmico mundial. São reflexões desafiadoras e que nos propõe questionamentos, principalmente por associarmos sua compreensão a uma dinâmica do território que adentra questões de disseminação de um vírus, o que a caracteriza como uma realidade sem precedentes.

O tema a que nos propomos no presente estudo tem fomentado inúmeras investigações por parte de pesquisadores, gestores e diferentes segmentos da sociedade. Entretanto, em decorrência das reordenações que tal fenômeno tem provocado, torna-se imperativo contribuir com reflexões à luz da metamorfose que a pandemia está provocando.

A partir de janeiro do presente ano, quando a Covid-19 passou a se disseminar, muitas informações e condições sobre a questão já emergiram. Mediante tal fenômeno, nos questionamos: nesses últimos meses, as sociedades têm apresentado reordenações sem precedentes? Está refletindo em novas dinâmicas associadas às articulações nas/das redes de cidades? A pandemia vem impondo novas

necessidades em diferentes sociedades pelo globo? Este processo tem acarretado para as administrações, nas diferentes instâncias das nações, situações inovadoras e ao mesmo tempo problemáticas, gerando desafios a serem superados? Tem exigido reflexões teóricas que venham legitimar e contribuir para a acomodação de uma nova condição socioeconômica?

A articulação teórica entre espaço metropolitano capitalista e o processo de produção que a sociedade gera nas cidades e seu entorno torna-se mais complexa e mais significativa na medida em que é fortalecida a concepção da igualdade e contrastes. Assim, a classificação dos agrupamentos de municípios em uma rede urbana evidencia-se pela dinamicidade a que este espaço está sujeito, considerando as informações de fluxos materiais e imateriais.

Na lógica dos fluxos, novos municípios podem ser agregados a uma unidade que contemple relação entre vários deles. Mediante tal realidade e para fazer uma reflexão que dê algum direcionamento a essa questão escalar pandêmica gerada pela Covid-19 dentro do processo de articulação dos espaços geográficos, resgata-se aqui alguns apontamentos de um estudo do IBGE sobre a Região de Influência das Cidades – 2008¹.

Este estudo apresenta o levantamento das ligações entre as cidades, possibilitando delinear suas áreas de influência e esclarecer a articulação das redes no território. Em uma pequena exemplificação, temos: um centro sub-regional que em uma sucessão espaço-temporal pode transformar-se em uma capital regional, ou esta, em uma metrópole, isto dependendo do tamanho demográfico; das funções urbanas; da organização de seu espaço intra-urbano; do recorte temporal considerado; e das relações que a mesma estabelece hierarquicamente no espaço em que está inserida.

O papel urbano que uma localidade exerce dentro da concepção das localidades centrais não pode ser igualmente desempenhado por uma localidade com menores fixos e fluxos, mas sim a permuta e por que não dizer, complementaridade entre eles. O polo, na grande maioria das vezes, exerce o papel disseminador de processos e estruturas e de receptor de mão de obra; e o município polarizado, ao mesmo tempo em que oferece força de trabalho, usufrui também dos serviços e segue sendo influenciado material e imaterialmente pelos polos maiores.

Esses polos se tornam a sede dos processos de desenvolvimento associados aos intensos fluxos de informação, produção, consumo e disseminação de elementos que permeiam a dinâmica social.

Ao abordar a questão espacial, verifica-se que alterações econômicas e sociais têm promovido uma organização política do território gerando um Estado de Exceção em muitos países devido ao recrudescimento na disseminação da Covid-19. Condição já declarada pela Organização Mundial da Saúde - (OMS) no dia 11 de

¹Regic – Região de Influência das Cidades, que é a atualização do quadro de referência da rede urbana brasileira. Esse é a quarta versão que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) desenvolve.

março de 2020, como uma pandemia devido a sua distribuição geográfica. O vírus já havia alcançado 114 países, totalizando 118 mil infectados, entre os quais 90% deles estavam concentrados na China, República da Coreia, Irã e Itália (OPAS, 2020). A disseminação tem assolado, num primeiro momento, as grandes cidades, levando a uma necessidade de readequação político-administrativa atreladas à questão sanitária no afã de combater os efeitos desastrosos que o vírus tem provocado em diferentes partes do mundo.

Os impactos nefastos gerados pela Covid-19 advêm do obscurantismo que a mesma ainda proporciona em âmbito mundial, pois, desde que este vírus rompeu a fronteira geográfica da China, estamos assistindo ao cerceamento da liberdade de ir e vir para tentar amenizar a disseminação e, o mais grave, a perda de milhares de vidas humanas. Segundo a OMS, em pouco mais de ¼ do ano, foram confirmados milhões de casos pelo mundo, embora as estatísticas de notificação e subnotificação dos infectados pelo vírus Sars-CoV-2 mereceria critérios mais precisos e seguros.

Logo, estudar tais articulações é investigar as significativas relações vinculadas a volumes demográficos, a decisões políticas e a atividades econômicas e sociais, relacionando abordagens espaciais e justificando as configurações socioeconômicas, procurando identificar qual é a dimensão de tal fenômeno na atualidade e quais os seus reais impactos.

A DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 E A REDE URBANA

Estabelecer uma análise da disseminação do coronavírus nas regiões metropolitanas exige o entendimento da articulação em redes que se estabelecem no mundo atual globalizado. Diante disso, propomos a análise da dinâmica da abrangência da doença nos países em que se inserem nesta lógica global de redes.

Dentro deste contexto, alguns espaços são caracterizados como centros de influência de bens e serviços do ponto de vista qualitativo e quantitativo, subordinando, com relativa proporção, vários municípios em torno de si, como é o caso das metrópoles e regiões metropolitanas. Langenbuch (1971, p. 1) já dizia “(...) a metrópole constitui um tipo especial de cidade, que se distingue das menores não apenas por sua dimensão, mas por uma série de fatos, quer de natureza quantitativa, quer de natureza qualitativa”, e por isso geram relações e influências vinculadas ao grau de desenvolvimento ou a ausência do mesmo.

Apontamos aqui neste estudo, a realidade da Região Metropolitana de Nova York, onde a Covid-19 se manifestou pela primeira vez nos EUA, transformando a Região no primeiro epicentro do vírus no país - coincidentemente é o coração de megalópole *Boswash*. A escolha de investigação para tal recorte advém de os EUA apresentar o 1º lugar entre os países com o maior número de infectados e de óbitos. A área é composta por 23 condados e inclui dez municípios no Estado de Nova York, os dois condados de Long Island e três municípios na parte inferior do vale de Hudson), 12 municípios do Norte e Central New Jersey e um município no nordeste da Pensilvânia.

Nova York ocupa uma posição singular, com o morador padrão vivendo em uma área com altíssima densidade demográfica. Superior em duas vezes e meia a densidade de São Francisco ou Los Angeles., e quatro vezes a de Chicago. Esta densidade expressiva, característica de espaços metropolitanos, têm se tornando um problema com potencial mortífero. Por ora, no mínimo a Covid-19 está afetando Nova York de um modo muito pior do que outras partes do país, e é provável que a densidade seja a principal motivo: a doença se espalhou muito mais depressa em Nova York do que em outros lugares pelo simples fato de haver muito contato humano (KRUGMAN, 2020).

O primeiro caso confirmado de Covid-19 nos Estados Unidos foi no dia 22 de janeiro. Após um mês, os números aumentaram para 16 casos confirmados e em 22 de março, atingiu 33.272, registrando 417 mortes. Observa-se então a crescente curva nos números de casos confirmados no país, sem ainda nenhum indício de achatamento da mesma.

Segundo o *site Tranding View*, que busca atualizar constantemente os dados referentes aos casos confirmados, óbitos e recuperados dos países mais afetados, os Estados Unidos aparecem, até o mês de maio, como o país mais afetado, ultrapassando mais de um milhão de casos confirmados.

A realidade da disseminação do novo coronavírus (Sars-CoV-2) nos Estados Unidos traz à tona o debate acerca das relações de fluxo de circulação que envolve a divisão territorial do trabalho e os países inseridos no processo de globalização (CASTELLS, 1999).

O processo que desencadeou as novas formas de relações de produção no mundo pós Guerra Fria admitiu uma reestrutura na divisão do trabalho, baseadas na circulação de fluxos de mercadorias, atividades materiais e imateriais e a interdependência entre empresas globais por meio da comunicação e do informacionalismo, estes sendo os principais elementos para a mundialização do capitalismo e sua nova dinâmica global (CASTELLS, 1999).

Este fato nos leva à necessidade de entender que a atual economia mundial se estabelece em forma de redes de conexão, pelas vias das comunicação, mão de obra, capital, trabalho, que correspondem à lógica das grandes empresas globais e agentes econômicos.

Mas o que exatamente isso significa quando nos propomos a analisar a disseminação do citado vírus nos Estados Unidos? Envolve a inserção do país na lógica da economia global e na divisão territorial do trabalho, assimilando os elementos da rede urbana à escala global (CORRÊA, 1989), como os Estados Unidos.

Se considerarmos o que Corrêa (1989) admite como rede urbana, como sendo um elemento condicional para o impulsionamento da divisão territorial do trabalho, chegamos então ao que chamamos de hierarquia urbana. Localidades cuja circulação possuem maiores vantagens locais, estabelecendo uma relação de interdependência com outras localidades centrais.

Desde o período pós guerra, os Estados Unidos vinha se apresentando como principal ator na economia global, sendo responsável por grande parte dos fluxos de

capitais, de informação e de pessoas. Pode-se considerá-lo assim como a China, enquanto um país que assume uma posição central na hierarquia urbana da divisão territorial do trabalho.

Segundo o site *Capital Research*, as duas principais bolsas de valores do mundo estão localizadas em Nova York. Sendo a primeira NYSE (*New York Stock Exchange*), movimentando por mês cerca de 1,5 trilhões de dólares e com valor de mercado de, aproximadamente, 20 trilhões de dólares. A segunda bolsa de valores, a Nasdaq (*Nasdaq Stock Market*), movimenta cerca de 7 trilhões de dólares, constituindo nela mais de 3 mil empresas, entre elas: Apple, Netflix, Ebay, Facebook, Google, Amazon e Microsoft.

Isto nos leva a pensar a disseminação do vírus no âmbito da hierarquia urbana e das Redes. O elevado índice dos casos confirmados nas cidades norte americanas, onde Nova York aparece em primeiro lugar com centenas de milhares, segundo os dados do mapeamento mundial da Covid-19 pela Universidade de Johns Hopkins (UNIVERSIDADE DE JOHNS HOPKINS, 2020).

Entendido o processo de fluxo em redes que ocorre nos Estados Unidos, cujas articulações compreendem a relação com a disseminação do vírus advindas da grande circulação de pessoas, mercadorias e atividades econômicas. É possível pensar na realidade brasileira, que atingiu a maior taxa de transmissibilidade do mundo no início do mês de maio de 2020.

Ainda que haja variadas explicações e conceitos teóricos que definem a relação das condições do meio técnico-científico-informacional dos países globais na divisão territorial do trabalho do mundo atual, direcionamos as reflexões a partir da análise da Covid-19 no Brasil, mais especificamente voltados aos conceitos da rede urbana e regiões metropolitanas do Brasil e do estado do Paraná.

Para tanto, utilizaremos como arcabouço teórico as definições de Corrêa (1989) sobre rede urbana, apresentando como ponto central da análise da disseminação da Covid-19 nas regiões metropolitanas.

As condições defendidas por ele que confirmam a existência da rede urbana e sua articulação com outras redes nos países considerados em desenvolvimento (CORRÊA, 1989).

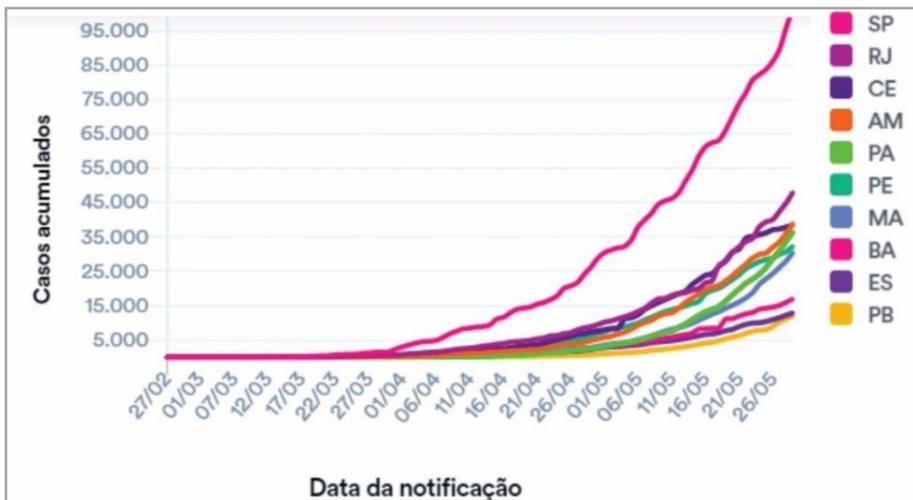
O primeiro caso de Covid-19 no Brasil foi registrado no dia 26 de fevereiro de 2020, quando um homem de 61 anos, de São Paulo, testou positivo para Sars-CoV-2, doença conhecida como Covid-19, após retornar da Itália. Desde então, o país registrou uma crescente disseminação do vírus, principalmente em São Paulo, sendo oficialmente declarado o dia 20 de março a transmissão comunitária do vírus em todo o país.

A transmissão comunitária é uma modalidade de circulação na qual as autoridades de saúde não conseguem mais rastrear o primeiro paciente que originou as cadeias de infecção, ou quando esta já envolve mais de cinco gerações de pessoas (VALENTE, 2020).

O Brasil registrou acelerado crescimento de casos confirmados da Covid-19 após o final do mês de fevereiro, registrando até 14 de maio um total de 196.158 infectados e mais de 13 mil mortes. No dia 20 de março ocorreu a implantação de medidas de isolamento social em todos os estados brasileiros.

Segundo os dados das Secretarias Estaduais de Saúde, entre os estados brasileiros com maior número de casos confirmados, São Paulo e Rio de Janeiro aparecem em destaque, chegando a atingir milhares de casos confirmados (Gráfico 1).

Gráfico 1- Casos acumulados da Covid-19 por dados de notificação no Brasil



Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde, Brasil, 2020

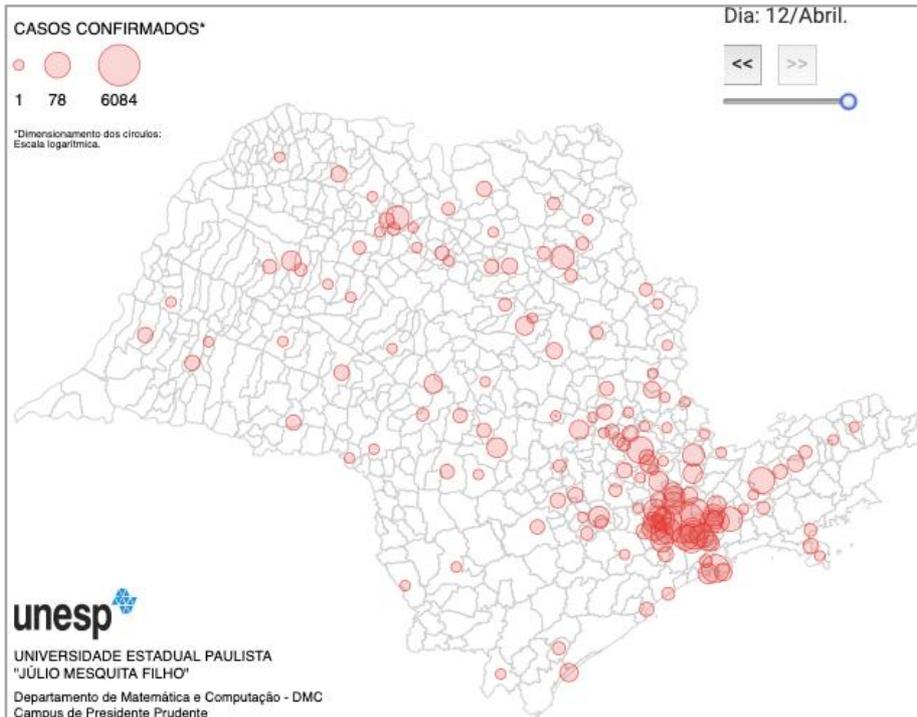
Tendo em vista a análise da disseminação da Covid-19 na região metropolitana de São Paulo, os dados das Secretarias Estaduais de Saúde mostram que entre as dez cidades que mais se destacam em mortes pelo vírus confirmadas. Três cidades paulistas aparecem entre elas, sendo a capital do estado a primeira cidade com maiores casos no país, seguida de Osasco e Guarulhos. O estado de São Paulo como um todo já ultrapassou mais de 100 mil casos e milhares de mortes.

Um estudo realizado pela Universidade Estadual Paulista por meio do mapeamento das rotas de dispersão do coronavírus no estado de São Paulo (Figura 1), nos permite observar o direcionamento da disseminação do vírus, em que primeiramente se concentra nos polos metropolitanos e então, segue em direção ao interior do estado, acompanhando a rede urbana hierárquica.

Na Figura 1, é possível observar a alta concentração dos casos de Covid-19 na Região Metropolitana de São Paulo e a dispersão dos casos no interior do estado. O geógrafo Raul Guimarães da Unesp, ressalta a problemática que envolve a análise desse fenômeno: “Não adianta olhar só para o tamanho da população, mas também a

influência econômica e social das cidades na região em que estão", completa o professor (UNESP, 2020).

Figura 1- Mapa de casos confirmados de Covid-19 no estado de São Paulo



Fonte: Departamento de Matemática e Computação - UNESP, 2020

Segundo o site da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (Emplasa), a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) concentra 39 municípios e é o maior polo de riqueza nacional, abrigando a principal metrópole nacional, São Paulo – cidade global. Vivem na RMSP quase 50% da população estadual, aproximadamente 21,6 milhões de habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). A metrópole centraliza importantes complexos industriais (São Paulo, ABC, Guarulhos e Osasco), comerciais e, principalmente, financeiras (Bolsa de Valores), que dinamizam as atividades econômicas no país (EMPLASA, 2020).

O cenário que configura o coronavírus em São Paulo nos ajuda a definir a configuração econômica e social da cidade, dentro do conceito de localidades

centrais e da hierarquia urbana, uma vez que São Paulo caracteriza-se por um polo de influência econômica de âmbito nacional e internacional.

De acordo com a classificação de Hierarquia Urbana do Regic - Regiões de Influências das Cidades (IBGE, 2008, p. 11), São Paulo se caracteriza como a Grande Metrópole Nacional.

São Paulo, Grande Metrópole Nacional, tem projeção em todo o País, e sua rede abrange o estado de São Paulo, parte do Triângulo Mineiro e do Sul de Minas Gerais, estendendo-se a oeste pelos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Concentra nos municípios que a compõem, cerca de 28,0% da população brasileira e 40,5% do Produto Interno Bruto-PIB de 2005 (IBGE, 2008, p. 13).

As redes são diferenciadas de acordo com o tamanho, a organização e complexidade, vinculadas a uma segunda ou terceira rede de influência.

Devemos considerar a característica populacional como sendo essencial na discussão sobre a disseminação do vírus na Região Metropolitana, além da configuração econômica destas cidades, que são responsáveis pelos maiores fluxos de circulação e deslocamento de pessoas. Se considerarmos o aspecto populacional da Grande Metrópole Nacional, é possível trazer como contribuição teórica a definição das ACPs (Áreas de Concentrações Populacionais), tendo em vista as cidades de grandes aglomerações.

As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo (IBGE, *apud* CASTELLO BRANCO, 2007, p. 11).

As ACPs do estado de São Paulo, dividem-se por Campinas, Jundiaí, Santos, São José dos Campos e Sorocaba, tendo como núcleo principal a cidade de São Paulo. (IBGE/REGIC, *apud* CASTELLO BRANCO, 2008, p. 11).

Se observarmos o Quadro 1 que mostra os principais municípios afetados pelo vírus no estado de São Paulo, podemos estabelecer as relações da disseminação do vírus, admitindo que a configuração econômica e as características demográficas, principalmente da mobilidade, são responsáveis pela dispersão e transmissão da Covid-19.

São Paulo, Guarulhos, Santos e Campinas fazem parte das cidades de maior influência no recorte metropolitano e estão entre as principais cidades em casos da Covid-19 por municípios. Em contrapartida, a dispersão do vírus acompanha a hierarquia em direção às cidades do interior do estado, devido ao deslocamento e fluxo de pessoas.

O que nos permite afirmar que os aspectos que constituem a formação e classificação das redes na hierarquia urbana possuem relação direta com a realidade demográfica e a configuração econômica das regiões. Os números assustadores da Covid-19 em São Paulo acompanham a complexidade que caracteriza a região, exigindo das autoridades e dos governos, medidas importantes voltadas à segurança da população e preservação da qualidade da saúde pública como um todo.

Cidade	Total de Casos	Total de óbitos	Letalidade (%)
São Paulo	15.397	1.321	8,6
Osasco	646	66	10,2
São Bernardo do campo	566	36	6,4
Guarulhos	562	52	9,3
Santos	495	41	8,3
Santo André	420	23	5,5
Campinas	320	12	3,8
Barueri	253	13	5,1
Diadema	239	14	5,9
Mogi das Cruzes	199	20	10,1

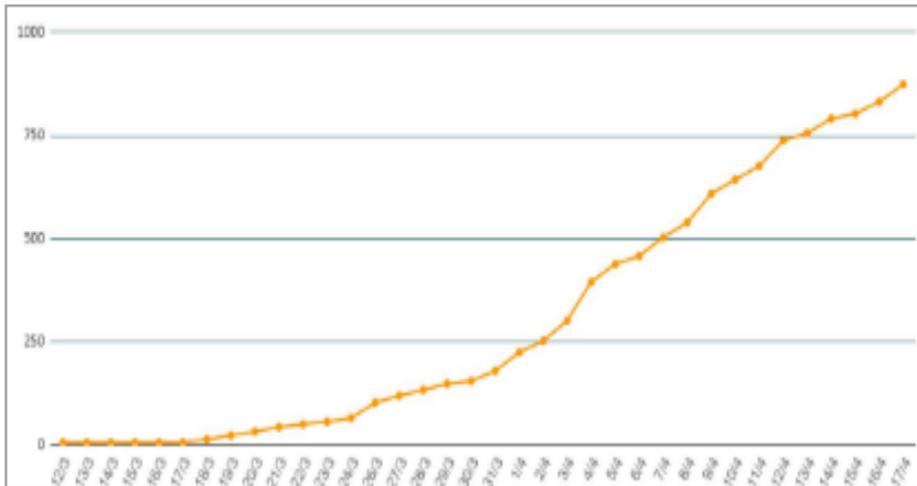
Quadro 1 - Casos da Covid-19 por município na Grande São Paulo e entorno até o mês de maio/2020.

Fonte: SÃO PAULO, 2020 (Adaptado)

Direcionando a investigação e análise para a realidade do Estado do Paraná, segundo os dados do site Coronavírus Brasil (BRASIL, 2020), que propõe atualizar diariamente as informações relacionadas à Sars-CoV-2 nos estados brasileiros, o Paraná não aparece entre os estados com o maior número de casos acumulados da Covid-19, registrando um total de 3.984 confirmados e 169 mortes em 28 de maio do presente ano.

Segundo as informações do Governo do Estado do Paraná por meio de publicações constantes do Informe Epidemiológico que foi publicado pela primeira vez no dia 17 de maio (Gráfico 2), o Paraná tinha, até essa data, 874 casos de Coronavírus confirmados.

Gráfico 2- Casos confirmados acumulados da Covid-19 no estado do Paraná



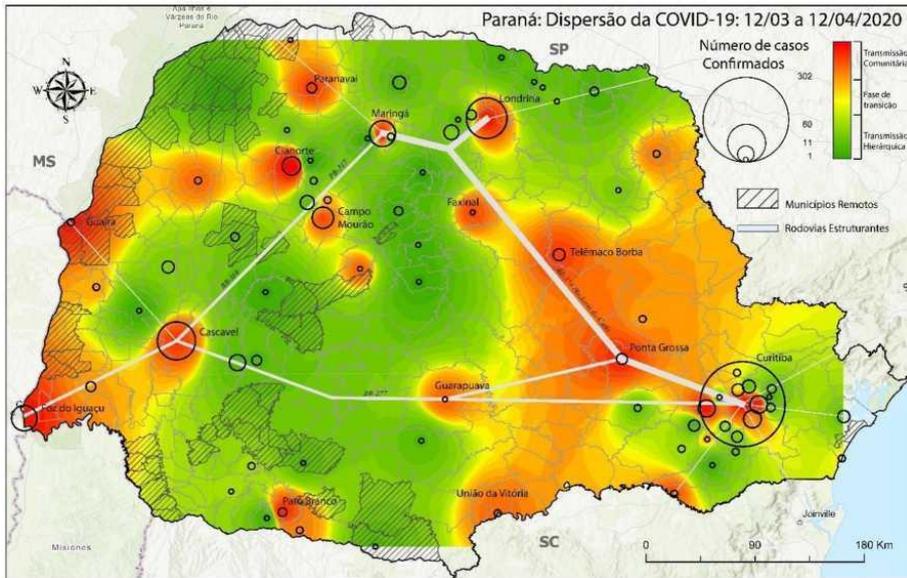
Fonte: PARANÁ, 2020.

Como podemos observar no Gráfico 2, após o dia 17 de março, o estado registrou um crescimento significativo de coronavírus, revelando um significativo índice de transmissão do vírus em todo o estado.

Os dados observados no informe epidemiológico do Estado do Paraná indicaram que os municípios mais afetados pela Covid-19 até o dia 16 de maio eram Curitiba, com 904 casos confirmados, Londrina com 349 casos confirmados, Cascavel com 3665 casos e Maringá registrando 140 casos confirmados. Tais dados nos ajudam a entender o cenário do Estado, evidenciando que a concentração de casos acompanha as principais regiões de influência econômica do Paraná, concentrando-se nas Regiões Metropolitanas de Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel.

No mapeamento a seguir (Figura 2) , realizado pelo Gepag - Grupo de Estudos e Pesquisa Ambiente, Sociedade e Geotecnologias da Universidade Estadual de Maringá (PARIZOTTO, 2020) é possível observar a espacialização e dispersão do vírus, revelando que o direcionamento da dispersão dele está vinculada à organização das principais redes urbanas paranaenses, com destaque para a capital Curitiba.

Figura 2 - Paraná: Dispersão da Covid-19 no período entre 12/03 a 12/04/2020



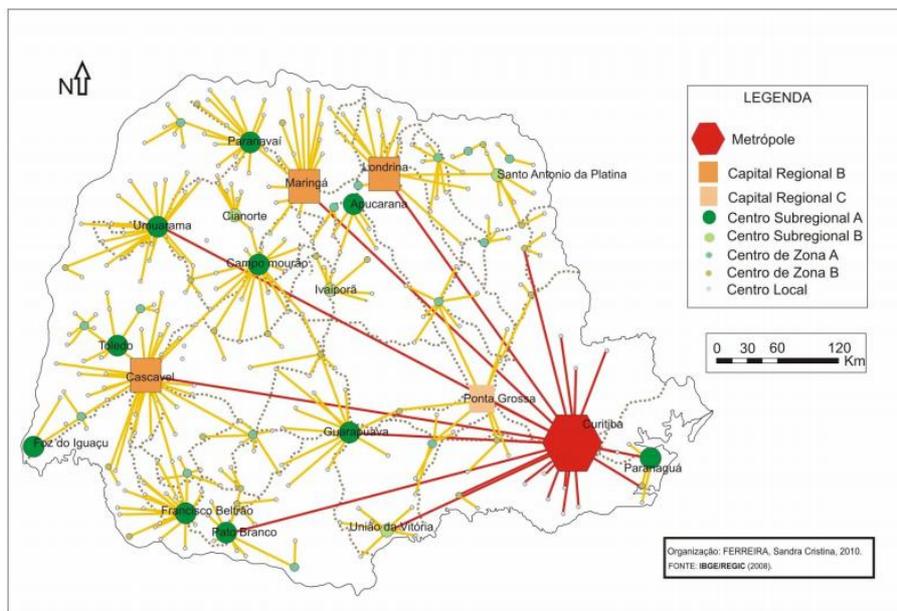
Fonte: PARIZOTTO (2020).

De acordo com o mapa da Figura 2, a concentração dos casos de Covid-19 está registrada na Região Metropolitana de Curitiba e nas Capitais Regionais de Londrina, Maringá e Cascavel (IBGE/REGIC, 2008). Sendo assim, apresentaremos análise, dando enfoque nas Regiões Metropolitanas de Curitiba (RMC), Londrina (RML) e Maringá (RMM), levando em conta a configuração socioeconômica destas regiões, bem como o caráter demográfico, de concentração e deslocamento de pessoas, pelas vias que acabam por favorecer a transmissão do vírus.

Segundo a análise da hierarquia urbana do Regic (IBGE, 2008, p. 11), Curitiba se caracteriza pela classificação de MetrÓpole, a qual constitui o segundo nível de gestão territorial. Na classificação da composição da rede, no que tange à configuração econômica e populacional, concentra-se em Curitiba 18,6% da população e 23,5 % do PIB (IBGE, 2008, p. 14).

Nesta classificação, a rede curitibana abrange os estados do Paraná e Santa Catarina, tendo a capital regional A: Florianópolis; as capitais regionais B: Cascavel, Londrina, Maringá, Blumenau, Chapecó e Joinville e as Capitais Regionais C: Ponta Grossa e Criciúma. O mapa mostra a hierarquia urbana do estado do Paraná e as regiões de influência de Curitiba, conforme podemos visualizar na Figura 3.

Figura 3 - Região de Influência do Estado do Paraná – 2007



Fonte: FERREIRA, 2010.

Se analisarmos a Figura 3 das regiões de influência, cujas atividades econômicas se caracterizam por essenciais e viabilizam o deslocamento de pessoas em direção a essas regiões, podemos então fazer uma comparação com os dados mapeados (Figura 2) da concentração do coronavírus no Paraná e estabelecer as conexões da disseminação vinculada ao funcionamento das redes urbanas paranaenses.

Segundo o professor Martinuci da Universidade Estadual de Maringá, em entrevista concedida no dia 24 de abril do presente ano, à Assessoria de Comunicação Social da mesma instituição:

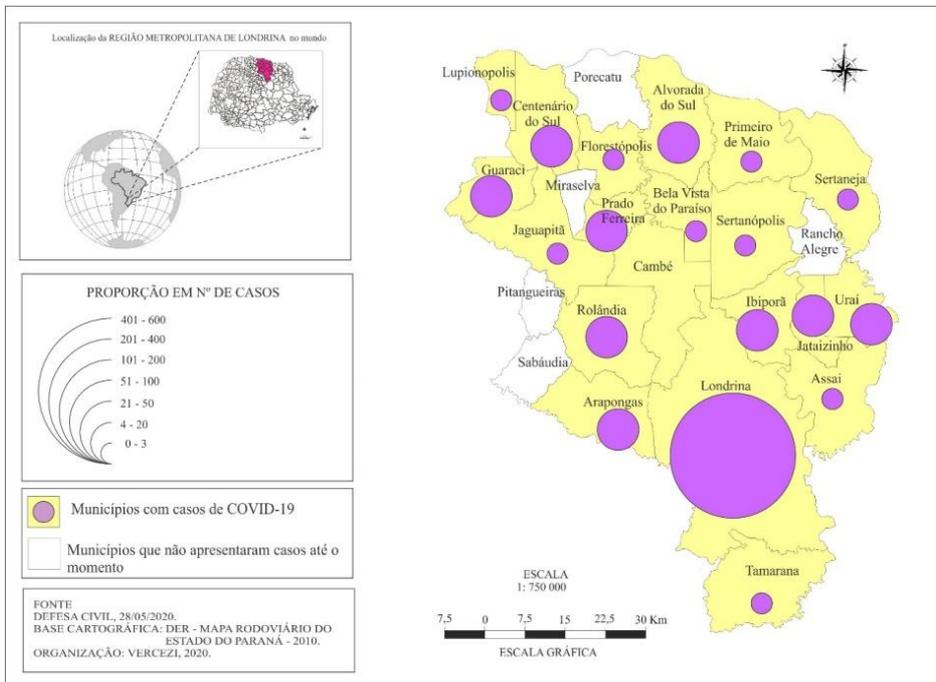
A ampliação da circulação nas cidades de dinamismo econômico mais intenso, como são Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava e Foz do Iguaçu vai, invariavelmente, influenciar a circulação regional, criando condições para a chegada mais rápida do vírus aos pequenos municípios que poderão ter dificuldade em ter as demandas de saúde atendidas (PARIZOTTO, 2020).

A afirmação traz à tona a relevância que os polos regionais possuem quanto à circulação regional e nos permitem direcionar a análise às regiões metropolitanas de Londrina e Maringá, nas quais a interiorização do coronavírus se deu de forma significativa e rápida.

O município de Londrina está em segundo lugar em casos confirmados de Covid-19 no Paraná (Informe Epidemiológico do Governo do Paraná) como já citado anteriormente, o que exigiu medidas de isolamento social no município de Londrina, a fim de proteger a população e evitar a disseminação dos casos.

Dentre os 25 municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Londrina (Figura 4), aqueles que registraram mais casos confirmados de Covid-19, segundo o Informe Epidemiológico do Governo do Paraná publicado no dia 28 de maio de 2020, foram: Londrina, com 349 casos; Cambé com 38 casos, Arapongas, com 21 casos confirmados; Ibiporã com 10 casos e Rolândia, com 9 casos. Uma peculiaridade que cabe ressaltar é que as maiores expressividades evidenciam a proximidade com a cidade polo e também a localidade destes municípios em relação ao eixo viário que as conecta, a rodovia federal BR-369.

Figura 4 - Municípios que integram a Região Metropolitana de Londrina



A realidade destes números nos remete a pensar nas características populacionais dos municípios, bem como na importância das atividades econômicas que impulsionam o deslocamento de pessoas para estes municípios. Ferreira (2011, p. 15) afirma que “[a]s regiões Norte, Oeste e a de Curitiba e Região Metropolitana

estendendo até Ponta Grossa concentram maior número de cidades com mais de 50 e mais de 100 mil habitantes constituindo importantes pontos para articulação em rede”.

Podemos ainda considerar que os municípios de Araçongas, Cambé e Rolândia, assim como Ibiporã, Jataizinho e Uraí, municípios próximos de Londrina, o que nos permite pensar que a disseminação do vírus acompanhou a interiorização da Região Metropolitana, por meio da circulação regional com maiores fluxos de pessoas.

A quantidade e o porte demográfico das cidades pertencentes às respectivas regiões de influência auxiliam na compreensão dessas dinâmicas tendo em vista que, nesse caso, as áreas mais populosas convergem com as mais dinâmicas socioeconomicamente, apesar desta característica, ressaltamos que tais áreas tendem também a concentrar volumosos problemas socioambientais (FERREIRA, *apud* MOURA, 2011, p. 16).

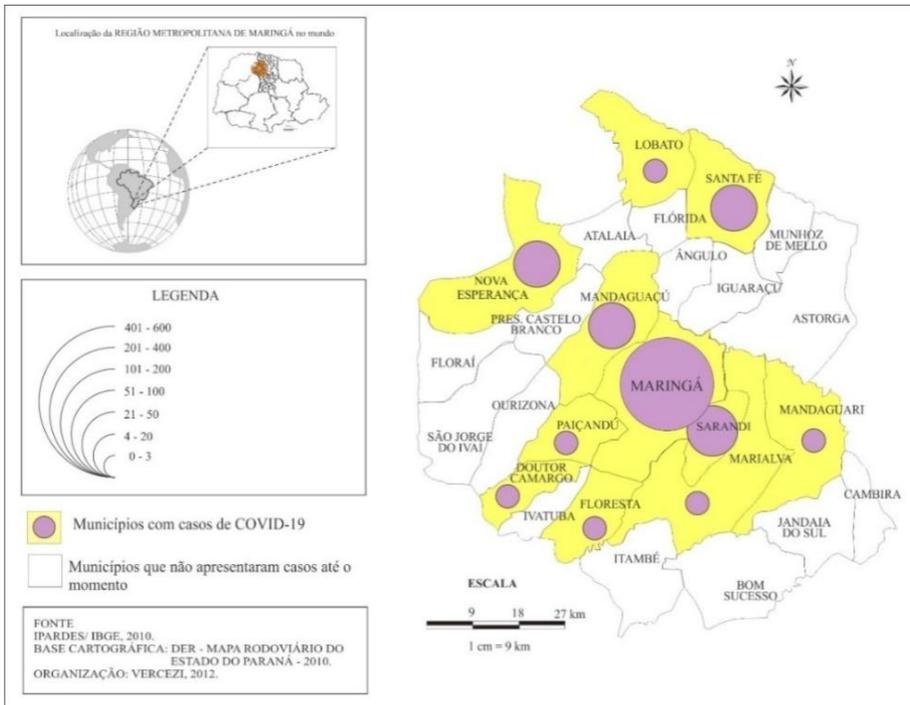
Isto evidencia o caráter relevante que o funcionamento em redes possui para o entendimento da dispersão do coronavírus na Região Metropolitana de Londrina. O adensamento populacional e o deslocamento de pessoas, acaba por contribuir com a transmissão do vírus, evidenciando as regiões com maiores dinâmicas socioeconômicas, configurando uma relação em rede.

Neste sentido, é possível agora direcionar a análise para a realidade de Maringá, que, assim como Londrina, foi classificada segundo o Regic (2008) como capital Regional B (Figura 3) e faz parte da Região Metropolitana com 26 municípios segundo a instituição da Lei Complementar Estadual 83/1999.

Dentre os municípios da Região Metropolitana de Maringá, (Figura 5) cinco deles se destacam com maiores índices de confirmados de Covid-19 segundo o Informe Epidemiológico do Governo do Paraná emitido no dia 28 de maio, dentre eles são: o município de Maringá, com 140 casos; seguida por Nova Esperança, com 10 casos confirmados; Sarandi com 9 casos; Santa Fé com 8 casos e Mandaguaçu com 6 casos. Dos municípios relacionados, Sarandi e Mandaguaçu fazem fronteira com a cidade polo. Ressaltamos também na realidade da Região Metropolitana de Maringá as vias de conexão dos municípios com maior número de casos e sua facilidade de acesso com a cidade de Maringá, que foi a que apresentou os primeiros casos da Covid-19 na RMM.

A configuração espacial inclui 26 municípios, sendo Maringá (polo) o terceiro maior município do Paraná, mais sete municípios com população a partir de 20 mil até 100 mil habitantes, dois municípios com até 20 mil habitantes e a maioria (16) dos municípios com população inferior a 10 mil habitantes. Do total dos municípios, apenas cinco compõem a Área de Concentração de População (ACP), ou seja, somente uma ínfima quantidade de municípios realmente fazem parte do processo de conurbação com a cidade polo (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES NÚCLEO UEM/MARINGÁ, 2016, s/p.).

Figura 5 - Municípios que integram a Região Metropolitana de Maringá



Dentre os municípios já citados anteriormente com maiores casos confirmados da Covid-19 na Região Metropolitana de Maringá, Maringá, Sarandi e Mandaguçu também se inserem na classificação da Área de Concentração Populacional (REGIC 2007), o que nos leva a compreender a concentração dos números acumulados do Coronavírus nestes municípios.

Portanto, considerando a característica da concentração populacional e as dinâmicas econômicas, é possível pensar na articulação em rede no Norte do Paraná, com as regiões de influência entre Londrina e Maringá, entendendo que a disseminação do vírus faz parte do fluxo de pessoas e de redes do estado do Paraná e que “as cidades de Londrina e Maringá formam juntas um adensamento de interações que se estendem desde os centros com proximidade imediata a outros mais distantes” (FERREIRA, 2011, p. 16).

A GESTÃO PÚBLICA FRENTE À PANDEMIA

A gestão pública quando verdadeiramente implementada, se impõe e depara-se com a necessidade de estabelecer relações intermunicipais que na atualidade vêm se complexificando devido a heterogeneidades socioeconômicas e culturais existentes em um país com dimensões continentais como o Brasil. Condição esta que, nas palavras de Maria Laura Silveira e Milton Santos (2003) se caracteriza por quatro diferentes *Brasis*. Logo, as políticas públicas a serem adotadas devem, ou ao menos deveriam, ser complementares, articuladas e imbuídas de respaldo legal e administrativo, e serem compatíveis às peculiaridades existentes em relação ao combate da Covid-19, pois, como afirma Castells:

[O]s principais processos dominantes em nossa sociedade são articulados em redes que ligam lugares diferentes e atribuem a cada um deles um papel e um peso em uma hierarquia de geração de riqueza, processamento de informação e poder, fazendo que isso, em última análise, condicione o destino de cada local (CASTELLS, 1999, p. 439).

Muitas deficiências são enfatizadas no contexto da gestão destes espaços, dentre elas: (i) a falta de objetividade e instrumentos claros; (ii) a ausência dos recursos financeiros para que a gestão possa ocorrer; (iii) a austeridade da política institucional a ser empregada em realidades (vocações, potencialidades) díspares dentro de uma região; e, (iv) ainda, a não observância do papel do Estado e dos municípios realçada pelo poder decisório na esfera da união, isto para não citar outros aspectos que podem ser fomentados na questão.

O grande adensamento populacional em diferentes partes do mundo nos remete ao processo de metropolização que avoluma a disseminação do vírus devido aos grandes fluxos, independente do perfil socioeconômico das nações. O que tem se vislumbrado é que o coronavírus não faz tais distinções, pois é principalmente em grandes adensamentos que as taxas de contaminação estão apresentando índices mais elevados até então.

O fenômeno tem exigido de toda a população mudanças de conduta política, social e econômica no que tange às decisões, principalmente de direcionamentos sanitários. Refletindo em um reordenamento no sistema econômico neoliberal que, frente a essa pandemia, vem apresentando sinais de fragilidade. Evidenciamos principalmente sua inocuidade no processo produtivo junto à grandes concentrações populacionais pela facilidade e rapidez com que o vírus se propaga.

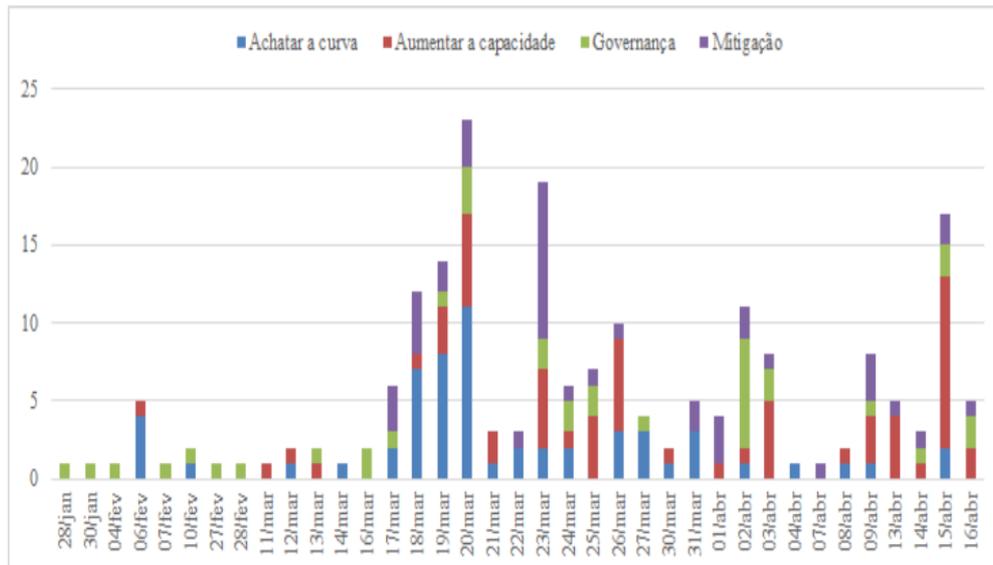
Com a expansão das grandes cidades e com os processos de conurbação que nelas frequentemente ocorrem, certos problemas urbanos – como os transportes, água, esgotos, questões de saneamento, uso do solo, entre outros – não deveriam ser tratados isoladamente em cada município, mas em conjunto.

O drama vivenciado por vários países tem revelado ao mundo, que a forma como os governantes se organizam e respondem politicamente à crise é fator *sine qua non* para explicar a magnitude da epidemia em cada contexto (CEDEPLAR, 2020).

Daí a incongruência que estamos assistindo, principalmente no Brasil, onde não tem havido sinais de uma política totalizadora no âmbito da União com relação ao combate na disseminação da Covid-19, priorizando a economia em detrimento das vidas que estão sendo perdidas. O diretor da OMS para a Europa Hans Klug, em reportagem concedida ao jornal britânico *The Telegraph*, aponta que “Onde não há saúde, não há economia” (GULLAND, 2020).

Desde a ocorrência do primeiro caso da Covid-19 notificado no Brasil no mês de fevereiro, o que temos assistido com relação a políticas da União é um viés que vai na contramão do que a OMS defende e sugere às nações do globo adotarem como medidas. O Gráfico 3 evidencia as limitações das políticas adotadas pelo governo federal no combate à Covid-19.

Gráfico 3 - Número de medidas implementadas pelo Governo Federal entre 01/01/2020 a 15/04/2020



Fonte: CEDEPLAR, 2020, p. 7

Em meio a esse debate, o Governo Federal falhou em todas as frentes para conter a transmissão do vírus no país: (i) não implementou e não endossou as medidas de distanciamento social (a critério de estados e municípios); (ii) não expandiu a capacidade de teste à população (até 16 de abril, o percentual de teste era de 0,49%, muito inferior à média dos países da região (2,03) e países desenvolvidos (15,6)); (iii) e não promoveu a conscientização e comprometimento da população, tendo, na figura do presidente do país, o maior exemplo de desobediência às orientações de distanciamento social e cuidados pessoais veiculadas nas campanhas realizadas pelo Ministério da Saúde (CEDEPLAR, 2020, p. 21).

A busca de soluções para os problemas no contexto precisa ser, em um primeiro momento, almejada pelos agentes sociais e pelos políticos, comprometendo-se, operando e apresentando de algum modo regras bem definidas para o processo de gestão desta pandemia que se dissemina geograficamente com uma velocidade sem precedentes.

Algumas reflexões nos permitem pensar possibilidades de gestão vinculadas à questão da metropolização, considerando duas grandes áreas distintas: a primeira que considera os problemas provenientes da ordem material constantes nas grandes aglomerações urbanas, com destaque para a densidade demográfica elevada e mobilidade; e a segunda, que viesse contemplar os problemas de ordem imaterial, ou seja, o estrutural, surgidos em decorrência do processo de urbanização e que se encontram pautados nas incongruências entre as estruturas políticas existentes e os processos econômicos em constantes transformações.

É importante salientar que os municípios inseridos em uma região metropolitana podem apresentar um conjunto de problemas comuns a serem resolvidos através da prestação de serviços comuns e exigindo planejamento socioeconômico, territorial, controle do solo e ordem política institucional.

Esse apontamento já indica que a questão metropolitana - apesar de todos os obstáculos políticos e institucionais evidenciados até o momento em encontrar soluções para as dificuldades engendradas no processo de disseminação da Covid-19 - merece destaque.

Mediante a complexidade do processo de urbanização instaurado no mundo, evidencia-se que o dinamismo da cidade pelo extravasa-se expandindo seu perímetro urbano a outros centros já existentes. Como resultado da dinâmica socioeconômica nestes espaços urbanos e das transformações que os geram, os mesmos acabam por fomentar e induzir a disseminação do vírus decorrente das diferentes formas de mobilidade entre estas cidades.

Tal processo clama por atenção para que se busquem discussões e melhores ações tanto nos espaços de debate político quanto no espaço do diálogo acadêmico e na mídia. Elementos estes que considerem a representação da sociedade

organizada na adoção de medidas comuns entre os municípios que apresentam maior fluidez, principalmente de pessoas.

Torna-se imprescindível pensar em políticas conjuntas, principalmente com relação aos níveis de infestação pelo coronavírus, como por exemplo a adoção de isolamento social, protocolos de higienização, obrigatoriedade no uso de máscaras em lugares públicos, quarentena e *Lookdown*², pois o ritmo e a fluidez alteram a natureza e a magnitude do problema, não se restringindo a uma única cidade, o que exige a adequação das instituições, para que soluções sejam viabilizadas no menor tempo possível, visando a mitigação e supressão dos efeitos da Covid-19. Embora, como mostram os apontamentos do Cedeplar, a mais eficiente ação é a combinação de políticas na busca de salvaguardar vidas.

[...] publicado em 26 de março, a equipe de epidemiologistas do Imperial College destacou duas estratégias possíveis (não farmacêuticas) para o enfrentamento da COVID-19: mitigação e supressão. A primeira reconhece que a contaminação é inevitável e, portanto, medidas devem desacelerar o ritmo da transmissão para evitar o colapso do sistema de saúde e ao mesmo tempo proteger a população de maior risco. Já a segunda busca romper com as cadeias de transmissão com o intuito de reduzir radicalmente o número de contágios (CEDEPLAR, 2020, p.4).

Lamentavelmente, o que temos assistido é uma gestão marcada principalmente por conflitos entre os entes federados e pelo inexpressivo diálogo com os demais segmentos da sociedade visando a adoção de ações mais assertivas para a superação da crise gerada pela Covid-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento histórico que estamos vivenciando, o resultado do estreitamento das relações entre os municípios torna-se substancialmente complexo, exigindo adequações de planejamento e gestão, não só de localidade, mas dos diferentes tipos de fluxos existentes na rede urbana, que atualmente se articula do âmbito global para o local e vice-versa. Inúmeras demandas estão surgindo vinculadas à necessidade de adaptação a uma nova realidade frente ao fenômeno causado pelo vírus, pois as amplitudes dos problemas têm tomado proporções que um município, um Estado ou um país isolado não teria.

Considerar todos os processos e dinâmicas geradas pela globalização nas últimas décadas nos possibilita identificar a intensa fluidez que o homem estabeleceu no

²O termo é usado para situações de paralisação total ou parcial do deslocamento de pessoas e, conseqüentemente, da economia.

planeta. Tal constatação nos permite afirmar que a disseminação do coronavírus está intimamente associada à velocidade ímpar com que se estabeleceu a pandemia. Ao mesmo tempo, estaria a globalização ruindo e fomentando um novo paradigma frente às relações globais? Estamos vivenciando um limiar de uma nova forma de ver, sentir e estar?

A disseminação da Covid-19 no Estado de São Paulo e no Estado do Paraná, associando a Região Metropolitana de Curitiba, Londrina e Maringá, nos leva a confirmar que a dispersão está inserida na lógica das redes e da hierarquia urbana. A propagação do vírus encontra meio fecundo nas concentrações populacionais, logo as cidades acabam sendo evidenciadas pela facilidade com que o processo se dá. Se pensarmos na rede urbana de Londrina, os casos de Covid-19 se concentram em maior número, no município londrinense e nos centros sub-regionais. No que tange à região de Maringá, os casos estão concentrados principalmente nos municípios inseridos na área de maior concentração populacional.

Toda proposta de operacionalização é assertiva quando se considera políticas e instrumentos que apresentam resultados positivos no combate à Covid-19. As diferenças presentes e, ainda, as dificuldades políticas poderão ser vencidas com a firmeza de propósitos da associação do poder público, sindicatos e associações empresariais, além de empresas privadas e instituições financeiras, instituições de suporte e instituições de pesquisa como as Universidades, dentre muitas outras. Isso significa pensar uma articulação entre o público e o privado; entre local e o global; e, mais do que tudo, entre a inoperância e a efetividade de ações que busquem sobrepujar a obscuridade que este vírus tem apresentado.

Diante da demanda gerada pela disseminação do vírus, as soluções para os problemas dos países, estados e municípios precisam ser, almejadas pelos agentes sociais e pelos políticos, comprometendo-se, operando e apresentando, de algum modo, regras bem definidas para o processo do combate e gestão da pandemia, pois a saúde deve estar, de agora em diante, no topo de qualquer agenda política.

Finalizando, por meio da análise da dispersão da Covid-19 em regiões metropolitanas atreladas às redes urbanas, torna-se possível estabelecer análises futuras e fomentar políticas de gestão, junto aos órgãos governamentais e municipais, em diferentes escalas e propor medidas que busquem a diminuição dos casos da doença, primando pela segurança da população como um todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Coronavírus Brasil**. Secretarias Estaduais de Saúde. Disponível em <https://coronavirus.saude.gov.br>. Acesso em: 11 mai. 2020.

CAPITAL RESEARCH. **Conheça as 8 maiores bolsas de valores do mundo.**

Disponível em: <https://www.capitalresearch.com.br/blog/investimentos/maiores-bolsas-de-valores-do-mundo/>. Acesso em: 19 mai. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEDEPLAR- **Análise das primeiras respostas políticas do Governo Brasileiro para o enfrentamento da Covid-19 disponíveis no Repositório Global Polimap.**

UFMG. 2020, Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/noticias/1242-nota-tecnica-analise-das-primeiras-respostas-politicas-do-governo-brasileiro-para-o-enfrentamento-da-covid-19-disponiveis-no-repositorio-global-polimap> Acesso em: 28 abr. 2020.

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

EMPLASA - Empresa paulista de planejamento metropolitano S/A. **Região Metropolitana de São Paulo.** Disponível em <https://emplasa.sp.gov.br/> Acesso em: 09 de mai. 2020.

ESPÍNOLA, Andréa M. Configuração espacial e hierarquia urbana -rede de cidades no Paraná, In **Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional- Anpur**, Salvador, 23-27 de Maio de 2005, p. 21. Disponível em <http://www.xienanpur.ufba.br/211.pdf>>Acesso em: 15 mai. 2020.

FERREIRA, Sandra C. **A Centralidade de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Guarapuava na Rede Urbana do Paraná.** Ra'ega, Paraná 23 (2011), p. 06-31. Disponível em www.geografia.ufpr.br/raega/ curitiba, departamento de geografia – ufpR>Acesso em: 11 mai. 2020.

GULLAND, Anne. **Exclusivo: Segunda onda mais mortal de Coronavírus 'atingirá a Europa neste inverno'.** Jornal The Telegraph. 19/05/2020. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/2020/05/19/second-wave-coronavirus-winter-europe-uk/> . Acesso em: 29 mai. 2020.

IBGE. **Cidades e Estados.** (2018). Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>>Acesso em: 15 mai. 2020.

IBGE. **REGIC - Região de Influência das Cidades – 2007.** Rio de Janeiro, 2008.

KOWALSKI, Rodolfo Luis. **Coronavírus circula por 79% das cidades da Região Metropolitana de Curitiba,** 2020. Disponível em:

<<https://www.bemparana.com.br/noticia/coronavírus-circula-por-79-dos-municipios-da-regiao-metropolitana-de-curitiba#.XsNqzGhKjIW>> Acesso em: 27 mai. 2020.

KRUGMAN, Paul. **Em tempos de coronavírus, a densidade se tornou fatal?** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/blog/paul-krugman/a-densidade-se-tornou-fatal/> Acesso em: 30 de mai. 2020.

LANGENBUCH, Jürgen Richard. **A estruturação da Grande São Paulo– estudo de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES / Maringá. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetropolesmaringa.com/regiao-metropolitana-de-maringa>> Acesso em: 25 mai. 2020.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Joint declaration on medical maritime transport certificates, ship sanitation certificates and medical maritime transport assistance without the context of the COVID-19 pandemic*. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/detail/22-04-2020-a-joint-statement-on-medical-certificates-of-seafarers-ship-sanitation-certificates-and-medical-care-of-seafarers-in-the-context-of-the-covid-19-pandemic>. Acesso em: 28 mai. 2020.

OPAS -Organização Pan-Americana da Saúde - **Covid-19**. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875#infografia Acesso em: 30 abr. 2020.

PARANÁ, Secretaria da Saúde. **Informe epidemiológico** Disponível em <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/INFORME_EPIDEMIOLOGICO_06_05_2020.pdf. Acesso em: 07 mai. 2020.

PARIZOTTO, Tereza C. **Pesquisadores trabalham no mapeamento sobre a covid-19**. ACS/Assessoria de Comunicação Social/UEM. Maringá, 2020. Disponível em http://www.asc.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24484:pesquisadores-trabalham-no-mapeamento-sobre-a-covid-19&catid=986&Itemid=210 Acesso em: 29 mai. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993, p. 190-217.

SÃO PAULO. **Coronavírus mata mais de 2 mil em SP e registra novo recorde de 224 óbitos em 24h**. Disponível em

<https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/coronavírus-mata-mais-de-2-mil-em-sp-e-registra-novo-recorde-de-224-obitos-em-24h/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo.** São Paulo, Nobel. 1990.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 5ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2003.

TRADINGVIEW. **Coronavírus (Covid19) gráficos e estatísticas.** Disponível em <https://br.tradingview.com/covid19/> Acesso em: 29 mai. 2020.

UNESP. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. **Estudo da Unesp detalha rotas de dispersão da Covid-19 em SP.** Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/35670/estudo-da-unesp-detalha-rotas-de-dispersao-da-covid-19-em-sp>. Acesso em: 25 mai. 2020.

UNIVERSIDADE DE JOHN HOPKINS, *Coronavirus Resource Center*. Disponível em https://coronavirus.jhu.edu/?utm_source=jhu_properties&utm_medium=dig_link&utm_content=ow_jhuhomepage&utm_campaign=jh20. Acesso em: 27 de mai. 2020

VALENTE, Jonas. **Governo-declara-transmissão comunitária em todo o país.** Agência Brasil, 2020. Publicado em 20/03/2020. Disponível em: Acesso em: 28 abr. 2020.

CAPÍTULO 4

POLÍTICA SOCIAL E URBANA EM TEMPOS DE MUTAÇÃO: REVISANDO CONTORNOS

Lisandro Pezzi Schmidt

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados, etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto (LEFEBVRE, 2001, p.46).

A convivência em harmonia, a superação das dificuldades, o lento e o discreto investimento para melhoria de vida das pessoas não é assunto recente e sob diferentes encaminhamentos precisam ser revisitados de forma mais ampla. Estamos longe de esgotar a pauta e agendamento de intensas discussões sobre a sociedade, o poder local, a política social e urbana, sem falar dos recortes e pactos possíveis num momento de instabilidade do sistema político e com efeitos para saúde, educação, trabalho e, sobretudo, a vida.

Além disso, há um tenso entendimento que envolve decisões políticas, técnicas e, por último, o que deveria estar em primeiro, a valorização da educação e da ciência -

entendida pela utilidade a fim de rever pontos e traçar novos objetivos mediante a integração de diferentes elementos para contribuir ao desenvolvimento da população.

A compreensão para um ou mais aspectos que envolvem o saber sobre o poder local não deve estar separada da efetivação de políticas públicas locais, as quais, por sua vez, devem ser implementadas por necessidade e orientada pelo padrão populacional existente. Do ponto de vista teórico conceitual, a política pública e, em especial, a política social, são campos multidisciplinares e devem ser discutidas a partir de sua natureza e seu processo (SCHEFFER, 2017).

Desse modo, as políticas públicas deveriam ser capazes de atender a demanda de pessoas vulneráveis e da acumulação das dificuldades postas pelo padrão avassalador do capital e dos interesses alheios da busca do bem comum e coletivo; não são e não podem ser despercebidas em tempo que exige aprimoramento das intervenções locais, observadas as projeções da população.

Cabe destacar, conforme Ledrut (1981), que o poder local não é nenhuma entidade e o termo serve apenas para designar uma área relativamente independente de convergência e interferência entre estruturas, forças e atores que remetem, de um lado, à sociedade e, de outro, ao espaço onde existe esta sociedade. Em decorrência de tais responsabilidades, reconhecemos a atenção ao poder local e da forma como o pacto em busca do desenvolvimento e recuperação da vida em comunidade aponta para a busca de alternativas que visam dinamismo, inovação a valorização do saber multidisciplinar.

A resposta rápida de projetos visando a implementação da política social em todos os setores, vivenciado no primeiro semestre de 2020, trouxe à luz a perspectiva de rever: como são tratadas as questões referentes à política social e urbana, sem esquecer das políticas setoriais que atingem habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana? Quais reorientações do poder local e da política social e urbana serão necessárias para diminuir a desigualdade - considerando o agravamento das questões decorrentes da pandemia? Seriam, então, as ações pontuais previstas ou não em planos de governo local capazes de responder num curto prazo as demandas emergentes?

Essas e outras perguntas deverão ser retomadas, dada a intensidade com que nos deparamos com os mais recentes acontecimentos da vida atual e do regime de acumulação e de poder concentrado em nível local. Ressaltamos que ainda é precipitado atingir níveis e parâmetros avaliativos das ideias que dão certo relacionando experiências, mas temos certeza de que qualquer iniciativa em nível local, tornará resultados mais rápidos e outros contornos.

Não é apenas desejo, mas fundamental que o Estado e comunidade em geral possam estimular políticas públicas que atendam demandas emergentes. Para além das questões que envolvem saúde e direito de qualquer cidadão, queremos insistir a garantia plena das diretrizes e objetivos dispostos em Lei, como em Planos Locais municipais, Planos Diretores e no caráter intersetorial no âmbito dos municípios e dos seus espaços de intervenção.

No texto, trabalhamos com a hipótese de que o poder local é ainda incapaz de agir integralmente para o entendimento quanto a necessária reformulação de alternativas para políticas urbanas e sociais (parte 1) e levantamos alguns pontos para discussão acerca de outras estratégias e cooperação em nível local (parte 2).

PODER LOCAL, (DES)CONTINUIDADES E (DES)AJUSTES

No plano local estabelecem-se rotinas programadas ou não, em decorrência de pressões externas, nesse caso, interferências de alcance internacional, nacional e até mesmo pelo pacto federativo que vem ocorrendo no país e vem sendo percebido de maneira confusa de como estão sendo reservados os aperfeiçoamentos para definir responsabilidades e transparência na divisão dessas responsabilidades.

Situações das mais diversas levam a entender que diante das decisões e, num curto tempo, estamos muito longe de passar por situações esclarecedoras em qualquer ambiente. Nesse contexto, estão as cidades, as decisões, as tentativas e o mascaramento das questões mais amplas de cunho social e espacial.

Faria (1991) e Souza (2004) destacam avanços sociais e impacto na vida urbana com a Constituição Federal (1988), como inovações na legislação social, mudanças nos mecanismos tributários, descentralização e desconcentração de atribuições por diferentes níveis de governo. A (re)tematização da questão social, como indica Duque Brasil (2005), da cidadania e da ampliação dos direitos sociais, tem alimentado a reconstrução das agendas das políticas sociais desde os anos de 1980.

Reproduzimos o Artigo 23 da Constituição Brasileira (1988) e encontramos competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a saber:

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
 - V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
 - V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;
 - VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
 - VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;
 - VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
 - IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
 - X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
 - XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
 - XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar em âmbito nacional.

Embora na Constituição estejam indicadas as competências comuns, a manifestação prática e a forma de operacionalização estão em constante redefinição entre as esferas. Lucas (2006) assinala que no caso do Brasil, há uma enorme submissão determinada pelo sistema político, gerando uma disfunção muito grande de nosso federalismo. Tensões, particularidades de cada município, conflitos e infinitas questões que envolvem a sociedade e o modo de pensar e fazer está distante de ser captada por sistemas administrativos que não representam ser tão distintos em diferentes localidades.

A complexidade em distinguir como são definidos os mecanismos de proteção social nas três esferas públicas parecem se tornar ainda mais desafiantes. No mesmo rumo, destacamos dificuldades para a investigação de variados processos que envolvem instituições, colaboradores e planos estratégicos da esfera pública municipal.

Nesse conjunto de ajustes e responsabilidades em que se proliferam dimensões dos problemas a serem percebidos em âmbito local, acentua Lucas (2006) que o federalismo brasileiro é extremamente pouco funcional, “nossos três níveis – União, estados e municípios – possuem responsabilidades superpostas e áreas onde ninguém é responsável por nada” (LUCAS, 2006, p.18). Percebemos que a discussão remonta a formação de um pensamento quase que hegemônico em nível de esfera pública, ora admite vitória, ora superação em meio às dificuldades e raramente incapacidade de lidar com os desafios.

Rattner (2010) observa que durante mais de trezentos anos, o Estado, a serviço das elites, desempenha funções de regulamentar, fiscalizar e orientar as ações dos atores sociais, exercendo o monopólio de poder e reprime tentativas de conquistar maior autonomia e autogestão das populações mais exploradas, desinformadas e privadas do acesso aos bens materiais e simbólicos da civilização. Nesse contexto, a cidade centraliza as condições materiais e imateriais que possibilitam o crescimento econômico, além das outras modalidades da produção, como a cultural ou a espacial que ocorrem em seu território (RAMOS, BARBOSA, 2002).

O Estado brasileiro, para Low-Beer (2002), sempre teve uma orientação intervencionista e/ou desenvolvimentista, exercendo um papel ativo na formulação das diretrizes econômicas, desenhadas de forma a viabilizar o capitalismo industrial e financeiro. A autora reconhece dois momentos na trajetória das políticas públicas no Brasil: a) o Estado desenvolvimentista (dos anos 30 até o final dos anos 60); b) um período marcado por uma atuação marcadamente intervencionista, até o final dos anos 80, quando teve início um período de definições econômicas, sociais e políticas, resultando em profundas mudanças que apontavam em direção a um Estado com características neoliberais (anos 90).

No tocante aos efeitos do neoliberalismo entendido como teoria e prática política e econômica (experimentado há anos no Brasil), como no modo de vida nas cidades, acentuam-se diferenças e relacionamentos individuais e coletivos, modifica relações pessoais, dita a capacidade inovadora da divisão sociotécnica do trabalho, termo utilizado por Ramos e Barbosa (2002).

Ao analisar o desempenho da economia, no caso paranaense, estudos realizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IparDES (2020), identificamos os componentes de diferentes períodos nos últimos vinte anos, o que implicou em ajustes para a população como um todo. Como indica o IparDES (2020), na primeira metade dos anos 2000 ocorreu certa recuperação do mercado doméstico; ampliação da massa de consumo; programas sociais mais abrangentes, disponibilidade de créditos; políticas de subsídios ao setor industrial e financiamentos à construção civil e à educação de ensino superior privada. Tais componentes, apoiados pelas iniciativas do governo federal, permitiram outros horizontes possíveis para melhoria e acesso a bens de parte da população, contudo, ainda incipiente de outros mecanismos que pudessem ser aproveitados pela população como oportunidade para aprimoramento e maior qualificação profissional.

Noutro prisma, enfatizam Amador e Fernandes (2016) que, sob inspiração do neoliberalismo norte americano, o qual se opõe à afirmação do Estado como agente

indispensável de controle da economia e vinculado a uma noção de bem estar social, os arranjos sociais, particularmente na esfera das cidades, expressam a proliferação dos sujeitos economicamente ativos, investem-se como empresários de si mesmos, fazendo ruir as bases para o estabelecimento de solidariedades.

Em síntese, caminhamos a passos rápidos para a efetivação da economia informacional, num afastamento gradativo das responsabilidades do estado na saúde, na educação, na inovação e nos variados aspectos que favorecem a formação de indivíduos preparados ao mercado de trabalho e aos desafios futuros.

Tais considerações indicam a fragilidade para um pacto federativo que vise a correção e o estabelecimento de outros rumos para a política pública, tal como acompanhamos no país e nos objetivos do governo federal. As projeções da dinâmica populacional indicam que as questões econômicas e sociais tornar-se-ão ainda mais complexas e exigirão amplo conhecimento e estratégias para superação e solidariedade.

Nesse cenário, a sociedade urbana convive com a tomada das decisões locais e acompanha os desdobramentos das lentes distorcidas dos governos nas três esferas. Dessa maneira, concordamos com Lucas (2006) de que é necessária uma reforma do sistema federativo brasileiro, antes de se fazer uma reforma tributária, reforma política e reforma do judiciário, sendo, portanto, a reforma do pacto federativo, a saída para mudar o funcionamento dos demais sistemas.

Na opinião de Lucas (2006), o século XXI vai construindo um processo de fortalecimento e de autonomia do poder local para operar políticas públicas, ao mesmo tempo que os organismos internacionais, com frequência e intensidade crescentes, terão que lidar mais diretamente com o poder local.

Seria, então, nos dias atuais, o retorno de planos locais que culminaram no fortalecimento dos laços de clientelismo?

O que percebemos é que, num momento atípico, as decisões, os hábitos e as direções opostas daquilo que até então o poder local e a política urbana mostrou ao longo de décadas estão ficando cada vez mais distantes de um pacto que possa agregar outros conteúdos, ultrapassando discursos e práticas repetidas. É reconhecido o fato de que houve avanços no âmbito das decisões quanto ao nível local, assegurado na Constituição de 1988, contudo, é preciso admitir que há limites que não foram superados, como o amplo debate e discussões para se dar conta de que as estratégias e decisões não devem ser homogêneas, mas deve haver uma valorização do que há de possibilidades seguras, nesse caso, de ordem financeira e de pessoal qualificado na implementação de políticas públicas.

Todo o movimento em nível federal, estadual e municipal no país no contexto atual indica a existência de estratégias desconectadas e parecem não ser coincidência diante de casos atípicos, pois, na trajetória da política pública no Brasil, sempre existiu tensões e conflitos. As estruturas políticas e as forças locais e o cumprimento dos deveres institucionais sempre são colocados em prova sobre a eficiência dos resultados, e parecem seguir um mesmo rumo, ou seja, o da carência da informação e de como lidar com fatos novos e inesperados.

A agenda do Estado, então, deverá priorizar questões espaciais e sociais, aproximando objetivos e estratégias, criando ritmos que levem em consideração amplos aspectos de ordem material e imaterial.

Incluem-se outros e necessários instrumentos que permitam horizontes de governabilidade e que elevem as mais variadas perspectivas para compreensão das variações e dos desdobramentos causados para diferentes grupos sociais.

A EMERGÊNCIA PARA ESTRATÉGIAS – ALGUNS APONTAMENTOS

O que está em curso na cidade é um virtual princípio existente com vistas a fragmentar o uso dos espaços, intensificando, em diferentes tempos e lugares com maior circulação, a valorização (pelo menos na aparência) de menores riscos e problemas.

Todavia, as iniciativas recentes de governos locais estariam na mesma direção estável e de regulação institucional derivados da pandemia ou seria o momento para outras formas de desenvolvimento e avanço nas questões institucionais e dos instrumentos em todas as suas instâncias? Uma breve resposta é observarmos o quanto as informações locais da população estão defasadas, são incoerentes e imprecisas. Fato claramente identificado quando se discutem, ainda, como efetuar repasses para ajuda aos grupos carentes e incluir aspectos mais amplos que fazem parte do dia a dia da população, como por exemplo a identificação de pontos de aglomeração como consequência da necessidade de consumo ou do lazer ou da recreação.

Numa breve contextualização, acompanhamos diariamente as diferentes tensões assumidas pelas esferas governamentais que por algum momento atribuem responsabilidades para além da capacidade prevista na Constituição Federal. O rompimento da ação fragmentada da política pública precisa ser superado em todos os níveis, sobretudo, o local.

Quando observamos a dinâmica demográfica no Paraná, uma série de aspectos deve compor a agenda visando a provisão de políticas públicas e como os governos

devem estar preparados para tais demandas. Assim, conforme o Ipardes (2020), no estudo “Paraná em Perspectiva”, a dinâmica demográfica no período (2010/2060) indica a redução da fecundidade, maior taxa de mortalidade e reduzido saldo migratório. Nessas condições haverá redução da participação de crianças e jovens e crescimento da participação de idosos.

Tais projeções realizadas pelo Ipardes (2020) associam-se a outros elementos na discussão como a relação de dependência econômica dos grupos (crianças e idosos), e a redução da população em idade ativa. Já o crescimento populacional deverá seguir as projeções para centros de maior porte, considerando aqueles com população acima de 100 mil habitantes (mais de 57% da população), e os municípios de menor porte (até 20 mil habitantes), os quais deverão agregar em torno de 20% da população.

A partir das projeções, outros compromissos e desafios na agenda local fazem parte como garantia para efetiva provisão da política pública. Ao mesmo tempo, devido a fatores como a queda do nível de atividade econômica, a composição do rendimento médio domiciliar também vem sofrendo impactos, o que indica certo nível de dificuldade econômica e aumento quanto as políticas públicas visando o atendimento das necessidades da população em saúde, educação e demais serviços. Soma-se a isto, segundo o Ipardes (2020), o enfrentamento de situações que caracterizam risco e vulnerabilidade social e de oferta de serviços, atingindo aproximadamente um terço da população total do Paraná.

O entendimento quanto a elaboração de novas propostas para áreas periféricas e com carente infraestrutura deverão ser atendidas mediante a ação conjunta entre profissionais da educação, da saúde, da assistência social, atendimento aos idosos e crianças vulneráveis, dos grupos de risco, do planejamento urbano, entre tantas outras atitudes que passam também pela forma como abordaremos as questões educacionais. Como enfatizam Souto *et al* (2004, p.7):

Porém é importante pensar-se também em outras variáveis mais difíceis de serem medidas, com as socioculturais de conduta, atitudes e auto-estima, e seu impacto nas relações sociais dos sujeitos com seus grupos e destes entre si. A pobreza se manifesta diferenciadamente entre as nações, mas também entre os diversos grupos da mesma sociedade. A heterogeneidade e multiplicidade de situações implicam num tratamento não homogêneo da pobreza, que deve ser enfrentada por uma gama diversificada de políticas.

Nesse sentido, a tendência para ajustes quanto aos passos dados pela política pública, encontra alternativas de entendimento acerca das dificuldades existentes em cada bairro, cada setor, cada comunidade e grupos, da não fragmentação do

investimento e dos privilégios para grupos em áreas escolhidas, pois, “considerando o caráter público, toda política abarca toda a população que, mesmo de acordo ou não, mesmo sendo afetada ou não, está sujeita às suas consequências” (SCHEFFER, 2017, p. 89).

O que reforçamos é como tornar as decisões que compreende o espaço vivido como um todo, desvencilhando-se dos vícios de estratégias passadas e ainda presente tanto nos planos de governo, como na forma de participação dos grupos sociais. A regulação prevista em Lei deve então ser retomada mediante outros elementos, ou seja, não como uma máscara, o que bem ressalta Ledrut (1981), quando analisou a França, ocultando contradições, mas traduzir as dificuldades em termos de conflitos tolerados e toleráveis e possibilitar os meios para atingir diversos compromissos, algo que se aproxima dos fatos recentes no Brasil.

Assim, o atendimento da infraestrutura deve considerar ainda mais as dificuldades quanto ao acesso, elevar níveis de preocupação que coloque como prioridade a saúde pública, permitindo acesso à água, a moradia digna e aos equipamentos coletivos e segurança, além das demais políticas setoriais.

No que se refere às decisões que envolvem a questão espacial, devem ser tratadas junto das questões sociais. Significa que haverá outros elementos postos para identificação das dificuldades e dos desafios para os gestores. Essas mudanças passam, para além de uma readequação dos instrumentos legais, à fundamental perspectiva de inclusão de outras categorias analíticas para o estudo urbano. Souza (2014, p. 149) salienta a atenção para olhares mais atentos dos planejadores profissionais:

(...) ao planejarem intervenções no espaço, os planejadores profissionais frequentemente agem como se não tomassem conhecimento do fato de que estão planejando somente a organização espacial (como se esta se resumisse a uma relação entre coisas), mas também, e sobretudo, relações e práticas sociais, o que exigiria que levassem em conta muito mais profundamente os homens e mulheres concretos, suas expectativas, seus valores, seus temores. E, claro, suas palavras.

De acordo com Blackman *et al* (2020), uma entre cada quatro pessoas nas cidades da América Latina e do Caribe, num total de 100 milhões de pessoas, vive em periferias e 20% em zonas rurais. Nesses casos, Blackman *et al* (2020) apresentam como gestão da resposta à crise, considerando os acontecimentos no primeiro semestre de 2020 que a população sofrerá os efeitos da crise sanitária e econômica com maior intensidade e tornar-se-á necessário, além do conjunto de políticas propostas, outras políticas que podem ser implementadas para atender as periferias e zonas rurais. Incluem-se como políticas a expansão de programas

sociais, o fornecimento de infraestrutura de saneamento básico, a divulgação de campanhas de informação e a distribuição de pacotes de alimentos quando for impossível realizar transferências de renda e impedir os despejos e, ainda, que a disponibilização de créditos e outras medidas podem evitar interrupções na produção agrícola.

Nota-se que as iniciativas locais e superações a partir de 1988 estão longe de encontrar respostas rápidas, pois, o conjunto das dificuldades de ordem financeira e de outros elementos como treinamento e capacitação são lentos e, algumas vezes, insuficientes para tornar novas iniciativas com padrão de gestão, sobretudo, pelo modelo conservador de gestores pouco qualificados e ausentes para inovação de processos.

As políticas públicas, portanto, deverão prever para um curto intervalo a readequação e o reaparelhamento no que se refere à forma de atuação, equipe envolvida, aprimoramento dos processos técnicos e redirecionamento dos planos estratégicos de atendimento da população em localizações cada vez mais próximas e ao mesmo tempo distantes, devido à insegurança institucional das políticas públicas.

Experiências como já destacadas em várias cidades do país, como o orçamento participativo, foram espaços para negociação entre a esfera pública e privada, deixando um legado que é possível conectar propostas, mediante debates, pactos e decisões resultantes da consulta pública. Esperamos que essas e outras experiências passem a ser entendidas como possíveis realizações, com um pouco mais de atenção as questões sociais e espaciais e sejam preservadas medidas que garantem a melhoria de vida das pessoas que sofrem os efeitos decorrentes da pandemia.

Acompanhamos que, nos amplos e variados aspectos que envolvem poder local e política social e urbana, é mais do que necessário o reconhecimento social, cultural, econômico, ambiental como tentativas de estabelecer de modo sistêmico fatos e acontecimentos que permitam compreender como, em situação atípica, as forças locais, sobretudo, grupos econômicos, estão dispostos e compreensíveis em adotar medidas que não deve elevar conflitos e contradições. Portanto, quanto a regras estabelecidas em caráter temporário, significa que aceitar e cumprir é também permitir adequações e que novas experiências precisam ser realizadas, respeitando as particularidades de cada localidade.

O tratamento fragmentado e desarticulado para a retomada das políticas urbanas e sociais deve ser compreendido por outros níveis, preocupações e elementos. Nessa direção, concordamos com Duque Brasil (2005) ao chamar atenção que as políticas sociais brasileiras não têm logrado integrar – de forma mais efetiva e disseminada – a dimensão territorialidade ou espacialidade, que pode ser um balizamento para os

investimentos públicos e mesmo para o desenho de programas e projetos ou até como um elemento incorporado às lógicas de intervenção.

A busca, então, para incorporar a espacialização das políticas urbanas e sociais junto às demandas emergentes decorrentes da questão atípica – como é o caso de uma pandemia – passa a redefinir novas direções e instrumentos que permitem identificar, propor, solucionar e redirecionar intervenções públicas.

Os limites e as competências administrativas remetem aos níveis territoriais de ação pública ou a sua territorialização, indica Duque Brasil (2005), nas diversas escalas e esferas de poder, implicando a mobilização dos recursos locais para tratar os problemas sociais. Nessa direção, recortes mais amplos podem ser efetuados como a vinculação do IBGE, quanto as Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017).

Reconhecemos iniciativas e outros instrumentos que estão sendo desenvolvidos e aprimorados para plataformas de cidades inteligentes, utilizando a tecnologia para o benefício das pessoas. Poderíamos tratar das discussões quanto a uma ou mais lógica espacial para as intervenções e de quais lógica(s) estamos tratando quando o objeto são as políticas setoriais. O espaço é como um objeto em permanente evolução, definido como “resultado das diferentes práticas e dos objetos que o compõem, desenvolvendo sentido e função também diferenciados e está muito longe de ser esse quadro neutro, vazio, imenso” (SANTOS, 1990, p.160).

Não se trata mais de separar as demandas do centro e as demandas da periferia. Trata-se, portanto, de expandir planos para dimensões ainda mais atraentes e qualificados para a melhoria de vida das pessoas, dada a necessidade imediata para rever o que ainda não foi iniciado ou mesmo se adequar às reais necessidades locais, elegendo projetos viáveis e sustentáveis.

Os discursos aleatórios e tão em cena na contemporaneidade devem ser enfocados como ainda em estágio inicial para novas intervenções e investigações. É somente com o amplo debate, com a intensa requalificação do quadro pessoal, da utilização de vários instrumentos que não se resumem apenas a atender questões legais que poderemos, então, traçar novos horizontes das políticas setoriais.

Devido aos fatores decorrentes da pandemia, a agenda governamental no país parece caminhar diante dos fatos recentes e observados, repetir aquilo que Schmidt (1982) destacou como o padrão geral e papel pioneiro jogado pelo Estado Nacional, com empresários privados sendo subsequencialmente induzidos, sob condições favoráveis, a preencher as metas da integração nacional. Esse aspecto requer muita atenção, tendo em vista os desdobramentos ocasionados pelo endividamento ainda maior da máquina pública e os repasses para pagamento da população.

As novidades quanto às regras e determinações que já atingiram as relações de trabalho nas organizações públicas e privadas também serão postas para as cidades a cada dia. A procura pela saída e pela retomada do que poderá ocorrer quanto à mobilidade urbana, ao saneamento e no conjunto das políticas setoriais deverão ser objetivos principais junto aos governantes e das manifestações e propostas da pesquisa acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscarmos a revisão dos contornos que atingem a política social e urbana em tempo de mutação, decorrente de uma pandemia, compreendemos que a escalada para novos pactos visando a reconstrução e os arranjos institucionais em diferentes frentes, tornará ainda mais ativa a importância da ciência em contraposição aos discursos e decisões das políticas que ainda se mantêm centralizadas e não inovadoras.

Quanto aos pactos, devem estar presentes campanhas, estímulos e cooperação entre os municípios, investimento em ações e treinamentos que promovam a intersetorialidade de programas e projetos e representatividade de grupos, organizações e instituições.

Parece, portanto, importante rever em quais frentes se observam as ações do estado diante dos novos desafios. De um lado, o Estado mantém um discurso hegemônico, eficaz e persuasivo e, de outro, observamos a intenção de outros agentes e de representação do próprio estado que terá que estabelecer outros mecanismos e reinvenções num cenário que a cada dia se faz e se desfaz.

Concretamente, estamos em via da total insegurança institucional que, além de enfraquecer a tomada de decisão participativa, está enfraquecendo ainda mais a formulação e aplicação de mecanismos para inclusão da população empobrecida, sobretudo, reformas no trabalho e sistema político histórico em risco pelas interpretações equivocadas em seu conjunto.

Tais discursos, apenas reforçam as tentativas de buscar solução, sem ao menos assegurar quando e como vamos estabelecer novos nexos que possam ultrapassar o que até então foi mencionado como pouco efetivo no exercício do bem estar social.

O vicioso sistema político e administrativo em cena nos traz questionamentos que podem ser esclarecidos pela valorização das experiências locais, principalmente, em respostas de pesquisas acadêmicas. Os cursos e as representações terão que elencar novas estratégias gerenciais e operacionais, de modo a participar de um processo de reconstrução, independente de modelos e padrões até então postos e controlados.

Novos recortes no território urbanizado devem aparecer, como aqueles em que é preciso realizar novas experiências, incentivar projetos econômicos e sociais, ampliar a capacidade de atendimento da saúde e permitir maior circulação e visibilidade para que, de alguma maneira, possam captar a valorização. Nesse caso, o compartilhamento das experiências locais será fundamental.

Outros indicadores e articulações deverão participar de uma leitura mais ampla para a construção e efeitos em uma ou mais cidades, a partir da facilitação e acesso de informações que agregam dados de famílias, indivíduos, grupos e comunidades que sofreram impactos ainda mais negativos em decorrência da pandemia iniciada no primeiro semestre de 2020.

Tudo o que se espera, é que na pauta das ações governamentais seja mantido o compromisso para garantia dos direitos sociais e a implementação de políticas públicas que aperfeiçoam seus mecanismos e processos. A recuperação é para não termos mais incertezas e nem uma exclusiva ação para a recuperação econômica, o que parece estar antecipando a realização das questões sociais e espaciais.

REFERÊNCIAS

AMADOR, Fernanda Spanier; FERNANDES, Daniel Rodrigues. Cidades (in)habitais: considerações sobre neoliberalismo e resistência. **Fractal**, Rev. Psicol., Rio de Janeiro, v. 28, n.2, p. 252-256, Ago. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922016000200252&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BLACKMAN, Allen; IBÁÑEZ, Ana M.; IZQUIERDO, Alejandro; KEEFER, Philip; MOREIRA, Maurício M.; SCHADY, Norbert; SEREBRISKY, Tomás. **A política pública de combate à Covid-19: recomendações para a América Latina e o Caribe**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2020. Disponível em https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/A-politica-publica-de-combate-a-Covid-19-Recomendaces-para-a-America-Latina-e-o-Caribe.pdf?utm_source=email&utm_medium=email&utm_campaign=VPS_PT_Covid_email. Acesso em: 15 mai. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 mai. 2020.

DUQUE BRASIL, Flavia de Paula. Território e territorialidades nas políticas sociais. **Gestão social: o que há de novo?** Curitiba, Ipardes, 2005. p.45-65.

FARIA, Vilmar. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, vol.1, n.29, p.98-119, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Paraná em perspectiva**. 2020. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-02/PARANA%20EM%20PERSPECTIVA-p%C3%A1ginas-exclu%C3%ADdas.pdf> Acesso em: 19 mai. 2020.

LEDROUT, Raymond. Política urbana e poder local. **Espaço & Debates**. São Paulo, vol.1, n.3, set. 1981.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOW-BEER, Jacqueline. O Estado e as Políticas Públicas: uma revisão histórica (1950 a 1997). **Espaço & Geografia**, Vol.5, N.2, 2002. Disponível em <<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/4/3>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

LUCAS, Luiz Paulo Vellozo. **Qualidades: poder local e qualidade na Administração Pública**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

RAMOS, Maria Helena Rauta; BARBOSA, Maria José de Souza. Globalização, novas relações econômicas e impactos em cidades brasileiras. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 87-111.

RATTNER, Henrique. A era das incertezas. **Revista Espaço Acadêmico**. N.104, 2010. Disponível em <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9155/5145>>. Acesso: 15 mai. 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1990.

SCHMIDT, Benício Viero. A politização do espaço urbano no Brasil. **Espaço & Debates**. São Paulo, vol.2, n.5, 1982.

SCHEFFER, Sandra M. **A construção do espaço local por políticas nacionais de habitação: o Programa Minha Casa Minha Vida em Ponta Grossa**. Curitiba. 2017.

Tese (Doutorado) em Gestão Urbana, Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017

SOUTO, Anna Luiza Salles; KAYANO, Jorge; ALMEIDA, Marco Antonio de; PETRUCCI, Victor Augusto. **Como reconhecer um bom governo?** O papel das administrações municipais na melhoria da qualidade de vida. São Paulo, Pólis, 1995.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em Perspectiva**. v.18, n. 2, p. 27-41, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014, p.147-166.

CAPÍTULO 5

AÇÕES DE ESTADO, SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE E O AVANÇO DA COVID-19 NO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes

Em 2020, o sistema de saúde se converteu no principal tema da agenda mundial em decorrência da pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. No campo acadêmico, o cenário de pandemia tem gerado inúmeras pesquisas nas mais diferenciadas áreas. No caso da Ciência Geográfica, as publicações têm ocorrido predominantemente na Geografia da Saúde. Apesar disso, a forma como a realidade se apresenta demonstra que a Geografia tem condições de promover reflexões e estudos dentro de outras ramificações, como na Geografia Urbana, na Geografia Agrária, na Cartografia, na Climatologia, etc.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo sexto, destaca, entre os direitos sociais, a saúde (BRASIL, 1998). No Título VIII (Da ordem social) – Capítulo II, há uma seção exclusiva, com cinco artigos, sobre a saúde (Seção II). No artigo 196, a constituição esclarece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido

mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1998).

A partir dessa contextualização, este capítulo tem como objetivo central refletir acerca das ações de Estado, dos serviços públicos de saúde e do avanço da Covid-19 no Norte do Estado do Paraná. Para efeito de compreensão da escala regional deste texto, entende-se o Norte do Estado do Paraná, apresentado na Figura 1, pelo agrupamento de três mesorregiões: Norte Pioneiro, Norte Central e Noroeste, que somam 32,6% do território do Estado; 31,2% da população paranaense; e 186 municípios ou 46,6% do total estadual (FERNANDES, 2017).

A redação deste capítulo do livro está estruturada da seguinte forma: a primeira parte faz uma contextualização fundamental acerca da pandemia de Covid-19; na sequência, apresenta-se um debate teórico relevante sobre a Geografia da Saúde; e, por fim, a terceira parte do texto destaca as reflexões sobre as ações do Estado, os serviços públicos de saúde e o avanço da Covid-19.

PLANETA TERRA EM METAMORFOSE: A PANDEMIA DE COVID-19 EM 2020

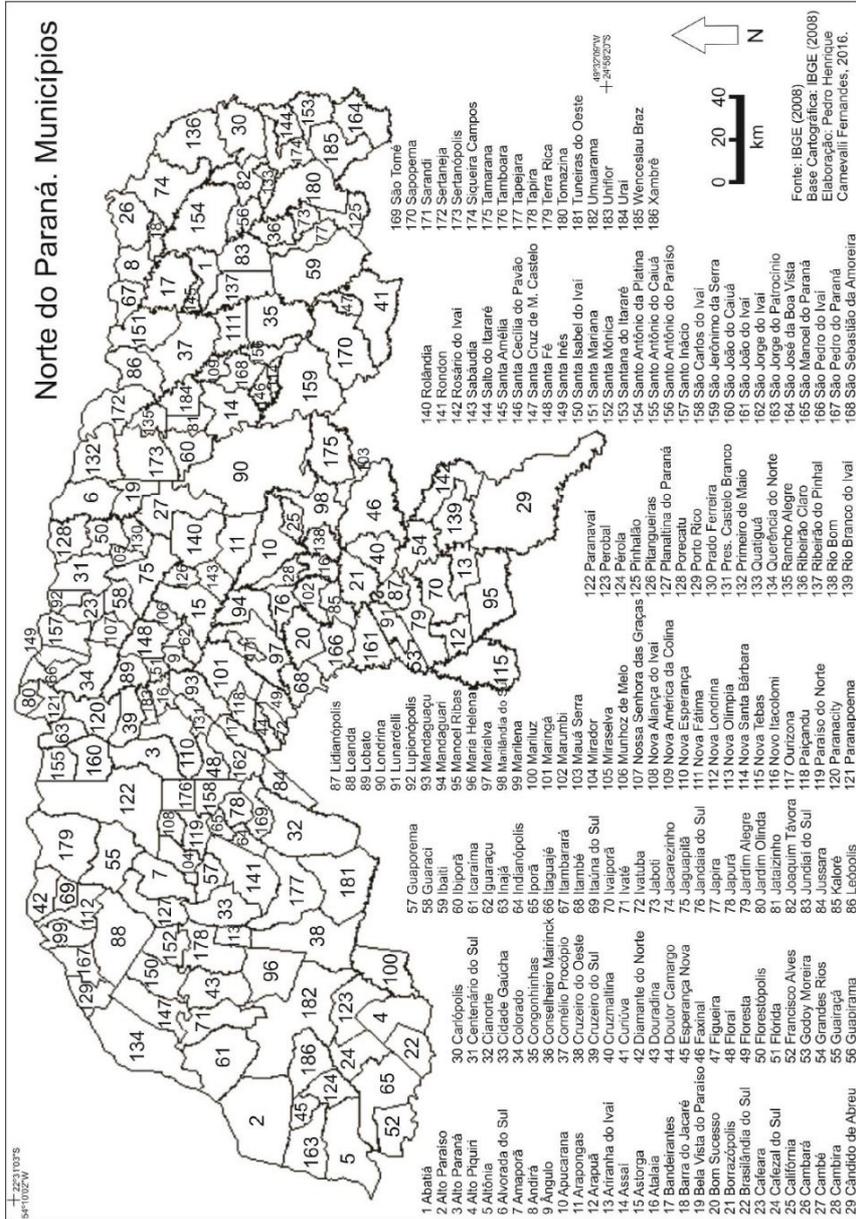
O ano de 2020 ficará marcado na história mundial. Por ora, com um espectro negativo. Em 11 de março de 2020, a OMS instalou a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2). Apesar dessa data, a situação começou, segundo a própria OMS (2020), no final de 2019 em Wuhan, na China. A pandemia significa uma situação em que uma doença infecciosa ameaça as pessoas do mundo inteiro simultaneamente (OMS, 2020).

Wuhan, capital da província de Hubei, é uma metrópole – nona maior cidade da China – com pouco mais de 11 milhões de pessoas, localizada na região central do país (SANTIRSO, 2020). Embora o primeiro caso tenha ocorrido no final de 2019, apenas no final do mês de janeiro de 2020 que a China reconheceu o problema e começou a agir em processos de isolamento e de quarentena (SANTIRSO, 2020).

A origem da pandemia ainda apresenta informações incertas, como, por exemplo, a origem da doença e o “paciente zero”. Segundo Ma (2020), o possível “paciente zero” remonta a 17 de novembro de 2019, ou seja, mais de um mês antes do reconhecimento oficial do novo vírus. Segundo relatórios levantados por Ma (2020), um mês após essa *date*, 27 pessoas estavam infectadas. Em 27 de dezembro de 2019, Zhang Jixian, médico do Hospital Provincial de Medicina Chinesa e Ocidental da Província de Hubei, informou às autoridades de saúde da China que a doença foi

causada por um novo coronavírus, possivelmente transmitido para os seres humanos por um animal selvagem (MA, 2020).

Figura 1- Norte do Estado do Paraná, 2016



Fonte: Fernandes (2017)

O coronavírus é conhecido dos especialistas e se configura em uma extensa família de vírus que pode causar doenças, sendo que nos seres humanos pode causar infecções respiratórias, desde resfriados comuns até casos mais graves de síndrome respiratória (OMS, 2020). Segundo Brasil (2020a), os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937, no entanto, apenas em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa. A Covid-19 é a doença infecciosa causada pelo coronavírus descoberto mais recentemente, em dezembro de 2019, em Wuhan, na China (OMS, 2020), e que tem sido chamado de “novo coronavírus”.

Os sinais e sintomas do novo coronavírus (Sars-CoV-2) são principalmente respiratórios (BRASIL, 2020a). No entanto, é possível constatar que o vírus tem provocado diferentes reações nas pessoas. Os sintomas mais comuns são febre, tosse seca e dificuldade para respirar e a transmissão do novo coronavírus costuma ocorrer pelo ar ou por contato pessoal (BRASIL, 2020a).

Os cuidados básicos para reduzir o risco geral de contrair ou transmitir infecções respiratórias agudas, incluindo o novo coronavírus, são: (i) Lavar as mãos frequentemente com água e sabonete por pelo menos vinte segundos, respeitando os cinco momentos de higienização – se não houver água e sabonete, usar um desinfetante para as mãos à base de álcool; (ii) Evitar tocar nos olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas; (iii) Evitar contato próximo com pessoas doentes; (iv) Ficar em casa quando estiver doente; (v) Cobrir boca e nariz ao tossir ou espirrar com um lenço de papel e jogar no lixo; e (vi) Limpar e desinfetar objetos e superfícies tocados com frequência (BRASIL, 2020a) Atualmente, ainda não existe tratamento específico para infecções causadas pelo novo coronavírus (OMS, 2020).

Em meados de fevereiro de 2020, ocorreu a primeira morte por Covid-19 fora da Ásia – o caso foi na França (AYUSO, 2020). Quase um mês depois desse caso na Europa, no dia da declaração de pandemia, o mundo vivenciava 118.000 casos em 114 países e 4.291 mortes (SEVILLANO, 2020). Em 13 de maio de 2020, com praticamente dois meses de pandemia, os números já eram assustadores: 4.179.479 casos, um aumento de 3.442%, e 287.525 mortes, um aumento de 6.600%. Ao final de julho de 2020, a quantidade de infectados por Covid-19 se aproximava de 20 milhões e a de óbitos de 700 mil.

Por isso, dois movimentos são indispensáveis e não excludentes: o primeiro, no âmbito acadêmico, se refere às pesquisas acerca desse tema; o segundo, caminha por ações das diferentes escalas de governo no combate à pandemia. As duas próximas partes abordam esses movimentos.

A GEOGRAFIA DA SAÚDE COMO POSSIBILIDADE DE ESTUDO FRENTE À COVID-19

A Geografia precisa assumir o compromisso de cooperar com novos estudos científicos nesse cenário de pandemia, sobretudo pela Geografia da Saúde. Uma possibilidade está no mapeamento e na espacialização da dispersão da doença e dos serviços e profissionais de saúde. Com esse mapeamento é possível produzir reflexões e produzir prognósticos e embasamentos para ações do poder público.

Atualmente, os principais autores da Geografia da Saúde são Raul Borges Guimarães (Unesp de Presidente Prudente), Samuel do Carmo Lima (UFU), Jorge Pickenhayn (USJ-Argentina) e Maria Eugênia Moreira Costa Ferreira (UEM). É fundamental destacar também Christovam Barcellos, Josino Moreira e Maurício Monken com artigos publicados na Revista de Saúde Pública e/ou nos Cadernos de Saúde Pública da Fiocruz.

Apesar de consolidada base de pesquisadores, considera-se que as publicações de artigos científicos sobre o tema em revistas acadêmicas brasileiras ainda são muito incipientes. Do universo de 11.898 artigos publicados nas três revistas pesquisadas (...), foram identificados apenas 113 artigos relacionados aos conhecimentos geográficos (0,9% do total), conforme Guimarães (2016, p. 874).

Em Geografia da Saúde, o debate norteador perpassa pelas dimensões do espaço e da saúde. O espaço, considerado particularmente o espaço geográfico, “se caracteriza por possuir múltiplos atributos de distribuição dinâmica e clara diferenciação. (...) A presença humana confere ao espaço traços que o transformam e lhe dão uma historicidade como construção social” (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 16).

Dentro da epidemiologia, Silva (1997, p. 588) considera que “a análise do espaço geográfico (...) é particularmente interessante no momento atual, em que existe uma percepção maior da importância do meio ambiente sobre a existência da humanidade”. Assim, assumindo a interação sociedade-natureza no conceito de espaço geográfico, as análises no processo de interação da coletividade com a natureza e a maneira como o meio é transformado, organizado para sustentar a atividade econômica, promoverá uma perspectiva histórica da doença, fundamental para a compreensão do momento atual, permitindo uma visão dinâmica do processo saúde-doença (SILVA, 1997).

A saúde, tão complexa quanto o espaço geográfico, é entendida por diferentes abordagens, na qual destacam-se entre as concepções sociais “a legal (conforme a lei), a econômica e a cultural. No primeiro caso, a saúde é considerada como um

bem que as pessoas possuem e que, como tal, requer a tutela jurídica. O Estado deve atuar nesse contexto (...)” (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 20). A concepção econômica entende que “a saúde é um bem escasso e acessível que favorece ademais a produtividade. Em consequência, exige sua manutenção e reprodução, por meio da inversão pública e individual (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 20). Por fim, a concepção sociocultural entende que para “alcançar um desempenho adequado dos papéis sociais, para favorecer a criatividade humana, é necessária a saúde como atitude, como predisposição, como capacidade inicial para poder trabalhar” (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 20).

Para Souza (2014), a tecnologia tem papel indispensável no conhecimento das enfermidades, influenciando, diretamente, na evolução da Geografia Médica para a Geografia da Saúde. Então, “com essa evolução (...), as preocupações com o bem estar, com a desigualdade social, com os serviços de saúde disponíveis para o atendimento das pessoas fazem parte do contexto” (SANTOS, 2010, p. 48).

A nova roupagem – Geografia da Saúde – se inicia com as preocupações de análise espacial orientadas a resolução de problemas da saúde humana; de análise de problemas demográficos e epidemiológicos; e de conteúdos sociais na compreensão das desigualdades geradas (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014). A antiga nosologia “envolvida na relação entre patologias e território, respondia a um paradigma que começou a falhar, isto é, a não dar respostas, a não resolver os problemas” (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 126). Essa nova denominação “é uma visão mais abrangente e sistêmica, em que ganham destaque os serviços sanitários no contexto espacial, níveis de saúde, etc. Mas sem esquecer os aspectos ambientais que têm um papel relevante no estudo das enfermidades” (SANTOS, 2010, p. 48). Portanto, o campo da Geografia da Saúde “se desenvolve entre duas “preocupações”: a episteme, que é em essência o lugar a partir do qual se observa um produto; e o método, que prefigura o caminho para alcançá-lo” (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 125).

Santos (2010, p. 47), coloca luz em outra situação: o conhecimento sobre o local e a realidade socioeconômica da população contribui na prevenção e até na cura de muitas doenças, ou seja, “a partir da compreensão desses fatores (...), é possível fazer uma análise de como o meio ambiente (físico e social) interfere na qualidade de vida do indivíduo. É nesse aspecto que é possível compreender a importância dos aspectos sociais e econômicos na saúde da população”.

Particularmente em aspectos humanos, há uma “nova concepção de saúde, influenciado pelo paradigma centrado na ideia de saúde coletiva (...). Esse centro é,

finalmente, algo recente. Modelos anteriores tiveram como foco o ambiente, as ciências médicas e a população. Estes dependem do estado de avanço da técnica (...)” (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 50). Os resultados obtidos na interface da Geografia e Saúde fazem parte de um sistema de ideias em evolução e de um movimento mais amplo de consolidação do campo da saúde coletiva (GUIMARÃES, 2016).

A expressão “saúde coletiva” surgiu no final da década de 1970, sendo definida “uma área do saber que toma como objeto as necessidades sociais de saúde (e não apenas as doenças, os agravos ou os riscos) entendendo a situação de saúde como um processo social (...) relacionado à estrutura da sociedade e concebendo as ações de atenção à saúde como práticas simultaneamente técnicas e sociais” (SOUZA, 2014, p. 11). Para isso, a Saúde Coletiva se propõe a “utilizar como instrumentos de trabalho a epidemiologia social ou crítica que, aliada às ciências sociais, prioriza o estudo da determinação social e das desigualdades em saúde, o planejamento estratégico e comunicativo e a gestão democrática (SOUZA, 2014, p. 18).

Na atual Geografia da Saúde, os problemas médicos representam apenas uma parte. É preciso contemplar questões individuais e sociais e características próprias dos lugares ou mesmo de grandes espaços continentais, articulados por complexos de base natural ou por instituições humanas, sendo que não existem barreiras epistemológicas, nem fronteiras, capazes de isolar a Geografia da Saúde (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014).

Nesse sentido, Santos (2010, p. 42), pontua que ela exerce papel relevante, “pois os aspectos sociais e ambientais são na maioria das vezes os grandes responsáveis pelos problemas que afligem a população”. Os problemas de saúde apresentam uma diversidade de determinações, “fazendo com que propostas de resolução sejam baseadas em múltiplas estratégias, medidas e atores” (MONKEN; BARCELLOS, 2005, p. 899). Para isso, os autores enfatizam a relevância do território, a dimensão local e o cotidiano.

Para exemplificar uma possibilidade mais empírica da Geografia da Saúde, destaca-se a tese de Ferreira (1996) acerca da ocorrência de Malária no reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no Paraná. A autora comprovou que a formação do reservatório na década de 1980 criou uma ampla zona marginal de águas mansas e vegetadas, que acabou por favorecer a proliferação dos mosquitos vetores, ampliando os casos de malária.

É importante destacar que segundo Ferreira (1996), antes disso, os casos na região eram poucos. A autora ainda descobriu outra situação relevante na ampliação da ocorrência da Malária na região: a migração recorrente e sazonal das pessoas que

foram para garimpos no Pará e em Rondônia e que, ao voltarem com a malária, acabaram contaminando os parentes. Na sequência, reflexões mais empíricas.

AÇÕES DE ESTADO E O SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE E O AVANÇO DA COVID-19 NO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ

No Brasil, o primeiro caso de Covid-19 ocorreu em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo (SP), após 59 casos terem sido descartados (BRASIL, 2020b). Em 20 de março de 2020, já dentro da pandemia, o Ministério da Saúde declarou o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus em todo o território brasileiro (OLIVEIRA, 2020).

Naquele momento, o então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, chegou a pontuar a possibilidade de uma “quarentena nacional”, no entanto, isso não ocorreu por parte do Governo Federal – Mandetta foi demitido em 16 de abril de 2020 mesmo com uma aprovação de 76% de sua gestão (GULLINO et al, 2020). É importante destacar que Jair Bolsonaro, Presidente da República, discorda de uma política nacional de isolamento social.

No dia seguinte, o Presidente da República nomeou Nelson Teich como novo Ministro da Saúde. No breve discurso de posse, Teich afirmou que “o que é importante neste momento é a gente acionar pessoas não só da área da saúde, mas também nos ministérios que, de alguma forma, tenham relação direta com os problemas atuais da saúde e da Covid-19. Vamos entender como esses problemas interagem com a saúde. Então, vamos criar uma estratégia de abordagem de problema para que possamos melhorar a eficiência de como vamos trabalhar o momento atual e o futuro” (BRASIL, 2020c). Logo, diferentemente do ministro anterior, Teich sequer comentou a possibilidade de o Governo Federal propor uma ação de distanciamento social.

Todavia, diante da escalada dos índices de contaminados e de mortos pela Covid-19 no Brasil durante o mês de abril, Nelson Teich começou a adaptar seu discurso e, ainda que com uma moderação, passou a defender o distanciamento social em alguns estados do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas. Em 15 de maio de 2020, menos de um mês após assumir o Ministério da Saúde, Nelson Teich pediu demissão do Governo. Segundo Andrade (2020), discordâncias com o Presidente da República, quanto ao isolamento social e ao uso da cloroquina no tratamento da Covid-19, motivaram o pedido de exoneração; no final de julho de 2020 o Brasil estava perto de completar oitenta dias sem Ministro da Saúde (no cargo, estava um ministro interino, general do exército e sem experiência alguma na área da saúde).

A consequência imediata dessas ações políticas e administrativas do Governo Federal é a escalada dos casos e dos óbitos por Covid-19. Os dados são do Ministério da Saúde, referenciado por Brasil (2020d). Entre 26 de fevereiro de 2020 (caso um) e 28 de março de 2020, os casos chegaram a 3.904. Depois, em praticamente dois meses, a escalada foi assustadora, chegando a 310.087 casos de Covid-19 – aumento de 7.842%. O número de óbitos acompanhou o ritmo: entre 17 de março de 2020 (caso um) e 10 de abril de 2020, as mortes chegaram a 1.056. Na sequência, em pouco mais de um mês, a escalada foi de 1.798%, atingindo mais de vinte mil óbitos. No final de julho de 2020, o Brasil passou de 2,5 milhões de infectados e de 88 mil mortes. Ainda assim, o Governo Federal permanece indiferente.

Contrários a essa política federal, diversos prefeitos e governadores decretaram isolamento social ou distanciamento social. O Governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Júnior, publicou em 16 de março de 2020, poucos dias após a declaração de pandemia pela OMS, o Decreto 4.230/2020, que tratava sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus – Covid-19.

Assim, as principais ações para o enfrentamento da emergência de saúde relativa à Covid-19 adotadas no Estado foram: (i) isolamento; (ii) quarentena; (iii) exames médicos; (iv) testes laboratoriais; (v) coleta de amostras clínicas; (vi) vacinação e outras medidas profiláticas; (vii) tratamentos médicos específicos; (viii) estudos ou investigação epidemiológica; (ix) teletrabalho aos servidores públicos; (x) suspensão de eventos abertos ao público, de qualquer natureza, com aglomeração acima de cinquenta pessoas (PARANÁ, 2020).

Em 18 de março de 2020, foi criado o Comitê de Gestão da Crise para a Covid-19 no Estado do Paraná (Decreto 4.259/2020) e foram estabelecidos os critérios para a habilitação de laboratórios interessados no Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (Sislab), como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus – Covid-19 – por meio do Decreto 4.261/2020 (PARANÁ, 2020).

Em 21 de março de 2020, o Governo do Paraná tomou novas ações administrativas acerca da dispensa de licitação e sobre o procedimento em modalidade pregão para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Decreto 4.325/2020), sobre a manutenção do abastecimento e distribuição de produtos necessários e essenciais, inclusive merendas escolares, na rede pública de ensino em decorrência da pandemia da Covid-19 (Decreto 4.316/2020) e quanto às medidas para a iniciativa privada

acerca do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância decorrente da Covid-19 – Decreto 4.317/2020 (PARANÁ 2020).

No final do mês de março, antes mesmo de completar o primeiro mês de pandemia no Paraná, o Estado decretou estado de calamidade pública, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus – Covid-19 (Decreto 4.319 de 23 de março de 2020). Alguns dias depois, o Governo do Paraná publicou o Decreto 4.385, de 27 de março de 2020, que tratava sobre medidas orçamentárias e financeiras para prevenção e combate à Covid-19, com algumas suspensões de pagamentos (PARANÁ, 2020).

Durante os meses de abril e maio, novas ações foram tomadas, com destaque para: Decreto 4.472, de 8 de abril de 2020, acerca dos processos de hospitais e estabelecimentos temporários perante os órgãos estaduais licenciadores em face da epidemia Covid-19; Decreto 4.546, de 28 de abril de 2020, que institui o Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do Estado do Paraná em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus; Decreto 4.570, de 4 de maio de 2020, que regulamentou a concessão de auxílio emergencial à pessoa economicamente vulnerabilizada em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional causada pela infecção humana pelo coronavírus (Covid-19); Decreto 4.657, de 13 de maio de 2020, sobre a isenção do ICMS relativo à parcela da subvenção da tarifa de energia elétrica, estabelecida pelas Leis Federais nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, e nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, no respectivo fornecimento a consumidores enquadrados na "subclasse Residencial de Baixa Renda", como medida de enfrentamento aos efeitos da emergência de saúde pública decorrente de pandemia de coronavírus; e Lei 20.189, de 28 de abril de 2020, que tornou obrigatório o uso de máscara por todas as pessoas, durante o período em que estiverem fora de sua residência, enquanto perdurar a pandemia do coronavírus, em todo o Paraná.

Finalmente, é relevante destacar que no final de junho, o Governador do Estado do Paraná publicou o Decreto nº 4.942, de 30 de junho de 2020, que impôs medidas restritivas regionalizadas para o enfrentamento da Covid-19. Foi, sem dúvida nenhuma, a ação mais forte do Governo do Paraná ao longo de mais de 100 dias de pandemia. Com medidas mais restritivas, o decreto suspendeu o funcionamento de atividades econômicas não essenciais pelo período de 14 dias em sete regionais de saúde do Paraná.

Avançando em caminhos mais empíricos, as reflexões transitam a partir dos seguintes procedimentos: (i) levantamento do número de leitos hospitalares em cada

um dos 186 municípios da região e conversão deles em taxa de leitos hospitalares por dez mil habitantes – nesse caso, considerou-se os leitos hospitalares cirúrgicos, clínicos, obstétricos, pediátrico e hospital/dia, cadastrados em dezembro de 2019 e referenciados por meio do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2020); (ii) levantamento do número de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) em cada um dos 186 municípios da região e conversão deles em taxas de leitos de UTI por dez mil habitantes – nesse caso, considerou-se as UTI adulto e UTI adulto Covid-19 de natureza jurídica Administração Pública, Entidades Empresariais e Entidades Sem Fins Lucrativos cadastradas até 19 de maio de 2020 no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES, 2020); (iii) levantamento dos casos e dos óbitos de Covid-19 no Boletim Epidemiológico divulgado pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA, 2020), considerando os dados entre 11 de março de 2020, data de declaração da pandemia, e 25 de julho de 2020 – 137 dias de pandemia – e conversão deles em taxas de Covid-19 por cem mil habitantes e taxa de óbitos de Covid-19 por cem mil habitantes. Portanto, com a apresentação em taxas, é possível fazer análises e comparações com outras localidades brasileiras e até com dados internacionais.

No Norte do Estado do Paraná há predomínio de pequenas cidades. A presença delas “é explicada pelo processo de formação socioespacial da região, ocorrido no contexto da economia cafeeira” (ENDLICH, 2006, p. 23). O declínio da economia cafeeira atuou contraditoriamente: influenciou no declínio demográfico e esvaziou o aspecto funcional, particularmente quanto aos serviços e comércios (ENDLICH, 2006).

Essa lógica se atrela também aos serviços de saúde, que, comumente, perdem centralidade à medida em que o município perde população. Contudo, nos últimos dez anos, quase metade dos municípios da região superaram esse declínio e voltaram a ganhar população (FERNANDES, 2017), o que, novamente, pode influenciar na lógica do sistema de saúde, pois muitas vezes a aquisição de novos equipamentos ou serviços de saúde não acompanham o ganho demográfico.

Assim, a Figura 2 apresenta as taxas de leitos hospitalares, por dez mil habitantes, em dezembro de 2019, no Norte do Estado do Paraná, e a Figura 3 demonstra as taxas de leitos de UTI adulto, por dez mil habitantes, em maio de 2020, no Norte do Estado do Paraná.

Figura 2 - Norte do Paraná. Leitões hospitalares, por dez mil habitantes, 2019

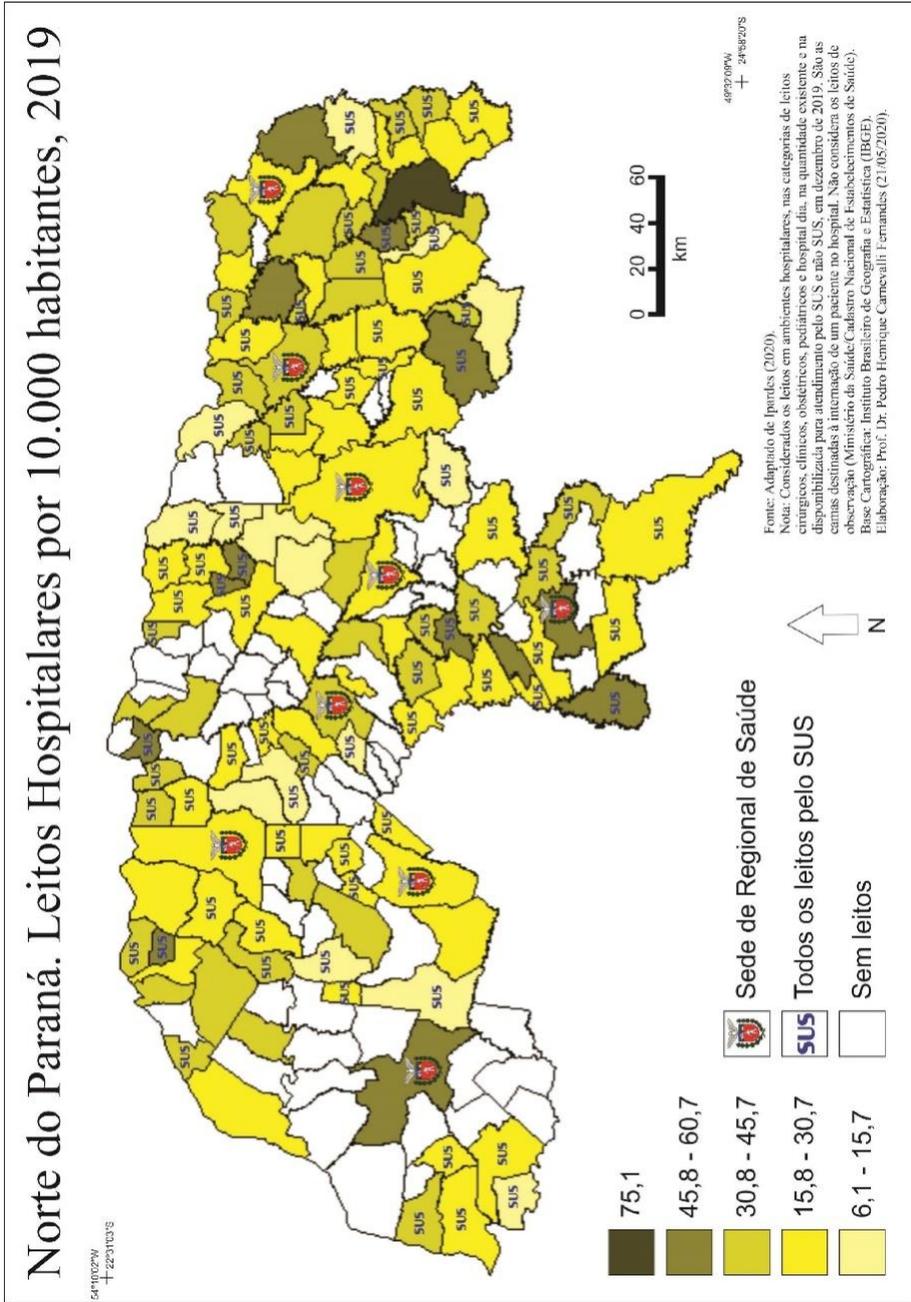
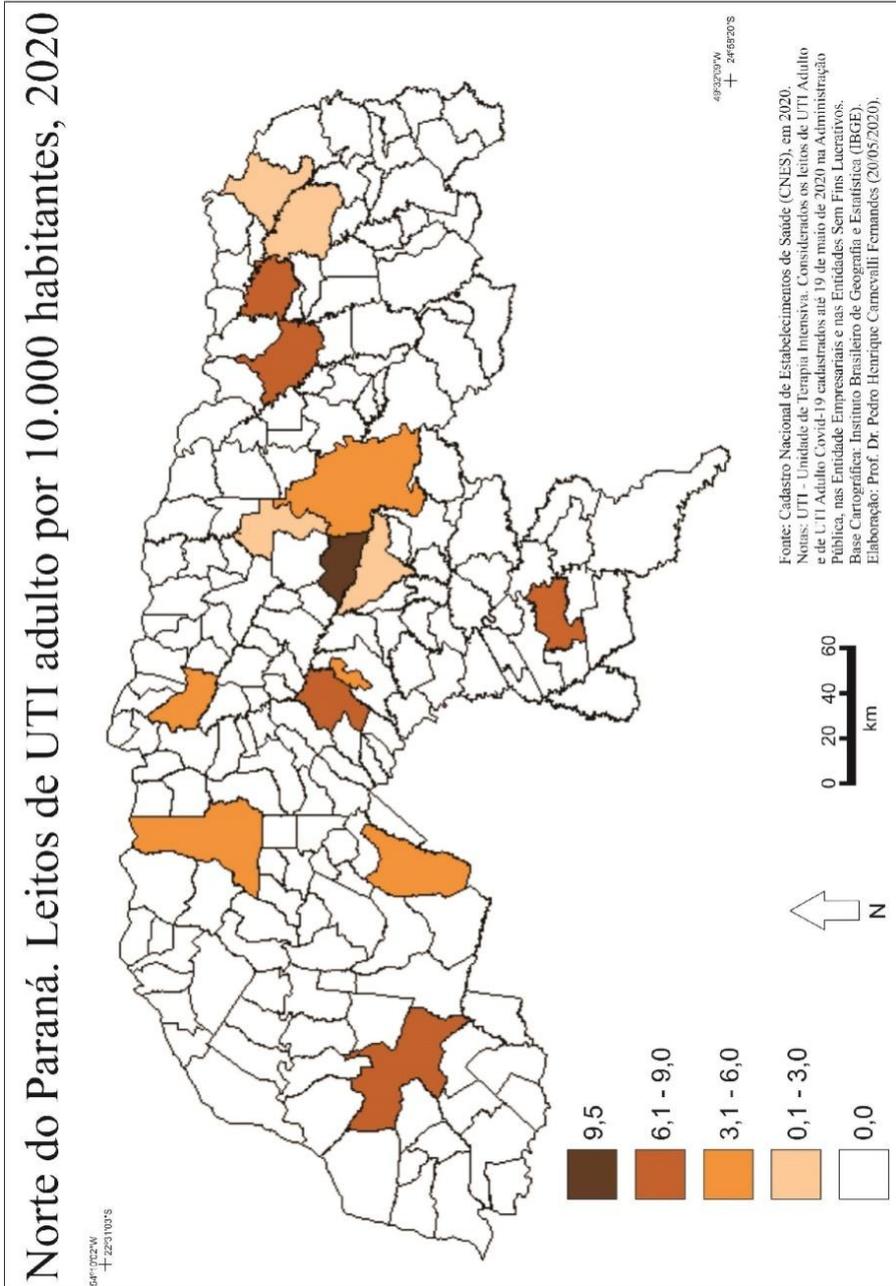


Figura 3: Norte do Paraná. Leitos de UTI adulto, por dez mil habitantes, 2020



Fonte dos dados: Adaptado de CNES (2020)

No Paraná, são 24.130 leitos hospitalares, sendo 8.333 deles no Norte do Estado – 35% do total. Desses leitos paranaenses, 67% são pelo Sistema Único de Saúde (SUS) – no Norte do Paraná, a proporção sobe para 72%. Entre os 186 municípios do Norte do Paraná, 62 cidades (exatamente um terço do total) não possuem nenhum leito hospitalar. Juntos, esses municípios somam 337 mil habitantes que precisam se deslocar caso necessitem usar esse serviço de saúde. Todas elas são pequenas cidades, sendo que apenas sete possuem mais de dez mil habitantes – Marialva, com quase 32 mil habitantes, é a maior demograficamente. Especialmente, a localização deles ocorre predominantemente nas porções noroeste e extremo norte central da região.

Considerando a média regional de 25 leitos hospitalares para cada dez mil habitantes, 40% dos municípios com leitos encontram-se abaixo dessa média. O melhor cenário está em Tomazina, de 8.791 (IBGE, 2010), com taxa de 75,1 leitos hospitalares por dez mil habitantes, bem à frente do segundo melhor colocado, Ivaiporã, de 31.816 habitantes (IBGE, 2010), com 60,7 leitos hospitalares por dez mil habitantes. Por sinal, a porção nordeste da região apresentou a melhor realidade. Entre os municípios com sedes de regionais de saúde, Ivaiporã e Umuarama têm as melhores taxas e Apucarana e Paranavaí as piores.

O acesso à Saúde, segundo Unglert, Rosenberg e Junqueira (1987), engloba inúmeros fatores e pode ser analisado por diferentes abordagens. Assim, o sistema institucional de saúde apresenta “dificuldades que impedem a satisfação das necessidades de assistência à saúde da totalidade da população. Um dos fatores que contribuem para essa situação é a inacessibilidade de numerosos grupos da população aos serviços de saúde” (UNGLERT; ROSENBERG; JUNQUEIRA, 1987, p. 439). Além disso, os autores destacam a importância de uma equidade na assistência à saúde a partir de Mooney: a equidade horizontal, que preconiza o tratamento igual dos indivíduos que apresentam iguais problemas de saúde e a equidade vertical, que enuncia que indivíduos que tenham problemas desiguais de saúde sejam tratados dentro das peculiaridades de cada caso. Nesse sentido, é relevante abordar a espacialidade do SUS na região. No total, 74 municípios (40% do total e 60% entre os que possuem leitos) têm todos os seus leitos hospitalares pelo SUS – juntos, eles somam 1.520 leitos hospitalares e 640 mil habitantes.

A dimensão é ampliada quando se considera os municípios com proporção de leitos pelo SUS superior a 80%: 99 municípios ou 80% dos municípios que possuem leitos. Apenas três municípios têm menos de 50% dos seus leitos pelo SUS: Cornélio Procópio, Maringá e Mandaguari. Em Londrina, a proporção de leitos pelos SUS é de 56% do total.

Esses dados demonstram uma alta dependência, sobretudo em cidades pequenas, da rede pública de saúde. Evidentemente, o sistema brasileiro de saúde passou por mudanças profundas, sobretudo quanto ao papel do Estado e à implementação do SUS (VIANA; MACHADO, 2009). Ainda segundo as autoras, a marca da política de saúde no período de 1930 e 1980 era a fragmentação institucional pelo papel subalterno de estados e municípios, por privatização da oferta de serviços e por baixo poder regulatório do Estado. No bojo da redemocratização, “o movimento pela reforma sanitária propôs a conformação de um sistema único de saúde, de caráter universal e com participação das três esferas governamentais na operacionalização da política” (VIANA; MACHADO, 2009, p. 808), então, na década de 1990, o Ministério da Saúde passou pelos processos de unificação do comando nacional sobre a política e de descentralização político-administrativa. Portanto, a “implementação do SUS revela esforços de fortalecer uma política de caráter nacional em um cenário federativo e democrático, expressos na configuração institucional do sistema e na regulação da descentralização” (VIANA; MACHADO, 2009, p. 808).

Ao SUS, compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: (i) controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos; (ii) executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; (iii) ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde; (iv) participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico; (v) incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; (vi) fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano; (vii) participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos; (viii) colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. (BRASIL, 1998).

No caso específico da Covid-19, um tipo de leito é extremamente relevante: a UTI. E, nessa tipologia de leito, os dados revelam resultados alarmantes: apenas 15 municípios (8% do total) possuem leitos de UTI adulto. Assim, 1,5 milhão de habitantes (praticamente metade da população regional do Norte do Paraná) precisam se deslocar caso necessitem usar esse serviço de saúde. Além disso, os poucos municípios que possuem leitos de UTI adulto apresentam taxas baixas, ou seja, inferiores a dez leitos de UTI adulto para dez mil habitantes. No total, nove (60% deles) têm menos de cinco leitos de UTI adulto para cada dez mil habitantes.

Os melhores cenários estão em Arapongas (taxa de 9,5) e Umuarama (taxa de 8,5), ambas com mais de cem mil habitantes. Entre os 15 municípios com UTI adulto, apenas seis não são sede de regionais de saúde e a menor cidade, demograficamente, é Colorado, com 22 mil habitantes (taxa de 5,37 – dois leitos UTI adulto mais dez novos leitos de UTI adulto Covid-19). Essa realidade não é exclusiva do Norte do Paraná, mas permeia diversas regiões do Brasil.

É importante destacar o avanço da Covid-19 na região. Assim, a Figura 4 apresenta as taxas de casos de Covid-19, por cem mil habitantes, após 137 dias de pandemia, em 2020, no Norte do Paraná. É importante fazer uma ressalva. Certamente, esses dados sofrerão alterações, uma vez que são extremamente dinâmicos. Apesar disso, a sua presença neste capítulo tem como essência retratar um determinado momento, demonstrando a presença e o avanço da doença na região. Logo, a relevância da espacialização (contribuição fundamental da Geografia da Saúde) pode, além de produzir histórico, contribuir no entendimento desse contexto de pandemia e, principalmente, motivar políticas públicas de isolamento social e higiene para evitar a ampliação do contágio e frear o avanço da doença.

Até maio de 2020, o Paraná vivenciou um relativo controle na disseminação do novo coronavírus. Em 31 de maio de 2020, dia 82 de pandemia, o Estado tinha 4.687 casos e 182 óbitos por Covid-19. Mas, em junho e julho, a doença escalou no Paraná, como consequência da flexibilização das atividades não essenciais. Em 18 de junho de 2020, dia 100 de pandemia, o Paraná se aproximava de 12 mil casos de Covid-19, e em 30 de junho de 2020, dia 112 de pandemia, passava de 22 mil casos e 630 mortes por Covid-19. No final de julho, já eram mais de 65 mil infectados e quase 2 mil mortos por Covid-19. Em síntese: 11.919 mil casos em 100 dias de pandemia (11/03/2020 a 18/06/2020) e 52.977 casos em 37 dias (19/06/2020 a 25/07/2020). Portanto, em 137 dias de pandemia, o Paraná registrou 64.896 casos e 1.632 óbitos por Covid-19.

O Norte do Estado do Paraná, após 137 dias de pandemia, somou 15.591 casos de Covid-19, ou seja, 478 casos por cem mil habitantes. A partir dessa taxa regional, constatou-se três cenários: (i) contexto de exceção, ou seja, municípios sem casos registrados – 3% dos municípios; (ii) contexto local melhor que o regional – 64% dos municípios; (iii) contexto local pior que o regional – 33% dos municípios. Este último cenário foi subdividido em contexto preocupante e contexto alarmante.

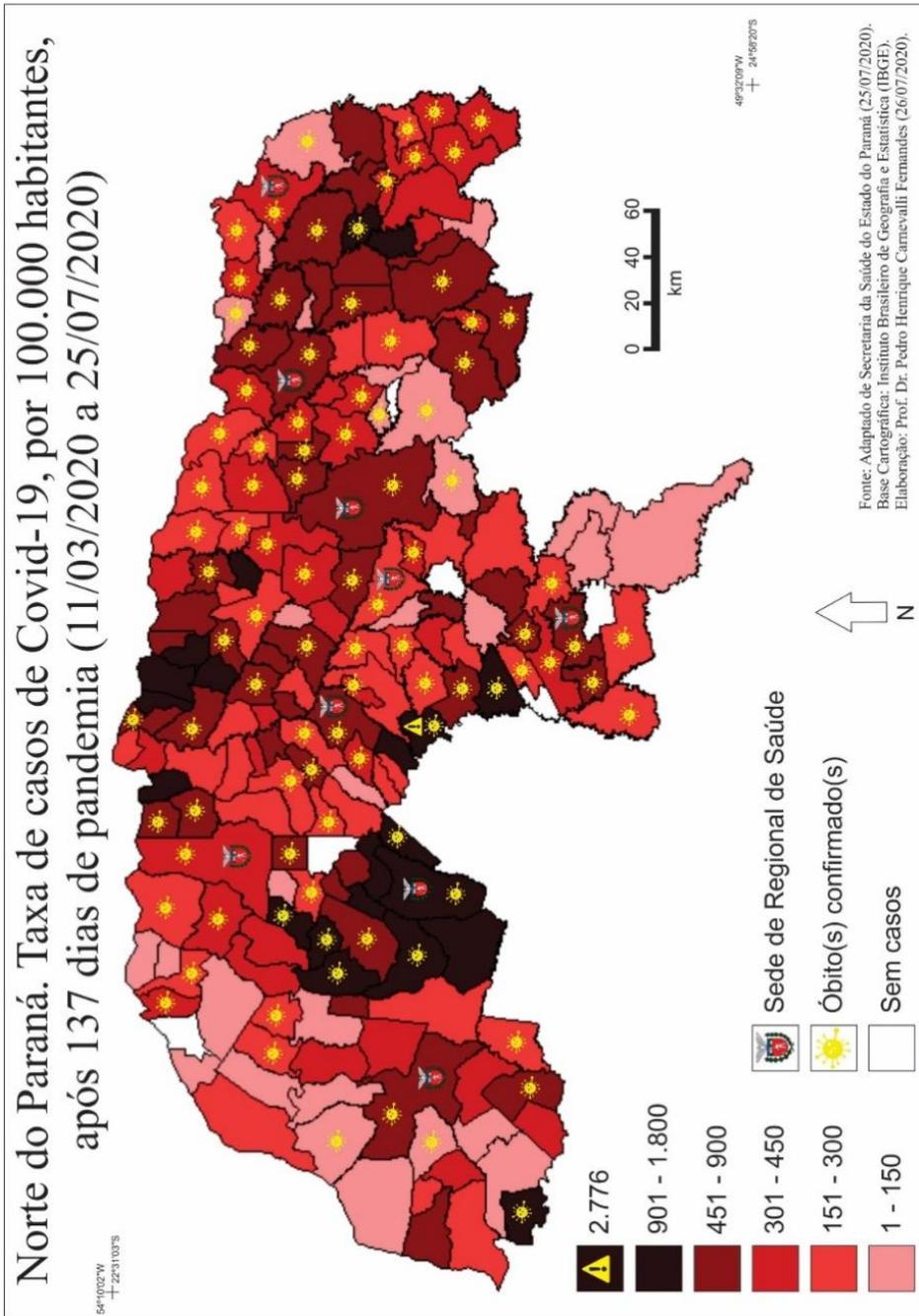
No primeiro cenário, o contexto de exceção, são seis municípios sem casos confirmados de Covid-19 (Ariranha do Ivaí, Godoy Moreira, Nova Santa Bárbara, Rio Bom, São Carlos do Ivaí e São Pedro do Paraná), que somam quase 22 mil habitantes – todos eles possuem menos de sete mil habitantes.

No segundo cenário, 118 municípios apresentam um contexto local melhor que o regional. Nesse contexto, 45% dos municípios têm taxas menores que a metade da taxa regional, existindo um relativo controle da disseminação do novo coronavírus – entre eles, todos são polarizados por pequenas cidades (65% possuem menos de dez mil habitantes e Marialva é o maior em número de habitantes, com quase 32 mil). Os demais 55% dos municípios desse segundo cenário possuem taxas que variam entre 240 e 478 casos de Covid-19 por cem mil habitantes, ou seja, um contexto local que se aproxima do regional. Entre eles, destaque para Apucarana, Jacarezinho e Paranavaí, que são sedes de regionais de saúde, e para Cambé, Paiçandu, Rolândia, Sarandi e Wenceslau Braz, cidades importantes da região.

No terceiro cenário, 62 municípios apresentam um contexto local pior que o regional. Mas, esse cenário é bem diverso. Assim, 73% dos municípios vivem um contexto preocupante, ou seja, possuem taxas até o dobro da taxa regional (variando de 479 a 956 casos de Covid-19 por cem mil habitantes), como Cornélio Procópio, Ivaiporã, Londrina, Maringá e Umuarama, que são sedes de regionais de saúde, e Arapongas e Santo Antônio da Platina, que são cidades relevantes na rede urbana do Norte do Paraná. Os demais 27% dos municípios vivenciam um contexto alarmante, ou seja, taxas maiores que o dobro da taxa regional (variando de 957 a 2.776 casos de Covid-19 por cem mil habitantes). Nesse grupo, é preciso destacar os 12 municípios que possuem mais de 1.000 casos de Covid-19 por cem mil habitantes: Itambé, Cidade Gaúcha, Prado Ferreira, São Tomé, Guapirama, Santo Inácio, Indianópolis, Jussara, Cafeara, Guaporema, Floresta e Cianorte. Metade deles estão inseridos na Regional de Saúde de Cianorte. Com exceção de Cianorte, todos os demais são polarizados por pequenas cidades – cinco deles possuem menos de cinco mil habitantes, sendo Guaporema o menor, com 2.219 habitantes. A maior taxa do Norte do Paraná está em Itambé, pequena cidade de 5.979 habitantes na região de Maringá: 2.776 casos de Covid-19 por cem mil habitantes.

É possível constatar também que, espacialmente, esse terceiro cenário predomina nas seguintes porções do Norte paranaense: noroeste (região de Cianorte e alguns municípios no entorno de Paranavaí e de Umuarama); central (no norte, região de Colorado; no sul, na região do Vale do Ivaí; e alguns municípios no entorno de Maringá e de Londrina); nordeste (região do Norte Pioneiro, com destaque para cidades no entorno de Cornélio Procópio, Ibaiti e Santo Antônio da Platina).

Figura 4 - Norte do Paraná - Taxa de casos de Covid-19 após 137 dias de pandemia



Fonte dos dados: Sesa (2020)

É possível, também, fazer algumas análises quanto às regionais de saúde que estão no Norte do Paraná. Em três delas, a sede concentra mais da metade dos casos de Covid-19 da regional: 17ª Regional de Saúde (Londrina concentra 66% dos casos), 15ª Regional de Saúde (Maringá concentra 60% dos casos) e 12ª Regional de Saúde (Umuarama concentra 53% dos casos). As menores concentrações ocorrem na 19ª Regional de Saúde (Jacarezinho tem 14% dos casos da regional), na 16ª Regional de Saúde (Apucarana tem 21% dos casos da regional) e na 18ª Regional de Saúde (Cornélio Procópio tem 31% dos casos da regional). No Norte do Paraná, a 12ª Regional de Saúde de Umuarama é a que apresenta o maior controle na disseminação do novo coronavírus; apenas cinco municípios (24%) possuem taxas acima de 451 casos de Covid-19 por cem mil habitantes, sendo a maior em Francisco Alves (982). Em contrapartida, a regional que demonstra maior descontrole é a 13ª Regional de Saúde de Cianorte, onde todos os municípios possuem taxas acima de 451 casos de Covid-19 por cem mil habitantes e 55% deles têm taxas acima de 1.000 casos por cem mil habitantes.

O Norte do Estado do Paraná, após 137 dias de pandemia, registrou 425 óbitos por Covid-19, ou seja, 13 óbitos por cem mil habitantes. No total, dos 186 municípios da região, 91 (49%) não registraram mortes por Covid-19 e 95 (51%) municípios registraram, pelo menos, um óbito por Covid-19. Entre os municípios com óbitos, metade registrou uma morte por Covid-19. No outro extremo, sete municípios registraram mais de dez mortes por Covid-19, concentrando 54% do total de mortes pela doença no Norte do Paraná: Apucarana, Arapongas, Cambé, Cornélio Procópio, Londrina, Maringá e Rolândia. Londrina concentra 25% de todos os óbitos do Norte do Paraná.

Quanto às taxas de óbitos por Covid-19, por cem mil habitantes, 38% dos municípios com óbitos têm taxas menores que a taxa regional e 22% dos municípios possuem taxas maiores que o dobro da taxa regional. Em três municípios a taxa de óbitos por Covid-19, por cem mil habitantes, é superior a 50 mortes: Itambé (taxa de 84), na região de Maringá; Santa Mariana (taxa de 56), na região de Cornélio Procópio; e Guapirama (taxa de 51), na região de Jacarezinho.

PALAVRAS FINAIS

O sistema de saúde se tornou em 2020 no principal tema do mundo, por consequência da pandemia de Covid-19. Sendo assim, em foco na mídia, na academia e, principalmente, nas políticas públicas, é preciso debate e embasamento

científico para uma promoção adequada, justa e equilibrada das ações. A saúde é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo o SUS o sistema para essa garantia. Evidentemente, esse sistema passou por mudanças profundas até atingir o caráter democrático e universal da contemporaneidade. Isso não quer dizer que o sistema opera com a qualidade esperada. Ainda assim, é um sistema reconhecido mundialmente pela sua relevância.

Quanto aos embasamentos teóricos, a Geografia da Saúde passa por compreensões sobre o espaço geográfico e sobre a saúde e deve se desenvolver entre duas “preocupações”, a episteme e o método, e se ancorar no conhecimento sobre o local e a realidade socioeconômica da população. Além disso, este capítulo defende um olhar para o sistema público de saúde e na saúde coletiva.

No caso empírico, a pesquisa focalizou a realidade do Norte do Estado do Paraná. Associando os resultados, é possível constatar que 62 cidades (exatamente um terço do total), que somam 337 mil habitantes, não possuem nenhum leito hospitalar. Espacialmente, a localização delas ocorre predominantemente nas porções noroeste e extremo norte central da região – ambas enfrentam uma ampliação significativa dos casos de Covid-19. É fundamental destacar também que há uma alta dependência, sobretudo em cidades pequenas, da rede pública de saúde. No total, 74 municípios (40% do total e 60% entre os que possuem leitos) possuem todos os seus leitos hospitalares pelo SUS – juntos, eles somam 1.520 leitos e 640 mil habitantes. Apenas três municípios possuem menos 50% de leitos pelo SUS. Quando o assunto é UTI, os dados são assustadores: apenas 15 municípios (8% do total) possuem leitos de UTI adulto. Assim, 1,5 milhão de habitantes (praticamente metade a população regional) precisam se deslocar caso necessitem desse essencial serviço de saúde.

Quanto aos casos de Covid-19 no Norte do Paraná, apenas seis municípios não registraram oficialmente casos da doença. Em 68 municípios, as taxas passam de 451 casos por cem mil habitantes e, em 12 deles, elas superam 1.000 casos. Em Itambé, são 2.776 casos de Covid-19 por cem mil habitantes. Quanto aos óbitos, 95 municípios já registraram casos, sendo metade deles um registro. Por outro lado, sete municípios concentram 54% dos óbitos do Norte do Paraná.

A partir de todo esse cenário, o planeta se transformou e a sociedade desacelerou. É possível indicar várias consequências e mudanças que emergiram, sendo que muitas delas são campos importantes para novas pesquisas em Geografia: (i) Social: o isolamento social, o fechamento de escolas e de espaços públicos, a proibição de *shows* e eventos com aglomerações de pessoas, o aumento de casos de violência doméstica e o aumento do debate quanto à saúde mental; (ii) Econômico: o

fechamento de comércios e de espaços de consumo, o fechamento de serviços considerados não essenciais, a falência de organizações, o debate de questões trabalhistas, como redução de salários ou de carga horária de trabalho, a desaceleração do consumo e a ampliação do uso de aplicativos e de *delivery*; (iii) Ambiental: a diminuição da poluição de rios e, principalmente, da atmosfera e a diminuição do ruído sísmico provocado pela circulação; (iv) Político: o debate sobre o acesso aos serviços de saúde e de consumo básico como luta de classe, as visões ideológicas acerca do surgimento do novo coronavírus e o uso de *fake news* como armas políticas.

Portanto, acredita-se que debater a Geografia da Saúde na atual pandemia de Covid-19 é, além de científico e indispensável, uma questão de humanidade; é, igualmente, pensar em uma Geografia da Vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fabiano. Teich deixa o Ministério da Saúde antes de completar um mês no cargo e após divergir de Bolsonaro. 15/05/2020. **Portal Globo.com**. 2020.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/15/teich-deixa-o-ministerio-da-saude-antes-de-completar-um-mes-no-cargo.ghtml>> Acesso em: 21 mai. 2020.

AYUSO, Sílvia. França registra a primeira morte fora da Ásia pelo coronavírus. 15/02/2020. **El País**. 2020. Disponível em:

<<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-15/franca-registra-a-primeira-morte-fora-da-asia-pelo-coronavirus.html>> Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 18ª edição. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Brasil confirma primeiro caso de novo coronavírus**. 26/02/2020. 2020b. Disponível em:

<<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>> Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Coronavírus**. 2020a. Disponível em:

<<https://www.saude.gov.br/o-ministro/746-saude-de-a-a-z/46490-novo-coronavirus-o-que-e-causas-sintomas-tratamento-e-prevencao-3>> Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Nelson Teich toma posse como Ministro da Saúde**. 17/04/2020. 2020c. Disponível em: <

saude/46747-nelson-teich-toma-posses-como-ministro-da-saude>Acesso em: 21 mai. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. 2020d. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>Acesso em: 22 abr. 2020.

CNES, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. **Consulta Estabelecimentos**. 2020. Disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>>Acesso em: 21 mai. 2020.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 505 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevali. **Um espectro ronda as pequenas cidades: o aumento da violência e da insegurança objetiva**. 525 p. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2017.

FERREIRA, Maria Eugênia Moreira Costa. **Ocorrência de malária na área de influência do reservatório de Itaipu –margem esquerda –Paraná, Brasil: um estudo de geografia médica**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

GUIMARÃES, Raul Borges. Geografia e saúde coletiva no Brasil. **Saúde Soc. Pão Paulo**, v. 25, n. 4, p. 869-879, 2016.

GUIMARÃES; Raul Borges; PICKENHAYN, Jorge Amancio; LIMA, Samuel do Carmo. **Geografia e saúde sem fronteiras**. Uberlândia (MG): Assis Editora, 2014.

GIULLINO, Daniel et al. Com 76% de aprovação, Mandetta anuncia que foi demitido por Bolsonaro. 16/04/2020. **O Globo**. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/com-76-de-aprovacao-mandetta-anuncia-que-foi-demitido-por-bolsonaro-24372530>>Acesso em: 22 abr. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Banco de Dados: leitos hospitalares**. 2020.

MA, Josephine. Coronavirus: China's first confirmed Covid-19 case traced back to November 17. 13/03/2020. **South China Morning Post**, 2020. Disponível em:

<<https://www.scmp.com/news/china/society/article/3074991/coronavirus-chinas-first-confirmed-covid-19-case-traced-back>>Acesso em: 22 abr. 2020.

MONKEN, Maurício; BARCELLOS, Christovam. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 898-906, 2005.

OLIVEIRA, Joana. Brasil tem contágio comunitário de coronavírus em todo o país. 20/03/2020. **El País**. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-20/brasil-tem-contagio-comunitario-de-coronavirus-em-todo-o-pais-mas-ainda-nao-declara-quarentena.html>>Acesso em: 22 abr. 2020.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Coronavírus**. 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/es/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>>Acesso em 21 mai. 2020.

PARANÁ, Casa Civil. **Sistema Estadual de Legislação**. 2020. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/entradaSite.do?action=iniciarProcesso>>Acesso em: 21 mai. 2020.

SANTIRSO, Jaime. Retratos de Wuhan. 30/01/2020. **El País**. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-30/retratos-de-wuhan-uma-cidade-em-quarentena-vista-por-dentro.html>>Acesso em: 22 abr. 2020.

SANTOS, Flávia de Oliveira. Geografia médica ou Geografia da Saúde? Uma reflexão. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 32, p. 41-51, 2010.

SESA. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. **Boletim Epidemiológico**. 25/07/2020. 2020. Disponível em: <www.saude.pr.gov.br>Acesso em: 26 jul. 2020.

SEVILLANO, Helena. OMS declara que coronavírus é uma pandemia global. 11/03/2020. **El País**. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-11/oms-declara-que-coronavirus-e-uma-pandemia-global.html>>Acesso em: 22 abr. 2020.

SILVA, Luiz Jacintho da. O conceito de espaço na epidemiologia das doenças infecciosas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 585-593, 1997.

SOUZA, Luis Eugenio Portela Fernandes. Saúde pública ou saúde coletiva? **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 15, n. 4, p. 1-21, 2014.

UNGLERT, Carmen Vieira de Sousa; ROSENBERG, Cornélio Pedroso; JUNQUEIRA, Claudette Barriguela. Acesso aos serviços de saúde: uma abordagem

de geografia em saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 21, n. 5, p. 439-446, 1987.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila Viana; MACHADO, Cristiani Vieira. Descentralização e coordenação federativa: a experiência brasileira na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14, p. 807-817, 2009.

CAPÍTULO 6

RETRATOS DA URBANIZAÇÃO NAS FRONTEIRAS

Margarete Frasson

A Tríplice Fronteira, formada pelas cidades de Puerto Iguazú-Argentina, Foz do Iguaçu-Brasil e de Ciudad Del Este-Paraguai, constitui-se em uma única malha urbana marcada por relações e inter-relações. Trata-se de uma coexistência que ao mesmo tempo separa três Estados soberanos com diferentes perspectivas e, igualmente une as três cidades em torno de um eixo econômico comum.

Os projetos de desenvolvimento econômico postos em prática nesta região, tornaram a dinâmica espacial num contexto apropriado para a expansão capitalista em nível nacional, latino-americano (especialmente no âmbito da Bacia do Prata) e global. Atenta-se, assim, que as expressões espaciais locais são reflexos da mundialização do capital, cuja tendência é se infiltrar nas tradicionais estruturas constituídas, construindo novos espaços, atribuindo-lhes outras funcionalidades, no processo de reestruturação produtiva.

Considera-se que os efeitos da mudança nos estilos de produção e de troca contemporâneos, vinculados à reprodução do capital, incidem diretamente no modelo institucional de Estado Nacional, no qual as políticas sociais perdem o foco e as consequências recaem sobre o cidadão. Diante disso, os sujeitos sociais em

mobilidade¹ são partes do ditame marcado pela crise do trabalho e se tornam excedentes diante da lógica global estabelecida.

Esse espaço fronteiriço é marcado por uma diversidade cultural decorrente da presença de pessoas de origens² distintas. A comunicação entre os diferentes nacionais partilha, pelo menos, de três idiomas: (i) o português, idioma oficial do Brasil; (ii) o espanhol, língua oficial da Argentina e do Paraguai; (iii) o guarani língua autóctone do Paraguai, que passou a ser idioma oficial recentemente. O Paraguai é o único país sul-americano com dois idiomas oficiais.

Cada parcela desse conjunto territorial se apresenta com uma estrutura de poder próprio, constituído juridicamente. Esses poderes marcados pelas diferenças político-administrativas influenciam nas relações de fronteiras em suas diversas escalas territoriais, marcada – inclusive pela nomenclatura – que aqui é necessário evidenciar. Na Argentina, "província" corresponde a "estado" ou "unidade da federação" do Brasil e a "departamento" no Paraguai. Em Misiones, na Argentina, existe uma subdivisão intermediária entre província e município chamada "departamento". A cidade de Puerto Iguazú localiza-se no departamento Iguazú, província de Misiones.

O conjunto dessas cidades faz parte de uma estrutura vinculada ao seu respectivo Estado Nacional e, ao mesmo tempo, a uma estrutura maior, o bloco econômico Mercosul. Nesse caso, o lugar possibilita pensar o processo de mundialização, mas também o processo de construção social que ocorre no local. A compreensão dessa área urbana perpassa por concebê-la como um universo aberto a múltiplas conexões.

Trata-se de uma região com inúmeras fissuras e vulnerabilidades preexistentes, principalmente, para solucionar problemas comuns, da área urbana que se apresentam como disfunção coletiva. No entanto, são determinações que exigem tomadas de decisões as quais envolvem três lugares com suas diversas escalas de poder. Atualmente, esse espaço que gira em torno da mobilidade, passa por um momento muito delicado, ao enfrentar a pandemia provocada pela Covid-19.

¹Para Rocha (1998), a ordem de mobilidade forçada foi constituída a partir de uma ideia desenvolvida na década de 1970 por Gaudemar. Essa ideia centra sua análise no conceito de valor/trabalho, desenvolvido por Marx. Os estudos de Rocha sobre Mobilidade Humana, amplia para três ordens (Física, Centrada no Trabalho e Social)

²Os 1626 formulários preenchidos por alunos do ensino médio na pesquisa de doutorado realizada em 2016, mostraram que suas famílias fazem parte de 34 nacionalidades distintas: Argentina, Argélia, África do Sul, Alemanha, Brasil, Bolívia, Bélgica, Cuba, China; Chile, Catalunha, Canadá, Coreia do Sul, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Guiana Francesa, Holanda, Hong Kong, Itália, Índia, Inglaterra, Japão, Líbano, Namíbia, Polónia, Portugal, Paraguai, Síria, Trinidad e Tobago, Tailândia, Taiwan, Uruguai e Venezuela.

Em “Retratos da urbanização nas fronteiras³” se busca mostrar as diversas faces e fases da organização do espaço da Tríplice Fronteira, constituído por lugares caracterizados pela desigualdade social, resultado do processo de urbanização. Tal dinâmica vai excluindo o trabalhador do processo produtivo ao mesmo tempo em que coíbe seu acesso aos direitos fundamentais, decorrência que se intensifica em região fronteiriça.

CONEXÃO URBANA - A FRONTEIRA COMO CENTRO

A malha urbana (Figura 1) aparenta ser uma única cidade. No entanto, não apresenta um núcleo comum, pois os limites territoriais deslocam o centro das decisões administrativas para o interior dos diferentes países. Nesse caso, a fronteira constituída fisicamente passa a ser entendida como margem dos diferentes Estados Nacionais.

Figura 1- Área urbana da Tríplice Fronteira



Fonte: Ministério das Relações exteriores do Brasil Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/daa/amap1.html>>. Acesso em: 27/ mar./ 2020.

³Trata-se de uma reflexão extraída da tese de doutorado defendida, em 2019, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, na Universidade Estadual de Maringá – UEM, sob a orientação do professor Dr. Márcio Mendes Rocha. O presente texto com modificações, apresenta-se de modo a atender aos objetivos dessa estrutura literária. A pesquisa completa encontra-se disponível em: <<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5351>>.

As cidades fronteiriças (Figura 1) encontram-se vinculadas a um mesmo sistema social e econômico. Ali, num primeiro olhar, a visão que se tem é que há um espaço integrado, unificado. Observa-se, no entanto, que cada um desses lugares apresenta uma dinâmica própria, estruturada em função de seus centros de poder, localizados no interior dos Estados Nacionais. Entre esses lugares, a integração existente apresenta-se ligada a um processo histórico marcado por diferenças no espaço-tempo da exploração econômica. Embora, todos perpassem pela influência do Estado em favor do capital, dependentes de espaços externos.

Nesse sentido, considera-se que a quantidade dos produtos comercializados, poucos são produzidos na região e as pessoas que visitam as Cataratas e Itaipu (consumo do espaço) vêm dos mais diferentes países. A região se constitui em lugar de movimentos intensos e de fluxos transnacionais, assim evidencia um conjunto territorial complexo.

Essa complexidade apresentada pela Tríplice Fronteira, pode ser deduzida das muitas inter-relações entre os três territórios: (i) relações de laços familiares, quando membros da mesma família residem em lados diferentes da fronteira; (ii) relações de convívio escolar quando o aluno estuda e mora em países diferentes; (iii) relações comerciais entre empresas localizadas em países distintos ; (iv) relações individuais de busca por produtos e serviços em cidades localizadas em outro país; (v) relações laborais, entre trabalhadores de nacionalidades diferentes; (vi) relações entre pessoas, que vivem nos diferentes países, mas se encontram na prática religiosa; enfim, várias outras inter-relações como as diplomáticas, jurídicas, fiscais, militares, políticas, financeiras, ilícitas e relações possíveis na interface da fronteira.

De acordo com Albuquerque (2010), as teorias de fronteira permitem produzir diferentes direcionamentos na apreensão do mundo contemporâneo. Dessa forma, auxiliam a pensar as difíceis relações culturais e de poder em um mundo marcado por relações assimétricas e por permanentes deslocamentos de pessoas, de mercadorias e de símbolos.

Para Mezzadra (2015, p. 20), as fronteiras:

[...] devem ser criticamente analisadas para entender como elas se sobrepõem, se conectam e entram, inclusive, em choque umas com as outras de maneiras muitas vezes imprevisíveis, ajudando a moldar novas formas de dominação e exploração [...] e a utilização do termo “exploração” neste contexto, sublinha a necessidade de conjugar a crítica política e jurídica com uma crítica da economia política das fronteiras.

Apreende-se que a evolução do capital institui a própria sociedade capitalista que se efetiva por meio das formas de pensar o mundo. Nesse sentido, a aduana existente entre fronteiras, local de controle, permite organizar o espaço fronteiriço com o

exercício do poder do Estado Nacional, o controle ali exercido estabelece analogias entre nós e eles.

Busca-se em Todorov (1991), a compreensão do que é viver em mobilidade, na Tríplice Fronteira, em relação ao outro. Neste sentido, os países estabelecem diferenças entre seus cidadãos e aqueles que não o são. Aos estrangeiros não lhes são conferidas todas as possibilidades de gozar dos mesmos direitos, nem têm os mesmos deveres que os cidadãos do país. Isso chega a todos os que convivem na fronteira, pois o estrangeiro não é só o outro.

O desencontro entre nós e eles aflora nas características identitárias, como por exemplo, a mobilidade humana para a prática religiosa e lazer. Nessas práticas, observa-se que o sujeito se mobiliza em busca de proximidade cultural, ou seja, ele procura afirmar suas características identitárias participando de grupos ou ambientes com outros sujeitos com traços culturais semelhantes aos seus. Desse modo, quando não é possível pelas características culturais da nacionalidade, então procura traços de fé, ambientes e/ou atividades para que possa compartilhar o que ele é com o outro que apresenta características semelhantes às suas.

Conforme escreve Carlos (2007, p. 14), “[...] a globalização materializa-se concretamente no lugar, aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, numa perspectiva mais ampla, o que significa dizer que no lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial”.

A mundialização no lugar, em questões de trabalho, se encontra vinculada à política conjuntural. Essa política revela as feições das sociedades contemporâneas marcadas por estruturas econômico-político-ideológicas do capitalismo neoliberal. Logo, “As reservas de trabalho existem em toda parte e há poucas barreiras geográficas ao acesso capitalista” (HARVEY, 2011, p. 61). Os acordos internacionais entre países protegem o capital e o seu deslocamento no espaço para que se aproprie dessas reservas de trabalho. Do mesmo modo, ocorre a mobilidade do trabalhador, no entanto, sem a mesma facilidade e apoio.

Uriarte (2009) entende o movimento da força de trabalho entre fronteiras internacionais sob três pontos de vista: (i) trabalho como fator de produção que defende a livre circulação; (ii) trabalho como direito da pessoa, onde o marco jurídico aplicável são os direitos humanos; (iii) trabalho sob o ponto de vista policial aduaneiro e que gira em torno de permissões de ingresso e permanência no território nacional.

Os três aspectos, se comparados entre si, o último pode ser considerado inferior, todavia, na prática existencial, é a perspectiva aduaneira que prevalece. Evidencia-se que os desafios do trabalho são cada vez mais transnacionais, no entanto a legislação

que prevalece é a do controle do Estado Nação, o aduaneiro. Diante disso, as questões que envolvem o trabalho pouco têm avançado na temática de direito internacional.

A fronteira, pela facilidade do trânsito de dinheiro, de armas e de entorpecentes, é espaço oportuno para a lumpesinagem. Encontra-se presente na região a mobilidade física em dissonância com a lei motivada pelas práticas ilícitas, ou seja, por envolvimento em atividades, que, segundo as leis nacionais, são caracterizadas como criminosas e implicam responsabilização junto ao sistema de justiça do país.

Para Stedile (2000, p. 28),

Há uma lumpenização dos setores mais pobres, sobretudo nas periferias das cidades, e há também a lumpenização da classe dominante: um grande setor da burguesia [...] deixou de acumular dinheiro na produção, na exploração do trabalho, e passou a dedicar-se a negócios ilícitos.

No caso dos trabalhadores que não dispõem de força de trabalho adequada à economia desenvolvida na Tríplice Fronteira, o difícil acesso a trabalho com condições dignas torna-os fortes candidatos ao transporte de mercadorias ilícitas. Presencia-se, nesse espaço, a punição do cidadão que já se encontra penalizado pelo sistema, ao encontrar-se sem acesso à educação e ao trabalho. Os donos do capital que financiam esses negócios ilícitos, ao pertencerem a círculos sociais com influência nos grupos de poder do Estado sequer são investigados.

Para explicitar as fronteiras vividas pelo cidadão em função do capital, Frasson (2014), identificou-as como fato, movimento e limite com porosidade à mobilidade do capital e certa impermeabilidade à mobilidade humana (Quadro 1).

Fato	Movimento	Limite	Ao cidadão	Ao capital
Diplomático	Contato	Acordo	Conflito	Mecanismo
Jurídico	Integração	Tratado	Encontro e desencontro	Proteção
Fiscal	Porosidade	Separação	Diferença	Acumulação
Militar	Fluxo	Divisa	Contradição	
Político	Complementaridade	Distanciamento	Temporalidades distintas	
Financeiro	Transição	Corte e costura	Espoliação	

Quadro 1 - Fronteiras na Fronteira

Fonte: Frasson, 2014.

As fronteiras, como se apresentam na contemporaneidade, segundo Martins (2009, p. 20), “[...] têm sido, entre nós, um sujeito político”. Perante o exposto,

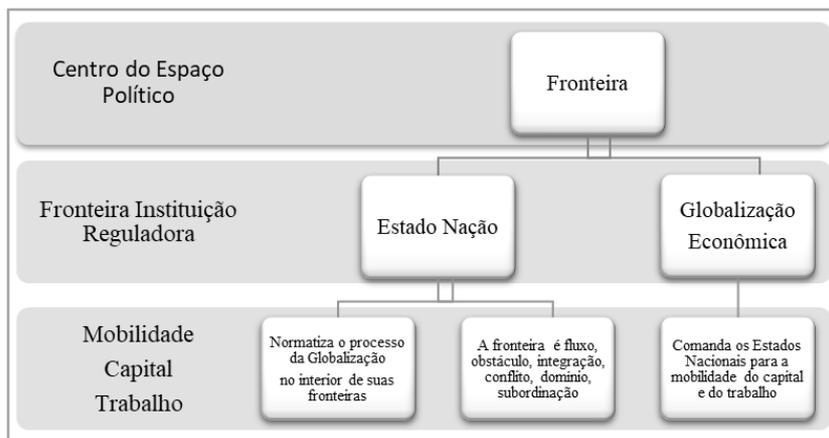
considera-se que as relações entre Estado e Sociedade Civil se estabelecem no território. O território “[...] pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2010, p. 79). Então, os contratos mútuos entre Estado e Sociedade Civil, principalmente com as frações dos grupos hegemônicos, permitem o acesso, o uso e a exploração de tudo o que há no território pelas grandes corporações, inclusive exploração dos cidadãos, os do grupo dos sem parcela.

De posse da compreensão desse núcleo argumentativo, acredita-se que as forças hegemônicas do capital internacional se utilizem das fronteiras como forma de reprodução acumulada do capital. Ademais, pontua-se o aumento significativo na formação de Estados Soberanos. Segundo Foucher (2009, p. 10), “[...] em 1945 contava-se com 51 Estados independentes, eram 159 em 1990 e 193 em 2007”. Corroborar-se, assim que essa política se utiliza das fronteiras dos Estados Nação para regular a mobilidade do capital⁴ e do trabalho. Santos (2008, p. 15) considera essa forma de ação global “[...] perversa, fundada na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão dos espíritos e na violência estrutural [...]”. Nessa dinâmica, as fronteiras, como espaços de poder, se revelam no centro do espaço político (MEZZADRA, 2015). Conforme demonstra a Figura 2.

Diante dessa lógica (Figura 2), a Tríplice Fronteira passa a ser um lugar que os capitalistas, em suas diferentes identidades - financistas, comerciantes, proprietários, rentistas e até mesmo o Estado - escolheram para reinvestirem na expansão do capital, motivados pelas leis coercitivas da concorrência. Isso pois, em função dessas leis o capitalista precisa proteger o capital e expandir sua participação no mercado para permanecer como um capitalista (HARVEY, 2011).

⁴O conceito de "mobilidade do capital" se revela relativamente polissêmico, na medida em que, tomado em seu sentido amplo, não se restringe apenas ao fenômeno do deslocamento do capital pelo espaço geográfico, podendo designar igualmente processos de transferência do capital entre setores econômicos ou ramos diferentes da produção ou, ainda, aplicar-se às três formas assumidas por ele: o capital mercantil, o capital produtivo e o capital financeiro. Concomitantemente, a mobilidade espacial do capital produz um espaço crescentemente mais fragmentado, polarizado e desigual, o qual, em seguida, guiará suas próprias escolhas locais seletivas e definirá itinerários de fluxos migratórios para o trabalho. (PERPETUA, 2013, p. 66 e 75).

Figura 2 - Fronteira, Centro do Espaço Político



Fonte: Org. Frasson, 2016.

A experiência vivencial na Tríplice Fronteira enfatiza a cultura política de relações internacionais entre as três cidades e evidencia o tipo de cidadania. Quando a cidadania é negada, afloram as diferenças (nós e eles), seja pelo poder do Estado, seja pelo poder dos que têm e dos que não têm acesso ao capital e ao trabalho. Isso então ocorre ainda que o Estado, como mediador dos diferentes grupos de interesse, disponha de um vasto aparato legal que deveria garantir, em seu interior, uma vivência cidadã. No entanto, o Estado se faz mínimo ao cidadão que vive em seu interior, que seria de sua responsabilidade, e grande ao capital internacional por influência dos grupos hegemônicos capitalistas e convivência de quem se encontra no poder.

DA COLONIZAÇÃO À URBANIZAÇÃO - A INFLUÊNCIA DO ESTADO

A ocupação das três fronteiras com o primeiro contingente de mobilidade humana para essa região ocorreu após as demarcações das fronteiras internacionais, depois da Guerra da Tríplice Aliança⁵ (1864/1870). No contexto dessa disputa, a linha divisória entre o Brasil e o Paraguai na região da Tríplice Fronteira ficou fixada pelo tratado de janeiro de 1872, quando foram anexadas ao Brasil as terras paraguaias a leste do rio Paraná, área que hoje é Foz do Iguaçu (fundação da Colônia

⁵A Tríplice Aliança, conhecida como um acordo militar ajustado entre o Brasil imperial e as repúblicas do Uruguai e da Argentina, apresenta-se como uma forma de fazer frente à *ameaça* representada pelo ditador do Paraguai, Francisco Solano Lopez (segundo o Tratado da Tríplice Aliança).

Militar do Iguassú em 1889). A colônia teve por finalidade ocupar o território⁶ que passou a pertencer ao Brasil.

Evidencia-se que Puerto Iguazú/AR, área urbana da Tríplice Fronteira, foi fundada posteriormente à data da resolução desse impasse, ou seja, em 10 de setembro de 1902. A história de sua fundação está ligada à exploração turística das Cataratas do Iguazu, as quais se situam a 18 km do centro dessa cidade. Puerto Iguazú, somente passou a integrar a dinâmica fronteiriça por transporte terrestre a partir de 1985, com a inauguração da Ponte Internacional Tancredo Neves, com o Tratado assinado em 1972, pelo presidente brasileiro Emílio Garrastazu Médici e por Alejandro Agustin Lanusse, presidente argentino.

As políticas públicas desenvolvidas pelos Estados Nacionais do Paraguai e do Brasil entre as décadas de 1950 e 1970, são frutos de acordos para a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu. Cabe aqui explicitar que “[...] por políticas públicas entendemos intervenções de autoridades investidas de poder público e de legitimidade para afetar comportamentos e práticas em limites territoriais precisos” (RODRIGUES, 2014, p. 155).

A partir do pressuposto anterior, constata-se que Ciudad Del Este passou a ser conhecida por força de um decreto do governo paraguaio em 1957, como Puerto Flor de Lis. Posteriormente teve seu nome alterado para Ciudad Presidente Stroessner, em homenagem ao presidente paraguaio em exercício, Alfredo Stroessner. Após a deposição desse governo, em 3 de fevereiro de 1989, a autoridade do poder revolucionário atribuiu à cidade o nome de Ciudad Del Este, que foi confirmado via consulta popular.

Ciudad Del Este não é uma cidade planejada em sua estrutura, mas foi pensada como um lugar para ocupar o espaço junto à Ponte Internacional da Amizade – inaugurada em março de 1965. Dali em diante (décadas de 1970, 1980), a ponte passou a ser o corredor de passagem para o escoamento da produção de grãos paraguaios e para a entrada de mercadorias importadas (Estados Unidos, Europa e Ásia) as quais chegam pelos portos brasileiros e que são utilizadas para a (re)exportação, do Paraguai ao Brasil.

O rio Paraná marca o limite entre: (i) Brasil e Paraguai - Foz do Iguazu-Paraná/Brasil e Ciudad Del Este-Alto Paraná/Paraguai; (ii) Argentina e Paraguai - Puerto Iguazú- Misiones/Argentina e Ciudad Del Este-Alto Paraná/Paraguai. O rio

⁶A Tríplice Aliança, conhecida como um acordo militar ajustado entre o Brasil imperial e as repúblicas do Uruguai e da Argentina, apresenta-se como uma forma de fazer frente à *ameaça* representada pelo ditador do Paraguai, Francisco Solano Lopez (segundo o Tratado da Tríplice Aliança).

Iguaçu limita Brasil e Argentina - Foz do Iguaçu-Paraná/Brasil e Puerto Iguazú-Misiones/Argentina (Figura 3).

Figura 3 - A Tríplice Fronteira



Fonte: <<http://www.radioculturafoz.com.br/triplice-fronteira/>>. Acesso: 15 set. 2016.

Os limites de fronteira (Figura 3) formados pelos dois rios, Paraná e Iguaçu, formam um ponto de encontro a que pode ser atribuída a designação de “coração geográfico da Bacia do Prata”. Ele se localiza no epicentro do sistema hídrico do Aquífero Guarani, um dos maiores do Planeta.

Itaipu ainda se encontrava em construção quando, em Puerto Strossner (atual Ciudad Del Este), os governos do Brasil, da Argentina e do Paraguai assinaram o acordo Tripartite (19 de outubro de 1979). Supostamente, o texto do Tratado da Bacia do Prata (assinado dez anos antes), que parecia trazer o âmbito da cooperação, não fora suficiente para reduzir as tensões na região platina. Assim, foi necessária a assinatura do Tratado Tripartite, o qual expressa a finalidade de se colocar fim a um longo período de descompasso, de rivalidade e de divergências políticas entre os países. Nesse documento, o conceito de cooperação assume um espírito de conciliação e de disposição à integração regional. Essa tratativa foi um passo decisivo para a assinatura do Tratado de Asunción entre Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, em 1991.

As políticas públicas desenvolvidas na região, pela ação do Estado brasileiro e do Estado paraguaio, voltadas ao desenvolvimento econômico, influenciaram na composição étnica e socioeconômica da população da Tríplice Fronteira. Dessa maneira, a diversidade cultural e as desigualdades sociais são características marcantes da população dessa região.

Os problemas sociais remanescentes após a construção de Itaipu se encontram presentes na região até hoje (2020). Pressupõe-se que na época, o desemprego provocado pela conclusão das obras foi um problema que não recebeu a atenção devida com implantação de políticas públicas sociais, na mesma intensidade que as de desenvolvimento econômico.

Para compreender melhor a política econômica que se desenvolve na Região da Tríplice Fronteira se busca subsídio teórico em Massey (2013). Ela, ao analisar as ações que ocorrem no espaço, considera-as a-espaciais, pois não têm sua origem no espaço, senão no discurso. Por isso escreve:

A imaginação da globalização em termos de espaço livre e sem limites, aquela poderosa retórica do neoliberalismo acerca do “livre mercado”, assim como foi a visão de espaço na modernidade, é elemento central no discurso político arrogante, discurso que é majoritariamente produzido em países do Norte (apesar de apoiados por muitos dos governos do Sul). Tem suas instituições e seus profissionais. É normativo e tem suas consequências (MASSEY, 2013, p. 128).

De acordo com Massey (2013), os governos dos países desenvolvidos contam uma história que faz parecer que a globalização é inevitável. Percebe-se, no entanto, que essa não é uma descrição do mundo como ele é, mas sim uma representação de como ele está sendo construído, com o livre movimento do capital de um lado e, de outro, a força do trabalho a ele submetida.

A presença de Ciudad Del Este, como centro comercial semelhante a Miami e Hong Kong, com um mercado que atende brasileiros e argentinos, corrobora para o discurso político-econômico sobre o processo de globalização inevitável. Para Bóron (2001), tal discurso busca justificar a assimetria existente na ordem mundial entre os países e cria a ilusão de que as relações entre eles se constituem por uma espécie de harmonia natural.

Ao final do século XX e início do século XXI, após esse espaço ter sido contemplado com as novas formas determinadas pelo capital,⁷ as três cidades fronteiriças se mobilizaram frente ao discurso integracionista. Tal discurso vinha permeando os debates político-econômicos nos três Estados Nacionais para instituição de um bloco comercial.

Evidencia-se a expectativa de um bloco econômico pelo Protocolo de Cooperação assinado entre Brasil e Argentina durante a década de 1980. Nessa

⁷(i) acordos assinados entre os três países para o aproveitamento energético do rio Paraná com a construção, pela Argentina, de quatro hidrelétricas abaixo de Itaipu, Corpus Christi, Yacyretá, Paraná Médio I e II; (ii) Finalização da obra de Itaipu; e (iii) o Centro Comercial de Ciudad Del Este em pleno funcionamento.

época se estabelecem os processos para a implantação de uma política neoliberal que se intensificou a partir de 1990. Na perspectiva da normativa internacional: (i) o Tratado de Assunção (de 23/3/1991), (ii) o Protocolo Adicional de Ouro Preto (de 17/12/1994), (iii) o Protocolo de Brasília (de 17/12/1991), (iv) o Protocolo de Olivos e (v) o Protocolo de Ushuaia (de 24/7/1998) revelam intentos de integração regional alicerçada em processos institucionais com ênfase no aspecto econômico (BENVENUTO, 2016).

Nessa conjuntura, o Mercosul revela-se como parte da política econômica neoliberal. As diretrizes propostas aos Estados Partes seguem as sugestões do Banco Mundial aos países subdesenvolvidos industrializados. Nela constam as funções do Estado para vencer a crise financeira, comercial e da produtividade, almejando solucionar a instabilidade financeira conhecida como a crise do capitalismo global, que se instalara a partir da década de 1980 nos países industrializados. Assim, “[...] os programas de ajuste estrutural têm alterado a relação Estado, Sociedade e Mercado, pois os projetos de Reforma do Estado têm modificado os papéis de cada um deles para que se moldem ao novo modelo neoliberal” (NEVES, 2003, p. 120).

Nos mais de vinte anos de existência do Mercosul, observa-se a existência de duas fases distintas, que se expressam na organização de suas diretrizes. Na primeira, perspectiva puramente neoliberal, a economia se colocou numa relação global voltada a atender a produção flexível, tendo como ponto de partida e de chegada os países desenvolvidos. Na segunda, direcionou as forças econômicas da região latino-americana e caribenha aos interesses desses países e de seus pares localizados em outros continentes. O Mercosul, nessa segunda fase, buscou fazer da América Latina um espaço de integração na perspectiva da produção e do trabalho. Empenhou-se em construir uma identidade regional, como também, continuou a priorizar o consumo e a extração da mais-valia

Em decorrência disso, a mobilidade humana ganhou corpo no espaço mundial e regional por meio de fronteiras criadas no interior dos territórios nacionais. Considera-se que essas fronteiras sejam consequências do supranacionalismo⁸, que opera no plano do engajamento individual com valores globalistas em um extremo e em outro há a formação de capitalistas (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). Sob esse prisma, evidencia-se que o Mercosul seja uma forma de supranacionalismo atuante na região.

⁸Doutrina que prega a existência de entidades políticas com poderes superiores aos das nações. Sua existência implica construção de “superestados” que rompem as fronteiras territoriais e, inclusive, as culturais e étnicas.

Nesse caso, a força de trabalho se deslocou no espaço mundial no gradiente do capital. Evidencia-se que, a força de trabalho local sem a preparação para a atual economia que se instala na região desestabiliza a sociedade do lugar e coloca o indivíduo numa situação de vulnerabilidade, de incerteza e de precariedade.

Nas palavras de Harvey (2005, p. 82), “As conexões entre a formação da ideologia dominante, a definição do ‘interesse comum ilusório’ na forma do Estado, e os interesses específicos reais da(s) classe(s) dirigente(s) são tão sutis como complexos”. Cumpre salientar que tal complexidade deixa suas marcas no espaço, evidências dessas marcas encontram-se presentes nas três cidades da Tríplice Fronteira. Assim, a ordem trazida por essas forças hegemônicas mundiais cria desordem localmente e isso ocorre, sobretudo, porque essa ordem global não é portadora de um sentido para quem vive no lugar.

Para Santos (2006), a região se define como funcionalização do mundo e é por ela e pelo lugar que o mundo é percebido empiricamente. É nesses espaços que ocorrem os impactos da globalização econômica, com consequências ao cidadão pela forma como o espaço se estrutura em função do capital.

O conjunto das três cidades, no final da primeira década do século XXI, de acordo com os órgãos censitários, comporta mais de meio milhão de habitantes, conforme mostra a Tabela 1. Essa população convive com uma fronteira edificada com base no poder soberano dos Estados Nacionais, sob uma ótica integracionista construída sob a tendência para a redução das barreiras espaciais do capital e a aceleração do processo produtivo, pois aqueles que conseguem se mover mais rapidamente pelas diversas fases da circulação do capital acumulam mais lucros.

Tabela 1: População das três cidades da Tríplice Fronteira

Cidade	População	Censos
Puerto Iguazú	42.849 ⁹	Inde/2010
Ciudad Del Este	387.000	DGEEC/2011
Foz do Iguaçu	256.088	IBGE/2010
Total	685.937	

Fonte: DGEEC, 2011; IBGE, 2010 e INDEC, 2010. Org. Frasson, 2016.

Entre as décadas de 1950 e 1970, o número de habitantes das três cidades não chegava nem a 80.000 pessoas¹⁰. Foi nessa época que a região deu seus primeiros

⁹<https://pt.db-city.com/Argentina--Misiones--Iguaz%C3%BA--Puerto-Iguaz%C3%BA>

passos rumo a integração, a partir dos governos dos Estados Nacionais. Evidencia-se que os moradores dessas três cidades não tiveram a oportunidade de se manifestar quanto a esse sistema de integração que se iniciava. Dessa forma, corrobora-se o entendimento de que o processo integracionista se constituiu do topo para a base.

Trata-se de uma experiência de integração distante das necessidades locais, pois foi uma tomada por decisão dos centros de poder dos Estados Nacionais com influência dos grupos hegemônicos dos países desenvolvidos, que fazem submissas as economias dos demais países. O Estado, nesse caso, constitui-se como “[...] o lugar de organização estratégica da classe dominante em sua relação com as classes dominadas. É um lugar e um centro de exercício do poder [...]” (POULANTZAS, 2000, p. 150).

Benvenuto (2016), ao referir-se à integração da Tríplice Fronteira, destaca:

Parece haver uma desconsideração relacionada às assimetrias entre os países que integram o Mercosul, e sobretudo em relação às possibilidades práticas de integração [...], considerando as demandas e as necessidades das populações. (BENVENUTO, 2016, p. 46).

Importante ressaltar que o enfoque primordial dado à integração para quebrar o padrão histórico de fragmentação/desunião e rivalidades, sem dúvida, desconsiderou a mobilidade da força de trabalho que provocaria entre os três países. Ademais, pareceu ignorar que a imposição da integração sem o pertencimento do povo a essa ação é como se ela não tivesse ocorrido. Trata-se, assim, de um discurso desvinculado da prática à qual se refere. Para Arendt (2016), o poder só se efetiva onde a palavra e o ato não se dissociam. Diante dessa premissa, as palavras são utilizadas para elucidar as vivências e os atos são aplicados para constituir relações e cunhar outras realidades.

Ante o exposto, considera-se que os países desenvolvidos, por meio de seus organismos internacionais, dominam o sistema político nos países subdesenvolvidos, uma vez que não existem mecanismos democráticos supranacionais.

Acredita-se que o Mercosul esteja a serviço do poder hegemônico para submissão, exploração e controle, tanto das pessoas quanto do espaço. A presença das três fronteiras, com acesso a outras fronteiras de países sul-americanos, permite ao capital especulativo transitar entre elas, possibilitando a sua acumulação.

Nessa perspectiva, “O princípio da separação entre Estado e sociedade civil engloba tanto a ideia de um Estado mínimo como a de um Estado máximo [...]”

¹⁰Ciudad Del Este, em 1972, contava com 26.485 habitantes (RABOSSO, 2004; CARDIN, 2010). Foz do Iguaçu, de acordo com o censo demográfico de 1970, apresentava 33.966 habitantes (IBGE, 1970); Puerto Iguazú, de acordo com Carneiro Filho (2013), possuía 3.001 habitantes.

(SANTOS, 1999, p. 118). Ele é mínimo quando se trata de reconhecer e atribuir direitos sociais e máximo no controle desses direitos. A parcela da sociedade civil que detém o poder hegemônico com sua representação no exercício do Estado – políticos eleitos por meio de campanhas por eles financiadas e ocupantes de cargos conquistados via contrato mútuo, entre Estado e a parcela hegemônica da sociedade civil. Esse grupo luta para a constituição de um Estado mínimo, ou seja, que o Estado esteja a serviço da garantia do lucro e da acumulação do capital, em detrimento das políticas sociais.

A partir desse pressuposto, evidencia-se que o Mercosul não pode ser considerado “[...] um modelo de Estado regional [...]” (COSTA, 2009, p. 65), mas um processo de relações internas e externas às fronteiras nacionais, uma entidade supranacional que atua na região, estabelecendo as diretrizes aos Estados Partes, pois a globalização se utiliza dos Estados Nacionais e de suas fronteiras para colocar em vigor seus preceitos e garantir sua valoração.

Diante dessa problemática, Santos (2003) deixa algumas indagações, a exemplo de: como reinventar as cidadanias para que consigam, “[...] ao mesmo tempo, ser cosmopolitas e ser locais? Que experiências existem nesse campo e o que nos ensinam elas sobre as possibilidades e as dificuldades de construção de novas cidadanias e do multiculturalismo emancipatório?” (SANTOS, 2003, p. 25).

No tocante às indagações, parece oportuno acrescentar mais um questionamento: seria possível, na atualidade, em espaço fronteiriço, produzir um processo alternativo ao neoliberal? Nessa região, são muitas as lutas e controvérsias que aludem à problemática das questões de cidadania vinculadas ao território, pela prática do Estado e da Sociedade Civil, movidas por forças externas.

O URBANO PÓS-ITAIPU - O TURISMO DE LAZER E DE COMPRAS

A articulação do global/local impõe à sociedade novos padrões de consumo vindos de fora (global) para dentro (local). Essa dinâmica expressa claramente, o entendimento de que os processos socioeconômico-espaciais marcados pelas políticas externas, ao se inserirem nos territórios das três cidades, desorganizam seus elementos. Trata-se de uma configuração, que exige dos governantes locais a recriação de outra prática espacial, para que os objetos se adaptem aos reclamos externos e, ao mesmo tempo, encontrem uma lógica interna própria.

Nesse entrelaçamento, então, o espaço-tempo sob o comando do capital pressiona a Sociedade Civil e o Estado a buscarem alternativas para ajustar o local ao mundial da maneira mais rápida possível. De acordo com Carlos (2007, p. 11), “O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de

apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis”.

Os investimentos de capital na região, atraíram milhares de trabalhadores de diversos lugares do Brasil e do exterior. Motivaram pessoas que almejavam o enriquecimento fácil, ou com sonhos de riqueza, a se dirigirem para a Tríplice Fronteira. Em contrapartida, moradores da região foram deslocados para outras áreas, devido formação do Lago da nova barragem. Essa foi então uma mobilidade promovida pelos governos militares, que mantiveram intacto o status e o poder de uma elite que vivia como se no país não houvesse crise econômica e recessão, construindo obras faraônicas como Itaipu. Destaca-se, também, o papel da mídia e de empreiteiras das obras ali realizadas, que vendiam a possibilidade de uma nova vida de fartura na região. Nesse processo, percebe-se, de acordo com Bernardino (2014, p. 135), que a “[...] mobilidade da força de trabalho é uma pré-condição para a existência/funcionamento e a expansão dos espaços do capital”.

Diante de tal contexto, Ciudad Del Este, sob a égide do Estado paraguaio, contava com uma população de 26.485 habitantes¹¹, em 1970. Ela passou, em 2010, para 387.000, registra-se um aumento populacional de aproximadamente 14,6 vezes em quarenta anos. Esse excessivo aumento da população se deve: (i) ao desenvolvimento da rota internacional no Paraguai; (ii) à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu; (iii) ao crescimento acentuado do comércio internacional na região.

Mesmo do lado argentino, onde não houve investimentos diretos de capital, registra-se um aumento populacional. Puerto Iguazú, em 1970, contava com uma população de 3.001 habitantes, depois, em 2010, essa população passou para 42.849¹² habitantes. Isso revela um aumento populacional de 14,2 vezes em quarenta anos.

Foz do Iguaçu, em 1970, contava com 33.966 habitantes, posteriormente subiu para 136.321 habitantes em 1980, chegando a 190.175 habitantes na década de 1990 e 256.088 em 2010.

No entanto, Itaipu não absorveu a quantidade de trabalhadores que ali se fizeram presentes e, com as demissões durante e ao final da construção, esses trabalhadores se viram diante de uma realidade social e econômica excludente. Essa obra, como já mencionado, anteriormente, deixou uma herança negativa a Foz do Iguaçu. Na época, 107.809 pessoas moravam em bairros populares dessa cidade, entre esses,

¹¹Rabossi, 2004; Cardin, 2010.

¹²Disponível em: <<https://pt.db-city.com/Argentina--Misiones--Iguaz%C3%BA--Puerto-Iguaz%C3%BA>>.

62.184 encontravam-se em idade ativa, os quais poderiam estar inseridos no mercado de trabalho. No entanto, apenas 29.963 se encontravam cadastradas como economicamente ativas (CATTÁ, 2002). Muitos viviam a mobilidade física entre os países da Tríplice Fronteira, na condição de trabalhadores informais.

Na década de 1990, se instalou no Brasil a política econômica neoliberal no governo de Fernando Henrique Cardoso e com as privatizações das empresas estatais houve enorme desemprego no Brasil. Os sujeitos sem trabalho buscavam no transporte de mercadorias do Centro Comercial de Ciudad Del Este-Paraguai ao Brasil, uma forma de sobrevivência.

No lado da fronteira paraguaia também se formou um contingente de despossuídos, formado pelos desempregados de Itaipu, ao final da obra, e pelos pequenos agricultores que se viram pressionados a deixar as suas terras devido à agricultura comercial que se instalava no departamento de Alto Paraná.

Considera-se que Itaipu foi, então, uma das responsáveis pelo aumento dos índices de pobreza nos municípios da Tríplice Fronteira e pela concentração urbana, pelo fato de que imensa área rural foi inundada pelas águas do Lago de Itaipu. Apesar disso, a Usina passou a ser considerada, pelo governo brasileiro frente aos investidores, como um megaempreendimento, a obra do século, um símbolo pleno de progresso e de modernidade para a região, para o Brasil e para a América Latina. “Um espetáculo!”. A empresa menosprezou os problemas sociais deixados no entorno de Itaipu: “O espetáculo submete para si os homens vivos, na medida em que a economia já os submeteu totalmente” (DEBORD, 2003, p. 16).

De acordo com Alves (2004), nos lugares em que o capital investe, como no caso das aplicações de capital realizadas tanto para construir Itaipu, como para conseguir a possibilidade de construí-la. Inicialmente, cria uma rápida bolha de crescimento econômico, na sequência desarticula o modo de vida das comunidades tradicionais e aprimora as relações de exploração do trabalho e, para completar, rearticula o território para a ampliação da produção e fluidez das mercadorias, entre elas a própria força de trabalho.

As políticas públicas¹³ de estruturação do espaço físico que ocorreram nessa região no período de 1960 a 1990 se encontram vinculadas à proposta de desconstrução do espaço físico produtivo existente. O capital buscou reconstruir o espaço de modo a vinculá-lo ao espaço produtivo mundial. Considerando-se neste caso, que a energia produzida por Itaipu iria abastecer energeticamente a região

¹³Pontes internacionais, usinas, pavimentação de estradas...

metropolitana de São Paulo, para onde se dirigem as multinacionais, entre elas, produtoras de veículos.

Ressalte-se que, ao precarizar a força de trabalho desempregada pelas privatizações e pelo término da obra de Itaipu, o capital a utiliza para transportar e comercializar as mercadorias produzidas nos países desenvolvidos e emergentes. Nessa lógica, crescia o comércio¹⁴ em Ciudad Del Este, que passou a receber migrantes capitalistas e força de trabalho qualificada dos países industrializados. As mercadorias ali comercializadas que iriam abastecer o mercado consumidor brasileiro, desestabilizaram as possibilidades de tornar o espaço da Tríplice Fronteira em espaço produtivo.

Como se pode notar, o processo de reprodução do capital se apropria do desemprego produzido por ele mesmo, ao instalar o livre mercado em países subdesenvolvidos. Isso porque, o capital, para se reproduzir, polariza seu crescimento ao concentrar nos países desenvolvidos capital, trabalho e mercadoria e nos subdesenvolvidos mercadoria e capital.

A Tríplice Fronteira passou a conviver com uma demanda de pessoas em mobilidade que ocupam funções¹⁵ que vão sendo conhecidas e hierarquizadas na medida em que estabelecem conexões e ocupam posições diferenciadas no sistema de comércio formal/informal.

A compreensão da demanda gerada por essas atividades indica que esses cidadãos, encontram-se com seus direitos sociais negados, financiam com recursos próprios o transporte e a comercialização de mercadorias produzidas nos países desenvolvidos. Colocam em risco, muitas vezes, os recursos de que dispõem e se submetem à humilhação de assaltos e de fiscalizações aduaneiras devido à legislação imposta pelas fronteiras nacionais.

A exploração político-econômica no espaço da Tríplice Fronteira faz parte da extração da mais-valia que se realiza em escala mundial. Com o capital especulativo, essa mais valia sai de algum lugar ou de alguém, ou seja, também do trabalhador pela espoliação.

O Mercosul, em sua segunda fase, ao incentivar a integração do comércio regional e fortalecer a indústria na América Latina promove uma alteração na dinâmica transfronteiriça local ao diminuir a reexportação de mercadorias (dos Estados Unidos, Europa e Ásia) do Paraguai ao Brasil.

¹⁴Comércio que passará a ser denominado na região, como turismo de compras.

¹⁵Camelôs, funcionários de banca, ambulantes, sacoleiros, cambistas, lojistas, compristas, mesiteros (sic), laranjas, assistentes de laranja, carrinheiros, freiteiros (sic), mototaxistas, informantes, intermediários, entre outros.

Os debates locais, a partir das diretrizes de integração regional propostas pelo Mercosul, passaram a organizar as atividades da região fronteira em torno de um eixo econômico unificador. O Turismo de Lazer e de Compras passou a ganhar corpo nos discursos de divulgação dos passeios turísticos¹⁶. Trata-se de uma marca que vai sendo impressa no espaço e vai alterando a estrutura político-econômica transfronteira. Fato que traz para esse espaço outra dinâmica estrutural, que envolve os três territórios, mobiliza pessoas e capital. Isso ocorre numa performance em que ora o capital mobiliza pessoas, ora pessoas mobilizam o capital por meio do transporte de bens, de mercadorias e de serviços.

Dessa forma, os espaços democráticos para os moradores, dessa área urbana transfronteira, deixam de ser priorizados no conjunto das transformações das cidades. Assim, o espaço das três cidades passa a ser organizado em função de garantir um padrão adequado de atendimento ao turista.

A condicionalidade da dinâmica estrutural voltada ao turismo gira em torno dos dois principais atrativos locais: Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional (Brasil e Paraguai) e Cataratas do Iguazu (Brasil e Argentina). Assim, as três cidades buscam investir em atrativos com ênfase maior em diferentes setores, Foz do Iguazu com hotelaria, turismo de lazer e eventos; Puerto Iguazú com gastronomia e turismo de lazer, inclusive com cassinos para jogos de azar; e Ciudad Del Este com o turismo de compras com o comércio de mercadorias vindas da Ásia, da Europa e dos Estados Unidos – e até mesmo produtos brasileiros (eletrônicos do polo de Manaus), com preços mais baixos. Portanto iniciou-se então, com grande intensidade, o processo de mobilidade do consumo (GHIZZO, 2012) na região.

Essa região, concebida como espaço em movimento, na conjuntura dos três territórios, apresenta uma dialética urbana, que emerge como um problema coletivo. Então, na segunda década do século XXI, o Estado e a Sociedade Civil Organizada buscam o diálogo transfronteiro de cooperação por meio dos conselhos de desenvolvimento econômico e social criados nas três cidades.

O debate busca revitalizar o eixo econômico existente (o turismo de lazer e de compras) e a implantação de novas políticas públicas. Nesse sentido, na área urbana das três cidades, instaura-se o projeto de cooperação internacional à época

¹⁶A campanha nasce em 2007, a partir de uma Gestão Integrada do Turismo Foz do Iguazu, como "Destino do Mundo". destaca a cidade das Maravilhas, Emoção, Conforto, Sabores, Eventos, Ecoaventura e Compras, transformando-o, cada vez mais, em um destino turístico de qualidade. Disponível em: www.fozdoiguacudestinodomundo.com.br Acesso em: 12/05/2020).

denominado "Fronteiras Cooperativas"¹⁷, proposto pelo SEBRAE com o objetivo de integração econômica produtiva da Argentina, do Brasil e do Paraguai nas suas fronteiras. Essa instituição acompanha o processo através de consultoria técnica e treinamento especializado, SEBRAE (2014):

O Projeto Fronteiras Cooperativas tem o foco no desenvolvimento de competências de relacionamento junto a lideranças que atuam de forma integradas com iniciativas locais a fim de construir estratégias e planejamentos das cidades de maneira mais integrada, sinérgica e com uma visão de integração [...]. (SEBRAE, 2014)¹⁸.

A partir do projeto internacional Fronteiras Cooperativas, formaram-se os Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social: de Foz do Iguaçu – CODEFOZ¹⁹ (BR); de Puerto Iguazú – CODESPI²⁰ (AR); de Ciudad Del Este – CODELESTE²¹ (PY). Esses Conselhos, de acordo com o SEBRAE, apresentam a finalidade de buscar, junto ao FOCEM (Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul), recursos para serem aplicados na região da Tríplice Fronteira visando o desenvolvimento e a integração regional. São organizações constituídas a partir do momento que os fronteiriços percebem a área urbana dessa região, como um todo unificado com problemas comuns. Trata-se de um mecanismo formado após longa data de experiência do abandono político e econômico vivido na região.

Por meio de políticas públicas, o Estado (poder público em suas diferentes escalas) promove o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados no local em função do global. As políticas públicas, nesse sentido, redefinem a relação entre público e privado na gestão do espaço.

Em função dessa reorganização econômica, começa-se a perceber, em Ciudad Del Este, a remoção das barracas de vendedores de rua que eram cobertas por lonas as quais passam a dar lugar a quiosques padronizados. Em Puerto Iguazú, investimentos são feitos em restaurantes e hotéis, principalmente na área costanera.

¹⁷O Projeto Fronteiras Cooperativas baseia-se na experiência dos Projetos SEBRAE-CDT-AL (Centro de Desenvolvimento de Tecnologias para Integração Transfronteiriça entre Micro e Pequenas Empresas do Mercosul e América Latina) e SEBRAE ACI (Projeto de Apoio à Cooperação Internacional), realizados em parceria entre o SEBRAE PR e a UAIN (Unidade de Assessoria Internacional) do SEBRAE NA, de 2009 a 2013, e alicerçados nos extensos diálogos transfronteiriços de cooperação realizados nesse período.

¹⁸Disponível em: <<http://fronteirascooperativas.blogspot.com.br/p/historico.html>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

¹⁹Criado pela Lei Municipal nº 4.041, de 12 de novembro 2012.

²⁰Lançado em março de 2017.

²¹Com lançamento em junho de 2016.

O Marco das Três Fronteiras, dos três lados internacionais, foi revitalizado, assim como a Ponte Internacional da Amizade. Os fronteiriços que ocupam os escalões administrativos acreditam que, com esses investimentos, ocorra uma nova etapa de mobilidade humana e de capital para a Tríplice Fronteira.

Constata-se que a região continua sendo contemplada com a mobilidade de pessoas e de capital. Nesse contexto, a mobilidade pode ser qualificada como ajuste individual no interior das mudanças impostas pelo capital internacional, ao espaço local. Quando se fala de ajuste individual, ao trabalhador se apresenta como possibilidade de conquista de seus direitos fundamentais para manutenção da vida, pelo trabalho. Ao sistema econômico, pela mobilidade ocorre o ajuste do novo sujeito necessário ao processo produtivo flexibilizado.

Entende-se, dessa maneira, que a mobilidade ao atender o capital e não o sujeito desgasta os direitos individuais, sociais e coletivos pelo forte caráter destrutivo do capital em sua crise estrutural. Entende-se, de acordo com Del Pino (2000), que o capitalismo não desenvolve um crescimento equilibrado e sem problemas. O aumento de produtividade não leva à expansão do emprego com capacidade para absorver a mão de obra expulsa do sistema produtivo. Na mesma medida, as transformações tecnológicas e organizacionais aceleram a crescente dispensa de mão de obra. Desse modo, o sistema cria não somente marginalização, mas a exclusão social, assim permite entender o desemprego como estrutural.

Dito isto, traz-se a observação de Harvey que se utiliza da ironia ao se referir às mudanças no espaço promovidas pelo capital: “Se, como Marx certa vez afirmou, nossa tarefa não é tanto compreender o mundo, mas como transformá-lo, então, tem de ser dito, o capitalismo tem feito um bom trabalho em seguir seu conselho” (HARVEY, 2011, p. 101).

O que se quer destacar é o reconhecimento que o capital, em seu empoderamento, cria o seu contrário: a pobreza. Ademais, desestabiliza as condições de cidadania do indivíduo, permite melhores possibilidades de sobrevivência apenas a alguns, outros muitos são levados à condição de não cidadão. Isso pois, ocorre a precarização das condições de trabalho pelas oportunidades negadas a determinados grupos sociais.

Outro elemento que caracteriza esse espaço encontra-se vinculado à mobilidade para o trabalho. Ali convive uma população flutuante que se transfere de um núcleo urbano a outro em função das atividades, especialmente as comerciais. Acredita-se que o processo de mobilidade do sujeito para conseguir trabalho se encontra vinculado a uma política conjuntural, ou seja, vinculado ao processo de relações global/local. Diante disso, os sujeitos sociais em mobilidade são partes do ditame

marcado pela crise do trabalho e tornam-se excedentes diante da lógica estabelecida em escala mundial. Registram-se, nessa dinâmica, cidadãos excluídos que lutam pela sobrevivência mobilizando-se diariamente entre fronteiras.

O poder de cada Estado — neste caso Brasil, Paraguai e Argentina — se redefine dentro do sistema de poder mundial. Assim, o poder financeiro global apoiado pelo poder político nacional se utiliza de mecanismos os quais alteram as políticas desenvolvidas pelos governos nacionais e induzem o enfraquecimento das políticas sociais.

Com a reconfiguração da relação Estado/Sociedade Civil e um esvaziamento do conteúdo da democracia as políticas sociais perdem o foco. E, assim temos que a democracia passa a ser combatida no plano político e ideológico com a ajuda dos meios de comunicação ao relacionar a luta por direitos como atos contra a Nação.

Considera-se que o Estado Constitucional, tal como se apresenta na estruturação dos Estados da Tríplice Fronteira, deve focar na busca pela dignidade humana. Cumpre observar que nessa região a globalização precisa ultrapassar os limites de ser apenas econômica. Ademais, deve construir traçados de estrutura social que dê relevância ao discurso acompanhado de ações revestidas do conteúdo de direitos humanos. Observa-se, no entanto, que os traços da política hegemônica e os tratados de fronteiras globais submetem o lugar (Puerto Iguazú, Ciudad Del Este e Foz do Iguaçu) a seus ditames, nessa medida promovem a mobilidade segura do capital em detrimento dos direitos fundamentais do homem. Além disso, o cotidiano dos que buscam a sobrevivência entre fronteiras, é marcado pelo fato de haver, do outro lado, uma outra identidade territorial, outra legislação, outra moeda, outro idioma...

ESPAÇO URBANO INTERNACIONAL E A COVID-19

A dinâmica conjuntural, da Tríplice Fronteira, espaço mobilizado na construção e efetivação do eixo produtivo em torno de prestação de serviços, o turismo de lazer e o de compras - neste ano de 2020 se vê diante da Covid-19 e sua pandemia, que assola o Planeta. Para Harvey (2020, p. 16) “[...] o impacto econômico e demográfico da disseminação do vírus depende de fissuras e vulnerabilidades preexistentes no modelo econômico hegemônico.

Esta reflexão considera que a dinâmica da Tríplice Fronteira constituída após a construção de Itaipu, se fundamenta no capitalismo neoliberal. Trata-se de uma prática social que incentiva o consumo, inclusive, o consumo do espaço.

Em termos globais, segundo Harvey (2020, p. 19), “As visitas internacionais aumentaram de 800 milhões para 1,4 bilhões entre 2010 e 2018”. Em 2015, nessa região, a mobilidade para o turismo, no primeiro semestre, envolveu 860.998

visitantes à Itaipu²² Binacional vindos de 137 diferentes nacionalidades, sendo que o maior público teve origem entre os próprios países do Mercosul — Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Brasil. As Cataratas do Iguaçu²³ colocaram em mobilidade, nesse mesmo período, 1.642.093 visitantes de 172 nacionalidades, com maior público proveniente da Inglaterra, do Peru, do Japão e da Espanha.

A mobilidade espacial-local entre fronteiras, pesquisada por Carneiro Filho (2013), apresenta um fluxo médio diário de veículos: pela Ponte da Amizade do Brasil ao Paraguai – 18.233 e do Paraguai ao Brasil – 17.520, num total de – 35.753 veículos; pela Ponte Tancredo Neves do Brasil à Argentina – 3.228, e da Argentina ao Brasil – 2.620, num total de - 5.848 veículos.

Em tempo de pandemia provocada por um vírus, convém lembrar que eles (os vírus) não observam fronteiras internacionais, não são barrados nas alfândegas aduaneiras, não necessitam de visto provisório ou permanente, tampouco de meios de transporte, ele se utiliza de um hospedeiro, cada um de nós. Para Stiglitz, (2020, p. 103) “A disseminação de doenças é um efeito colateral negativo da globalização”.

Para conter a pandemia provocada pela Covid-19, os governos fecharam os três aeroportos internacionais e os acessos pelas pontes que ligam os três países, no período da quarentena, trata-se de um período em que é preciso reforçar os cuidados pela vida. Portanto, ao considerar que nesse espaço o sistema não consegue produzir a riqueza sem criar a miséria, como fará para garantir a vida àquela parcela da população que em tempos de “normalidade” vive em espaços fragmentados, se mobilizando entre fronteiras para sobreviver?

Nesse espaço, mesmo antes da atual pandemia, a precariedade de um número significativo de pessoas já era preocupante. É preciso que durante as discussões para vencer a atual crise seja lembrado “[...] que somos apenas seres humanos, com as mesmas vulnerabilidades, e fragilizar a saúde de uns gera tragédias para todos” (DOWBOR, 2020, p. 115). No entanto, no plano da vida cotidiana, pode-se afirmar que em espaços marcados pela desigualdade social, os que vem a muito tempo destituídos de direitos e ignorados pelas políticas públicas dos três lados da fronteira serão os primeiros a perderem o direito à vida.

Em entrevista concedida a Benetta (2020, p. 3). o secretário do Turismo de Foz do Iguaçu, Piolla, integrante do CODEFOZ, relata que: “A reativação gradual do turismo, em Foz do Iguaçu, deverá ocorrer na medida em que cada atividade implantar protocolos de responsabilidade sanitária” No entanto, é evidente que

²²Informação disponível em: <www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa>. Acesso em: 10 out. 2016.

²³Informação disponível em: <www.brasil.gov.br/turismo/2016>. Acesso em: 10 out. 2016.

solução para o espaço voltar a economia, vai muito além do que preconiza Piolla, pois de acordo com Harvey (2020, p. 20) “[...] a Covid-19 não fundamenta uma flutuação brusca, e sim uma queda generalizada no coração da forma de consumismo.

Com a Covid-19 o espaço revela a face do Estado (poder público) e a face do sistema político econômico neoliberal pelo retrato das políticas públicas adotadas, principalmente nos últimos quarenta anos. Diante de tal conjuntura fica visível que “A atual pandemia expande esse argumento: a globalização capitalista parece agora biologicamente insustentável na ausência de uma verdadeira infraestrutura de saúde pública internacional” (DAVIS, 2020, p. 12). Vivifica-se então, que

A ideia conservadora de que não há alternativa ao modo de vida imposto pelo hipercapitalismo em que vivemos cai por terra. Uma crise provocada pela pandemia mostra que hoje o espaço encontra-se sem alternativas [consistentes] porque o sistema político democrático foi levado a deixar de discutir essas alternativas” (SANTOS, 2020, p. 6).

O hipercapitalismo, ideologia hegemônica do Estado capitalista, faz uso da filosofia utilitarista²⁴. Trata-se de um mecanismo que se utiliza da natureza, por meio de políticas públicas com foco no capital. É um modelo que tem como paradigma a negação do funcionamento da ordem democrática, especialmente na dignidade da pessoa humana. Nesse processo, o Estado capitalista (RANCIÈRE, 1996) toma a natureza humana como recurso. Diante disto, para Bóron (2001): o utilitarismo, em suas variações, representa o rosto mais selvagem do capitalismo, ao transformar o homem em mercadoria, produto que perde seu valor de uso. Diante disso, observa-se na administração da pandemia provocada pela Covid-19, que os sistemas de saúde são orientados: a salvar os que estão em idade produtiva e a deixar para o final da lista os aposentados, considerados um peso para o Estado.

Os países sul-americanos, em nome do desenvolvimento econômico, aceitam a influência externa, imergem no subdesenvolvimento e na dependência com o consentimento do poder hegemônico interno. Esse poder hegemônico constitui uma política que defende os interesses de apenas um pequeno grupo. Nessa medida, tal prática desconsidera as necessidades da maioria da população. Nega a essa maioria as condições básicas de seus direitos para a sobrevivência em sociedade, que neste momento encontra-se ameaçado o seu direito à vida, pelos direitos anteriormente negados.

²⁴No **plano cognitivo**: as ciências pretendem explicar o todo da ação social de acordo com a lógica do mercado ou com a lógica do Estado. Mas, mercado e Estado não representam, de uma certa maneira, mais que superestruturas (CAILLÉ, 2001).

O papel do Estado torna-o agente fundamental na ocorrência da política pública ao estabelecer contratos mútuos entre o próprio Estado e a Sociedade Civil. Para Rodrigues (2014, p. 154) “[...] entender o significado dessas políticas requer um debate mais amplo acerca dos próprios limites das funções e ações do Estado nas sociedades contemporâneas”. Nesse sentido, “O Estado Nacional detém um poder de intervenção não só sobre o território em si, mas sobre como o território é usado” (FREITAS; STEINBERGER; FERNANDES, 2013, p. 89). Assim, o Estado se utiliza das políticas públicas em busca de produzir mudanças significativas no território nacional, sendo que muitas delas são adotadas por “[...] imposição de uma política comandada pelas empresas” (SANTOS, 2008, p. 15).

O Estado ao se tornar parceiro das empresas, age pelo sistema de regulação social. Isto é, deixa de aplicar recursos que seriam destinados para os benefícios sociais aos cidadãos e os aplica em função do desenvolvimento de determinadas áreas. “Desde a década de 1980 – à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do setor financeiro – o mundo tem vivido em permanente estado de crise.” (SANTOS, 2020, p. 45). Assim, para esse autor, a crise se tornou causa, desse modo ela é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais e a degradação dos salários.

Para Rodrigues (2014), os liberais compreendem que políticas públicas consistem em ações voltadas para a prestação de bens e serviços cujo valor excederia a capacidade do mercado para realizá-las. Pelo marxismo, as políticas públicas são consideradas como ação de um poder que promove um apaziguamento social em benefício de certos grupos e em detrimento de outros. De outro modo, os teóricos da chamada escola utilitarista veem as políticas públicas vinculadas ao atendimento de demandas específicas, tendo como meta a maximização do bem-estar coletivo em busca da equalização e justiça social. Segue-se, portanto, que “[...] qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade” (SOUZA, 2006, p. 25).

Desde a Segunda Guerra Mundial, os grupos hegemônicos, utilizando-se das instituições do Estado, têm exercido seu poder sobre os Estados Nacionais da América Latina com a finalidade de reprodução e acumulação do capital, poder que tem sido fundamentado na política do pan-americanismo²⁵.

²⁵Os Estados Unidos da América ganharam força junto a essa região – entendendo-se “[...] região como o suporte e a condição de relações globais, que, de outra forma, não se realizariam” (SANTOS, 2006, p. 165) – pelo panamericanismo como movimento que defende a aliança política entre todos os países das Américas (Norte, Central e do Sul) para cooperação econômica, cultural e militar. Esse movimento, ao

Segundo Bourdieu (1998, p. 25), “Essa nobreza de Estado, que prega a extinção do Estado e o reinado absoluto do mercado e do consumidor, substituto comercial do cidadão, assaltou o Estado: fez do bem público um bem privado, da coisa pública, da República, uma coisa sua”.

Para Bóron (2003), a estabilidade da ordem democrática na América Latina tem fundamentos frágeis. A atuação do Estado Constitucional numa sociedade democrática deve estar focada na busca pela dignidade humana em seus direitos humanos fundamentais. Neste caso, aos que se encontram desprovidos de trabalho, que lhes garanta uma vida digna, não estão inseridos na política orçamentária do Estado entre eles, os da Tríplice Fronteira. Ainda assim, considera-se que deveriam implantar uma política de renda básica universal²⁶. Em países como o Brasil, não seria difícil uma vez que “[...] o governo tem transferido em juros, essencialmente para bancos e outros aplicadores financeiros, entre R\$ 300 e 400 bilhões por ano, dinheiro que precisamente deixou de ir para educação, segurança e o SUS” (DOWBOR, 2020, p. 114). No entanto, as políticas desenvolvidas nesses países têm refutado a grande promessa da democracia, ao esvaziar-se de seu conteúdo ético e divorciar-se da aspiração de justiça.

Assinala-se que a partir de 2013, o poder hegemônico representado pelas diferentes frações de classe no Brasil tem se mobilizado para o retorno de políticas neoliberais mais pungentes e tem se utilizado da mídia, do judiciário e porque não das igrejas, se posicionando contra as políticas sociais. Neste momento em que a crise sanitária e econômica é mundial, para solucioná-las, assim se posiciona Harvey (2020, p. 23), “[...] aqui está a ironia final: as únicas políticas que funcionarão, tanto econômica quanto politicamente, são muito mais socialistas”.

O Estado com governos neoliberais, se quiserem sair da crise terão de se curvar diante dessa possibilidade político-econômica socialista, mesmo que a denominem por outros nomes. Conforme destaca Belluzzo (2020, p.124) “Acreditávamos que o medo da morte convertia os ateus em crentes, mas, na verdade, converteu os neoliberais em keynesianos”.

A Tríplice Fronteira diante da crise provocada pela Covid-19 terá novamente de ajustar seus elementos locais em função do global. A primeira medida seria reconhecer a existência da crise de saúde da população e do sistema que se manifesta em intensidades diversas nos diferentes espaços. Diante de tal cenário,

considerar a Doutrina de Segurança Nacional e a Guerra Fria, se mostra agressivo e intervencionista, servindo de base doutrinária para vários golpes militares nas Américas. Com um discurso anticomunista.

²⁶ “[...] em sua versão clássica, ela é definida como a transferência de dinheiro a todas as pessoas, em valor suficiente ao custeio de necessidades básicas, por tempo ilimitado.” (ISONI, 2020, p. 17).

torna-se necessário buscar estratégias de ações globais, baseadas na cooperação e no diálogo, numa ação casada dos cidadãos comuns com o Estado e a iniciativa privada. Uma das saídas emergenciais, em nível global, seria “taxar as grandes fortunas²⁷”, em seus três espaços territoriais e conceder uma renda básica para os que se encontram excluídos do sistema produtivo²⁸.

A questão é, numa sociedade global, caracterizada pelo “consumismo versus consumo” quem se importa com o outro? Quem se importa quando existe uma fronteira entre “nós e eles”? O que importa é que ao se encontrarem de um mesmo lado pessoas com poder de consumir e as coisas a serem consumidas, o restante é descarte.

A vivência histórica desse espaço tem demonstrado que ele tem contribuído muito com o consumo para os outros, em detrimento dos direitos fundamentais de sua população. Ali, a urbanização se faz de forma perversa ao ser humano destituído da totalidade urbana, em função das explorações econômicas para o crescimento do espaço.

Os Conselhos (CODESPI, CODELESTE E CODEFOZ) se apresentam como organismos com possibilidades de propor ações democráticas ante à COVID-19, pois podem indicar políticas públicas sociais, voltadas ao cidadão fronteiriço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os retratos da área urbana fronteiriça entre as cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad Del Este - Tríplice Fronteira (BR, PY e AR) – evidenciam que a base estrutural desse espaço, por diversas vezes, sofreu mudanças em suas características - econômica, jurídica, política, ideológica, populacional e cultural. Essas mudanças – da colonização à urbanização internacional - ocorreram pelos padrões estabelecidos na sociedade capitalista sob a influência do Estado e geraram a mobilidade humana para o espaço e entre os lugares e, paralelamente, produziram grupos sociais excluídos do sistema social e produtivo.

As políticas globais inseridas nos territórios desorganizaram seus elementos, fato que exigiu a recriação de outra dinâmica. A participação da Sociedade Civil e do Estado²⁹, na reorganização do espaço, contemplou tanto as exigências impostas pelo

²⁷Proposta que se encontra na constituição do Brasil desde 1988, que até a presente data, não foi normatizada.

²⁸Essa foi uma das medidas reivindicadas por 26 governadores ao presidente da República no dia 25 de março de 2020, no Brasil, para esse período de pandemia.

²⁹Entende-se, aqui, o Estado como a administração pública em suas diferentes escalas.

capital internacional, quanto as necessidades locais. Por certo, imposição e necessidade estabelecem a conexão urbana, mobilizam pessoas, bens e serviços e colocam a fronteira no centro do espaço político.

Essa região transfronteiriça se revela como uma unidade urbana singular, cuja visão de totalidade passa a ser percebida como um problema coletivo. Diante disso, o Projeto Fronteiras Cooperativas, busca estabelecer o diálogo para criar condições para gerir esse espaço. Essa reestruturação aponta que as políticas públicas, passaram, então, a redefinir a relação entre o público e o privado, entre o nacional e o internacional.

Em março de 2020, esse espaço, como os demais lugares do mundo, foi surpreendido pela Covid-19. Um surto declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), causado pelo vírus Sars-CoV-2, tal pandemia paralisou a mobilidade existente.

Contudo, há possibilidades para vencer essa crise sanitária e a crise econômica pela via da solidariedade com o pensamento no bem comum. No entanto, essas soluções encontram sua fronteira junto aos poderes estabelecidos. É cruel verificar, que mesmo durante a pandemia alguns governos não apresentam traços de humanidade em suas atitudes. E em nível mundial, não se observam traços de solidariedade entre nações, havendo disputas por vacinas, antes mesmo delas existirem.

Como periferia do espaço capitalista as tendências não são nada promissoras. Por um lado, se há possibilidades para a solução das crises, por outro, as evidências de que governos de Estado se ajoelham diante do capital, depreende-se: Nenhum grupo que tem em suas mãos o controle social irá abdicar desse “direito”.

Portanto, conclui-se que, o espaço urbano da Tríplice Fronteira, encontra-se imerso numa dinâmica de crise. Diante desse quadro as evidências apontam para uma certeza: a Covid-19 deixará suas marcas pelos impactos sanitários, econômicos, políticos e ideológicos globais sobre o lugar. Entretanto, se a região quiser vencer essa “anormalidade” terá mais uma vez de se ajustar de acordo com seus recursos locais e os mais atingidos serão os que já vêm ao longo de gerações com seus direitos sociais negados.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras**: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Mobilidade do trabalho e reprodução do capital nos cerrados piauienses. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 24, n. 1-2, p. 43-53, jan./dez. 2004.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A FINANÇA E O CORONAVÍRUS. IN: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo. Org. – Bauru: Canal 6, Recurso digital. Formato: PDF – (Projeto Editorial Praxis) 2020.

BENETTA, Cláudio Dalla. **H2FOZ**. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/turismo-de-foz-inova-vai-criar-protocolos-de-responsabilidade-sanitaria-para-cada-atividade>. Acesso em: 26abr. 2020.

BENVENUTO, Jayme. **Integração regional a partir da fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai**. Curitiba, PR: Juruá, 2016.

BERNARDINO, Virgílio Manuel Pereira. **A mobilidade da força de trabalho e do consumo nas feiras de Maringá (PR - Brasil) e de Leiria (Portugal): a resistência dos trabalhadores e consumidores do setor no contexto do capitalismo global**. 2014. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

BORON, Atílio. El nuevo orden imperial y cómo desmontarlo. In: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Comp.). **Resistencias mundiales: de Seattle a Porto Alegre**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-62.

BORON, Atílio. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Tradução: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRITO, José Maria de. **A descoberta da foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, PR: Tezza Editores, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO Filho, Camilo Pereira. **Processos de transfronteirização na Bacia do Prata: a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai**. Porto Alegre, RS: UFRGS/Posgea, 2013.

CATTA, Luiz Eduardo Pena. **O cotidiano de uma fronteira**: perversidade da modernidade. Cascavel, PR: Editora da Unioeste, 2002.

COSTA, Lúcia Cortes da. A agenda social do MERCOSUL: a relação estado nacional e integração regional. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, dez. 2009.

DAVIS, Mike. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, Mike, et al: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução em português: <www.terraviva.pt/IlhadoMel/1540.eBooksBrasil.com>. 2003. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/socespetaculo.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

DOWBOR, Ladislau. **Além do Corona vírus**. IN: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo. Org.– Bauru: Canal 6, Recurso digital. Formato: PDF – (Projeto Editorial Praxis) 2020.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. Trad. Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

FRASSON, Margarete. **Alunos brasiguaios em movimento na Tríplice Fronteira**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.

FREITAS, André Vieira et al. Parâmetros analíticos dos discursos de políticas públicas. In: STEINBERGER, Marília (Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília, DF: Ler Editora, 2013.

GHIZZO, Márcio Roberto. **A mobilidade do consumo e a produção do espaço no aglomerado urbano de Maringá-PR**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Anneblume, 2005.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

- HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de Covid-19. In: DAVIS, Mike, et al: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. **REMHU -Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, ano 23, n. 44, p. 11-30, jan./jun. 2015.
- NEVES, Jean Midglason Montalto. Mercosul e reforma do Estado: implicações nas políticas públicas. **Katalysis**, Florianópolis/SC, v. 6, n. 1, p. 118-125, jan./jun. 2003.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- PERPETUA, Guilherme Marini. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Revista Pegada**, v. 14, n. 1, jul. 2013.
- POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RODRIGUES, Juliana Nunes. Políticas públicas e geografia: retomada de um debate. **Espaço e Tempo (on-line)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. Porto, PRT: Afrontamento, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Vírus**: Tudo o que é sólido desmancha no ar. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo. Org. ilustração de Carlo Giambarresi. – 1.ed. – Bauru: Canal 6, Recurso digital. Formato: PDF – (Projeto Editorial Praxis) 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. EDIÇÕES ALMEDINA, S.A., Coimbra, 2020.

SEBRAE. **Fronteiras cooperativas**: histórico. Disponível em: <<http://fronteirascooperativas.blogspot.com/p/historico.html>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre/RS, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

STEDILE, João Pedro. As transformações recentes. In: OLIVEIRA, Francisco de; STEDILE, João Pedro; GENOINO, José. **Socialismo em discussão**: classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

STIGLITZ, Joseph E. **Atormentados pelo Trumpismo**. Tradução: Anjuli Tostes. IN: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo. Org. Bauru: Canal 6, Recurso digital. Formato: PDF – (Projeto Editorial Praxis) 2020.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. Tradução de Beatriz Perrone Moi. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

URIARTE, Oscar Ermida. Derecho a migrar y derecho al trabajo. In: MERCOSUL. **Las migraciones humanas en el Mercosur**: una mirada desde los derechos humanos. Compilación normativa. Montevideo: Observatorio de Políticas Públicas de Derechos Humanos en el Mercosur, 2009.

WACHOWICZ, Rui C. **História do Paraná**. 4. ed. Curitiba, PR: Vicentina, 1977.

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. **História das relações internacionais do Paraguai**. Brasília, DF: FUNAG, 2013.

CAPÍTULO 7

SOBRE ESPAÇOS E TEMPOS DA INFÂNCIA: A URGÊNCIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS NO MUNDO EM TEMPOS DE COVID-19¹

Viviane Martins de Souza

¹Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho) com a referência UIDB/00317/2020.

Su Nombre es hoy

*Nosotros somos culpables
de muchos errores y muchas faltas,
pero nuestro peor crimen
es el abandono de los niños
negándoles la fuente de la vida.*

*Muchas de las cosas
que nosotros necesitamos
pueden esperar, los niños no pueden,
ahora es el momento,
sus huesos están en formación,
su sangre también lo está
y sus sentidos
se están desarrollando,
a él nosotros no podemos contestarle
mañana,
su nombre es hoy.*

(Gabriela Mistral, poetisa chilena)

Das certezas que a humanidade possui, a passagem do tempo é uma das que não se podem negar. O tempo, nas poesias, nas canções e no senso comum popular, é tido como o que ensina, como o que cura, como o que deslinda circunstâncias não percebidas no momento ocorrido. Para as crianças, o tempo, apesar de ente tratado de modo diferente por suas reiterações – afinal, o “era uma vez é sempre uma nova vez” (SARMENTO, 2002b) – aponta para uma etapa tão importante da vida de um ser humano, que as consequências do que vive (ou deixa de viver), marcam para sempre a história de vida de quem já cresceu. Entretanto, a infância definitivamente não é apenas uma etapa biológica de vida, as crianças não são apenas seres em transição nem “cidadãos do futuro” (MUÑOZ, 2004), mas indivíduos autônomos, completos, que desenvolvem culturas próprias com seus pares e ricos em diversidade (CORSARO, 1997; FERNANDES, 2009; SARMENTO, 2002a, 2002b, 2015; QVORTRUP, 1993; 2010).

Pensar nos espaços das crianças, na sociedade, remete-nos imediatamente às casas, aos parques, às escolas, às ruas e demais lugares onde elas podem interagir com seus pares e com o mundo, ressignificando-o por meio de brincadeiras e fantasias que as auxiliam a apreender o mundo real (SARMENTO, 2002b).

Entretanto, boa parte da infância sofre restrições devido a classe, ao gênero, à etnia, à localização geográfica.

Por isso, a urgência no poema de Mistral remete à necessidade do mundo adulto em reconhecer que temos uma categoria em nossa estrutura social (QVORTRUP, 2010) que possui demandas e percepções próprias sobre suas necessidades e as da sociedade. Uma categoria que persiste em todas as sociedades, inseridas em todos os contextos – das transformações culturais às divisões do trabalho, ainda que de modo particular em muitos deles (QVORTRUP, 1993).

A infância sempre estará presente, pelo que se propõe ao mundo adulto, a escuta constante das vozes das crianças e o atendimento a elas, para que se consolidem de fato seus direitos. Além disso, a infância, como categoria geracional, não apenas sofre o que as demais categorias sofrem graças à lógica do capital na produção e nas relações, mas possui todas as condições para contribuir, por meio de suas linguagens, para a melhoria de nossas cidades e sociedades, com o que elas podem nos oferecer e ensinar (ARRUDA, 2011; CARRANO, 2003; FERNANDES, S/D, 2009; FERNANDES e TOMÁS, 2009; MUÑOZ, 2004; SHABEL, 2014; TONUCCI, 1997, 2016).

As menções à criança, quer como objeto de interesse nas pesquisas oficiais, quer como sujeito ativo nas pesquisas geográficas no Brasil são ainda modestas, mas bastante significativas para trazer uma nova percepção do espaço geográfico pelo olhar da criança². As contribuições desta troca têm rendido frutos para muitas cidades pelo mundo (ARRUDA, 2011; TONUCCI, 1997, 2016) e pelos territórios onde elas têm recebido espaços para se expressar por meio de suas linguagens e culturas.

A pandemia da Covid-19 trouxe à tona a acentuação do estresse das famílias perante a dificuldade de lidar com crianças sem aulas e em confinamento, impedidas de acessar os espaços de ludicidade, as escolas e as casas de parentes próximos. Porém, a crise sanitária remete-nos a faces bem mais amplas, distintas e cruéis numa reflexão geográfica, pois os impactos desse fenômeno incidem de modo diferente sobre as crianças, se as situarmos no espaço geográfico mundial e nos estratos sociais em que sobrevivem de diferentes modos.

Este breve texto tem o intuito de contribuir com as demais análises geográficas na emergência da pandemia de Covid-19 presentes neste livro, com uma modesta reflexão sobre os espaços e tempos das crianças neste momento difícil da

² É importante destacar os trabalhos desenvolvidos no Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância – Grupegi (CNPq/UFF-UFJF).

humanidade e a urgência dos seus direitos – uma conquista que pode refletir-se em transformação para todos nós, para um mundo pós-pandemia.

UMA TRAJETÓRIA PELOS DIREITOS DAS CRIANÇAS

A agenda dos direitos das crianças remete à história dos direitos humanos, que em 1789 deliberou a respeito dos grupos ‘não racionais’ e, portanto, excluídos no rol dos "direitos do homem e do cidadão" (FRANÇA, 1789), a saber, mulheres, trabalhadores, jovens e crianças, considerados seres movidos mais pela emoção do que pela razão (ALDERSON, 2000; PEREIRA, 2012). Este foi um marco de consolidação do modelo de sociedade do 'homem-branco-adulto' (MUÑOZ, 2004).

Em 1948, a criança é mencionada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), numa visão protecionista e familiar como incompleta, incapaz e incompetente. Era-lhe, portanto, necessário o acesso à vida de adulto, principalmente, pela socialização via escolarização (QVORTRUP, 1993; MÜLLER, 2007). A consolidação dos ideais de uma sociedade ocidental capitalista e seus interesses econômicos continuavam a ser defendidos pela inserção da criança no rol dos direitos individuais do cidadão e com a perspectiva de ser moldada pela educação escolar para ingressar na sociedade (QVORTRUP, 2010).

Na Declaração de Genebra (ONU, 1924) e, posteriormente, na Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU, 1959), revisada e consolidada na Convenção sobre os Direitos da Criança – CDC (ONU, 1989), as crianças se tornaram sujeitos de direitos internacionais e civis, e o direito de brincar, de desenvolver-se em atmosfera de paz e de participação na sociedade foi assegurado no texto da norma.

Assim, após a humanidade presenciar as duas grandes guerras e com as descobertas da medicina, da psiquiatria e da psicologia, a criança se transformou em objeto de investigação, cujas pesquisas a separaram de vez do mundo adulto, apontando-lhe demandas próprias, ainda que numa perspectiva muito biológica e considerando-a como a perpetuação de um modelo de sociedade, por isso, necessitada de uma socialização eficiente, numa relação até hoje conflituosa entre proteção e controle, apontada por Qvortrup (2015) e Tonucci (2016), entre outros autores.

Como se nota, desde Davis (1940, p.217) – citado por Qvortrup (2010, p.633) – que afirmou que "qualquer doutrina que compreenda as necessidades da criança como sendo de suma importância e as da sociedade organizada como de importância secundária é anomalia sociológica", as reflexões sobre a criança na sociedade

mudaram muito, sobretudo no que diz respeito aos seus papéis sociais e como potenciais produtores de saberes sobre seu grupo social, notadamente, após a publicação do relatório *Childhood as a Social Phenomenon* (QVORTRUP, 1991)³.

Entretanto, como abordamos mais adiante, direitos básicos como moradia, segurança, saúde, educação e, particularmente, participação na vida social de modo ativo – a grande “inovação” da CDC, ainda estão muito distantes para boa parte das crianças no mundo (ABEBE, 2018; FERNANDES, s/d, 2009; MÜLLER, 2007; SARMENTO; 2002a, 2015).

Os tempos de pandemia representam hoje, diante de uma intensificação exponencial das condições de pobreza e exclusão, bem como da ausência do Estado em muitos segmentos sociais, ao priorizar a economia em detrimento da proteção integral à população, um convite para se discutir, se difundir e reivindicar os direitos das crianças em todos os espaços nos quais a sociedade se organiza, em benefício de uma coletividade mais justa e humana.

A INFÂNCIA E OS ESPAÇOS ESTRUTURAIS DE PRODUÇÃO DE PODER EM TEMPOS DE PANDEMIA

Os termos criança e infância são distintos. Enquanto o primeiro se refere a um ser biopsicossocial, o segundo diz respeito a uma categoria geracional (QVORTRUP, 2010; SARMENTO, 2015), a qual se pode chamar homogênea quanto ao confinamento até o fim (via escolarização compulsória ou institucionalização) e ao status de “menor”, que carrega o sentido da dependência de tutela e cuidado, mas também é fator de minoração (de fala, de direitos) na família e na sociedade.

O desafio, portanto, é garantir os direitos da infância como segmento permanente e às crianças enquanto ainda o são, visto que, dada sua diversidade e condições de vida tão diferentes no mundo todo, não há como negar, contudo, que para quaisquer delas, a pertença à categoria infância irá passar.

O espaço geográfico é produto social e mediador, mas é também objeto científico, político e ideológico. As suas contradições não vêm de seu significado matemático ou físico, obviamente, mas de seu conteúdo prático social, que materializa nele as próprias contradições da sociedade, conforme Sposito (2017). Como produto do trabalho humano, composto por um sistema solidário e indissolúvel de ações e objetos (SANTOS, 2017), ele reflete o modelo de sociedade

³ Este projeto, coordenado por Jens Qvortrup, realizou estudos sobre as condições da infância na Europa e, em sua Introdução, Qvortrup defende a infância como categoria social geracional permanente nas sociedades, diferenciando-a do termo “criança” (concebida como a “vivência cotidiana”). Este texto é considerado marco da nova Sociologia da Infância (SARMENTO, 2008; 2009; 2013).

vigente, conforme seu modo de produção, mas também de suas culturas presentes. Torna-se, portanto, tão dinâmico e tão desigual conforme a organização/reorganização dada pelas forças que nele operam e as resistências que nele se estabelecem.

Invisibilizadas por muito tempo, tanto na História quanto nos estudos da sociedade (MÜLLER, 2007; QVORTRUP, 2010), as crianças ocidentais têm como seus espaços de circulação e permanência, de um modo geral, a casa, a rua – esta, cada vez menos – e a escola. A rua configurava-se como espaço mediador entre o mundo delas e o dos adultos, um lugar diferente dos espaços privados da vida familiar e da escola (MÜLLER, 2007).

Vistas pelo senso comum dos adultos como seres em formação e em preparo para a vida adulta, os espaços de vida das crianças são continuamente delineados pelos adultos, que estabelecem fronteiras e limites para sua atuação. Quer seja em nome da preocupação com seu cuidado e defesa, quer seja por controle de um grupo social que tem voz e é capaz de expressar suas urgências e, até, a manifestar-se sobre elas de modo coletivo e organizado (QVORTRUP, 2015).

É fato que as crianças não acessam o espaço público como bem gostariam (Tonucci, 2016); quando elas o fazem, carregam-no de sentidos outros que os adultos dificilmente podem acessar, ao ponto de conseguirem viver em três espaços simultâneos: o concreto e real, o que elas concebem em termos de uso e o que elas imaginam no desenvolvimento de sua relação com o mundo (LOPES, FICHTNER, 2016; MUCHOW, 1935; SARMENTO, 2002b).

Entretanto, como indivíduos presentes em todas as sociedades, as crianças sentem, de modo direto e por vezes mais agressivo, as implicações das decisões tomadas no mundo dos adultos, onde geralmente não têm voz ouvida, nem oportunidade de escolha. E é sobre esta situação da infância enquanto categoria, no espaço político e ideológico da sociedade, que pretendemos discutir.

Na concepção da infância como categoria permanente em qualquer estrutura geracional, segundo Qvortrup (1993; 2010), ela está exposta às mesmas forças (sociais, econômicas, políticas) e, "como utentes de sistemas de saúde, educação, segurança e bem-estar, elas sentem de modo geracional específico as reduções de oferta e qualidade destes serviços", como exemplifica Mayall (2012, p.348 *apud* NASCIMENTO, 2015, p.83).

Apesar do senso comum de que as crianças necessitam de todos os cuidados necessários ao seu desenvolvimento sadio e feliz, o que se nota, na prática, é a aplicação do discurso a uma criança ideal e inocente, branca, europeia, de classe

média, segundo Garlen (2019), ou “universal” (SARMENTO, 2015), em detrimento infância, composta de múltiplas etnias, culturas e condições econômicas e espaciais.

Apesar de os flagelos infligidos pelos adultos atingirem a todas as crianças – como a guerra e a violência doméstica – as menos favorecidas no espaço social e econômico são as que possuem as maiores violações em termos de direitos humanos, sujeitas diretamente às pressões exercidas pelas determinações do poder global sobre seus lugares de vida e famílias, isto quando os possuem. Ou seja, nossa sociedade tem um olhar até compassivo sobre as crianças, mas sobre a infância – em todas as cores e culturas em que ela se manifesta – ainda falta um longo caminho a percorrer.

Para estabelecer esta discussão da infância no espaço geográfico em tempos de pandemia, recorreremos a Santos (2002), que afirma que as sociedades capitalistas se organizam sobre seis espaços estruturais de produção de poder que, apesar de autônomos, se inter-relacionam. Eles dão origem a formas de práticas sociais, de instituições, de dinâmicas de desenvolvimento, de poder, de direito e de epistemologias derivados, autônomas em estrutura, mas não excludentes entre si, mas intercambiáveis e variáveis na forma de apresentação no mundo.

Estes espaços de formação de poder demonstram o quanto o espaço geográfico configura-se numa “realidade em processo de constante transformação” (SANTOS, 2014, p.56). Estas transformações, segundo o mesmo autor, afetam a divisão do trabalho da escala global a local e, conseqüentemente, a organização espacial e a vida das pessoas, gerando formas e funções consoantes ao direcionamento do modelo socioeconômico vigente, perpassando lugares, mundos e culturas.

Os espaços estruturais apontados por Santos (2002) e utilizados nesta reflexão são o espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço do mercado, o espaço da comunidade, o espaço da cidadania e o espaço mundial.

Nestes seis espaços estruturais, matrizes de “múltiplas dimensões de desigualdade e de opressão nas sociedades capitalistas contemporâneas e no sistema mundial como um todo” (SANTOS, 2002, p.274), as crianças podem ser identificadas, como bem destacou Sarmiento (2002a), em quadros de exclusão e pobreza. Acrescentamos, aqui, outros aportes e alguns dados atuais relacionados à infância, em especial, no Brasil, durante a pandemia da Covid-19.

A infância e o espaço doméstico

A casa pode ser considerada como a segunda escala de pertencimento e de sentimento de lugar que uma criança vivencia. Seu primeiro “lugar” – enquanto

espaço de refúgio, proteção, nutrição, aconchego e afeto – é o corpo da mãe (TUAN, 2013). Após desvincular-se da noção de que ambos são um, a criança inicia um processo de reconhecimento do mundo exterior, que tem na casa um referencial de abrigo e de descobertas e, em seu corpo, o aparato metodológico necessário.

O espaço doméstico pode ser visto também como aspecto da subjetividade de nossas relações com a casa. Repousar sobre um lugar, dormir, é render nossa subjetividade, por meio do descanso, a um lugar que é singular perante os demais da Terra:

[A] casa, a cabana, a tenda, a aldeia (...) onde ocorre a fundação de nossa existência terrestre e de nossa condição humana. Podemos mudar de lugar, nos desalojarmos, mas ainda é a procura de um lugar; nos é necessária uma base para assentar o Ser e realizar nossas possibilidades, um *aqui* de onde se descobre o mundo, um *lá* para onde nós iremos” (DARDEL, [1952], 2011, p.41, grifos do autor).

Contudo, na definição de Santos (2002), o espaço doméstico, enquanto local de estruturação de poder, é onde se estabelecem a domesticidade e o parentesco sob um conjunto de relações de produção e reprodução. Como todos os outros, este espaço carrega consigo a complexidade de estar inserido nos demais. Notadamente, é nele que se situam as formas privilegiadas de poder intergeracional e de gênero.

É neste âmbito que as crianças vivem a ambivalência do senso comum dos adultos sobre si: se por um lado são as figuras inocentes a serem protegidas, por outro são os seres rebeldes e insurgentes que precisam ser controlados. Nestes tempos de pandemia, o espaço doméstico tem sido ocultador, pela distância dos pares, professores e demais cuidadores, das mais cruéis violências parentais.

A perspectiva quanto à violência doméstica durante a pandemia não é nada otimista. O que poderia ser um momento de pais e filhos terem mais tempo de aproximação e convivência em família, é, para muitas crianças, a intensificação do terror. De acordo com a *World Vision*, organização não governamental de promoção dos direitos humanos do Reino Unido, haverá um aumento de 20% a 32% nas vítimas de violência física, emocional e sexual durante o período de confinamento e distanciamento social, medidas que foram adotadas por 177 países e atingiram 73% dos estudantes no mundo.

Os números já são computados em muitos países e Bangladesh, em abril de 2020, registrou 42% de aumento em castigos físicos e espancamentos, com 40% de aumento em pedidos de socorro aos telefones oficiais destinados a este fim. Casamentos infantis e consumo de conteúdo pornográfico envolvendo crianças já registra aumento durante a pandemia (WV, 2020).

No Brasil, a estimativa de aumento da violência contra crianças é de 18%. A média nacional, anterior à COVID-19, registra 233 casos de violência cometidas por familiares contra crianças e adolescentes de 0 a 19 anos (FERREIRA, 2020). Nosso país é o 5º no ranking mundial de violência doméstica e os dados do “disque 100” (número de telefone para denúncias de abuso contra crianças e adolescentes) confirmam que 70% dos casos de abuso sexual acontecem dentro de casa (BARBOSA, 2020).

O que se defende nesta reflexão, convém estabelecer, é que não há qualquer resistência neste texto às medidas de distanciamento social, necessárias e eficazes à diminuição do número de casos a fim de evitar o colapso do sistema de saúde. A ênfase aqui está em apontar para a necessidade urgente da defesa da criança e do adolescente, por meio de políticas públicas articuladas com entidades não governamentais e com a sociedade civil, que, numa rede de proteção, contemplem o espaço doméstico como espaço de risco e de perigo para muitas crianças, inclusive no Brasil.

Soma-se a isso, as transformações pelas quais as famílias têm passado e seus reflexos na vida das crianças – aumento de famílias sem filhos, com “diminuição” da infância nas pirâmides etárias, precarização do trabalho com jornadas intensificadas, famílias monoparentais, entre outros – que sofrem com o aumento da pobreza e deixam de ser o foco principal da atenção econômica de seus responsáveis (SARMENTO, 2002a; QVORTRUP, 2010).

A infância e o espaço da produção e do mercado

O espaço da produção é a estrutura por meio da qual se dão as relações de produção e reprodução de valores de troca e trabalho, apropriação da mais-valia, da natureza (pelos detentores dos meios de produção) e relações entre trabalhadores e gestores (SANTOS, 2002).

Especificamente neste ponto, Sarmiento (2002a) aponta as categorias nas quais a desigualdade e exclusão de crianças e adolescentes se assenta. O autor destaca que a pobreza geracional é um fato, dado que as gerações mais jovens e as mais velhas, possuem os maiores índices neste quesito, com os jovens com os maiores índices de desemprego (SARMENTO, 2002a; IBGE, 2018; UNICEF, 2018).

A pobreza é um dos maiores desafios sociais a serem superados pela humanidade. Em um mundo repleto de tecnologia e de novas formas de se produzir que se multiplicam a cada dia, o número de pobres e miseráveis cresce como se a riqueza gerada assim não o fosse. Fruto de uma sociedade desigual, que se

especializa em regiões centrais e cercam-se de periferias múltiplas, a pobreza é mais um dos desafios a serem enfrentados pela infância no mundo.

Como fenômeno novamente crescente no Brasil, a pobreza extrema afetou 11% a mais de pessoas entre 2016 e 2017, o que significa dizer que cerca de 1,5 milhão de pessoas no Brasil vivem com menos de R\$ 136,00 mensais (UNICEF, 2018). Em nosso país, 6 em cada 10 crianças e adolescentes vivem na pobreza, o que representa 34,3 % desta população.

No Brasil, segundo o IBGE (2018), a média nacional de domicílios que possuem acesso aos serviços de saneamento básico ao mesmo tempo – abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo – é de 62,1%. Dentre os que vivem na extrema pobreza, 40,4% usufruem destes serviços simultaneamente. Além disso, os gastos excessivos com aluguel, que chega a comprometer 30% da renda, leva muitos brasileiros a viverem em casas de poucos cômodos, superlotadas e sem acesso a banheiro exclusivo para os moradores da residência. Entre os mais pobres, esta carência chega a 12% dos lares.

Em meio a uma pandemia cujo combate conhecido envolve o “ficar em casa” e a higienização constante, é impossível não notar as violações do direito à saúde. A vulnerabilidade das crianças diante das políticas de austeridade, do aumento da desigualdade pela concentração de renda e da violência de um sistema que ataca impiedosamente os direitos dos trabalhadores, foi evidenciada em nosso país pela pandemia da Covid-19 (D’ANDREA, 2020; CARLOS, 2020).

Seis em cada dez crianças e adolescentes brasileiros vivem na pobreza, com a cifra, em 2018, de 18 milhões de crianças e adolescentes (34,3% do total), de acordo com relatório do Unicef (2018). Se pensarmos além do critério renda, visto que este número se refere aos que vivem com famílias incapazes de adquirir uma cesta básica, este número é ainda mais alarmante. Ao adicionar os direitos violados à condição de pobreza, teremos 61% de nossas crianças e adolescentes considerados pobres.

Em tempos de pandemia, o agravamento da pobreza é uma ameaça a todas as sociedades no globo. No Brasil, a ausência de controle e políticas de proteção ao emprego e à renda no período de distanciamento social, e/ou a demora na liberação dos recursos Renda Básica Emergencial (de R\$ 600), tem intensificado o ritmo de inserção de mais famílias na pobreza (AGÊNCIA SENADO, 2020; CARLOS, 2020; D’ANDREA, 2020; LUPION, 2020). Isto sem mencionar as consequências já declaradas na vida dos brasileiros pela Emenda Constitucional nº. 95, que “congelou” os investimentos em saúde e educação no país. Há que destacar as

repercussões destas medidas sobre as crianças, um dos principais grupos sociais utentes destes serviços públicos.

A ONU (2020, apud AGÊNCIA SENADO, 2020) estima que o número de pessoas em grave situação de fome no mundo pode dobrar para 265 milhões, com acréscimo de mais de meio bilhão de pessoas na pobreza, com mais de 54 milhões deles na América Latina, e 5 milhões de brasileiros vivendo com menos de U\$ 2 ao dia.

O trabalho infantil, a precarização do trabalho dos jovens com intensificação de jornada, bem como a falta de acesso aos bens de mercado direcionados à infância também são fatores de exclusão e desigualdade apontados por Sarmiento (2002a) sobre as crianças no espaço de produção. As novas necessidades criadas pela Covid-19 tendem a aumentar esta lacuna entre crianças mais e menos favorecidas no mundo.

O Brasil possui cerca 1,8 milhões de crianças e adolescentes, entre cinco e 17 anos, trabalhando, com apenas $\frac{1}{4}$ delas recebendo pelo seu trabalho (IBGE, 2018). Os municípios do Nordeste registram as maiores taxas e a remuneração aumenta conforme a idade e ocupação, o que nos revela que os pequenos são ainda mais perversamente explorados. Quanto à atividade, a agricultura e o comércio registram os maiores números no trabalho infantil (69%).

Por isso, quando pensamos no espaço da produção nas áreas rurais, pode-se esperar um agravamento do trabalho infantil, do emprego informalizado e sem direitos assegurados e da consolidação de um meio rural que oferece condições de qualidade de emprego bem mais baixas e sem grandes expectativas, comparados às áreas urbanas. A qualidade do emprego nestas áreas, assim como nas urbanas, é sensível aos processos que ocorrem na economia e, mesmo com as transformações no campo e decréscimo das diferenças, o campo persiste em nível de precarização mais elevado que a cidade (IBGE, 2018).

A infância e o espaço da comunidade

O espaço da comunidade é aquele "constituído pelas relações sociais desenvolvidas em torno da produção e da reprodução de territórios físicos e simbólicos e de identidades e identificações com referência às origens ou destinos comuns" segundo Santos (2002, p.278). E é no espaço comunitário que parte significativa do desenvolvimento da socialização das crianças acontece em contato com membros da comunidade e com seus pares.

As crianças maiores já concebem a paisagem "lá de fora" e tornam-se abertas ao mundo (TUAN, 2012, p.88). Mesmo as pequenas, cuja ideia de espaço e de paisagem não são conceitualmente nítidas, interagem com o ambiente com foco nos acontecimentos e pessoas. As relações com os outros são fundamentais em seus primeiros anos.

Pela via da experiência, enquanto “diferentes maneiras por meio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade” (TUAN, 2013, p.17), as crianças, a partir de suas relações com outras crianças e do desenvolvimento de suas culturas, ressignificam o mundo e o apreendem, além de desenvolverem laços de solidariedade geracional e conflitos que lhe permitirão desenvolver suas emoções (CORSARO, 1997, SARMENTO, 2002a; 2002b). Em termos de desenvolvimento biológico, elas desenvolvem habilidades espaciais, com o uso de seus corpos, e conhecimentos espaciais, pelo uso do movimento deles (TUAN, 2013).

Sarmento (2002) destaca que

a característica essencial da relação comunitária é a construção colectiva dos horizontes de referência, dos valores e das pautas de conduta. De algum modo, a reciprocidade de relações e a horizontalidade na distribuição de poderes são inerentes à pertença comunitária (Sarmento, 2002a, p.276).

Assim, elas adquirem, em conjunto, um sentimento de solidariedade entre pares (QVORTRUP, 2015). Sejam por grupos fechados de crianças (que não admitem a presença do adulto), sejam por grupos abertos, as crianças lançam mão de ambos na constituição de suas culturas.

O autor refuta a ‘morte da infância’, ao apontar que os tempos atuais mostram, na verdade, um modo plural de ser criança no mundo, uma visão oposta à da ‘criança ideal’, esta sim, em declínio nos estudos sociais. Reconhecê-la como categoria social geracional é situá-la em tempo e espaço, contemplando sua diversidade e possibilidades de atuação social. Na verdade, apesar de serem vítimas da sociedade deixada como legado pelos adultos, elas vivenciam suas realidades como seres renovadores de esperança. Bhabba (1998), citado por Sarmento (2002b), aponta para o lugar da criança: o *entre-lugar*. Ele fica entre o lugar dado pelos adultos e o lugar como elas o vivenciam.

Herdadas de outros tempos históricos nas origens dos conceitos *infância* e *criança*, a modernidade ainda atua sobre a dicotomia da criança inocente a ser protegida - em geral a ‘ideal’ (GARLEN, 2019) – e criança rebelde, a ser controlada e punida. A participação delas na vida coletiva é limitada por regramentos estabelecidos em um dos dois extremos.

Notadamente, aponta Sarmiento (2002b), os espaços de produção e consumo, o cultural "erudito" e a ação cívico-política, são exclusivos dos adultos, fixando a criança em ofícios destinados a elas, como a máxima consolidada "lugar de criança é na escola". Enfatizada em campanhas pela erradicação do trabalho infantil (CUT, 2012), a frase também deixa à mostra o ofício primordial da criança na sociedade moderna, o de ser "*aluna*" (QVORTRUP, 2015), ao encontro da ideia tradicional de socialização.

Pensar na criança no espaço comunitário é reconhecer a urgência da compreensão de suas diversidades, é repensar os espaços urbanos para todos, a partir do olhar da criança, cuja lógica não está centrada nos carros, mas nas interações (TONUCCI, 2016), dando-lhes a liberdade da confiança e da autonomia em cidades seguras, ao invés do incremento em vigilância e confinamento escolar ou residencial.

A História nos mostra que, sob a ideia de *proteção*, justificaram-se castigos, institucionalização e retirada das crianças da vida comunitária, para fazer delas "cidadãos do futuro", obviamente, já docilizadas. A proteção/afastamento da rua, da cidade, do outro, enfim, esconde outra face: a proteção de um sistema que não quer ser refutado por crianças e jovens (QVORTRUP, 2015). A pandemia tende a agravar este afastamento das crianças do espaço comunitário.

Estas culturas da infância, mencionadas aqui, cabe ressaltar, são antes de estudo fruto das relações interativas entre crianças e adultos, em que elas operam com seus pares a partir do vivenciado com os adultos e das relações interativas entre crianças e crianças. Assim elas ressignificam o que trouxeram da relação com os adultos, levando este saber infantil novamente para as relações intergeracionais (CORSARO, 1997). Discuti-las exaustivamente é tema para outros trabalhos.

O que se salienta, contudo, em tempos de pandemia, é que este aspecto da infância necessita de atenção especial, dado o distanciamento que muitas experimentam em relação ao lugar na comunidade e na relação com seus pares, seja na rua ou na escola, da qual sentem mais falta, antes por causa da saudade dos colegas do que pelas aulas.

A chegada da Covid-19 pôs em isolamento muitas crianças impossibilitadas de continuar, pela brincadeira com seus pares, a compreender o mundo adulto pelos seus olhares de criança, pelas suas interações produtoras de saberes que, partilhados entre elas, ajudam-nas a entender a sociedade e a cultura e que estão inseridas, construindo significados e estruturas emocionais para elas.

Há que se investigar os efeitos das interações mediadas pela tecnologia – pelas crianças que podem acessá-la e também por aquelas que, pela suspensão de aulas,

tiveram de distanciar-se de seus parceiros em partilhas de brincadeiras. Somadas a estas, temos as crianças indígenas, quilombolas, as de rua... Ouvi-las, compreender os significados delas para este momento, pode trazer perspectivas de reflexões mais voltadas a suas necessidades específicas enquanto crianças, e melhor: atendê-las em suas emergências.

Nas cidades italianas, por exemplo, foram apontados casos de depressão e estresse infantil pelo confinamento (FOLHA, 2020) e, no Brasil, a Sociedade de Pediatria do Rio de Janeiro elaborou um texto de perguntas e respostas sobre a saúde mental das crianças durante o distanciamento social, reconhecendo os efeitos estressantes da avalanche de informações sobre a doença na vida cotidiana das crianças (CRENZEL, 2020).

A infância e o espaço da cidadania

O espaço da cidadania é representado pelas relações na esfera pública, de acordo com a classificação de Santos (2002). No que diz respeito às crianças, este é um espaço de fortes tensões de poder, visto que as culturas infantis e juvenis muitas vezes questionam e discordam do padrão colocado a elas pela sociedade, pela via da escolarização (MULLER, 2007; SARMENTO, 2002a, 2015; QVORTRUP, 2015).

Ao refutar os padrões de comportamento e de modo de vida imposto pelo adulto por meio de culturas alternativas, geradas em encontros de meninos e meninas que reafirmam suas identidades, por meio de costumes, práticas, roupas e linguajar, a infância torna-se mais uma vez alvo de institucionalização e repressão. O reforço no discurso da proteção da criança incapaz, rebelde e incompetente na decisão dos assuntos de seu interesse, contraria a maior conquista civil da CDC para as crianças— o direito a participação — presente nas normas nacionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e do Estatuto do Jovem (BRASIL, 2013).

A despeito das discussões de ordem mundial da concepção de participação, faz-se necessário, diante da pandemia, discutir com as crianças sobre temas como o distanciamento social, a suspensão de aulas ou sua realização remota, e as próprias relações em família, reconhecendo a criança como sujeito de direitos para opinar nos assuntos de seu interesse, primando pelo seu bem-estar e direitos que são assegurados a todos os cidadãos, inclusive a elas, desde 1989 (ONU, 1989).

Ações e pesquisas acadêmicas que preveem crianças como parceiras não são novidade (TONUCCI, 1997, 2016), mas a escola, a família e a sociedade ainda precisam de mais escuta das crianças neste momento de crise, quando ainda pairam muitas incertezas sobre o andamento da escola e das atividades pós-pandemia.

Enquanto educadora, é impossível não notar o quanto estão indefinidas as diretrizes sobre o calendário escolar e, mais ainda, o quanto as crianças estão fora desta discussão. Quando as principais incertezas veem do poder central, a saber, do Ministério da Educação, na ausência de uma coordenação a nível nacional, a sensação de impotência de crianças e professores aumenta, intensificando o acúmulo de estresse neste momento.

Além disso, a escola perde a oportunidade de ser o espaço de exercício da cidadania das crianças, reiterando as relações de poder – verticais – que incidem sobre elas (Sarmiento, 2002a). Além disso, perde a possibilidade de, com elas, produzir a escola da era pós-pandêmica, visto que muitos problemas sociais, inclusive relacionados a escola, foram trazidos à tona pela Covid-19.

Tonucci (2020), ao mencionar a escola na crise sanitária em que vivemos, convida professores e pais a não saturarem as crianças de atividades, mas usufruir com elas – neste momento, os pais – das possibilidades de brincar e interagir. Afinal, segundo o mesmo autor, brincar é uma das atividades mais importantes em nossa formação como seres humanos, aprimorando nossa percepção do outro, do mundo e de nós mesmos, por meio da ludicidade e fantasia (TUAN, 2013; SARMENTO, 2002b; TONUCCI, 2016).

A infância e o espaço mundial

Ao considerarmos o espaço mundial, na concepção de Santos (2002) acerca das estruturas de ação da sociedade capitalista no mundo, como "a soma total dos efeitos pertinentes internos das relações sociais por meio das quais se produz e reproduz uma divisão global do trabalho" (p.278), podemos pensar na ação direta dos poderes globais hegemônicos sobre a organização do espaço mundial, e também da produção de cultura, por meio de ações que reafirmem uma cultura sobre outras.

Os lugares, enquanto “condição e suporte das relações globais” (SANTOS, 2014, p.156), são também os espaços onde a realidade é percebida. O autor destaca que, mais importante do que a consciência do lugar é a “consciência do mundo, obtida através do lugar” (*idem*, p.161). Ele prossegue discutindo o quanto o trabalho é remotamente controlado e normatizado por decisões tomadas a distância, e o quanto estas decisões e normas confrontam os locais existentes. Nelas, ele vê uma perspectiva que traz à sociedade a percepção do mundo e da lógica neoliberal como ela é. Isto é uma possibilidade de que, pela aproximação de pessoas e anseios, criem-se ações diferentes das hegemônicas.

Relph (2014) também aponta o lugar como a possibilidade de reconhecimento das ações globais sobre os espaços de vida cotidianos, como ideia-força, e diz, numa revisão sobre as interpretações de lugar entre os geógrafos:

Desde os anos 1990, interpretações sobre o lugar floresceram e foram refinadas. As interpretações são frequentemente contraditórias e muitas vezes contestadas, mas na base parece haver uma visão geral de que um lugar tem um papel importante a desempenhar para compreender e, talvez, corrigir a insistência neoliberal na eficiência global de ganhos que diminui a qualidade de nossas vidas, erodindo tudo o que é local. Em suma, estudar e promover o lugar, seja de uma perspectiva arquitetônica ou psicológica, é uma prática de resistência (RELPH, 2014, p.21).

A ênfase no lugar e sua articulação com o mundo, ou a perspectiva local-global, representa um levante das culturas e vivências locais em face da homogeneização proposta pelo pensamento único da globalização neoliberal (SANTOS, 2001). Afinal, é no lugar que as relações de proximidade e solidariedade são possíveis.

A pandemia da Covid-19 veio como uma ruptura deste espaço de relações. Entretanto, as possibilidades de redes de solidariedade e resistências remotas não surgiu com a pandemia, mas vem se consolidando e pode tornar-se uma ferramenta ainda mais eficaz de articulação política e social.

Pensar nos direitos da criança hoje também desafia os estudos espaciais na questão da escala local e global. A interdisciplinaridade, as novas perspectivas despertadas pela ideia de interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019), entre outras perspectivas críticas e descoloniais, levantam questões que perpassam conceitos estabelecidos, resignificando-os. Não se trata de abandonar a geografia, mas de um pensar numa geografia para a infância, para além das escalas tradicionalmente estabelecidas, hierárquicas no espaço e no tempo.

No espaço, quando limitam os lugares de encontro, organização e socialização das culturas da infância e da juventude; e no tempo, quando não lhe permitem a expressão de suas percepções, anseios e propostas de mudança para o tempo de hoje, "por não terem maturidade". Mais uma vez, fica a máxima do *infans* ("sem voz") impondo a racionalidade global homogeneizante e individualizante sobre a infância, cuja própria etimologia do conceito já lhe nega voz.

Aitken (2018), empresta o termo "ética sustentável" de Braidotti (2013 *apud* Aitken, 2018, p.275), para assinalar a importância das ações *no* hoje e *para* o hoje, que, para além dos direitos universais (que não chegam a todos), representam ações e lutas atuais pelo direito que as crianças e jovens reivindicam de "criar e recriar a si mesmos e seus espaços" (AITKEN, 2018, p.275). O autor menciona que estes direitos não pertencem à "Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (UNCRC), à Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), à

Organização Internacional do Trabalho (OIT) ou a qualquer outra instituição internacional" (AITKEN, 2018, p.275). Pelo contrário, são ações de crianças, jovens e mulheres que não se podem representar em escala local ou global, mas que ocorrem na horizontalidade e na cotidianidade do espaço doméstico, a casa, a rua, a comunidade.

Abebe (2018), Punch (2018) e Balagopalan (2018) corroboram, ao destacar que local e global são escalas em constante transição e que são termos relacionais, com camadas de significados, assim como gênero, classe e sexualidade (BALAGOPALAN, 2018). Ao pesquisar crianças órfãs, mendigos e meninos de rua, Abebe (2018) aponta os efeitos do nível macro da produção sobre o cotidiano dos que tentam sobreviver à margem, invisíveis aos responsáveis pelo desenvolvimento, crianças e jovens distantes da 'criança ideal'.

Sarmiento (2015) reforça esta ideia quando discute a situação de “não criança” para as crianças ‘fora da norma’, como, por exemplo, meninos de rua, crianças ciganas, crianças quilombolas, crianças trabalhadoras ou crianças indígenas. Ao serem consideradas “não crianças”, fica mais fácil legitimar sua exclusão dos direitos da infância, negando sua pertença a esta categoria social. Contudo, “a criança não deixa de o ser por viver ‘à margem’ da norma: as suas necessidades, os seus modos de apreensão e simbolização do mundo, a sua cultura permanecem inevitavelmente infantis, nas condições em que essa condição infantil se exprime” (SARMENTO, 2015, p.41).

Balagopalan (2018) aponta que há como pensar numa “infância globalizada”, se for baseada na percepção de que:

a vida de todas as crianças foi, direta ou indiretamente, influenciada por eventos globais, incluindo o capitalismo global, o mais grave dos quais incluem histórias de migração forçada, colonialismo, guerra, calamidades naturais e assim por diante. O reconhecimento de todas as identidades de crianças como constituídas nesta história global complexa e em camadas nos permitiria fazer novas e interessantes conexões em torno das histórias cruzadas de raça, colonialismo e capitalismo na vida contemporânea das crianças (BALAGOPALAN, 2018, p.276).

Punch (2018) defende que as imbricações entre local e global/global e local hoje dificultam o uso dos termos, tamanhas as influências de um sobre o outro no momento da pesquisa empírica. Por outro lado, pensar numa “infância globalizada” é, ao mesmo tempo, tornar visível um ideal de infância preconizado nos manuais internacionais e invisibilizar milhões de crianças que vivem à margem deste conceito que é minoritário, tendo em vista as etnias e suas culturas e a exclusão social da infância no mundo (SARMENTO, 2002a e 2015), relacionando-se com as

consequências perversas dos processos de produção global de maneiras muito diversas e ocultas da sociedade.

Isto sem mencionar o fato de que, segundo Punch (2018), adotar o conceito coloca a infância, que não é branca e nem do Norte, em condições de nova colonização, precisando ajustar-se, o que oculta, também, os efeitos positivos da globalização sobre a infância e como ela se apropria de suas tecnologias, engajando-se em movimentos culturais de crianças e jovens (como militantes ou *influencers*) ou não, mantendo suas culturas, artefatos e brincadeiras, num mundo de *gamers*, *tablets* e *smartphones*, mas permanecendo distantes deles, seja pela localização geográfica, seja pela pobreza (BARRA, 2014).

Abebe (2018) alerta para o impacto da economia neoliberal sobre redes informais comunitárias de apoio, tornando os governos enfraquecidos na garantia dos direitos das crianças, trazendo o exemplo da Etiópia, num paradoxo entre sofrer a pobreza e a exclusão causadas pela lógica neoliberal e a aceitação das “ajudas” carregadas de ideologia vindas delas mesmas. Diretamente sobre as crianças, isso pode implicar na sua “globalização”, o que gera conflitos intergeracionais entre o direito garantido “na lei” e o adquirido nas relações de pertencimento comunitário, alterando o sentido de ser criança por uma lógica vinda de fora e distante.

O autor também aponta os problemas com migrações, visto que, em nome da defesa dos direitos das crianças, famílias empobrecidas enfrentam a acusação da violação dos direitos dos filhos, enquanto a mobilidade de crianças de classes média e alta gozam de mobilidade transfronteiriça para férias e intercâmbios.

A crítica é pertinente para pensarmos nas escalas, nos poderes e nos conceitos relacionados à proteção das crianças no mundo. A mesma lógica de lucro pautada na exploração do trabalhador é a que anuncia a proteção da infância. No mesmo sistema em que se combate o trabalho infantil, empurra-se todos os dias as crianças para o trabalho (barato, informal, precário e insalubre) para ajudarem suas famílias. Entender que os direitos das crianças é pauta para o hoje, também significa pensar em quais crianças estamos falando.

Nesse sentido, a contribuição do geógrafo neste debate é deveras importante, dado que por meio dos estudos espaciais e de suas categorias de análise, é possível fomentar a discussão sobre as crianças no mundo (e em seus mundos) e a urgência da defesa de seus direitos. E de quais direitos? Aitken (2018) e Abebe (2018) apontam para as agendas de luta nas escolas, ruas e comunidades, para as normas internacionais, para a dignidade de acesso à moradia, à saúde, à educação e à segurança, com o que concorda Sarmiento (2015) ao lembrar que a CDC não é clara quanto ao direito de participação (que se deseja mais liberto do paternalismo),

quanto ao meio ambiente e à proteção delas perante o poder da indústria (seja a de jogos ou a de medicamentos patenteados).

Empenhar esforços interdisciplinares para a defesa das crianças em nossa sociedade é assumir que nelas está o nosso presente – inclusive uma das chaves para torná-lo melhor (TONUCCI, 1997; 2016) – e que este presente carrega consigo também o nosso futuro, pois “a criança é o pai do homem, e as categorias perceptivas do adulto são de vez em quando impregnadas de emoções que procedem das primeiras experiências” (TUAN, 2013, p.31-32).

Portanto, olhar para elas e buscar perspectivas de mundo que procedam de culturas infantis que resolvem conflitos mediante práticas e ações que conhecemos pouco, mas que as levam das brigas à brincadeira numa mesma tarde, podem nos trazer as pistas para um mundo pós-pandemia pautado por outras lógicas e outras relações.

Aitken (2018) discute que, apesar da origem dos direitos universais das crianças remontar à necessidade de “salvar o sistema capitalista” (Atos de Fábrica do século XIX, que restringia o acesso de mulheres e crianças ao trabalho remunerado das fábricas) e do foco no ocidente pós-guerra a assumir a governança do mundo com sua lógica neoliberal, as discussões em torno desses direitos ampliaram o leque dos debates acerca de sua distribuição no globo. Nesse sentido, o despertar para a cobrança de um sistema econômico mais justo a partir de direitos tão individualistas na CDC pode ser visto como uma perspectiva otimista. O convite do autor é para estarmos atentos aos movimentos *infanto-juvenis*.

Já Balagopalan (2018) aponta para os movimentos descoloniais, como entendimento da diferenciação entre *infância* e *infância* no mundo. A ideia de uma criança ideal consolida historicamente crianças subalternas e seus efeitos sobre políticas discriminatórias do estado liberal e nas instituições.

Enquanto uma figura infantil abstrata é continuamente mobilizada para indicar um futuro ideal, a negligência deliberada das comunidades subalternas no 'desenvolvimento' nacional e a experiência dos discursos internacionais e nacionais dos direitos da criança como coercitivos e não libertadores, mostra como essas várias 'evoluções' se reproduzem, embora de novas maneiras, sistemas de dominação existentes (BALAGOPALAN, 2018, p.282).

Ao apontar para a pequena participação do mundo majoritário nos estudos da *infância*, a autora suscita a discussão necessária da criação de epistemologias próprias para os problemas da *infância* nos países periféricos. A ausência destas epistemologias também reafirma a atualidade da necessidade de luta pelos direitos

das crianças e mostra que os direitos conquistados nas normas internacionais globais não contemplam as singularidades e necessidades locais coletivas, mas interesses individuais, confirmando o modelo da criança do mundo neoliberal.

A URGÊNCIA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA EM TEMPOS DA COVID-19

A pandemia do novo coronavírus só veio acentuar um debate já há muito discutido nos estudos sociais: a desigualdade social e suas consequências diante de um desafio de proporções globais a todas as instituições como as conhecemos e ao próprio modelo neoliberal. Inseridas na pandemia, sem muitas vezes compreender com profundidade conceitual o que ocorre, a infância permanece tendo muitos de seus direitos violados – violações muitas vezes disfarçadas em zelo pelo seu direito à educação, proteção contra os perigos da vida em sociedade ou, ainda, pela falta de condições básicas de seus locais de moradia.

A reflexão geográfica pretendida aqui refuta a ideia de uma infância global. Mantê-la sob uma perspectiva homogeneizante é o mesmo que mantê-la num ideal de sociedade a fim de garantir sua própria reprodução como sistema de valores e cultura, subordinadas a um sistema econômico hegemônico.

Qvortrup (2015) relembra a história das crianças mais pobres que gozavam de mais liberdade nas ruas e se insurgiam contra patrões opressores no fim do século XVIII, até que as classes mais baixas foram cooptadas pela ideia de proteção da infância e da rua como lugar do perigo e da aprendizagem para o mal, restringindo-as à escola, à casa ou ao trabalho.

Não se trata de posicionar-se contra a proteção das crianças, porém, ao vislumbrar a infância como categoria social, não se pode ignorar as contradições nos discursos que protegem umas e negligenciam outras, nem tampouco fechar os olhos para um espaço mundial adulto, regulados por poucos, mas que é implacável com adultos e crianças menos favorecidos.

A pandemia da Covid-19 tem legitimado as ações mais severas dos Estados em nome da proteção da população. Contudo, sob o olhar atento dos cientistas sociais, é necessário refletir sempre sobre os limites da ação do Estado nas liberdades das pessoas, sobretudo as coletivas, e ainda mais, as das crianças.

Mais uma vez, não se trata de posicionar-se contra as medidas de distanciamento social, mas de pensar com muito cuidado na possibilidade de um mundo pós-pandêmico com cada vez menos liberdade de expressão e movimento, legitimados pelo consentimento da população, cuja escala íntima da casa tem sido cada vez mais partilhada com os interesses de um poder global.

Em meio de toda esta discussão, deixamos um convite à reflexão:

A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado (SANTOS, 2017, p.330).

A criança é um dos poderosos agentes dessa renovação. A criança é o hoje.

REFERÊNCIAS

- ABEBE, Tatek. 'Global/local research on children and childhood in a 'global society'. Entrevista concedida a Karl Hanson. **Childhood**, UK, v.25, n.3, p.272-296, Julho, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0907568218779480>. Acesso em: 29 set. 2019.
- AITKEN, Stuart. 'Global/local research on children and childhood in a 'global society'. Entrevista concedida a Karl Hanson. **Childhood**, UK, v.25, n.3, p.272-296, Julho, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0907568218779480>. Acesso em: 29 set. 2019.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALDERSON, Priscila. **Young children's rights: exploring beliefs, attitudes, principles and practice**. London: Jessica Kingsley Publishers, 2000.
- ARRUDA, Fabiana M. **A cidade pensada pelas crianças: conceitos e ações políticas para a consolidação da participação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá. Paraná, 2011.
- BALAGOPALAN, Sarada. 'Global/local research on children and childhood in a 'global society'. Entrevista concedida a Karl Hanson. **Childhood**, UK, v.25, n.3, p.272-296, Julho, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0907568218779480>. Acesso: em 29 set. 2019.
- BARBOSA, Suellen. Violência doméstica infantil na pandemia. **Agência de Notícias das Favelas**, 21 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.anf.org.br/violencia-domestica-infantil-na-pandemia/>. Acesso em: 18 maio 2020.
- BARRA, Sandra Marlene. Brincadeiras do meio do mundo: uma infância globalizada? In: MARTINS, M. L; CABECINHAS, R.; MACEDO, L.; MACEDO, I. (Orgs.). **Interfaces da Lusofonia**. Braga: Universidade do Minho, 2014.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília/DF: 1990a.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: 1990.

BRASIL..Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a **Convenção dos Direitos da Criança no Brasil**. Brasília, DF: 1990b.

BRASIL. Lei n. 12.582, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**, Brasília, DF: 2013.

CARLOS, Ana F. A. As faces da desigualdade socioespacial iluminadas pela crise da Covid-19. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**: 2020. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/ensaios/as-faces-da-desigualdade-social-iluminadas-pela-crise-da-Covid-19>> . Acesso em: 17 maio 2020.

CARRANO, P. **Juventudes e cidades educadoras**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

CORSARO, W.; EDER, D. Children's peer cultures. **Annual Review of Sociology**, v. 16, p. 197-220, Agosto, 1990. Disponível em: <<https://doi.org/10.1146/annurev.so.16.080190.001213>>. Acesso em: 29 set. 2019.

CRENZEL, Gabriela. COVID-19: Saúde mental de crianças e adolescentes. Entrevista à Sociedade de Pediatria do Estado do Rio de Janeiro. **SOPERJ**, 20, abril, 2020. Disponível em: <<http://soperj.com.br/como-cuidar-da-saude-mental-de-criancas-e-adolescentes-na-quarentena/>> Acesso em;117 maio 2020.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. **Campanha pela erradicação do trabalho infantil**. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/acao/lugar-de-crianca-e-na-escola-campanha-nacional-pela-erradicacao-do-trabalho-infa-5df9>>. Acesso em 17 maio 2020.

D'ANDREA, T. Pablo. A pandemia de Covid-19 aprofunda e apresenta as gritantes desigualdades sociais do Brasil. Entrevista concedida a Patrícia Fachin. **Instituto Humanitas Unisinos**, 13, abril, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/597914-a-pandemia-de-Covid-19-apresenta-as-gritantes-desigualdades-sociais-do-brasil-entrevista-especial-com-tiaraju-pablo-d-andrea>. Acesso em: 18 maio 2020.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. (1ª ed.). São Paulo: Perspectiva, 2011.

FERNANDES, N. **Infância, direitos e participação**: Representações, práticas e poderes. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

FERNANDES, N. **Infância e direitos**: notas para a construção da imagem da criança como sujeito de direitos. Braga: Universidade do Minho, s/d.

FERREIRA, Hugo Monteiro. COVID-19: crianças e adolescentes à mercê da violência doméstica. Entrevista concedida a Lilian Monteiro. **Estado de Minas**, Minas Gerais, 08, maio, 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/05/08/interna_gerais,1145429/Covid-19-criancas-e-adolescentes-a-merce-da-violencia-domestica.shtml. Acesso em: 18 maio 2020.

FRANÇA. **Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão**. 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-da-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>> Acesso em: 12 mar 2018.

GARLEN, Julie C. Interrogating innocence: “Childhood” as exclusionary social practice. **Childhood**. V. 26, n. 1, p. 54–67, 2019. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0907568218811484>> Acesso em: 11 out. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

LOPES, J. J. M.; FICHTNER, B. O espaço de vida da criança: contribuições dos estudos de Marta Muchow às crianças e suas espacialidades. **Revista de Educação Pública**, v.26, n.63, p. 775-774, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.29286/rep.v26i63.5564>>. Acesso em: 11 out. 2019.

LUPION, Bruno. Como o novo coronavírus acentua as desigualdades no Brasil. **DeutscheWelle**, 27, abril, 2020. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3bSMO>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

MUCHOW, M. **Der LebensraumdesGroGroßadtkindes**. Deutschland: Beltz Juventa, 1935.

MÜLLER, Verônica Regina. **História de crianças e infâncias**: registros, narrativas e vida privada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MUÑOZ, César. **Pedagogia da vida cotidiana e participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.

NASCIMENTO, M. L. B. P. Como se conduz a pesquisa da infância quando a educação é mais um campo a compor seus estudos? Alguns elementos para a discussão. **Currículo sem Fronteiras**, v.15, n.1, p. 79-93, 2015.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2017/05/dudh.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2020.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. 1959. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm>. Acesso em: 20 jul 2018

PAIM aponta aumento da pobreza e cobra ações do governo em favor da saúde pública e da economia. Rádio Senado. **Agência Senado**, 19, maio, 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/19/paim-aponta-aumento-da-pobreza-e-cobra-acoes-do-governo-em-favor-da-saude-publica-e-da-economia>>. Acesso em: 18 maio 2020.

PEREIRA, V. A. **Infância e subjetividade**: como os filósofos concebem a infância. 1 ed. Curitiba: Appris, 2012.

PUNCH, Samantha. 'Global/local research on children and childhood in a 'global society'. Entrevista concedida a Karl Hanson. **Childhood**, UK, v.25, n.3, p.272-296, Julho, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0907568218779480>>. Acesso em 29 set. 2019.

QUARENTENA de crianças divide especialistas após crise entre cidades italianas. **Folha de São Paulo**, Abril, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/04/quarentena-de-criancas-divide-especialistas-apos-crise-entre-cidades-italianas.shtml>>. Acesso em: 18 maio 2020.

QVORTRUP, Jens. Childhood as social phenomenon: an introduction to a series of national reports. In: **Eurosocial Report**. Vienna: European Centre for Social Welfare Policy and Research, 1991.

QVORTRUP, Jens. CORSARO, W. A.; HONIG, M.S. A infância enquanto categoria estrutural. Tradução de Giuliana Rodrigues. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.2, p. 631-643, maio/ago. 2010.

QVORTRUP, Jens. A dialética entre a proteção e a participação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2015.

- RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo, EDUSP, 2014.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** (4ªed.). São Paulo: EDUSP, 2017.
- SARMENTO, M. J. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. In: **Revista Educação e Sociedade**, ano 21, n. 78, p. 265-282, abr. 2002a.
- SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. **Centro de Estudos da Criança**. Universidade do Minho. Braga: Portugal, 2002b.
- SARMENTO, M. J. Sociologia da Infância: correntes e confluências. Em M. J. Sarmiento, & M. S. Gouvêa. **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- SARMENTO, M. J. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceituais. In: **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 20, n.21, p. 15-30, 2009.
- SARMENTO, M. J. A Sociologia da Infância e a Sociedade Contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. In: ENS, R. T.; GARANHANI, M. C. **Sociologia da Infância e a formação de professores**. Curitiba: Champagnat Editora, 2013.
- SARMENTO, M. J. Uma agenda crítica para os estudos da criança. In: **Currículo sem fronteiras**, v. 15, n.1, p. 31-49, jan./abr. 2015.
- SHABEL, P. Los niños y niñas como constructores de conocimiento: un caso de investigación participativa. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 12, n.1, pp. 159-170, 2014.
- TONUCCI, F. La ciudad de los niños: um modo nuevo de pensar la ciudad. In: ZAINKO, M.A.S. et al. **Cidades Educadoras**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997. p. 45-73.
- TONUCCI, F. Francesco Tonucci: a criança como paradigma de uma cidade para todos. Entrevista concedida a Raiana Ribeiro. *Educação e Território*, Brasil, 21,

setembro, 2016. Disponível em:

<https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/francesco-tonucci-a-crianca-como-paradigma-de-uma-cidade-para-todos/>> Acesso em: 18 maio 2020.

TONUCCI, F. Francesco Tonucci: “Não percamos esse tempo precioso com lição de casa”. Entrevista concedida a Ana Pantaleoni e Gianluca Battista. **El País**, Barcelona, 12, abril, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-12/francesco-tonucci-nao-percamos-esse-tempo-precioso-dando-deveres.html>> Acesso em: 18 maio 2020.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Londrina: EDUEL, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: EDUEL, 2013.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>> Acesso em: 18 maio 2020.

UNICEF. **Crianças, alimentação e nutrição: crescendo saudável em um mundo em transformação**. Nova Iorque: 2019.

UNICEF. **Pobreza na infância e na adolescência**. Brasil: 2018.

VILELA, Pedro Rafael. Violência contra crianças pode crescer 32% durante pandemia. **Agência Brasil**, Brasília, 20, maio, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-05/violencia-contra-criancas-pode-crescer-32-durante-pandemia>> Acesso em: 20 de maio de 2020.

WORLD VISION. **A perfect storm: millions more children at risk of violence under lockdown and into the "new normal"**. Disponível em: <https://www.wvi.org/publications/report/coronavirus-health-crisis/Covid-19-aftershocks-perfect-storm>> Acesso em 23 maio 2020.

CAPÍTULO 8

MOBILIDADE URBANA EM TEMPOS DE COVID-19: A BICICLETA COMO OPÇÃO

Laís Barbiero

Após alguns meses do decreto da pandemia global do novo coronavírus, o mundo ultrapassou rapidamente a marca de dezesseis milhões de casos confirmados e mais de 650 mil mortes causadas pela doença Covid-19 (WHO, 2020a). Muitos cenários foram projetados e colocados em prática para o enfrentamento da doença e pode-se ver o resultado de decisões políticas diversas colocadas em tabelas e lançadas em um mapa. Vidas perdidas e demonstradas através de estatísticas subnotificadas.

A China, primeiro país a ter de lidar com a situação, tomou medidas rápidas, rígidas e assertivas, assegurando que o vírus não se espalhasse para além da província de Hubei, através do controle da mobilidade, testes em massa e intervenção estatal pesada. Países europeus como a Itália e a Espanha se viram

diante de um caos sanitário, mesmo com sistemas de saúde de excelente qualidade¹, e as imagens de corpos sendo carregados em caminhões do exército, pessoas morrendo em casa e a difícil escolha entre quem viver e morrer fizeram parte da mídia durante um tempo como uma tragédia anunciada, mas, longe demais para ser uma preocupação real. O Vice-Ministro da Saúde do Irã falou em vírus “democrático” (ŽIŽEK, 2020) que não escolhe cor nem condição social, atravessa fronteiras e fecha economias inteiras.

No Brasil, chegou através de viagens internacionais da elite e parecia poder ser controlado através da adoção de isolamento social por parte dos governos estaduais e municipais, ainda que na esfera federal (mais precisamente na figura do presidente Jair Bolsonaro) tenha ficado claro que a prioridade era não parar a economia. A patroa do Leblon veio doente da Itália, mas, ironicamente as primeiras mortes notificadas foram da empregada doméstica sem proteção que morava na região metropolitana do Rio e do porteiro que trabalhava em um prédio da zona nobre². Isto mostra que o vírus pode até contaminar a todos sem distinção, mas, os mais vulneráveis estão mais propensos à sua letalidade. Dessa forma, escancara a desigualdade social que foi base da formação socioespacial brasileira (SANTOS, 1977).

O Brasil ultrapassou a marca de 10 mil mortes oficiais mais rápido que qualquer outro³ e segue subindo exponencialmente já sendo considerado o novo epicentro da doença. Estudos apontam que este número é no mínimo dez vezes maior, isto porque somos o país que menos testa no mundo. Mas, os empresários do caos chegaram a dizer que temos enfrentado a pandemia de forma positiva, uma vez que “o pico da

¹O sistema de saúde italiano ficou entre os 10 melhores do mundo em um estudo realizado pela revista *The Lancet Public Health*, coordenado pelo Instituto Pediátrico Burlo Garofolo de Trieste em novembro de 2019.

²O primeiro caso de morte registrada no Estado do Rio de Janeiro foi de uma trabalhadora doméstica de 63 anos residente da cidade de Miguel Pereira, mas, que trabalhava há mais de 20 anos no bairro Leblon, na capital fluminense. De acordo com parentes da vítima, a empregadora passou o carnaval na Itália em fevereiro de 2020 e, quando retornou, requisitou os serviços da senhora sem lhe informar que estava em quarentena e com suspeita da doença. Fonte: <<https://apublica.org/2020/03/primeira-morte-do-rio-por-v-domestica-nao-foi-informada-de-risco-de-contagio-pela-patroa/>>. Acesso em 30/05/2020.

³No momento em que este capítulo está sendo escrito, ainda não chegamos ao pico da doença e os números mudam o tempo todo. O Brasil ultrapassou as 10 mil mortes (10.627 mais precisamente) no dia 9 de maio de 2020, tendo registrado neste dia, 730 óbitos em 24 horas. Apenas dez dias depois, em 19 de maio de 2020, registrou pela primeira vez mais de mil mortes em um dia (1.179 em 24 horas), chegando à soma de 17.971 vítimas fatais da doença. Depois de 11 dias em 30 de maio de 2020, os óbitos foram para 28.834 pessoas. No momento em que o presidente Jair Bolsonaro confirma sua contaminação, ofertando cloroquina em *lives* e para as emas do Alvorada, ultrapassamos 84.207 mortes em 24/07/2020. Este número sobe de forma exponencial a cada dia.

Covid-19 nas classes altas já passou”, de acordo com Benchimol, presidente da XP⁴. Num país em que se proclama a falsa contradição entre salvar a economia e as vidas humanas, que se nega a adotar a fila única de espera por UTI’s e que coloca seus trabalhadores na linha de frente para morrer, seja na reabertura forçada do comércio, seja nas filas da Caixa Econômica Federal para receber míseros 600 reais, questiona-se a quem o Estado serve de fato.

Ainda não se sabe as reais dimensões desta pandemia e até onde chegaremos, fato é que ela é a primeira desta magnitude que enfrentamos no mundo globalizado e predominantemente urbano (SPOSITO e GUIMARÃES, 2020), num cenário geopolítico muito distinto daquele apresentado pela Gripe Espanhola de 1918. As informações sobre recomendações, formas de se proteger, entre outras, são diariamente atualizadas.

Tudo é novo, até mesmo o discurso Keynesiano dos neoliberais de plantão, que “imploram” pela “mão nada invisível” do Estado pelo mundo. Aparentemente, somente o Ministro da Economia do Brasil Paulo Guedes ainda continua seguindo a cartilha de Chicago, fazendo barganha com a vida dos brasileiros, dificultando o acesso ao auxílio emergencial que garantiria minimamente que as famílias se mantivessem em casa⁵. Ao contrário disso, mantém um discurso totalmente anacrônico que parece querer justificar a necessidade de medidas ainda mais conservadoras, indo mais uma vez na contramão de todas as políticas adotadas globalmente com bons resultados⁶.

Por outro lado, os bancos e o grande capital financeiro são socorridos rapidamente com bilhões de Reais. Parece que as condicionantes só aparecem quando se trata de dinheiro para salvar a população, pois a liquidez nos bancos está

⁴A XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma corretora considerada como umas das maiores corretoras independentes do Brasil. Foi uma das beneficiadas com os pacotes de liquidez aprovados pelo governo federal e possui uma conversa direta com o Ministro da Economia Paulo Guedes, que não apresenta nenhum constrangimento em sentar em *lives* e reuniões com o sistema financeiro de forma constante, enquanto as pessoas demoram em receber o auxílio emergencial.

⁵A proposta inicial do governo era um auxílio de 200 reais por trabalhador, é importante lembrar que o valor aprovado de 600 reais foi um projeto da oposição no Congresso. Ainda assim, a morosidade da equipe econômica em pagar este valor, que é muito baixo, mostra uma tendência de deixar os mais necessitados desesperados e pressionados a voltarem às ruas em busca de sobrevivência. O mote do governo Bolsonaro parece ser gerar o caos, lucrando mais cada dia que represa o dinheiro dentro da lógica financeira de acumulação, o que Acchille Mbembe (2019) chama de necropolítica.

⁶Na realidade esta postura vai contra os resultados que estamos obtendo aqui dentro também. Um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) apontou que se o auxílio emergencial fosse mantido até dezembro, aumentaria o PIB anunciado, além de cobrir quase metade de seu custo através da arrecadação de impostos que seria gerada pelo consumo, uma vez que as pessoas que recebem o auxílio estão utilizando para fazer compras de produtos básicos e girar a economia local.

garantida através da compra de pacotes e carteiras de empréstimos bancários⁷. A política restritiva de salários e investimentos públicos é contrária a qualquer possibilidade adequada de retomada da economia. A Ciência, a Saúde e a Educação são as grandes vítimas em prol dos bancos e dos setores altamente financeirizados.

Em termos gerais, o que se sabe sobre a Covid-19 é que o isolamento social é a única solução com resultados reais e visíveis para evitar a propagação, uma vez que ainda não se tem vacina nem remédios aprovados contra tal doença (IAMARINO, 2020). De acordo com os estudos de Kraemer et al. (2020) as medidas de mobilidade e controle de circulação de pessoas na China foi o principal fator utilizado para evitar a disseminação da doença, evitando inclusive que ela se espalhasse criando múltiplos focos para além da província que foi o primeiro epicentro do coronavírus.

Dessa forma, o distanciamento social e controle da circulação foram considerados por este grupo de estudiosos o método mais eficaz de combate ao vírus nas primeiras semanas, seguido de testes em massa num segundo momento e de intervenções estatais que permitam que as pessoas permaneçam em segurança evitando o contágio rápido e, em consequência, o colapso do sistema de saúde.

DISCUSSÃO SOBRE MOBILIDADE URBANA

De acordo com a ótica apresentada anteriormente, é impossível não perceber a relação entre a mobilidade urbana e a disseminação da referida doença, por isso, se faz necessário uma pequena introdução conceitual sobre o tema.

O início do século XXI traz a necessidade de se discutir o tema da mobilidade e dos transportes sob uma nova perspectiva, quebrando com o paradigma da causalidade (abordagem da década de 1950) e trazendo para um debate dialético, que coloca as pessoas como centro dos argumentos (MIRALLES-GUASCH, 2002; GUTIÉRREZ, 2012). Esta substituição metodológica e conceitual prevê a coerência das dinâmicas territoriais e de transporte dentro de um modelo de adaptação recíproca. Sendo assim, se faz dentro da lógica de que a conexão entre o estudo dos transportes e o espaço é uma relação que se dá no interior de um marco temporal e espacial.

Ello obliga a incorporar una reflexión sobre desfases temporales y ritmos diferenciados a corto y a largo plazo, y a introducir âmbitos territoriales desiguales y complementarios

⁷O Banco Central (BC) anunciou um pacote de 1,2 trilhão de reais para injetar liquidez nos bancos através da compra de pacotes e carteiras de empréstimos bancários. Este parece ser uma das maiores transferências de recursos públicos para a iniciativa privada que se tem notícia e as pequenas empresas não estão sendo beneficiadas pelos empréstimos anunciados, uma vez que os bancos estão impondo regras extremamente restritivas.

entre una coherencia macrogeográfica y las especificidades locales. Todo ello dentro de una estructura determinada integrada por las esferas sociales, económicas y políticas que se interrelacionan entre sí (MIRALLES-GUASCH, 2002, p. 114).

Na dimensão temporal, coloca-se as especificidades de uma cidade onde existe uma rede de transporte concreta e cujo resultado é fruto das relações entre os agentes produtores do espaço urbano, que se desenvolvem no tempo. No entanto, Miralles-Guasch (2002) lembra que este resultado histórico não pode ser visto apenas como uma herança material, mas, como uma interação entre estruturas novas e antigas, que se ajustam e modificam em determinações mútuas. A dimensão espacial é aquela que anteriormente era posta como abstrata e tratada apenas no âmbito das distâncias a serem superadas, deixando de lado a discussão social. Além disso, é preciso entender que a estrutura espacial que se apresenta é aquela que foi conferida ao território pelo sistema capitalista, o que caracteriza funções fragmentadas e diferenciadas das funções urbanas.

Una de las funciones principales que se han atribuido a las infraestructuras del transporte, como parte de las inversiones, es el de participar en la profundización y transformación del territorio con la finalidad de ampliar los espacios funcionalmente integrados. En este sentido, es necesario entender el objetivo principal de los medios de transporte como la estrategia para relativizar una distancia cada vez más amplia (MIRALLES-GUASCH, 2002, p. 116).

Dentro da perspectiva dialética, entendida como a interação entre aspectos ou elementos contrários, não se pode pensar na questão da mobilidade senão trazendo à tona também esta categoria, entendida como um dos componentes do espaço, conforme é explicitado por Silveira e Cocco (2010):

Ressalta-se que estas interações espaciais não são “genéricas”, mas concretizam-se em mobilidades e acessibilidades segundo o tipo de modal, o modo de transporte e a “formação material” transportada, conformando espaços de fluxos desiguais em diferentes escalas. Assim, a utilização da noção de interação espacial agrega conteúdo crítico à discussão dos transportes, pois busca superar e estudo do “transporte pelo transporte”, com os deslocamentos de passageiros entre espaços distintos sendo tomados como uma simples questão de “demanda” (fluxo a ser acomodado dentro do sistema de transporte) e “oferta” (quantidade de serviço e infraestrutura necessários para acomodar esses fluxos). Devemos compreender que as interações espaciais repercutem em transformações espaciais, com desenvolvimentos desiguais do espaço, no caso da concentração destas em determinadas áreas enquanto ocorre rarefação em outras. (SILVEIRA e COCCO, 2010, p. 68).

Dessa forma, é preciso considerar a mobilidade urbana como algo que vai além dos transportes e modos de locomoção. Segundo Cocco (2017) a mobilidade está

associada às políticas que abarcam os transportes, estendendo-se para as questões de uso do solo, proximidade entre lugares, integração etc. Além disso, a mobilidade deve ser reconhecida como um direito, pois é, ao mesmo tempo, meio e condição para o acesso a outros direitos e à cidadania em si (GUTIÉRREZ, 2016). A bicicleta, especificamente, se enquadra como uma forma de mobilidade urbana ativa, considerada como um eixo da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que trata de uma maior ênfase dos modos coletivos e não motorizados de deslocamento.

De acordo com Neri, Filho e Savi (2016), em cidades de porte médio, onde as viagens se caracterizam por serem mais curtas, a bicicleta é um meio de grande potencial nos deslocamentos urbanos, auxiliando uma grande parcela da população diariamente. Além disso, para distâncias de até 8 km, o tempo de deslocamento se assemelha muito ao de um carro (Figura 1). Por este motivo, esta antiga invenção se mostra ainda hoje como uma forma concretamente moderna, prática e política de se locomover. Numa sociedade que elegeu o veículo automotor como modal privilegiado tanto em políticas públicas quanto em infraestrutura urbana, a utilização da bicicleta segue na contramão do modelo vigente da dependência do combustível fóssil, posicionada à margem do sistema. Além de barata e democrática, utilizar a bicicleta é uma forma de viver e experienciar a cidade sob uma nova perspectiva, na ótica da humanização dos espaços e do estreitamento da convivência social.

Figura 1 - Modo de Transporte x Tempo de viagem



Fonte: *European Comission*, 1999. In: BRASIL, 2007, p. 60.

Importante destacar também a relevância que este modo de locomoção adquire em momentos de instabilidade global como aconteceu em 1973 com a crise do petróleo e como estamos vivendo agora, em 2020, com a pandemia do coronavírus. O impacto que o distanciamento social, o isolamento voluntário ou obrigatório e o regime de trabalho em *home office* tem provocado na mobilidade urbana é algo que nos mostra que o modo de vida adotado no sistema capitalista neoliberal não se sustenta. E, assim como no passado, a bicicleta se apresenta mais uma vez como uma solução viável que evita o contato com outras pessoas, exercita o corpo melhorando a saúde (em um momento em que a baixa da imunidade pode significar uma predisposição maior ao vírus) e evita as grandes aglomerações próprias do transporte público coletivo. Muitas cidades pelo mundo têm adotado a política de realocar e destinar vias para a circulação de pedestres e ciclistas neste momento, dando mais opções para quem não pode ficar em casa e necessita se deslocar, seja para ir ao trabalho, seja para atender necessidades emergenciais de pessoas em grupo de risco, entre outros. Acreditamos ser este também o caminho para a volta gradativa das atividades econômicas, pois, como já citado anteriormente, enquanto não houver vacinas ou tratamentos comprovados, esta doença será parte da nossa realidade.

Podemos dizer que o atual uso da bicicleta, perpassa por inúmeras contradições, tanto na questão dos transportes quanto na sua materialidade. Enquanto transporte, Monteiro (2019b) traz a noção de que o modal é o “anfíbio” das cidades, pois está em todos os ritmos (LEFEBVRE, 2004). Quando circula na rua, é mais lento que o padrão da rua, quando circula na calçada é mais rápido, por vezes, que os pedestres e, pode percorrer entre estas duas infraestruturas, dependendo do momento e das condições.

Em termos de materialidade, existe a distinção visível e perceptível de uma bicicleta de lazer e uma de transporte, podendo ser ao mesmo tempo um instrumento de elite e de classes baixas. Monteiro (2019b) acredita que a atualidade traz a exaltação da bicicleta por parte de uma classe social mais alta (bicicletas *Specialized*, com fibra de carbono que podem chegar a custar R\$ 50.000,00 ou mais), ao passo que, qualquer quadro pode ser montado por um preço muito baixo e desempenhar a mesma função, ainda que com objetivos distintos.

No entanto, num contexto de crise global econômica, política e sanitária, como a que estamos presenciando, ela desponta com outro papel: a de meio de transporte para os profissionais que não podem parar em meio à pandemia, dos que precisam atender às necessidades básicas e emergenciais de pessoas em grupo de risco, os entregadores de comida e outros itens dos aplicativos de *delivery*, além da solução

mais viável para o período de volta gradativa do funcionamento das atividades, entre outros.

A BICICLETA COMO OPÇÃO DURANTE E APÓS A PANDEMIA

No Brasil, o discurso do presidente da república continua no sentido de incitar às pessoas para as ruas desde o fracassado argumento de que “o Brasil não pode parar”, o mesmo que Milão adotou e culminou na calamidade noticiada⁸. O isolamento e os períodos de quarentena foram aplicados de forma gradativa e os serviços essenciais continuaram sendo desenvolvidos e endossados pelo governo dos estados e municípios, o que inicialmente nos colocou um passo à frente e segurou o ritmo de contaminação por um tempo. No entanto, pressionados por setores empresariais, alguns locais estudam a volta às aulas e outras atividades não essenciais quando não conseguimos alcançar nem ao menos o platô da curva de contaminação e batem-se tristes recordes de mais de mil mortes por dia.

A mobilidade urbana foi e tem sido diretamente afetada, uma vez que evitar aglomerações, como é o caso do que acontece no cotidiano brasileiro de lotação dos transportes coletivos, é um dos principais desafios. Além disso, a modalidade *home office*, adotada em alguns locais, diminuiu significativamente o número de deslocamentos diários. Mas, quem precisa trabalhar e/ou sair de casa se locomove como? A bicicleta nos é apresentada como um instrumento de grande utilidade na recuperação de desastres, por ser um veículo que se comporta como opção viável para a locomoção urbana em épocas de instabilidade global. De acordo com Laker (2020) isto já ocorreu diversas vezes como em 1973 durante a crise do petróleo e nos terremotos em Tóquio (2011) e Cidade do México (2017). Tanto pela questão econômica, uma vez que para boa parte da população estar em casa significa não ter renda (por isso a importância do auxílio emergencial), quanto pela questão de ser um método de locomoção individual que evita o contato com outras pessoas, a bicicleta também está sendo considerada de extrema importância no momento atual e no pós-

⁸A campanha lançada pelo governo federal brasileiro “O Brasil não pode parar”, contratada sem licitação ao custo de quase 5 milhões de reais e proibida em seguida pela justiça, foi muito parecida com a que a cidade de Milão na Itália desenvolveu um mês antes de ser uma das mais atingidas pela doença naquele momento. Até mesmo a frase de efeito utilizada pode ser comparada: *Milano no si ferma* (Milão não pára, em italiano). A diferença é que diante do colapso, o país adotou uma postura muito mais rígida e o prefeito da cidade chegou a se desculpar pela conduta. O dia com o maior número de mortes em 24 horas foi em 27 de março de 2020, quando a Itália registrou 919 novos óbitos pela doença. O Brasil já ultrapassou este número, e, no mesmo dia em que registrou mais de mil mortes, o presidente Jair Bolsonaro lançou um vídeo onde fazia piada sobre o uso da cloroquina pela direita e esquerda.

pandemia. As recomendações são diretamente da OMS de que toda locomoção necessária seja feita prioritariamente caminhando ou de bicicleta (WHO, 2020b).

A cidade de Bogotá, na Colômbia, que já apresentava uma malha cicloviária de 550 quilômetros, aprovou mais 110 quilômetros temporários dessas estruturas como estratégia de locomoção numa ação contra a propagação do coronavírus. Ela foi a primeira cidade das Américas a adotar esta medida, mas, foi seguida por outras iniciativas por todo o mundo que se tornaram mais populares com as chamadas estruturas pop-ups.

No primeiro dia das novas ciclovias estendidas, o gabinete da prefeitura informou que o número de usuários do BRT TransMilênio caiu 23% durante o período da manhã - embora o declínio também possa ser atribuído à campanha incentivando as pessoas a ficarem em casa - e foram observados ciclistas usando as novas rotas para bike, principalmente na hora do rush da manhã e da noite (MOBILIZE, 2020).

No Paraná, foi encabeçada uma proposta de Plano de Contingência em prol da Mobilidade Urbana contra o Covid-19, que destaca a utilização da bicicleta como meio mais seguro de se locomover durante este período de crise pandêmica (MANDATO GOURA, 2020). O objetivo desse documento foi fomentar o incentivo do uso da bicicleta, por meio de alternativas e possibilidades de ampliação das estruturas cicloviárias temporárias, garantindo mais segurança aos ciclistas (Figura 02).

Figura 2- Ciclista se locomovendo de bicicleta em tempos de pandemia



Fonte: MANDATO GOURA, 2020.

Da mesma forma, um decreto do Governo do Paraná e da Prefeitura de Curitiba, considerou bicicletarias e oficinas de bicicleta como serviços essenciais no enfrentamento desse momento, autorizando que permaneçam abertas. O mesmo aconteceu em cidades como Nova York, São Francisco, Berlim e Reino Unido (LAKER, 2020).

Além disso, adotou-se um movimento em direção a soluções de locomoção também para o período pós-pandemia, no momento em que os países que conseguiram controlar a doença lançam mão de estratégias para a reabertura do comércio, escolas, entre outros. O transporte coletivo, que já vinha apresentando declínio de usuários em todo o mundo, deve sofrer um duro golpe por representar um local de aglomeração e muitas pessoas, por medo de se contaminar, devem procurar outros meios de locomoção, como o veículo privado, por exemplo. No entanto, estudos apontam para uma correlação entre altas taxas de poluição⁹ e a morte por Covid-19. Assim, a pretensão de alguns governos é não deixar que uma forma de transporte que causa tanto dano à qualidade do ar seja ainda mais utilizada, quando paira sobre eles um vírus que ataca os pulmões (O'SULLIVAN, 2020).

Cidades como Milão, Bruxelas, Roma e Paris já apresentam estratégias destinadas para a priorização de pedestres e ciclistas em vias antes voltadas para veículo motorizado individual, além da adoção de limites de velocidade de 30km/h para estes no centro. Muitas estão incentivando ou mesmo liberando o uso de bicicletas compartilhadas e oferecendo suporte, inclusive financeiro, para os novos ciclistas. Isto tudo porque o momento é propício para que se repense a mobilidade urbana e evite uma paralisia total do sistema rodoviário com a aderência massiva aos automóveis. No entanto, é preciso que bases materiais e decisões políticas sejam oferecidas no sentido de incentivar formas de transporte alternativas e facilitar a escolha das pessoas.

Todo esse movimento tem intensificado o setor de bicicletas pelo mundo. A Associação de Marcas de Bicicleta da Espanha (Ambe) relatou um aumento de 400% na procura de bicicletas urbanas enquanto as vendas tiveram um aumento de 200% durante a pandemia. Além disso, seus dados demonstram que a maior parte das pessoas que procuraram os serviços durante o período é de quem não utilizava a bicicleta num cenário anterior (CICLOSFERA, 2020).

⁹Muitos estudos sobre gases e partículas responsáveis pela poluição ambiental apontam que sua emissão tem caído fortemente no período da pandemia, sobretudo, pela baixa atividade industrial e pela menor circulação de veículos automotores. De acordo com dados do Centro de Pesquisa sobre Energia e Limpeza do Ar da Finlândia, somente na China, durante o pico da doença, a emissão de CO₂ (dióxido de carbono) caiu 25%.

No Reino Unido, uma empresa do ramo das bicicletas lançou uma campanha denominada *Get Back on a Bike* (Volte à Bicicleta, em inglês), com a qual ofereceu inspeção de segurança gratuita em mais de 32 itens destinada a bicicletas sem uso pelo país (estimando que este número seja de aproximadamente 7 milhões). De acordo com Harker (2020) esta iniciativa levou ao aumento de 500% na venda de determinados itens, assim como das bicicletas em si, sendo o dobro se comparado com o mesmo período do ano passado. Além disso, este “boom” nas vendas, fez com que as ações de empresas ligadas ao ramo subissem bastante em todo o mundo¹⁰.

A Itália aposta no incentivo ao uso da bicicleta, para além de conter a pandemia que assolou o país de uma forma muito dolorosa, para fortalecer também a indústria nacional. De acordo com o Ministro do Meio Ambiente italiano, Sérgio Costa, esta medida também servirá de apoio a um setor da indústria nacional, “já que a Itália é o segundo maior produtor de bicicletas do mundo” (MOBILIZE, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre mobilidade, de um modo geral, exige uma nova perspectiva de análise que deixa de lado a forma clássica de causalidade com o transporte no centro da discussão e pressupõe uma relação dialética que leva em consideração as pessoas, por entender que são elas que possuem as motivações que induzem os deslocamentos.

A bicicleta tem se mostrado como a forma mais eficiente, democrática e saudável de se deslocar pelo espaço urbano, sobretudo em contextos de crises como o que se tem visto atualmente com a pandemia do coronavírus e a necessidade de se deslocar evitando aglomerações e de forma econômica, num momento de restrições financeiras tão severas que atingem, como sempre, os mais vulneráveis.

O isolamento social é a única forma de combate à disseminação do vírus, somada aos testes em massa e intervenções estatais que garantam a segurança e estabilidade financeira de pessoas e pequenas e médias empresas, além de medidas de logística, conversão produtiva e importação emergencial, que não foram nosso objeto de análise. Dessa forma, o mantra que deve ser levado em consideração até que se tenha um controle da situação é “Se puder, fique em casa”, mas, se precisar se deslocar para o trabalho ou atender a situações de desabastecimento e de ajuda

¹⁰As ações da empresa Halford, responsável pela ação citada no Reino Unido, teve um aumento de 17% no preço no dia 11 de maio de 2020. Outras marcas pelo mundo se aproximaram dessa alta.

emergencial, procurem formas seguras de se locomover e, neste contexto, a bicicleta possui papel fundamental, agora e no pós-pandemia.

REFERÊNCIAS

BIKE É LEGAL. **A bicicleta é solução contra a crise?** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CLX48iJSVPs>>. Acesso em: 22/03/2020.

CICLOSFERA – *Más Bicis, Mejores Ciudades. La desescalada dispara las ventas y reparaciones de bicicletas.* 07 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.ciclosfera.com/desescalada-ventas/>>. Acesso em: 19/05/2020.

COCCO, Rodrigo Giraldi. **Transporte Público e Mobilidade na Região Metropolitana de Florianópolis.** Florianópolis: Insular, 2017. 378 p.

HARKER, JONATHON. *Spending pledge precedes rise in share prices for cycling businesses.* Cycling Industry, 11 de maio de 2020. Disponível em: <<https://cyclingindustry.news/spending-pledge-raises-share-prices-for-cycling-businesses/>>. Acesso em: 19 maio 2020.

GUTIÉRREZ, Andrea. *Qué es la movilidad?. Elementos para (re) construir las definiciones básicas del campo del transporte.* **Bitácora Urbano-Territorial**, v. 21, n. 2, p. 3, 2012.

GUTIÉRREZ, Andrea. Direito à mobilidade. Direitos e mobilidade. In: PIRES, A.; PIRES, L. (org.), **Mobilidade Urbana: Desafios e Sustentabilidade.** São Paulo: Ponto e Linha, 2016, p. 41-59.

IAMARINO, Átila. **O que o Brasil precisa fazer nos próximos dias.** Live Coronavírus 20/03/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zF2pXXJIAGM>>. Acesso em: 21 março 2020.

KRAEMER, M. U. G.; YANG, C.; GUTIERREZ, B.; WU, C.; KLEIN, B.; PIGOT, D. M.; PLESSIS, L.; FARIA, N. R.; LI, R.; HANAGE, W. P.; BROWNSTEIN, J. R.; LAYAN, M.; VESPIGNANI, A.; TIAN, H.; DYE, C.; PYBUS O. G.; SCARPINO. S. V. *The effect of human mobility and control measures on the COVID-19 epidemic in China.* Science10.1126/science.abb4218 (2020), 27 de março de 2020.

LAKER, Laura. *In a Global Health Emergency, the Bicycle Shines.* Citylab, 25 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.citylab.com/perspective/2020/03/coronavirus-bike-lane-emergency-transportation-covid-19/608725/>>. Acesso em: 11 maio 2020.

LEFEBVRE, Henri. *Analisis del Ritmo - ritmo-análises: Espacio, tiempo y vida cotidiana*. Traducido por Stuart Elden y Gerald Moore. Continuum de Val, 2004.

MANDATO GOURA. **Plano de Contingência destaca a bicicleta como alternativa de transporte na pandemia do Covid-19**. 30 de março de 2020. Disponível em: <<https://mandatogoura.com.br/plano-de-contingencia-destaca-a-bicicleta-como-alternativa-de-transporte-na-pandemia-do-covid-19/>>. Acesso em: 02abril2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolitics*. Duke University Press, 2019.

MIRALLES-GUASCH, Carme. *Transporte y territorio urbano: del paradigma de la causalidad al de la dialéctica*. *Documents d'analisisgeografica*, n. 41, p. 0107-120, 2002.

MOBILIZE BRASIL. **Bogotá expande ciclovias em estratégia contra coronavírus**. *Associated Press*. 20 de março de 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/jrA07>. Acesso em: 20 março 2020.

MONTEIRO, Felipe Violi. **Cartografias em trânsito: A mobilidade de bicicleta pela cidade**. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Administração (PPA) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá: Paraná, 2019a.

MONTEIRO, Felipe Violi. **Entrevista concedida a Laís Barbiero**. Maringá, 1 de agosto de 2019b. [Doutorando no programa de Pós-Graduação em Administração (PPA) pela Universidade Estadual de Maringá. Coordenador Geral da Ciclonoroeste].

NERI, Thiago B.; FILHO, Solano H. B.; SAVI, Elise. **A pesquisa com ciclistas como suporte ao planejamento cicloviário: Estudo em Maringá/PR, Brasil**. Pluris 2016.7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável - Contrastes, Contradições e Complexidades. Maceió: Recife, 5 a 7 de outubro de 2016.

OMS – Organização Mundial de Saúde. *Coronavirus disease (Covid-2019) situation reports*. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports/>>. Acesso em: 03 abril 2020.

O’SULLIVAN, Feargus. **Europe’s Cities Are Making Less Room for Cars After Coronavirus**. Citylab, 22 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.citylab.com/transportation/2020/04/coronavirus-reopen-cities-public-transit-car-free-bike-milan/610360/>>. Acesso em: 06 maio 2020.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. In: _____. **Boletim Paulista de Geografia - BPG**, n. 54, p. 81-100, 1977.

SILVEIRA, Márcio Rogério; COCCO, Rodrigo Giralardi. Interações espaciais, transporte público e estruturação do espaço urbano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 12, n. 1, p. 63, 2010.

SPOSITO, Maria da Encarnação; GUIMARÃES, Raul Borges. **Porque a circulação de pessoas tem peso na difusão da pandemia**. UNESP, São Paulo: 26 de março de 2020.

WHO – *World Health Organization*. **WHO Coronavírus Disease (COVID-19) Dashboard**. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em 30/05/2020a.

WHO – *World Health Organization*. **Moving around during the COVID-19 outbreak**. Disponível em: <<https://who.canto.global/v/coronavirus/s/MFSQ0?viewIndex=1&column=document&id=94covo1rdl4snc0dvh3f7uc956>>. Acesso em: 06maio2020b.

ŽIŽEK, Slavoj. *Corona vírus es un golpe al capitalismo al estilo de “Kill Bill” y podría conducir a la reinvencción del comunismo*. In: AGAMBEN et. al. **Sopa de Wuhan –Pensamiento Contemporáneo em tempos de pandemias**. ASPO, 1ª ed., março, 2020.

SOBRE OS AUTORES

Angela Maria Endlich

Angela Maria Endlich é docente do Departamento de Geografia e Programa de Pós - Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (DGE/PGE-UEM). Possui estágio pós-doutoral na Universidade de Barcelona, mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É coordenadora do Grupo de Estudos Urbanos da Universidade Estadual de Maringá (Geur-UEM). Tem como área de atuação: Geografia Urbana e Geografia Regional, especialmente pequenas cidades/localidades e temas afins, como os municípios e cooperações intermunicipais.

Jaqueline Telma Vercezi

Jaqueline Telma Vercezi é docente na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Possui doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). É pesquisadora do Grupo de Estudos Urbanos da Universidade Estadual de Maringá (Geur-UEM). Atua principalmente nos seguintes temas: Geografia, ensino, produção do espaço urbano, dinâmicas territoriais, metropolização, urbanização, meio técnico-científico-informacional.

Laís Carla da Silva Barbiero

Laís Carla da Silva Barbiero é mestre e doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui especialização em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Uninter, especialização em Docência em Ensino Superior pelo Centro Universitário de Maringá (Unicesumar) e, graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Desenvolve pesquisas no Grupo de Estudos Urbanos (Geur-UEM), Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas (Gedri-UFSC) e no Laboratório de Estudos sobre Circulação Transportes e Logísticas (LabCit-CNPq).

Lisandro Pezzi Schmidt

Lisandro Pezzi Schmidt é docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Possui doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), bacharel em Geografia pela UEM e, licenciatura em Geografia pelo Centro Universitário Franciscano. É líder do Grupo de Pesquisa Estudos Políticos e Análise Urbano-Regional (Unicentro) e pesquisador do Grupo de Estudos Urbanos

(Geur/UEM). Possui experiência na coordenação e participação em projetos de pesquisa e extensão universitária.

Margarete Frasson

Margarete Frasson é professora de Geografia da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (Seed/PR). Possui doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), mestrado em Educação e Ensino de Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), especialização em Docência para o Ensino Superior pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (Unicesumar) e, graduação em Geografia pela Universidade do Oeste Paulista (Unoeste). É integrante do Grupo de Estudos Urbanos da Universidade Estadual de Maringá (Geur/UEM).

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes é docente na Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp). Possui doutorado, mestrado e graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Pequenas Cidades (GEPeq), e pesquisador do Grupo de Estudos Urbanos da Universidade Estadual de Maringá (Geur -UEM). Os principais temas de estudo são: espaço urbano, violência e insegurança no recorte espacial das pequenas cidades.

Ricardo Luiz Töws

Ricardo Luiz Töws é docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Possui pós-doutorado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (Ippur) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutorado, mestrado e graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É um dos líderes do Grupo de Estudos Urbanos da UEM (Geur-UEM), pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) e grupo de pesquisa Observatório das Metrôpoles - Núcleo R.M.M. Tem desenvolvido pesquisas nas áreas de Geografia Humana/ Urbana, Planejamento Urbano e Regional e Ensino de Geografia.

Sandra Terezinha Malysz

Sandra Terezinha Malysz é docente na Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Possui mestrado em Geografia pela UEM, especialização em Gestão Agroindustrial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), bacharelado em Geografia pela UEM e licenciatura em Geografia pela UNESPAR. Participa como pesquisadora do Grupo de Estudos Urbanos da Fecilcam (GEURF), do Grupo de Estudos Urbanos da UEM (Geur-UEM), do Grupo de Estudos em Educação Geográfica e Formação de Professores da UEM (Eduprogeo-UEM) e, do Laboratório de Pesquisas Geoambientais (Lapege/Unespar). Atua principalmente nas áreas de Ensino de Geografia, Planejamento Rural e Urbano, Educação Ambiental.

Taynara Marcondes de Liz

Taynara Marcondes de Liz é graduanda do curso de licenciatura em Geografia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do Programa de Educação Tutorial de Geografia, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia e em Multiculturalismo (Gepegeom). Atua como estagiária na área de Geoprocessamento na Prefeitura do Município de Londrina.

Viviane Martins de Souza

Viviane Martins de Souza é docente de Geografia da Educação Básica, Técnica e Tecnológica no Instituto Federal do Paraná (IFPR) e doutoranda em Estudos da Criança, no Instituto de Educação da Universidade do Minho (UM). Possui mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), especialização em Ciências Ambientais e Análise Ambiental pela Universidade Estácio de Sá, (Unesa) e licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). É pesquisadora no Grupo de Estudos Urbanos da Universidade Estadual de Maringá (Geur-UEM).

‘...é certo que os leitores encontrarão nas próximas páginas o olhar certo e acurado dos autores acerca da necessidade urgente de tornar prioritário esse profundo debate acadêmico sobre como nós humanos devemos pensar o espaço onde vivemos, a região, a cidade, o bairro e a rua, por onde escorrem nossas vidas’.

Amir Limana

ISBN: 978-65-88495-01-8

